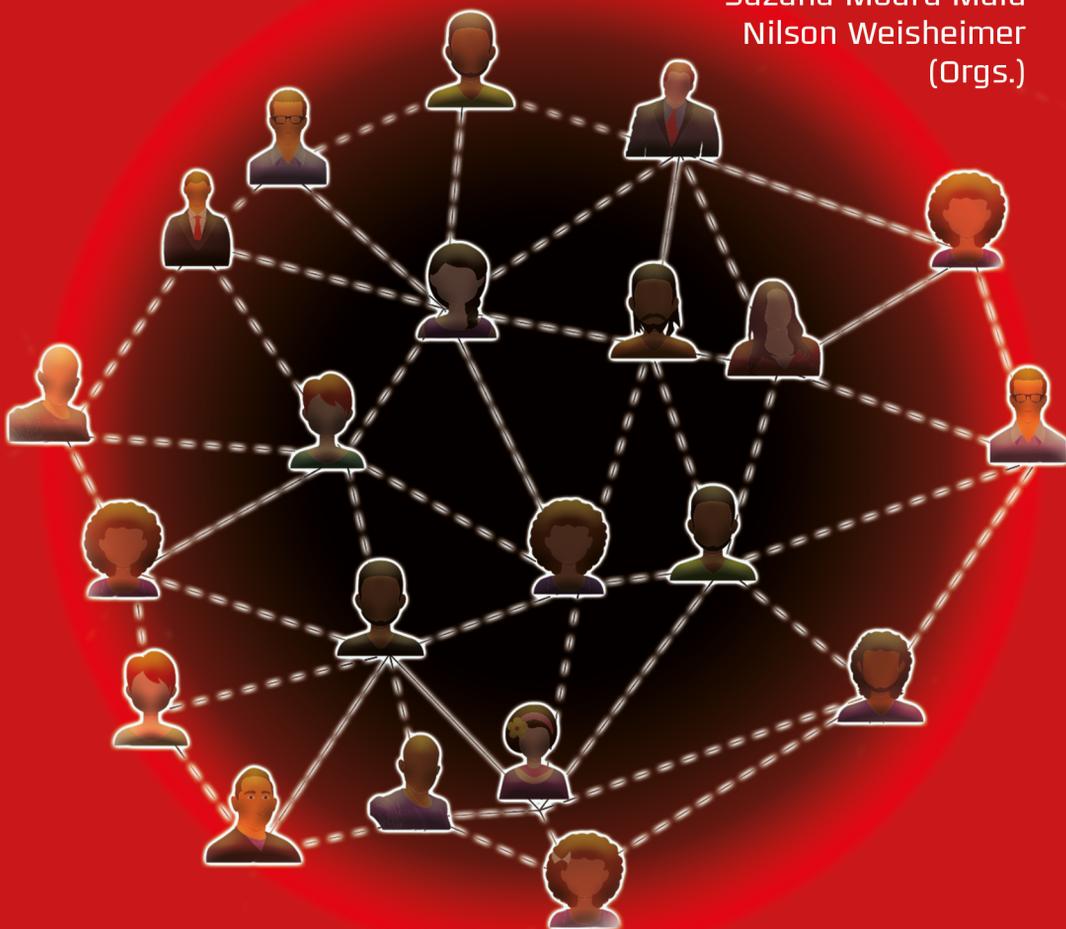


Estudos em identidades, desigualdades e desenvolvimento

Maria Inês Caetano Ferreira
Suzana Moura Maia
Nilson Weisheimer
(Orgs.)



Editora UFRB

**Estudos em identidades,
desigualdades e desenvolvimento**

REITOR

Fábio Josué Souza dos Santos

VICE-REITOR

José Pereira Mascarenhas Bisneto

SUPERINTENDENTE

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

CONSELHO EDITORIAL

Ana Lúcia Moreno Amor

Josival Santos Souza

Luiz Carlos Soares de Carvalho Júnior

Maurício Ferreira da Silva

Paulo Romero Guimarães Serrano de Andrade

Robério Marcelo Rodrigues Ribeiro

Rosineide Pereira Mubarack Garcia (presidente)

Sirlara Donato Assunção Wandenkolk Alves

Walter Emanuel de Carvalho Mariano

SUPLENTE

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Marcílio Delan Baliza Fernandes

Wilson Rogério Penteadó Júnior

COMITÊ CIENTÍFICO

(Referente ao Edital nº. 002/2020 EDUFRB – Edital de
apoio à publicação de livros eletrônicos)

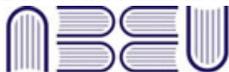
Ana Paula Comin de Carvalho

Maria Inês Caetano Ferreira

Suzana Moura Maia

Nilson Weisheimer

EDITORA FILIADA À



**Associação Brasileira
das Editoras Universitárias**

Maria Inês Caetano Ferreira
Suzana Moura Maia
Nilson Weisheimer
(Orgs.)

Estudos em identidades, desigualdades e desenvolvimento



Editora UFRB
Cruz das Almas - Bahia - 2020

Copyright©2020 - Maria Inês Caetano Ferreira,
Suzana Moura Maia e Nilson Weisheimer

Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB.

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica:
Antonio Vagno Santana Cardoso

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

E79e Estudos em identidades, desigualdades e desenvolvimento
/ Organizadores, Maria Inês Caetano Ferreira, Suzana
Moura Maia e Nilson Weisheimer._ Cruz das Almas,
BA: EDUFRB, 2020.
250p. – (Coleção Pesquisas e Inovações Tecnológicas
na Pós-Graduação da UFRB; volume 14).

ISBN: 978-65-87743-29-5

1.Desenvolvimento Social. 2.Desigualdade.
I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. II.
Ferreira, Maria Inês Caetano. III. Maia, Suzana Moura. IV.
Weisheimer, Nilson. VTítulo.

CDD: 303.44

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB.
Responsável pela Elaboração - Neubler Nilo Ribeiro da Cunha (Bibliotecário- CRB5/1578)
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)



Editora UFRB

Rua Rui Barbosa, 710 – Centro
44380-000 Cruz das Almas – BA
Tel.: (75) 3621-7672
editora@reitoria.ufrb.edu.br
www.ufrb.edu.br/editora
www.facebook.com/editoraufrb

Sumário

Prefácio

Thiago Barcelos Soliva..... 9

Apresentação

Maria Inês Caetano Ferreira, Suzana Moura Maia, Nilson Weisheimer..... 15

Narrativas de presas no Conjunto Penal Feminino de Salvador - BA

Bruna Aparecida Thalita Maia, Ângela Figueiredo 21

Situando os Estudos das Masculinidades Negras no Recôncavo da Bahia

Júlio Cerqueira, Osmundo Pinho..... 47

De olho no boy: aplicativos de relacionamento no Recôncavo Baiano

Marco Antonio Vieira de Oliveira Paranhos, Maria Salete de Souza Nery 75

Juventude quilombola: racismo, escolarização e trabalho

Azamor Coelho Guedes, Ana Paula Comin de Carvalho 95

A presença do caboclo nos estudos afro-brasileiros: antropologia e performance

Fábio Alex Ferreira da Silva, Wilson Rogério Penteadó Júnior.....119

O modelo de implementação do Programa Criança Feliz

Mailson Santos Pereira, Nilson Weisheimer145

Medidas socioeducativas em meio aberto em Cachoeira - BA

Camila Borges dos Santos, Diogo Valença de Azevedo Costa.....173

**Aspectos do desenvolvimento local em
Santo Antônio de Jesus - BA**

Alessandra Oliveira de Carvalho, Maurício Ferreira Silva.....203

Lançando as redes contra a espoliação em Acupe

Lilian Souza de Jesus, Antonio Eduardo Alves de Oliveira221

Sobre os autores..... 245

Prefácio

Thiago Barcelos Soliva¹

O *Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento* foi criado em 2009, tendo sua primeira turma em março de 2010. O PPGCS iniciou seu funcionamento após cinco anos de criação da UFRB e dois anos após o início das atividades do Bacharelado em Ciências Sociais. Trata-se, portanto, de uma iniciativa de grande ousadia tendo em vista os desafios a serem enfrentados em uma instituição nova, sem turmas de ciências sociais formadas em âmbito de graduação e com um corpo docente academicamente jovem.

Com dez anos de funcionamento, o PPGCS hoje se constitui como principal referência de formação acadêmica no campo das Ciências Sociais na região do Recôncavo da Bahia. A existência do Programa tem promovido a inserção no universo da pesquisa científico-acadêmica, em nível de pós-graduação, de moradores da própria região dispostos ao estudo da realidade da qual são parte. Esta, indubitavelmente, tem sido uma característica importante do Programa: o desenvolvimento de pesquisas sobre a realidade local a partir da inserção de pesquisadores também locais, em diálogo com referenciais que, notadamente, transcendem regionalismos. Essa característica tem convertido o Programa em um espaço estratégico para os debates contemporâneos que envolvem conceitos como a interseccionalidade e a decolonialidade.

A região do Recôncavo foi há séculos um dos principais cenários históricos de formação da sociedade brasileira. Além disso, a cidade de Cachoeira, onde se localiza o PPGCS, comporta de modo quase exemplar as contradições do processo de modernização conservadora no Brasil, marcado pela desigualdade, principalmente de base racial, e pela concentração de renda. Ademais, Cachoeira cons-

1 - Coordenador do PPGCS/UFRB

titui o epicentro de um conjunto de heranças culturais que conjugam desde a arquitetura colonial ricamente preservada até os registros das heranças africanas materializadas em danças, corpos e festas, conforme se observa na Festa da Boa Morte, no Embalo d'Ajuda, nos candomblés, no Caruru de Cosme e Damião, na festa de São João e no samba de roda. A importância do PPGCS nessa região é central, pois oferece um espaço propício para a produção de conhecimento e articulação de pesquisadoras/es que versam sobre essas candentes temáticas, e outras tantas.

A área de concentração “Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento” continua a mesma desde o início das atividades do Programa no ano de 2010, e ela define a estrutura do Programa em duas linhas interligadas. Cada linha, por sua vez, está dividida em dois eixos verticais, o que permite a melhor compreensão da diversidade de interesses temáticos, ao mesmo tempo em que permite o vislumbre das potenciais linhas ainda em desenvolvimento no curso, conforme explicitado a seguir. Por outro lado, as duas linhas de pesquisa mantêm estreita relação entre si a partir da constituição do tema das desigualdades sociais como eixo horizontal que confere unicidade à proposta deste Programa. Assim, o tema das desigualdades é o ponto de onde partem os debates sobre cultura, por um lado, e sobre desenvolvimento e políticas públicas, por outro, em suas diferentes possibilidades temáticas e em conformidade com aquilo que está expresso na definição da área de concentração: cultura, desigualdades e desenvolvimento.

Linha de Pesquisa 1: Identidade, Diversidade e Cultura abarca propostas de trabalho que tomam o tema das desigualdades a partir da relação entre diversidade e cultura, entendida como: 1) modos de vida e, assim, dinâmicas de conformação de identidades/diferenças e relações intra e entre grupos; 2) expressões culturais ligadas a sistemas simbólicos que articulam agentes e instituições em relações de sociabilidade e poder. A linha é estruturada a partir de dois eixos temáticos:

a) *Raça, gênero e sexualidade: Reúne pesquisas que abor-*

dam a interseção entre raça, gênero e sexualidade, bem como sua possível conexão com outras categorias de articulação (como classe, idade, etnia, geração etc.). Partindo dessa proposta teórico-metodológica, este eixo contempla estudos que analisam a produção de sujeitos e identidades focalizando seu caráter contrastivo e situacional, assim como formas de sociabilidade, desejos, erotismos e estratégias de agenciamento em diferentes contextos sociais.

- b) *Sociabilidades e sistemas simbólicos: Aglutina pesquisas voltadas a redes de agentes, grupos e instituições em investigações que têm como ponto de partida trajetórias de agentes, sociabilidades, dinâmicas e práticas culturais ligadas a sistemas simbólicos (arte/cultura, religião, ciência...), seja centrando em seu funcionamento interno, seja em sua possível relação com outros campos/esferas, a exemplo da economia e da política, em diferentes escalas (da local à transnacional), problematizando os variados vetores que fundamentam as afinidades e tensões estabelecidas na análise das redes de interdependência envolvidas.*

A *Linha de Pesquisa 2: Desenvolvimento e Políticas Públicas* envolve trabalhos que tematizam as desigualdades a partir da questão do desenvolvimento, procurando analisar as relações entre as esferas culturais, políticas e econômicas. Desse modo, a atuação dos grupos, categorias, classes e frações de classe constitui o percurso principal para a compreensão dos processos de desenvolvimento, assumindo-se um olhar crítico sobre as perspectivas ideológicas dos agentes sociais envolvidos nas disputas políticas em torno de diferentes projetos de sociedade. A linha está estruturada em dois eixos, ambos relacionados com o estudo das desigualdades e estruturas de estratificação social:

- a) *Desenvolvimento e desigualdades sociais: Incorpora pesquisas que abordam as dimensões econômicas dos processos de desenvolvimento como parte integrante das relações políticas, sociais e culturais. Aborda-se o desenvolvimento*

visto criticamente como um conceito normativo, cuja análise sociológica perpassa o exame das desigualdades entre grupos, classes e frações de classe e demais categorias que constituem a sociedade. São tratados temas que dizem respeito à dinâmica das classes sociais no campo e na cidade, mudanças sociais e políticas, desigualdades em educação, estruturas históricas de estratificação social e processos socioeconômicos locais, regionais, nacionais e internacionais.

- b) *Políticas públicas e relações de poder: Acolhe projetos que busquem aprofundar questões relacionadas às múltiplas dimensões de política (politic), das políticas públicas (policy) e do desenvolvimento, envolvendo análises sobre o Estado e outros atores públicos e privados em torno das desigualdades sociais e territoriais. São tratados temas voltados às relações de poder, instituições públicas, participação e controle social, sistemas de proteção social, pobreza e exclusão social, questões urbanas e rurais, de educação, dentre outros.*

O quadro atual de docentes do Programa é composto por 12 permanentes, 3 colaboradores e 1 bolsista de pós-doutorado. O PP-GCS alcançou a proporção desejada de 80% de docentes permanentes. Dos doze docentes permanentes, mais de 80% (dez docentes) possuem tempo de doutoramento superior a cinco anos, variando em média os anos de obtenção entre 2003 e 2010. Apenas dois docentes permanentes possuem tempo de doutoramento menor do que cinco anos, obtidos em 2015 e 2016.

Até junho de 2020, o Programa totalizou 99 dissertações defendidas. Ao longo de 2019 tivemos 24 alunos contemplados com bolsa, sendo 19 bolsas concedidas pela CAPES e 05 concedidas pela FAPESB. Além dos recursos referidos às bolsas, o Programa destina parte do recurso PROAP/CAPES para discentes que comprovem participação através de apresentação de seus resultados de pesquisa em congressos científicos compatíveis com os interesses

das ciências sociais.

A publicação desse livro traz à lume uma amostra dessa profícuca produção acadêmica de *Estudos em Identidades, Desigualdades e Desenvolvimento* realizadas no âmbito do PPGCS/UFRB. Pretende-se assim, com base no conhecimento das Ciências Sociais, contribuir para compreensão de fenômenos sociais contemporâneos a partir do Recôncavo e em diálogo com o mundo. Conhecimento esse que buscamos construir a partir de uma tomada de posição crítica no campo teórico e prático das ciências sociais assumindo uma perspectiva humanista e emancipacionista.

Apresentação

*Maria Inês Caetano Ferreira
Suzana Moura Maia
Nilson Weisheimer*

O livro *Estudos em Identidades, Desigualdades e Desenvolvimento* é uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que reúne os resultados de dissertações de mestrado defendidas junto ao programa entre os anos de 2018 e 2020. Nosso objetivo principal com essa coletânea é apresentar uma amostra das pesquisas desenvolvidas no âmbito das linhas de pesquisa que estruturam nosso mestrado: Identidade, Diversidade e Cultura; e Desenvolvimento e Políticas Públicas. Apesar da variedade de temas, abordagens e universos empíricos, todos os capítulos aqui reunidos apresentam reflexões sobre como os marcadores de classe social, raça, gênero e geração se intersectam e se expressam na vida cotidiana das populações de diferentes regiões do estado da Bahia, com ênfase na região do Recôncavo.

O PPGCS instituiu um comitê científico, composto por Ana Paula Comin de Carvalho, Maria Inês Caetano Ferreira, Suzana Moura Maia e Nilson Weisheimer, que fez a seleção dos textos aqui reunidos. O livro é constituído de nove capítulos, sendo cinco deles da linha de pesquisa Identidade, Diversidade e Cultura e outros quatro da linha Desenvolvimento e Políticas Públicas. Essa seleção de textos permite ao público leitor conhecer parte da produção acadêmica recente do PPGCS/UFRB.

Os capítulos relacionados à linha de pesquisa Identidade, Diversidade e Cultura apresentam investigações sobre processos de construção de identidades e hierarquizações promovidas pela elaboração e reelaboração de tradições, e pela configuração de marcadores de diferença e atribuição de estigmas a grupos. Tais processos estimulam dinâmicas próprias, por meio das quais os sujeitos rein-

ventam esses marcadores e tradições, na construção de identidades individuais e coletivas. Para além de categorias estanques, identidades são aqui entendidas como processos sociais concretamente situados, e em constante formulação e reconfiguração. Tomando como pano de fundo a estrutura social mais ampla, em todos os trabalhos apresentados, importa saber como identidades são construídas de forma dinâmica em contextos de violência material e simbólica, de exclusão e exploração econômica e política, racismo, sexismo e LGBTfobia, mas também em contraposição, enfrentamento e resistência a estes contextos.

Os capítulos identificados com a linha de pesquisa Políticas Públicas e Desenvolvimento analisam como as relações sociais de produção historicamente presentes nas atividades agropecuárias, industriais, de serviços e, recentemente, de turismo no território do Recôncavo estruturam e reproduzem as desigualdades sociais. A dinâmica do desenvolvimento local tem promovido a intensificação da exploração da força de trabalho e dos recursos naturais, com impactos nos modos de vidas de comunidades tradicionais e das populações rurais e urbanas em geral. A partir do início do século XXI foram implementadas políticas redistributivas visando reverter os elevados níveis de desigualdade social no Brasil. Atualmente, essas políticas públicas passam por um processo de centralização e desconstituição. Os estudos aqui presentes trazem pistas de como a permanência de práticas e valores hierarquizantes na sociedade brasileira constituem obstáculos à concretização de ações ancoradas nos princípios de inclusão e participação social.

No capítulo inicial *“Narrativas de presas no Conjunto Penal Feminino de Salvador/BA”*, as autoras Bruna Aparecida Thalita Maia e Ângela Figueiredo mostram como as mulheres entendem e narram suas próprias experiências de privação de liberdade no Conjunto Penal Feminino (CPF), localizado no Complexo Penitenciário Lemos Brito, na cidade de Salvador. Os relatos dessas mulheres, em sua maioria negras, pobres e com poucos anos de educação formal, expressam dor, conflito e revolta, devido as privações e violências físi-

cas e simbólicas sofridas no contexto institucional, mas também descrevem atos de resistência, de trocas entre pares que tecem laços de solidariedade e de esperança.

Em *“Situando os Estudos das Masculinidades Negras no Recôncavo da Bahia”*, Júlio Cerqueira e Osmundo Pinho trazem uma reflexão sobre a construção de projetos de vida e identidade de gênero de jovens homens negros, estudantes do Colégio Estadual Rômulo Galvão, na zona rural da cidade de São Felix-BA. A pesquisa aponta lacunas importantes no campo dos estudos sobre juventude rural, na medida em que constata a centralidade da questão racial na conformação da identidade e subjetividade desses sujeitos, bem como faz questionamentos relevantes sobre a pertinência da categoria projetos de vida num contexto escolar onde os estudantes negros experienciam todo o tipo de violência discriminação e estereotipação.

No capítulo *“De olho no boy: consumo de aplicativos de relacionamento no Recôncavo Baiano”*, Marco Antonio Vieira de Oliveira Paranhos e Maria Salete de Souza Nery analisam as novas formas sociabilidade engendrada por aplicativos de internet, tais como *Grindr*, o *Hornet* e o *Scruff*, utilizadas por jovens da Geração Z, aqueles nascidos após 1990. Utilizando um sofisticado aparato teórico sobre mídias digitais móveis, combinado a uma cuidadosa consideração do contexto local, os autores analisam o perfil de seus usuários, as agências e práticas afetivas estabelecidas através dessas tecnologias e as ordenações sociais pelas quais as relações de consumo e afeto tornam-se estruturadas. Segundo a análise realizada, os aplicativos permitem aos usuários geolocalizados no Recôncavo da Bahia se articularem de forma a fazer frente a um contexto em que predomina os valores familiares, conservadores, heterossexuais, homofônicos e racistas, ao tempo em que também produzem novas formas de desigualdade.

O capítulo *“Juventude quilombola: racismo, escolarização e trabalho”*, de Azamor Coelho Guedes e Ana Paula Comin de Carvalho, aborda a inserção de estudantes advindos de comunidades quilombolas na Região da Chapada Diamantina, no IFBA-Seabra. A

partir de observações etnográficas e entrevistas, observou-se as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, que lutam cotidianamente contra o racismo, em suas diferentes formas. Os autores apontam como, numa região com diversas comunidades quilombolas, apenas as comunidades brancas dispõem de escolas de educação infantil, enquanto os estudantes quilombolas tendem a se segregar como estratégia de resistência ao racismo explícito dos colegas. Os autores também consideram o racismo institucional que obsta o acesso dos estudantes a instituições de ensino ao exigir documentos a que estes não possuem, e analisam as clivagens de gênero que delinham de forma diferenciada as possibilidades de sucesso escolar e profissional de homens e mulheres.

No capítulo, “*A presença do caboclo nos estudos afro-brasileiros: antropologia e performance*”, Fábio Alex Ferreira da Silva e Wilson Rogério Penteado Júnior problematizam a categoria de espírito *caboclo*, em sua inserção no contexto do candomblé, e trazem apontamentos epistemológicos para compreendê-la a partir do campo disciplinar antropológico. Para tanto, os autores procedem a uma densa revisão bibliográfica sobre como a categoria *caboclo* foi referida nos estudos pioneiros sobre as religiões afro-brasileiras e, tomando como base empírica os candomblés de Santo Amaro, recôncavo da Bahia, trazem uma reflexão teórica metodológica sobre a conveniência dos estudos de performance para sua compreensão. Apontando os elementos que formam o repertório do culto aos caboclos, os autores examinam como manifestações de sociabilidades são recriadas e ressignificadas através do encontro afroindígena da performance ritual e concluem que caboclos podem ser compreendidos, de acordo com esta perspectiva, como entidades espirituais sociais.

Em “*O modelo de implementação do Programa Criança Feliz*”, Mailson Santos Pereira e Nilson Weisheimer analisam a implementação desse programa federal para primeira infância. Com base em extensa pesquisa documental os autores interpretam as diversas normativas em escala temporal que regulam a implementação dessa política pública. Realizando uma análise documental minuciosa os

autores descortinam as disputas de poder entre diferentes estruturas governamentais, que regulam a gestão das políticas de proteção social no Brasil, nos marcos da implementação do do PCF. Com base nas teorias de implementação de políticas públicas e detalhado escrutínio de vasta documentação reunida, os autores demonstram que a implementação do PCF se caracteriza pelo modelo *top-down*, na medida em que houve uma crescente centralização do desenho institucional do programa e a desconstrução de estruturas de controle social das políticas públicas para a infância o Brasil.

No capítulo *“Medidas socioeducativas em meio aberto em Cachoeira-Ba”*, de Camila Borges dos Santos e Diogo Valença de Azevedo Costa, encontramos uma abordagem crítica sobre a efetividade da aplicação das medidas socioeducativas em meio aberto entre os jovens do município de Cachoeira, no Recôncavo da Bahia. Os autores empreenderam uma consistente análise do fenômeno a partir do exame da atuação dos profissionais que atuam no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) revelando com base nas representações dos profissionais da assistência social como elas os impactam das medidas socioeducativas nas situações de vida dos adolescentes.

No capítulo *“Aspectos do desenvolvimento local em Santo Antônio de Jesus”*, Alessandra Oliveira de Carvalho e Maurício Ferreira Silva discutem o processo de desenvolvimento da indústria moveleira nessa cidade, relacionada à precarização da força de trabalho. Os autores introduzem as transformações históricas da economia do município, sobretudo a fase industrial e a condição de fragilização do trabalhador. São apresentados resultados de pesquisa realizada com trabalhadores da indústria local, desvendando as variáveis que descrevem a debilitação da condição de trabalho no cotidiano fabril no município.

O livro fecha com *“Lançando as redes contra a espoliação em Acupe”*, de Lilian Souza De Jesus e Antonio Eduardo Alves de Oliveira. Os autores analisam o processo de espoliação do território _ terra e água _ da Comunidade Remanescente do Quilombo de Acupe,

localizada em Santo Amaro, BA. No estudo, os autores demonstram como a expansão da infraestrutura de turismo, com instalação de grandes *resorts* no local, intensifica a espoliação dos recursos naturais e compromete o modo de vida das comunidades tradicionais de marisqueiras e pescadores do território, ameaçando a suas possibilidades de reprodução social.

Os resultados dos estudos expostos nessa coletânea respondem aos princípios da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia de contribuir na construção de uma perspectiva crítica sobre os efeitos das lógicas modernizantes, desenvolvimentistas e das políticas públicas nesses contextos, por meio da realização de pesquisas que reconheçam os problemas da nossa sociedade. Os capítulos dessa coletânea são resultado de pesquisas científicas que, além de produzirem conhecimento sobre o território e o estado da Bahia, certificam a formação de quadro técnico competente, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Temos, portanto, um acervo significativo de exercícios de reflexão da Antropologia, Ciências Políticas e Sociologia sobre problemas globais que afetam de formas singulares a sociedade baiana e o recôncavo em particular. Este acervo confirma a pertinência das Ciências Sociais em desnaturalizar os mecanismos de produção e reprodução de sistemas de diferenciação e desigualdades sociais. Esperamos que essa contribuição traga pistas e *insights* sobre as instituições, processos e práticas sociais em exame. Acreditamos que esse livro poderá ser útil tanto para os interessados no campo das ciências sociais, quanto para os formuladores de políticas públicas, organizações e movimentos sociais de sujeitos históricos que poderão se identificar nessa obra. Esperamos que o conhecimento produzido no PPGCS/UFRB, e aqui reunido, possa contribuir para potencializar suas lutas por reconhecimento e novos modelos de desenvolvimento que possibilitem a superação das desigualdades

Narrativas de presas no Conjunto Penal Feminino de Salvador-BA²

*Bruna Aparecida Thalita Maia
Ângela Figueiredo*

O sistema prisional vem sendo tomado como objeto de pesquisas científicas, principalmente no campo das Ciências Sociais e do Direito há algum tempo. Mesmo com distintos enfoques nas pesquisas, a vida de pessoas submetidas ao cárcere ainda é pouco visibilizada, dada a naturalização que cerca as dinâmicas de violência, principalmente as institucionalizadas, ainda mais por conta de um julgamento moral que acompanha a experiência dos detentos e, no caso das mulheres, a pena parece ser agravada, simplesmente por romper com o padrão de feminilidade esperado.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, em 2020 o Brasil atingiu a marca de 812.564 pessoas privadas de liberdade cumprindo pena em instituições prisionais. De acordo com o INFOPEN³ 2019, há no Brasil 36.929 mulheres encarceradas.

Nesta pesquisa, refletimos acerca das condições impróprias vividas por mulheres encarceradas que, por motivos que não devem ser levados a julgamentos morais, passam a ser produto de exclusão e invisibilidade na sociedade. As mulheres, quando na condição de presas, são, muitas vezes, esquecidas e/ou abandonadas pela família, companheiros, e pessoas próximas, vivendo a mercê da tutela do poder público que, constantemente, não contempla todas as suas indigências ou não dispõe de serviços que atendam suas reais necessidades.

2 - O capítulo é parte da dissertação de mestrado intitulada - Narrativas de mulheres em situação de encarceramento no Conjunto Penal Feminino de Salvador/BA - defendida no âmbito do PPGCS/UFRB (2018-2020), que pode ser acessada em versão completa em www.ufrb.edu.br/pgcienciassociais/. A pesquisa contou com financiamento do programa de demanda social da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

3 - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, 2019. Veja mais em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>

Na pesquisa realizada, nosso objetivo foi ouvir e analisar como as mulheres entendem e narram suas próprias experiências de privação de liberdade no Conjunto Penal Feminino (CPF), localizado no Complexo Penitenciário Lemos Brito, de segurança máxima, criado em 1950, em Salvador, o maior da Bahia. O Conjunto Penal Feminino, inaugurado em 1990 tem capacidade para custodiar 128 presas provisórias e definitivas em regime fechado, além das que cumprem regime semiaberto e aberto, dividido em nove galerias com oito celas cada.

Através das narrativas de mulheres em regime de privação de liberdade, buscamos entender como elas contam suas próprias histórias de vida, como constroem a narrativa de suas trajetórias antes e depois da experiência do encarceramento, e como se dá a dinâmica do cumprimento ou não do conjunto de regras e normas, oficiais e sociais, que são vigentes no Conjunto Penal. Para tanto, se fez necessário a utilização do método qualitativo, consciente de que a realização de uma pesquisa com pessoas privadas de liberdade, dentro de uma instituição que cerceia falas, comportamentos e autonomia, é uma experiência distinta daquelas produzidas com sujeitos e sujeitas livres. Diante desta condição, não foi possível realizar a observação participante de maneira tradicional, aquela identificada pela presença do pesquisador em quase todos os momentos, e nem da entrevista narrativa direta, realizada através da dinâmica de perguntas e respostas.

Por essa razão, o acesso às narrativas se deu por oficinas oportunamente oferecidas por colaboradoras desta pesquisa, e que abordaram, através de outras formas de linguagem e representações, as respectivas histórias de vida, conforme exploraremos mais adiante. A escolha das oficinas como principal método de investigação se dá pela busca por acessar informações através de mecanismos menos invasivos, com métodos distintos dos utilizados de forma recorrente por pesquisas que abordam trajetórias de vida. Além disso, nos empenhamos em dar algum retorno às participantes com o aprendizado das técnicas nas produções.

Desse modo, falamos sobre infância e construção dos papéis sociais direcionados às mulheres através das oficinas de confecção

de bonecas Abayomi; pensamos como foi a projeção de futuro na juventude e quais são agora, por meio do bordado; trabalhamos as relações de estética e identidade na oficina de tranças e penteados; e sentimos a necessidade de, individualmente, realizar conversas para recolher de maneira sistemática e evidente as percepções sobre o universo prisional com as internas que se disponibilizaram em participar.

As oficinas se constituem como pretexto de interlocução para que as mulheres presas possam contar suas histórias de vida, bem como suas percepções-experiências sobre a prisão, de modo que se sintam confiantes para fazê-lo. O diálogo acontece por meio das oficinas, em que não é um produto final que nos interessa, mas as narrativas que floriram a partir dela.

Para dar conta de nossos objetivos, iniciamos aqui abordando a questão do método, dada a sua importância para a realização da pesquisa, bem como pelo fato de identificarmos certa escassez de textos que coloquem a metodologia em destaque. Do mesmo modo, há uma tendência a separar teoria do método e mesmo pesquisas que assumem uma perspectiva crítica com relação ao eurocentrismo das teorias acabam por reproduzir acriticamente o mesmo método. Posteriormente, apresentamos um breve panorama sobre o perfil das mulheres encarceradas a partir de dados disponibilizados pelo DE-PEN⁴, a fim de nos aproximarmos da população da qual estamos aqui tratando.

Após isto, apresentamos e discutimos as visitas ao campo e a realização das oficinas, com análise dos primeiros diálogos e narrativas das participantes. Em seguida, elegemos duas participantes com quem realizamos conversações mais específicas e que narram suas próprias percepções sobre o sistema de justiça, a experiência de estar presa e as proposições futuras, para quando a liberdade chegar. Por fim, oferecemos algumas considerações sobre o processo e as análises plausíveis do cenário em que investigamos.

4 - Departamento Penitenciário Nacional.

Sensibilidades teórico-metodológicas

As funções da pesquisa não se reduzem, exclusivamente, a uma abordagem acadêmica, mas a busca de uma reflexão que proponha alargar a visibilidade de sujeitos sociais, quer seja em forma de denúncia ou na busca de combate às injustiças. Nesse sentido, a pesquisa ativista é uma proposta de produção teórico-metodológica política que busca a transformação social por meio da produção acadêmica. Enquanto que no método de pesquisa tradicional a identificação, diferenciação e hierarquia entre sujeitos e objetos ainda é defendida, a pesquisa ativista, segundo D'Souza (2010) implica a transcendência da divisão entre sujeito e objeto, transpondo fronteiras que separam o eu enquanto conhecedor e o conhecimento do mundo. Assim, é um modo de estar em que o conhecedor se identifica com o conhecimento de uma maneira completa (*ibid.* p.168).

Neste sentido, a referida autora declara que a pesquisa ativista se volta antes para os objetivos políticos da pesquisa que o pesquisador, enquanto cidadão, deseja alcançar através dela, bem como para as práticas que as teorias implicam. Ou seja, diferente das pesquisas tradicionalistas, a pesquisa ativista não segue uma liberdade permissiva e negativa, no sentido em que o arsenal metodológico vale por si só, por isso, estão sempre presentes questionamentos acerca do conhecimento: Para quê? Para quem? Para que tipo de ativismo? (D'SOUZA, p.158).

Luís Roberto Cardoso de Oliveira, em seu trabalho “*O lugar (e em lugar) do método*” (1995), ensina que é preciso disciplinar o olhar sobre o campo, é necessário para além de ver e ouvir, entender significados atribuídos a gestos, palavras, sentimentos expostos, tons de voz; é necessário ser sensível para compreender várias linguagens estabelecidas. Em outra discussão, “*O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever*” (1996), o autor lembra da sensibilidade que precisa ser desenvolvida na pesquisa, a partir dos três momentos cruciais para aumentar a eficácia da pesquisa e da reflexão epistemológica, evidenciados no título da obra.

As teóricas decoloniais e feministas negras afirmam que na pesquisa temos um olhar posicionado, ou conhecimento situado, como sugere Donna Haraway (1995), o que significa que o nosso olhar reflete as experiências subjetivas e coletivas que constroem as formas de ser e estar no mundo. A exemplo da ideia de *stand point*, ao qual Hill Collins (1990) se refere como lugar privilegiado para análise do espaço subalternizado, construído sócio historicamente, no qual é possível entender aspectos imprescindíveis de seu próprio grupo social (FIGUEIREDO, 2017, p. 89).

Nesse sentido, toda pesquisa social tem caráter político e ideológico, pois a forma como olhamos o outro, sejam as interlocutoras, os contribuintes ou os campos de nossa pesquisa, nos faz estar em um lugar em detrimento do outro. Como bem afirmou Vale (2018), em sua tese sobre Cachoeira/BA, o trabalho de campo excede o que registramos em nosso caderno, a busca em retratar neste produto final nossos sentimentos e experiências no decorrer da pesquisa é constante e, muitas vezes, falha.

Quais são os limites da subjetividade e do posicionamento político, se é que eles existem? Até que ponto não estamos tentando “falar” pelo outro como forma de paternalismo e de assistencialismo, já que, pressupõe-se, estamos dotados de um conhecimento prévio adquirido dentro dos muros da universidade? Outras produções acadêmicas já têm se questionado sobre este local de produção de conhecimento, como fez Souza (2013):

Como construir nossos “objetos de pesquisa”, nossas relações com as pessoas com as quais desejamos produzir, junto, conhecimento? Como operamos com o nosso próprio universo lógico? Que hierarquia produzimos ou reafirmamos com nossos silêncios e posicionamentos narrativos? Não podemos esquecer que fazemos parte destes processos e que, assim como as subjetividades dos que estudamos se modificam, também as nossas se transformam na relação com cada um dos sujeitos envolvidos na pesquisa de campo (p.12).

A ênfase sobre o método resulta do nosso interesse em refletir como a pesquisa em contexto de prisão pode ser desenvolvida, levando em consideração os pressupostos aqui mencionados. Como o contato restrito no campo pode limitar e permitir a observação de fragmentos? Como podemos realizar diálogos com interlocutoras que têm seus corpos alocados e controlados em instituições penais referenciadas em legislações criminais firmadas na própria herança escravocrata e patriarcal do nosso país?

A pesquisa social realizada com pessoas em contextos de restrição de liberdade tem ganhado maiores espaços dentro da academia. Neste sentido, têm-se visto mais elaborações sobre o sistema penal que vão pensar as lógicas internas dispostas entre os presidiários, vendo estes com agência de mobilização, mesmo estando com possibilidade de mobilidade reduzida (DAVIS, 2003; FLAUZINA, 2006; SANTOS, 2014; BIONDI, 2016).

Por compreender a presença de inúmeras opressões no sistema de justiça criminal e, principalmente, nas instituições prisionais, nos motiva a intenção de produzir conhecimento e compreender as dinâmicas socioculturais que envolvem as mulheres em situação de encarceramento, por meio de suas próprias vozes.

Ademais, as conceituações teóricas prescritas pelo feminismo negro, em especial o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 1985), são utilizadas enquanto categorias de investigação e análise acerca da intersecção dos sistemas de opressões e dominações nas identidades sociais. Observando, por exemplo, os marcadores de raça e gênero, a autora classifica em três blocos: *Estrutural*: ligadas às condições de pobreza, falta de acesso a bens e serviços públicos considerados abertos para todos; *Política*: ligada à agenda política de reivindicações nos quais as mulheres negras, não são referidas nos movimentos feministas e antirracistas; e *Representacional*: que analisa as formas de representação e criação de imagens culturais das mulheres negras, na qual, a produção de imagens e narrativas que predominantemente confluem gênero e raça, podem contribuir na produção de estereótipos degradantes sobre as mulheres negras.

Assim como nos aponta Figueiredo e Gomes (2016), o conceito de interseccionalidade, tem sido utilizado com bastante entusiasmo para analisar a relação entre as diferentes categorias de opressão (p. 111).

Da perspectiva do feminismo negro brasileiro, o conceito de interseccionalidade tem sido uma ferramenta teórica e política útil de análise, pois catalisa uma demanda já existente da denúncia e da ação dos movimentos de mulheres negras em torno de uma análise mais acurada acerca da realidade vivida, uma relação complexa que não pode ser resumida apenas às dimensões de gênero, raça e classe, ainda que sejam categorias importantes de análise (*ibid.* p. 111).

Portanto, inferimos que as metodologias de análise própria do movimento de intelectuais negras e ativistas se fazem pertinentes para nosso campo de investigação. A partir do aporte considerado anteriormente, faremos a descrição e análise dos dados disponibilizados para compreender de que sujeitos sociais estamos nos referindo nesta reflexão.

Perfil das encarceradas

De acordo com o O INFOPEN⁵ Mulheres, de 2019, existem no Brasil 36.929 mulheres em regime de privação de liberdade, com o número de vagas existentes de 27.029, ficando um déficit de quase 10 mil vagas. Na Bahia, o quantitativo de mulheres encarceradas é de 604. Em dezesseis anos (2000-2016) a população carcerária nacional feminina aumentou 525%. Estes dados já demonstram como as mulheres estão presentes no sistema prisional brasileiro, e como a falta de estrutura dos presídios pode causar severos danos à população carcerária em geral, que vive a precariedade do sistema prisional. Desse modo, homens e mulheres presos em cadeias superlotadas, com estruturas deploráveis e em condições insalubres de sobrevivência lotam as instituições penais do país. Dos estabelecimentos

5 - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, 2019.

prisionais, 74% são destinados para homens, 7% para mulheres e 16% são caracterizadas como mistos.

O Brasil é o terceiro país do mundo com a maior população prisional e o quarto, quando se trata de mulheres. Esse elevado número também indica como a nossa sociedade e seus equipamentos de justiça têm tratado e utilizado o encarceramento em massa como fonte principal de produção e manutenção das desigualdades (Davis, 2018), além de um nicho da produção capitalista. O aumento gigantesco no número de mulheres encarceradas indica a tomada delas como alvos recorrentes do sistema de justiça criminal, considerando que são as que sustentam, material e simbolicamente, a população carcerária masculina.

Na tendência punitivista, que acredita que as infrações legais e desvios sociais devam ser restituídos por meio de punições, somente é vista como alternativa à contenção da violência e das populações vulneráveis, o aprisionamento em instituições de segurança. Desse modo, o número de construções de presídios aumentou consideravelmente após a década de 1990 e segue avançando como ação do Estado, denominada promoção da “segurança pública” e “guerra às drogas”. Das mulheres presas no Brasil, 27% tem entre 18 e 24 anos de idade e na Bahia 33%. O critério de cor/raça aponta que 62% das detentas são negras e na Bahia 86%. Esses dados demonstram que a maioria da população encarcerada no Brasil é de jovens negras e sem escolarização formal. Fica evidente que os marcadores de raça e geração são insígnias que conformam a população criminalizada e alvo do encarceramento em nosso país.

As que possuem ensino fundamental incompleto correspondem a 45%, enquanto que 1% possui ensino superior completo. Na Bahia, 34% das mulheres presas possuem ensino fundamental incompleto e nenhuma possui ensino superior. Isso nos faz refletir que as desigualdades estruturais da sociedade brasileira e a falta de acesso aos bens básicos como educação, saúde e lazer contribuem para o elevado número de pessoas privadas de liberdade. Levanta-se a questão: Somente pessoas não escolarizadas são presas, ou as que

não tiveram acesso à educação escolar são as criminalizadas? Não se pode afirmar que pessoas escolarizadas em altos níveis não cometam crimes e atos ilícitos, isso não se verifica. O que se questiona é a criminalização e o encarceramento, em maiores proporções, das pessoas sem formação escolar.

Das mulheres privadas de liberdade no Brasil, 45% não receberam condenação definitiva, as sentenciadas em regime fechado representam 32%, e em regime semiaberto correspondem a 16%. A morosidade no andamento dos processos judiciais na seara criminal e na apreciação de recursos faz com que um contingente muito grande de pessoas encarceradas cumpra sentenças maiores do que as definidas posteriormente, o que contribui para a superlotação dos presídios, gerando uma série de danos para pessoas que aguardam sentença.

Sobre a tipificação do crime, 62% das detentas no Brasil foram condenadas por tráfico de drogas e 55% pelo mesmo delito na Bahia. O aumento nas estatísticas de mulheres encarceradas em dezesseis anos (2000-2016) está vinculado às condenações por tráfico de drogas e outros delitos associados. Este fato nos permite associar a política de “guerra às drogas”, desde 2006, à intensificação das prisões e condenações como resposta a crise de segurança pública nacional. Neste sentido, podemos ver a legislação ser rígida para os chamados traficantes e membros associados, sem, contudo, haver a criação de critérios específicos sobre como diferenciar os usuários, deixando a mercê do encarceramento um número muito alto de pessoas que vivem em contexto de vulnerabilidade social e econômica, principalmente as mulheres.

A partir dos dados, pode-se considerar que o sistema penal e penitenciário corresponde à institucionalização do desejo de punir e de tornar útil o sujeito marginalizado (GOMES, 2016, p.8) que, do ponto de vista capitalista, não foi integrado à lógica do capital, principalmente pela desigualdade econômica, ligada diretamente a hierarquizações raciais, produtos dos processos de colonização e escravidão. Consideramos, portanto, que o sistema de justiça criminal

imprime e reproduz nas mulheres encarceradas estigmas historicamente construídos, além de reverberar os discursos forjados sobre elas, repaginados e adaptados à atualidade. Com isso, os castigos, privações e violências de várias ordens conformados com recorte de raça, classe, idade e escolaridade, são responsáveis por criminalizar as mulheres que, segundo Gomes (2016, p. 70), experimentam no cárcere o braço mais violento do patriarcado.

De acordo com Davis (2018), o encarceramento em massa, que produz mortes físicas e simbólicas, é uma ideia pronta de única alternativa, da utilidade e necessidade de transformar homens e mulheres, ou enquadrá-los às normas sociais. Com isso, esse discurso é amplamente disseminado pelos poderes constituídos, confirmado pelo sistema de justiça, assentido pela maioria da população e demandado vigorosamente pela mídia em todos os meios de alcance nacional e internacional (DAVIS, 2018).

Com isso, jovens-homens-negros (REIS, 2005), mulheres negras e pobres marginalizadas são caracterizados como criminosos e violentos em potencial que devem ser mantidos sob custódia do Estado e dos aparelhos de controle social, aqueles que quando tomados pelas armas do sistema global/nacional não geram comoção pública, nem ao menos reflexão sobre a importância de suas vidas. Em suma, podemos assentir que o sistema criminal é engendrado sob os aspectos racistas, classistas e misóginos que imperam em nossa sociedade. Às mulheres, na condição de presas provisórias ou sentenciadas, pesa o alto teor de características que as oneram de uma posição social valorizada e digna, e as coloca enquanto seres altamente puníveis e desvalorizadas.

Dada essa reflexão conceitual, nossa intenção não é ficar apenas no campo da constatação lamentosa dos fatos histórico-sociais já apresentados e discutidos, fazendo-se necessário, portanto, buscar outras vias teórico-metodológicas para o fazer científico, na qual o afeto entremeia as relações, e pesquisadora e interlocutoras se afetam na construção laboral. Veremos a seguir, alguns aspectos das oficinas, que foram momentos de desafio, de insegurança, bem como de afetos e diversos aprendizados.

Falas, vidas encarceradas

As oficinas foram realizadas em dias específicos, nos períodos matutino e vespertino, liberadas pela segurança da unidade em dias que não comprometessem a realização de outras atividades já programadas. Elas são como um pretexto metodológico que direciona temas que interessam para o desenvolvimento do trabalho. Na organização sistemática da metodologia de estudo, sempre foi uma prerrogativa de que o trabalho, para além da contribuição no campo das Ciências Sociais, fosse algo palpável para as mulheres que delas participassem e que pudessem dar a elas algum retorno, mesmo que pequeno, sobre o que estava sendo tratado.

No primeiro dia de oficinas no CPF, tivemos a colaboração de uma companheira⁶ que já promove formação através das bonecas Abayomi. Na oficina, pedimos que as mulheres sentassem em círculo, demos os tecidos para que cada uma escolhesse a sua estampa, entregamos outros materiais para a confecção, mostramos algumas bonecas já prontas e pedimos que pensassem nelas quando crianças enquanto estivessem fazendo as bonecas Abayomi, e sugerimos que as fizessem para presentear as suas crianças. Percebemos, nesse momento, que a infância é um período da vida que, para muitas delas, é impossível de lembrar, por ser um momento repleto de vivências violentas e dolorosas ou por terem que se responsabilizar muito cedo com os cuidados domésticos e de irmãos mais novos, enquanto para outras são momentos de extremo sofrimento e de quebra de laços familiares e de seus locais de origem. Desse modo, as oficinas nos fizeram refletir sobre a romantização da infância que é inalcançável para algumas experiências. Os relatos das mulheres que participaram das oficinas demonstram a vivência de uma infância distante da memória, repleta de mágoas, ressentimentos e traumas carregados por toda a vida. Maternidade precoce, cuidado dos ir-

6 - Agradecemos a Caroline Lima dos Santos, historiadora, arte-educadora e mestranda em educação pela UNEB que desenvolve trabalho pedagógico e de formação com as bonecas Abayomi.

mãos mais novos, trabalho, cuidado com a casa, violência e privação são os temas mais discutidos como empecilhos à vivência de uma infância saudável.

Na segunda oficina⁷, foi escolhida o bordado em folhas secas, uma técnica que demanda pouco material e pode ser realizada com matéria prima de fácil acesso. A intenção era de que, através do processo de bordado, as participantes pudessem pensar em suas juventudes e nos processos de conformação enquanto mulheres, e pensar em palavras que expressassem o sentimento da construção de identidades, de superação, bem como de incentivo e de força para transpor o momento que viviam.

Na oficina, identificamos algumas palavras escolhidas pelas internas para serem bordadas nas folhas, tais como: felicidade, fé, justiça, liberdade, família e linda. Uma das participantes, uma jovem negra de vinte e quatro anos, bastante comunicativa, direcionou a conversa e, como já tinha habilidade de costurar e bordar, aprendeu rapidamente e foi fazendo suas obras, enquanto contava suas vivências.

Utilizando as oficinas como estratégia metodológica, percebemos que ocorre um deslocamento do lugar central das pesquisadoras, como aquelas que conduzem a entrevista. As oficinas permitem falas espontâneas e uma impressionante associação entre as experiências do passado e do presente. Enquanto bordávamos, falamos de vários temas que se relacionam com a vivência do aprisionamento. A jovem a que nos referimos, por exemplo, conta como usa o tempo para se distrair e que procura fazer o máximo de atividades que estão disponíveis para "*poder ficar sã e não se perder na cadeia*". Segundo seu relato, o aprisionamento na instituição pode fazer e faz com que muitas mulheres percam a dimensão da realidade e se entreguem às drogas psicotrópicas ou desenvolvam transtornos psicológicos. Apesar de ser jovem, sua fala apresenta maturidade e seu comportamento certa imponência e seriedade. Talvez sejam esses traços e elementos de resistência e enfrentamento ao contexto de prisão que

7 - Agradecemos a contribuição de Poliana Souza, design de moda e mestrandia em Sociologia pela Universidade do Porto/Portugal que desenvolve trabalhos de ativismo através do bordado e outras artes.

demandam uma postura de força e discernimento visando a própria integridade.

A terceira oficina⁸ foi de penteados e tranças, e o nosso objetivo era estimular o diálogo sobre os cabelos, e falarmos de identidade e orgulho da negritude, ou seja, pensar a estética como ferramenta de posicionamento e da disposição dela enquanto elemento marcante de uma identidade (FIGUEIREDO e CRUZ, 2016). Ao oferecer a oficina de tranças e penteados, pensamos que seria interessante propor o debate sobre os cabelos, estética e sobre a relação destes na transmissão de afeto e conhecimento entre mulheres negras. De acordo com Lopes e Figueiredo (2018), pensar o cabelo crespo como fator político identitário requer compreender muito mais do que o fator material, já que este traz uma representação em si e de si. Assim, as autoras colocam que enfrentar uma ordem política e estética ditada por muitos anos é um ato político, no qual surge a perspectiva político-identitária.

Interessante é que das três primeiras internas que chegaram, duas jovens negras, uma delas grávida, usavam o cabelo alisado com escova e prancha, outra, jovem branca, tinha o cabelo liso-ondulado natural, e a que chegou por último, jovem negra, tinha o cabelo crespo natural. Quando questionadas se tinham possibilidade de cuidar dos cabelos, elas afirmaram que somente tinha quem pudesse pagar. Indagamos, então, se o espaço identificado como salão de beleza era um espaço coletivo. A resposta foi imediata: *“que nada, aqui tudo você tem que pagar, se você não tem com o que pagar fica sem nada”*, as outras confirmaram a informação através de gestos e palavras.

No decorrer da oficina, entendemos que a expectativa de que as mulheres iriam se interessar por fazer tranças e penteados nos seus cabelos e que poderíamos discutir questões de heranças culturais, ancestralidade, afeto e transmissão de conhecimento através da memória, não se efetivou. A recusa delas em tratar da relação

8 - Agradecemos a Margarida Duete Bendo, Cientista Social e Mestranda em Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO/UFBA).

entre cabelo crespo ou trançado nos surpreendeu porque parecia caminhar na contramão dos movimentos afirmativos femininos negros. Ademais, a praticidade do uso do cabelo trançado num contexto de privação de liberdade nos parecia uma estratégia de beleza e da elevação da autoestima importante. A questão da autoestima negra associada à afirmação do cabelo natural tem sido uma constante em pesquisas (FIGUEIREDO, 2016; LOPES, 2018). De todo modo, é importante registrar aqui a necessidade de entender melhor o motivo da recusa delas e a complexidade relativa ao fortalecimento da identidade através da valorização da estética negra.

Por fim, uma das internas que contava sua história, nos indagou: *“O que você sentiu quando entrou aqui, quando passou pelo portão?”* O direcionamento do assunto ao ser tratado, o deslocamento de quem pergunta, a curiosidade sobre a nossa trajetória, representa um movimento importante entre pesquisadoras e interlocutoras, pois demonstra uma intimidade em apresentar as suas próprias dúvidas e questionamentos, além de colocar em evidência a vida das acadêmicas, que, a priori, estavam ali a pesquisar, entender, escutar, elaborar e refletir sobre as experiências de vidas encarceradas, mas que, ao final, depois do trabalho, retornam as suas casas. Ao final, a sensação de ver mulheres tão parecidas, tão comuns a nós, em uma instituição de prisão, nunca pode ser naturalizada, poder ouvir de forma sensível tantos relatos de violência, de dor, revolta, saudade, desenganos e ilusões nos coloca tão suscetíveis e vulneráveis que se torna complexo verbalizar ou construir uma descrição criticamente densa, para além do que conseguimos relatar aqui.

Tudo é oportunidade

Neste ponto, abordaremos alguns aspectos da trajetória de Vida, mulher de 29 anos, autodeclarada parda, ensino fundamental I incompleto, sem filhos, oriunda do estado de Pernambuco, que pediu para não ser identificada. Sua participação foi importante nas oficinas e nos diálogos que estabelecemos após a realização das mesmas e

a escolha de replicar aqui alguns trechos de sua narrativa se dá pelo contato frequente que tivemos no campo e pelo conhecimento que tivemos sobre sua trajetória na unidade, entendendo que seriam elementos interessantes para discussão e análise. O conjunto da descrição sobre sua vida antes da prisão está permeado de histórias que se iniciam numa situação de abuso infantil, e passa por episódios de violência, privações materiais de diversas ordens e falta de oportunidades, como os presentes na descrição dos dados sobre a maioria da população carcerária nacional. Ela estava⁹ presa há três anos no Conjunto Penal Feminino de Salvador, e ganhou o direito à progressão de regime para o aberto. Vida possui algumas características físicas, modo de vestir e comportamentos considerados socialmente masculinos, ou fora dos padrões de feminilidade construídos e designados para as mulheres.

Ainda que se afirme como mulher, é chamada e identificada pelas companheiras de prisão com o nome de John. Segundo seu relato esse é *o nome de guerra, nome de cadeia*, que não se estende para a identificação entre as agentes penitenciárias e demais funcionários do Conjunto Penal, que a chamam no feminino pelo nome que consta em seu registro. De acordo com sua fala, ela se sente confortável com seu corpo e sua identidade sexual de *mulher lésbica*, ou seja, ela sempre se relacionou afetiva e sexualmente com mulheres.

De acordo com Simone Brandão Souza (2018), a masculinidade performatizada no presídio, ainda que sejam masculinidades femininas, como uma releitura da masculinidade, ainda é lida e vista como relativa ao homem (ibid. p. 222). Ou seja, as mulheres que performam gênero feminino assumem atividades e comportamentos próprios da construção universal da feminilidade como atividades domésticas e outras designadas às “esposas”, assim como ocorrem com as mulheres que assumem características e comportamentos próprios dos homens e dos “maridos”. De tal modo, sendo performatizada por um corpo de mulher, este pode ser tanto alvo de preconcei-

9 - Dois meses após o último contato que tivemos a detenta recebeu o benefício do regime aberto, onde se encontra até o momento.

tos, como também de garantia de poder nas relações entre as presas (ibid. p. 222). As conclusões da autora, neste sentido, são de que as categorias binárias e essencializadas de gênero não são suficientes para abarcar toda a diversidade de identidades sexuais e de gênero performatizadas na prisão, ainda que essas identidades sejam de forma corrente associadas a reproduções dos padrões da heterossexualidade (ibid. p. 237).

Vida, enquanto era interna do Conjunto Penal Feminino, trabalhou na manutenção dentro da unidade prisional recebendo remuneração e remição de pena¹⁰, produzindo também bonecas de pano que eram trocadas por outros itens (alimentícios, de higiene e limpeza), ou vendidas por familiares de outras internas. O trabalho desenvolvido dentro da instituição era de pintura e pequenas manutenções no prédio. A história que narra de sua vida tem aspectos da separação dos pais e do afastamento da convivência com sua mãe ainda quando era pequena. Desde sua prisão, seus laços familiares ficaram mais restritos e ela conta que teve contato com o pai e seus irmãos poucas vezes, mas não havia falado com a mãe desde então, além disso, contou que recebeu uma carta de um amigo. Demonstrando a solidão pela qual uma mulher é submetida a partir de sua prisão, o corte dos laços familiares, o afastamento de qualquer ente são alguns dos aspectos aos quais as mulheres mais narram.

Ao perguntar a ela o que é uma cadeia, ela responde que sua visão de antes havia mudado com o processo que estava vivendo, afirmando categoricamente: *“Rapaz... Cadeia pra mim é um aprendizado. Se não aprender aqui não aprende em mais lugar nenhum, que aqui é um filho chora e realmente a mãe não vê”*.

O uso do ditado: Cadeia é o lugar *“onde o filho chora e a mãe não vê”* foi ouvido mais de uma vez no relato das mulheres presas, e pode representar, mesmo em sentido amplo, aquilo que acontece de modo violento e sem consentimento e onde não há a quem recorrer e nem pedir ajuda. Além disso, a definição da cadeia como aprendi-

10 - Remição de pena corresponde ao abatimento dos dias e horas trabalhadas do preso que cumpre pena em regime fechado ou semiaberto, diminuindo a condenação a qual ele foi sentenciado.

zado ou escola também é recorrente nas narrativas das pessoas privadas de liberdade. Contudo, na maioria das vezes, demonstra tom negativo, ou seja, a cadeia como lugar onde se aprendem coisas não necessariamente boas ou que irão proporcionar melhora em suas condições, o relato demonstra que o aprendizado pode ser absorvido ou não pela pessoa que a experiencia.

A mesma interna, quanto questionada sobre o processo de ressocialização, garante que *“pra quem quer acontece, mas, só pra quem quer”*, afirmando que mesmo com dificuldades é possível buscar novas oportunidades que poderão fazê-la *“mudar de vida”*. No entendimento de Vida, a ressocialização está na tomada de consciência e decisão de mudança no que se refere ao comportamento e à realização de ações criminalizadas. Ou seja, é um despertar subjetivo da pessoa presa querer mudar e se ressocializar seguindo um caminho que não seja o da reincidência no crime, delineando a aparência de oportunidades restritas.

No relato da entrevistada sobre o tema, fica evidente a ineficácia do sistema e também a existência de injustiças cometidas contra algumas mulheres. Ela afirma que *“a justiça tem hora que ela é cega, ela é oportuna. Eu acredito que dentro dessa unidade tem pessoas inocentes, entendeu? Tem pessoas inocentes aqui dentro desse lugar”*. Assim, ela continua destacando o alto número de mulheres presas em regime provisório, aquelas que ainda não receberam sentença definitiva em seus processos, além do relato de outras inúmeras que afirmam estarem presas devido a crimes cometidos por companheiros, maridos e namorados. Vida ainda afirma que *“tem muita mulher aqui que por não ter advogado e dinheiro fica aí”*.

Indagamos também, sobre a sociedade fora da prisão e sobre o que ela pensa sobre as pessoas privadas de liberdade. Sua resposta é categórica ao afirmar que somente a experiência vivenciada por elas pode explicar a sensação que é ser uma pessoa presa, assim, a sociedade extramuros não pode medir o que é estar preso, em suas palavras:

Eles acham que aqui a gente só está privada de liberdade, mas, não sabe o que a gente passa aqui dentro, sofrimento né? Sofrimento e independente seja quem for aqui dentro sofre, não adianta. Sofrimento, às vezes, é uma coisa que a gente não tem nem expressão de falar. Só quem passa que sabe (Vida. 09/19).

Um elemento fundamental para dar apoio e ajuda as pessoas privadas de liberdade e para aquelas egressas são as oportunidades. Seu relato demonstra de forma taxativa que as oportunidades podem transformar suas vidas e ajudar de maneira fundamental no processo de readaptação a vida pós-prisão.

Eu acredito assim, abraçar dando oportunidade que eu acho que pro ser humano se transformar, apagar, tentar apagar aquela visão na sociedade é oportunidade, não existe outra coisa, só oportunidade. Não que ninguém vai pegar ninguém no colo e dar de mamadeira né? Mas você vê, tipo, eu me sinto uma pessoa que eu preciso de uma oportunidade lá fora. Eu acho que eu mereço uma oportunidade lá fora porque a minha transformação já está vindo aqui de dentro, né? Então eu mereço uma oportunidade, né? (Vida, 09/19).

Seu relato é muito forte e demonstra que a chave para transformação é a oferta de oportunidades. Não obstante, há se discutido que o que contribui para perpetuação das desigualdades é a falta de oportunidades. Assim, pessoas que têm acesso à formação escolar e acadêmica, com estrutura familiar sólida, dentre outras possibilidades, irão conseguir acessar oportunidades que pessoas que não têm terão muitas dificuldades.

Menos um dia

Priscila da Costa é uma mulher branca, de trinta e quatro anos, oriunda de Jaboatão dos Guararapes- Pernambuco. Sua formação escolar é completa até o ensino médio através do ENCEJJA PPL¹¹,

11 - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para detentos e jovens, sob medida socioeducativa, que inclui privação de liberdade.

realizado dentro do Conjunto Penal Feminino de Salvador. Ela conta que está na Bahia desde 2006, cumprindo pena de reclusão naquele estabelecimento há mais de três anos. O interesse em apresentar aqui alguns trechos da entrevista realizada se dá por ela trabalhar na biblioteca da unidade e ter sido aprovada pelo SISU¹² para ingressar na Universidade Federal da Bahia no curso de Biblioteconomia e de ter seu pedido de liberação para cursar recusado, além da repercussão deste caso gerada na mídia.

Seu histórico familiar antes da prisão também expõe fenômenos relacionados à pobreza, a violência doméstica e privações. Seus pais residem na região metropolitana de Recife junto de sua filha de dezessete anos e de seu neto de um ano. A manutenção do contato com seus pais e filha fica restrito a um dia na semana em que há atendimento no serviço social, quando as mulheres podem realizar uma ligação para algum deles. Afora essas ligações, ela não recebe nenhuma visita. No momento de nossa conversa, ela afirma que estava há dois meses sem se comunicar com a família devido a problemas técnicos na linha telefônica da unidade, e que consegue através de familiares de outras internas enviar cartas para sua família.

Além dos pais, de sua filha e neto, Priscila teve um filho assassinado há três anos, por um crime passionai. Ou seja, quando seu filho foi morto ela já estava cumprindo pena e não teve possibilidade de se despedir, nem comparecer ao velório. No seu relato, ela conta sobre a primeira vez que foi presa:

A primeira vez que eu fui presa, eu fui presa inocente, eu cometi o crime dentro da cadeia. Eu entrei no crime dentro da cadeia. Eu aprendi lá, eu conheci uma estelionatária e ela “você é muito bonita, você fala muito bem, você escreve muito bem”. Quando eu saí não tive oportunidade de trabalho, e aí eu fui presa por estelionato (Priscila da Costa, 09/19).

Assim, quando diversas pessoas presas relatam que a cadeia é uma escola, essa frase tem duplo sentido, seja o de aprender a “li-

12 - Sistema de Seleção Unificada para o ingresso no ensino superior.

ção”, a moral instituída a não repetir algum crime, ou ainda, aprender outras modalidades dele. Isso fica evidente na fala das interlocutoras que afirmam a dimensão escolar da prisão, do ensino para o bem, não voltar a infringir as leis, para não viver a experiência de privação novamente, ou a dimensão de ensinar a como cometer outras categorias dele, como foi relatado acima.

No que se refere ao seu entendimento sobre ressocialização, Priscila afirma enfaticamente que não acredita que possa acontecer esse movimento com pessoas presas, não por que elas não estejam dispostas a reavaliar suas ações, nem por ser um ato que dependa, exclusivamente, da pessoa egressa, mas por todo o complexo sistema em que estão inseridas e que deixa profundas marcas em suas trajetórias de vida. A ressocialização é possível?

Não. Como? Trancada? Não tem oportunidade. Com certeza, eu não tenho preparo. Tipo, “prende, joga aqui”, ficou aqui esperou, ele não quer saber o que acontece, se for condenada, tudo bem, espera seu tempo “ô, tchau, se vire”. Na verdade, é isso que acontece, eles pensam assim, ela vai voltar (ao sistema prisional), porque na verdade é isso que acontece. Porque eles não querem saber “não faz nada de errado”, se não ter o que comer, se não ter onde morar, na verdade eles pensam assim... os presos egressos também, eles são totalmente desassistidos. É difícil ficar na casa de outras pessoas, eu tive que sofrer humilhação, eu tive que ver gente comendo um prato de macarrão e eu ter que comer pão (Priscila da Costa, 09/19).

Além de afirmar as dificuldades do processo de sair da cadeia e tentar reconstruir sua vida, a busca pelo sustento através do trabalho é quase sempre um desafio inalcançável. Ao ser questionada ainda sobre a visão da sociedade sobre as pessoas presas, ela narra os preconceitos presentes em discursos do senso comum a respeito da população carcerária. Em sua fala:

Muito preconceito. O povo pensa que o fato de achar que a gente não faz nada aqui a gente está achando bom, né? Mas é completamente o contrário. Porque o sistema é arcaico. E machista também, e não tem como dizer que não porque

é... Porque os homens (presos) eles trabalham, eles têm varias opções de trabalho, no regime fechado eles saem pra trabalhar em obras públicas, eles trabalham em fábricas que tem dentro do complexo e a gente não tem nada disso (Priscila da Costa, 09/19).

Priscila, ainda quando questionada sobre como a sociedade poderia contribuir com as pessoas presas e egressas do sistema prisional, apresenta uma consciência crítica e, assim como a interlocutora anterior, afirma que é necessário que haja oportunidades. Sua resposta contundente surpreende:

Eu acho que se a sociedade fosse mais participativa, procurasse conhecer melhor o sistema prisional, do que a gente passa aqui dentro, porque tipo assim, eu não reclamo por estar presa, eu reclamo pelos meus direitos que não são exercidos, eu cometi um erro, eu tenho que pagar, eu sou consciente dos meus atos, entendeu? (Priscila da Costa, 09/19).

Argumentamos que a penalização pelo crime é o cumprimento da privação de liberdade em instituição prisional; no entanto, a privação alimentar, de saúde, educação e acesso à defesa em seu processo penal também é sentida por algumas pessoas presas. Ela relata que:

A saúde é difícil. No momento eu estou sendo privada de um direito que é a educação, que é um direito constitucional, eu estou sendo privada disso, por um erro que não é meu, no caso, por uma falta que não é minha. Não é uma deficiência minha, entendeu? É uma deficiência do Estado (Priscila da Costa, 09/19).

Nesta fala, ela se refere à negação do seu pedido de frequentar a graduação em Biblioteconomia após ser aprovada no Sistema de Seleção Unificada (SISU) através da nota obtida no ENEM PPL¹³. Além do indeferimento de seu pedido, ela conta sobre os problemas estruturais do prédio, como por exemplo, as celas com pouca iluminação e ventilação natural, que geram desconforto e insalubridade,

13 - Exame Nacional do Ensino Médio para pessoas privadas de liberdade.

e fala que em períodos mais frios elas têm de encontrar meios de se aquecer para dormir:

É gelado, é um corredor gelado. A gente não tem um pátio como é no masculino que é um pátio aberto, aqui é um corredor, né? Então o sol é mínimo, é escuro. A gente sofre muito também com infiltração e a roupa da gente é essa aqui (segura a farda) é a camisa e o short, não pode entrar, quando entra é aquelas camisas térmicas, mas o térmico ele não esquenta, ele não faz nada, ele mantém a temperatura do nosso corpo. Só entra lençol branco, não entra nada grosso. Nesse frio, eu tive que dormir com a minha companheira de cela, eu com a cabeça de um lado e ela de outro, pra gente poder colocar dois lençóis um em cima do outro. Aí noite de frio a gente faz muito isso (Priscila da Costa, 09/19).

No final do diálogo, ela afirma que sua maior vontade no momento é estudar e se formar antes de sair da cadeia, alegando que a justificativa do indeferimento de seu pedido, de que está cumprindo pena em regime fechado, é falha, pois ela tem conhecimento de dezenove pessoas no país que tiveram acesso à educação mesmo em regime fechado, ou seja, o caso dela tem prerrogativa legal. Apesar da negativa recebida, ela conta que conseguiu fazer a matrícula por procuração e que o curso estava trancado, pois havia emitido recurso contra a decisão judicial, para o qual aguardava resposta.

Considerações finais

Em conjunto com os dados trazidos para esta pesquisa, pudemos observar que mais de 60% das mulheres presas estão relacionadas ao tráfico de drogas, em posições baixas na hierarquia das organizações de comércio de drogas, ou seja, elas não ocupam cargos altos e de grande responsabilidade. Ademais, no *locus* específico deste estudo, pudemos ver que a maioria das mulheres presas são jovens, negras, com escolaridade formal em baixos níveis e que, anterior ao processo de aprisionamento, exerciam atividades laborais

sem qualificação profissional, num cenário de precária inserção ao mercado de trabalho e renda, e mais da metade aguardam a sentença definitiva em regime provisório. É possível afirmar que, antes da prisão, as mulheres em situação de encarceramento apresentam histórico de diversas privações no sentido social, econômico e afetivo em suas vidas, e que estas carências se acentuam a partir do momento em que têm suas liberdades cerceadas.

Para nós ficou visível a situação degradante dos estabelecimentos penais, bem como as dificuldades estruturais as que elas estão submetidas, para além da privação de liberdade. Por este motivo, decidimos, a partir de diálogos mais profundos, compreender a percepção dessas mulheres sobre eixos gerais do processo de encarceramento, que permitam uma análise social do cárcere e das prisões a partir do olhar de pessoas inseridas nesse sistema. Uma série de privações e o rompimento de laços impostos pelas dinâmicas e normatizações institucionais e extraoficiais subjagam e violentam presas e familiares, de modo que a extensão da dor causada pela prisão aos familiares livres representa uma desestruturação familiar e a extensão da penalização pelo delito cometido afeta às mães, filhos e outros familiares.

As considerações sobre a pesquisa realizada giram em torno mais de reflexões do que em resultados próprios. Desse modo, pôde-se entender que as realidades de pobreza, violência e desigualdades em que estão inseridas essas mulheres são alocadas em uma estrutura que seleciona e filtra a população prisional. Mais do que pelo delito em si, as condições de raça, gênero, classe, escolaridade e acesso ao trabalho dão as principais características da clientela do sistema prisional. Por isso, consideramos que a prisão é um local de produção de dor e de angústia, no qual o sofrimento está em todas as pessoas, e pode ser sentido no ar e na energia do local, o que exprime marcas de privações e violências simbólicas e físicas nas mulheres em situação de encarceramento, estas que já trazem em seus históricos de vida realidades semelhantes de dor e sofrimento. Todas essas marcas de vida, somadas a violência social e institu-

cional a que são submetidas, ficam muitas vezes guardadas, e são expressas em narrativas de dor, de conflito, de revolta, mas também de resistência, de troca, de solidariedade e de esperança.

Diversos elementos encontrados e discutidos poderão ser abordados em estudos futuros, devido a importância e relevância de compreender os meandros da resistência e sobrevivência da população carcerária no Brasil. Para as mulheres temas como maternidade, identidade, afetividade, trabalho e criminalização necessitam de análises urgentes para se entender como a legislação, principalmente a que garante os direitos humanos, se afasta da realidade conhecida em uma unidade prisional.

Referências

BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo, Ed. Terceiro Nome, 2010.

BRASIL. **Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen Mulheres**, Departamento Penitenciário Nacional. 2018.

COLLINS, Patrícia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e, além disso. **Cadernos Pagu (51)**. Tradução: Angela Figueiredo e Jesse Ferrell. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510018>

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens**: interseccionalidade, política de identidade e violência contra mulheres não-brancas. *Revista Subjetiva*, julho 2014.

DA SILVA, Carla Adriana Santos. **Ó Pa Í, Prezada! Racismo e Sexismo Institucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador** – Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 200 f. 2014.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

D'SOUZA, Radha. **As prisões do conhecimento**: pesquisa ativista e revolução na era da “globalização”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 145-171.

FIGUEIREDO, Angela. GOMES, Patrícia Godinho. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis 398 p. 909 – 927; 2016.

FIGUEIREDO, Angela. CRUZ, Cintia. **Beleza negra**: representações sobre o cabelo, o corpo e a identidade das mulheres negras. EDIUFRRB. 2016 158 p. Coleção UNIAFRO.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo Negro caído no chão**: O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação (Universidade de Brasília, 2006).

GOMES, Thais Candido Stutz. **Aprisionamento(s) de mulheres**: a domesticação dos corpos no sistema prisional feminino. Monografia, Universidade Federal do Paraná. 2016.

LOPES, Dailza Araújo. FIGUEIREDO, Angela. Fios que tecem a história: o cabelo crespo entre antigas e novas formas de ativismo. **Revista OPARÁ: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação UNEB**. v. 6, n. 8 (2018). Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/opara/issue/view/316>>.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O lugar – e em lugar – do método. In: **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2000.

REIS, Vilma M. dos S. **Atucaiados pelo Estado**: as políticas de segurança pública implementada nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991-2001. 247f. Dissertação Salvador, 2005.

SOUZA, Cristiane Santos. **Trajatória de migrantes e seus descendentes: transformações urbanas, memória e inserção na metrópole baiana**. Tese Campinas: Unicamp, 2013.

VALE, Maíra Cavalcanti. **Cachoeira & a inversão do mundo**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP, 2018.

Situando os estudos das masculinidades negras no Recôncavo da Bahia¹⁴

Júlio Cerqueira
Osmundo Pinho

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa de dissertação de mestrado, cujo objetivo foi compreender como jovens homens negros constroem seus projetos de vida e suas identidades masculinas, a partir dos sentidos e significados atribuídos à raça e ao racismo, tendo a escola pública como lócus da investigação.

A pesquisa esteve vinculada ao grupo de pesquisa “Brincadeira de Negão¹⁵”, um expoente crítico dos estudos das masculinidades negras no Recôncavo da Bahia, que tem como objetivo investigar identidades e subjetividades de jovens homens negros na escola pública. Neste capítulo, descrevemos o percurso de desenvolvimento da pesquisa, ao mesmo tempo em que estabelecemos relação com afiliações conceituais, teóricas e metodológicas do projeto de pesquisa Brincadeira de Negão, buscando situá-las como um referencial nos estudos das masculinidades negras.

Inspirados pela teoria social crítica, procuramos nos posicionar no campo da produção do conhecimento, estabelecendo uma relação dialógica com nossos interlocutores, característica do nosso labor intelectual, com ênfase nos estudos de masculinidades negras

14 - O capítulo é parte da dissertação de mestrado, intitulada *PROJETOS DE VIDA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES MASCULINAS DE JOVENS HOMENS NEGROS: uma etnografia numa escola pública da zona rural, no Recôncavo da Bahia*. Apresentada ao PPGCS /UFRB em 2019, que pode ser acessado em versão completa no link <https://www1.ufrb.edu.br/pgcienciasociais/dissertacoes-de-mestrado/category/23-2019>, Financiada pela CAPES no período de 2017/2019.

15 - BN: “Brincadeira de Negão”: Subjetividade e Identidade entre Jovens Homens Negros na Bahia. Para mais detalhes sobre a estrutura e objetivos do projeto de pesquisa Brincadeira de Negão, ver documento disponibilizado a partir do link https://www.academia.edu/6191750/_Brincadeira_de_Neg%C3%A3o_Queering_Masculinidad_y_Negritud_en_La_Cultura_Popular_Brasile%C3%B1a.

neste território, a partir das análises sobre gênero e produção de subjetividades e identidades masculinas racializadas.

A pesquisa teve como método de investigação a etnografia, em diálogo com a perspectiva da antropologia crítica, procurando analisar as relações sociais a partir da experiência vivida de jovens homens negros, valorando suas experiências enquanto categorias de análise, indagando-os acerca dos seus projetos de vida e construção de suas identidades masculinas, utilizando conceitos que procuram dar conta da relação estabelecida entre a estrutura e o sujeito na intersecção entre a raça e o gênero.

Este capítulo deriva de um contexto situacional do Colégio Estadual Rômulo Galvão-CERG, uma escola pública, situada na localidade do Outeiro Redondo, zona rural da cidade de São Felix-BA. Nesta escola, buscamos investigar como as identidades e subjetividades de estudantes jovens homens negros são atravessadas por processos simbólicos, a exemplo da “crise do sujeito masculino”, que está correlacionada à ação dos mecanismos de violência e a representação racializada de seus corpos, bem como a defasagem e o abandono escolar.

O capítulo está dividido em três seções, nele descrevemos seus objetivos e referenciais teóricos, bem como descrições etnográficas e os resultados da pesquisa, e refletimos sobre um conjunto de abordagens metodológicas desenvolvidas junto à escola, a exemplo da observação participante, rodas de conversa, e entrevistas semiestruturadas que temos denominado de metodologias emancipatórias (PINHO, 2014; 2016), seguindo as perspectivas do projeto de pesquisa Brincadeira de Negão.

A primeira seção é composta pela problemática de pesquisa, que situa o leitor acerca dos processos de representação e classificação de pessoas negras, estabelecendo diálogos com os estudos decoloniais, dando ênfase para racialização como resultado dos efeitos da colonialidade. Na segunda seção, apresentamos a metodologia da pesquisa, estabelecendo diálogo com o trabalho do grupo de

pesquisa 'Brincadeira de Negão' junto à escola, buscando a partir da relação dialógica e da proximidade com ponto de vista de nossos interlocutores, construir uma metodologia de análise emancipatória com foco na descrição etnográfica (PINHO, 2016).

A terceira seção é composta pelos resultados da pesquisa, estabelecendo diálogos entre categorias de análise que emergem no campo e apontam para relevância conceitual dos estudos sobre identidades masculinas racializadas, desenvolvidas pelo conjunto de pesquisas que compõe o projeto Brincadeira de Negão, ao passo que interpreta os dramas sociais que atravessam a experiência vivida de sujeitos racializados no território do Recôncavo baiano, apontando para antinegritude como fator determinante na produção de imaginários raciológicos responsáveis pela estruturação de sistemas simbólicos de representação e desigualdades que atuam sobre as identidades e subjetividades de pessoas negras.

Posicionando masculinidades racializadas

A colonialidade estruturou, para experiência de pessoas negras, elementos que delinearão significados objetivos, condicionando a corporeidade negra na posição de sujeitos subalternizados, de modo que raça e racismo caminham como referenciais estabelecidos a partir da cor da pele, em consonância com aspectos relacionados à identidade e a cultura. Esse caminho tem sido percorrido de forma coletiva pela experiência negra a partir da ausência ou inserção subordinada nos contextos sociais.

A pesquisa procurou articular o diálogo com o ponto de vista dos jovens homens negros a partir de suas percepções acerca de raça e racismo, buscando interpretar a relação desses dois marcadores estruturais com seus projetos de vida e suas identidades masculinas, considerando a racialização como fator estrutural que atravessa as experiências de vida de sujeitos posicionados em contextos de diáspora.

Com a finalidade de compreender seus projetos de vida, utilizamos a perspectiva de 'projeto' definida por Velho (1994), como

conduta organizada para atingir finalidade específica, correlacionando suas aspirações de projetos de vida com suas posicionalidades na estrutura social, valendo-se das considerações do conceito de anti-negritude defendida por (VARGAS, 2016), como forma de compreender a relação entre posicionalidade negra e projetos de vida.

O conceito, segundo Vargas (2016), revela-nos, a partir da análise estrutural, um processo de negação da existência negra constituído por uma ordem de fatores, sociais, transhistóricos e culturais construídos a partir da presença negra, tendo como marcador temporal a ação do colonialismo nas sociedades diaspóricas, configurando o processo de dominação e exploração colonial, situando a posicionalidade negra em um não lugar, marcado pela desumanização e naturalização da não negritude.

Neste sentido, as fundamentações que tratam sobre colonialidade do poder na América Latina procuram explicar tal problematização como perspectiva que estabelece os impactos sofridos por sujeitos situados em sociedades atingidas pela colonialidade eurocêntrica, refletindo sobre o caráter determinante, estrutural e objetivo da racialização, como salienta Quijano (2007, p. 107):

A 'racialização' das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais foi o sustento e a referência legitimadora fundamental do carácter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjetivo. Ou seja, da sua colonialidade. Converteu-se, assim, no mais específico dos elementos do padrão mundial do poder capitalista eurocentrado e colonial/ moderno e atravessou - invadindo - cada uma das áreas da existência social do padrão de poder mundial, eurocentrado, colonial/moderno.

Tais fatores definem as relações de poder e dominação estabelecidas no campo estrutural, em que sujeitos negros estão posicionados como parte das novas identidades societais, como produtos da colonialidade (QUIJANO, 2007), de modo que suas experiências estão condicionadas por objetividades fixadas no mundo colonial,

como objeto e abjeto, atingidos na sua consciência individual (FANON, 2008).

Neste sentido, as experiências vividas pelos sujeitos negros servem como categorias de análise, remetendo-nos a Maldonado-Torres, ao descrever o conceito de colonialidade do ser *“El surgimiento del concepto “colonialidad” del ser responde pues a la necesidad de aclarar la pregunta sobre los efectos de la colonialidad en la experiencia vivida, y no solo en la mente de sujetos subalternos”* (2007, p. 130). Esse diálogo, situado na experiência vivenciada por sujeitos racializados, revela-nos o fator ontológico da diferença, como base central da colonialidade do ser, atingindo identidades e subjetividades, fator central na perspectiva Fanoniana, ao enfatizar que:

Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica, de um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou menos pretensiosamente seus costumes e instâncias de referência com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta (FANON, 2008, p. 104).

Tais considerações demarcam um sistema simbólico de violências que atinge a corporeidade negra, materializada na experiência vivida na sociedade moderna (GORDON, 1997; QUIJANO, 2007), compondo elementos que atuam como resultado do processo construído pela diferença ontológica colonial, categoria difundida no pensamento Fanoniano para caracterizar a diferença enquanto elemento que produz mecanismos simbólicos de exploração, dominação e controle. Este processo aponta para os efeitos produzidos nas identidades de sujeitos racializados, condicionados a elementos fixados pela ontologia colonial.

Escolhemos o contexto escolar como campo de investigação por se tratar de um ambiente permeado por elementos de reprodução normativa no que diz respeito a sua estrutura e as relações sociais, considerando a escola pública como um espaço institucionalizado que tem sido responsável pela formação do conhecimento, mas tam-

bém espaço para reprodução de valores, padrões e clivagens sociais que fabricam sujeitos, seus corpos e suas identidades (JUNQUEIRA, 2009).

Segundo Araújo (2016), a inserção de jovens homens negros no contexto escolar perpassa por violências provocadas pela representação racializada, entre raça e gênero ao passo que para Giugliani (2019, p. 40):

[...] a escola assume, assim, um papel ativo na construção de identidades, apelando a mensagens estereotipadas sobre as possibilidades disponíveis para cada sexo, ou seja, a existência de um discurso direcionado para um estudante neutro é feita em paralelo com uma intensa normalização de áreas adequadas a cada um dos sexos.

Nessa perspectiva, ainda conforme Giugliani (op. cit, p. 40):

Mesmo sabendo que a escola não é a única instituição a influenciar as masculinidades – e também que pode não ser a mais importante delas, uma vez que, se sabe que a família, a mídia, entre outras atuam fortemente nesse processo –, a visibilidade dos resultados escolares de jovens rapazes e moças tem tido a vantagem de trazer para o espaço escolar a masculinidade como categoria de análise, tornando-se um problema de investigação científica.

Ao investigar como são construídas as identidades e subjetividades de jovens homens negros inseridos no contexto da escola pública, temos uma investigação subsidiada por um campo de atuação regulada, uma vez que o papel da escola é colaborar com a construção de identidades masculinas que corroborem com o processo instituído pelos moldes do Estado, formulados como lógica institucional de educação, cidadania e ordem social, que irão reverberar na produção das suas identidades e subjetividades.

De acordo com Pinho (2016, p. 1), o trabalho desenvolvido na escola acerca das subjetividades e identidades masculinas é uma análise de situação comprometida e baseada numa revisão crítica fundamentada, denominada de epistemologia provisória, atravessada por con-

tradições das epistemologias ocidentais, mas empenhada em produzir conhecimento que não reitere as formas hierárquicas da produção do saber, buscando a consolidação de uma metodologia emancipatória.

Metodologias emancipatórias e o brincadeira de negão

Seguindo as considerações de Pinho (2014; 2016), Araújo (2016; 2019) e Giugliani (2019), temos desenvolvido em diálogo com nossos interlocutores na escola, o que denominamos de metodologias emancipatórias, que são compostas por um conjunto de atividades que fogem a uma lógica fundamentada na homogeneização dos sujeitos, estabelecendo centralidade no ponto de vista e na relação dialógica com a interpretação das experiências dos nossos interlocutores.

Para situar melhor a afiliação da pesquisa, junto aos referenciais teóricos e metodológicos do Grupo de Pesquisa BN, é relevante dispor aqui a nossa trajetória, procurando sintetizar nossa experiência na escola com os estudos sobre jovens homens negros, identidades e subjetividades. No ano de 2013, iniciamos um processo de investigação sobre a produção de subjetividades masculinas racializadas, distinguindo as categorias e estruturas de sentimento que articulam de forma problemática e divergente os sujeitos da investigação, no caso particular aqui problematizado, os jovens homens negros estudantes do Colégio Estadual Rômulo Galvão em São Félix-BA.

Ao abrigo dessa abrangente discussão proposta pelo Grupo de Pesquisa BN, outros temas se mobilizaram: a dissidência de gênero; a defasagem dos rapazes; as formas subjetivadas da violência; o corpo negro; a articulação do pagode como discurso cultural periférico, somados aos altos índices de homicídios de jovens homens negros no território. Evidentemente, a presença da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB/CAHL), localizada na cidade de Cachoeira, nos conecta geograficamente, inclusive à cidade de São Félix, cidade-irmã, que está ligada ou separada pela Ponte Dom Pedro II, no território do Recôncavo da Bahia.

Compreendemos por Recôncavo o conjunto de identidades e pertencimentos, reforçado pelos elementos sociais, políticos, culturais e econômicos do local, como política de divisão territorial com base nos Territórios de Identidade¹⁶. É nessa região que se:

Concentrou traços gerais do processo de colonização do território pelos portugueses iniciado em XVI e erguido em torno do trabalho escravo e da cultura da cana de açúcar. O apogeu das cidades ocorreu no século XVIII, e deixou como testemunho os prédios coloniais que ainda hoje adornam a orla do Rio Paraguaçu que separa as duas cidades. No século XX, as duas cidades experimentaram profunda decadência econômica, agravada com as políticas autoritárias de desenvolvimento concentracionista desenvolvidas pelo regime militar nos anos 70. Hoje em dia as cidades, ainda muito pobres, concentram focos de resistência da tradição africana no Brasil, e tem experimentado relativo renascimento em função da instalação de um campus Universidade Federal do Recôncavo da Bahia [...] (PINHO, 2014, p. 1).

Nesse sentido, os africanos e seus descendentes marcaram e marcam fortemente esse território, seja pelo samba de roda ou pelas histórias de luta dos remanescentes de quilombos, que passam sua cultura através das artes – escultura, música, capoeira, culinária e das religiões de matriz africana, compondo as identidades e subjetividades neste território (GIUGLIANI, 2019).

Assim, temos proposto através de pressupostos teóricos críticos, superar dicotomias conceituais que, como bem enfatiza Pinho (2014, p. 1-2), *“paralisam a abordagem crítica de processos sociais como as posições enrijecidas entre, por exemplo, “cultura” e “economia política”, “agência” e “estrutura”, “indivíduo” e “sociedade”*. Utili-

16 - Território de Identidade do Recôncavo (TI) – Ressalta-se que tomou-se como base a divisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), estabelecida pela Superintendência Estudos Socioeconômicos (SEI 2016- 2019), que é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado (SEPLAN), no qual regionalizou a Bahia situando geograficamente as cidades nas Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara, Varzedo, próximas à Baía de Todos os Santos.

zamos duas dessas oposições para construir o debate conceitual na busca da interpretação dos processos de formação e construção das posições sociais dos sujeitos, sem estabelecer relações focadas tão somente nas políticas de identidades.

A primeira oposição diz respeito a ‘cultura’ e ‘economia política’, que aponta para a má interpretação da relação entre cultura negra e condições de reprodução materiais que estruturam as desigualdades, demarcando campos de abordagens divergentes em relação à raça, racismo e cultura negra. A segunda oposição versa sobre a ‘agência’ e a ‘estrutura’ e, nesse sentido, sugerimos o abandono dessa dicotomia, como forma de interpretação sem essencialismos e pressuposições de um sujeito transcendente anterior às próprias práticas ou discursos (PINHO, 2014).

Nesse âmbito, a presente pesquisa procurou estabelecer uma ruptura com a dicotomia rural-urbano, a partir da observação de fenômenos sociais que, outrora relacionados somente ao contexto urbano, tornam as experiências de jovens moradores da zona rural dotadas de especificidades variantes, seja pelos que ainda estão invisibilizados socialmente, ou pelos que acompanham a tendência a migração por conta das condições relacionadas a situação social e educacional (WEISHEIMER, 2005; MARTINS, 2007).

Buscamos, assim, a partir das subjetividades e da agência dos sujeitos, compreender os efeitos da ação do mercado e do Estado, bem como, as formas de classificar sujeitos situados em contextos periféricos. Como sugere Pinho (2014, p. 3), ao demarcar o campo de interesse do projeto, “nos interessa perceber então como o Estado (em suas margens, e em sua violência genocida essencial) e o mercado (estabelecido em torno da centralidade da forma-mercadoria como “gramática” do Capital) são o recurso estrutural para os processos contraditórios desses jovens”. Apontando para racialização como parte dessa ação regulada entre Estado e mercado, propondo um compromisso com a descolonização do poder na América Latina (PINHO, 2016; ARAÚJO, 2019), através da desconstrução de imaginários raciológicos na escola pública.

Para tanto, temos utilizado a etnografia e a antropologia crítica, ao reconhecer nas vozes dos sujeitos (MARCUS,1991), potenciais que evocam os caminhos para interpretação das relações sociais de determinada cultura ou grupo social. Utilizamos categorias construídas a partir do ponto de vista nativo como elemento de análise de uma realidade social onde a etnografia nos possibilita esse contato intersubjetivo Geertz (1998), que se fortalece a partir das experiências e da interpretação, em que “almejamos produzir uma inscrição, que signifique o “ponto de vista” dos sujeitos envolvidos, assumindo como ponto de partida, na medida do possível, o universo cultural dos jovens” (PINHO, 2014, p. 1).

Temos desenvolvido a observação participante com a função de conectar a imaginação do etnógrafo com a interconexão estabelecida no campo e com os sujeitos a partir dos diálogos, e do contexto das narrativas e ações desempenhadas pelos sujeitos, produzindo, como argumenta Geertz, *“uma fórmula para o contínuo vaivém entre o “interior” e o “exterior” dos acontecimentos: de um lado, captando o sentido de ocorrências e gestos específicos, pela empatia; de outro dando um passo atrás, para situar esses significados em contextos mais amplos”* (GEERTZ, 1998, p. 31).

Essas abordagens centradas nos sujeitos surgem com a crítica direcionada a etnografia, que ainda se encontra situada no paradoxo estabelecido pelo traço colonial da antropologia clássica, na busca de uma compreensão do “outro” exótico e estranho. Esse debate surge com o nascimento da antropologia crítica, sinalizando a emergência de uma análise centrada no sujeito, tornando o fazer etnográfico não somente uma vasta descrição empírica analisada a partir de teorias, mas também uma teorização construída a partir das categorias produzidas pelos sujeitos no campo, como recurso analítico que produz interpretações (GEERTZ, 1998).

Neste sentido, há um desafio para os etnógrafos ao buscarem descrever realidades sociais através da escrita etnográfica, desafio esse que não gira somente em torno das críticas mencionadas ao fazer etnográfico, mas procuram questionar a abordagem contida no estilo de escrita do etnógrafo, como enfatiza Geertz (2005, p. 20-21):

A questão da assinatura, o estabelecimento de uma presença autoral num texto, tem atormentado a etnografia desde seus primórdios, embora o tenha sob forma disfarçada na maioria dos casos. Disfarçada, porque em geral não tem sido apresentada como um problema da ordem narrativa, uma questão da melhor maneira de fazer com que uma história honesta seja contada honestamente, mas como um problema epistemológico, uma questão de como impedir que visões subjetivas distorçam fatos objetivos.

O argumento estabelece a necessidade de uma abordagem que integre a relação entre a presença do etnógrafo e dos sujeitos observados, levando em conta os resultados dessa inter-relação, sem estabelecer, a partir de análises subjetivas, interpretações que poderão revelar a ausência de sintonia com o campo.

Desse modo, em forma de escrita, o resultado desse trabalho de campo elabora um estilo de descrição que se baseia nas questões que Geertz (2005) apresenta ao questionar a assinatura e o discurso, enquanto parte da produção textual. Ambos, segundo o autor, sugerem e procuram informar fatores relacionados à identidade, construindo uma assinatura autoral, que remeta, a partir do enunciado, um padrão que evoque a presença do etnógrafo, e na qual a potência da narrativa esteja centrada no “ponto de vista” e na perspectiva dos sujeitos, produzindo uma escrita que incorpora os conteúdos da observação e da relação dialógica no campo.

Buscamos, assim, remontar o cenário cuja experiência compõe a produção do conhecimento que se estabelece no diálogo e nas ações observadas no trabalho de campo, construindo, a partir da análise de uma parte da estrutura, formas para interpretação do todo, onde a etnografia ganha status investigativo, tornando-nos, se não aptos, mais próximos de uma compreensão a partir da averiguação desses diversos significados construídos pela interpretação, em diálogo com os elementos revelados no trabalho de campo. Por fim, para compor o referencial metodológico, temos utilizado a técnica de grupo focal que, como destaca Gatti (2005, p. 482):

[...] a técnica é muito utilizada nos trabalhos de abordagens qualitativas em pesquisa social. Nesse viés, existem casos em que o grupo focal pode ser utilizado como único instrumento de coleta de dados, como também há casos em que não é utilizado como principal técnica de coleta de dados, e sim como uma técnica exploratória utilizada na etapa inicial da pesquisa ou na etapa final. O grupo focal também pode ser utilizado para apoiar a construção de outros instrumentos de investigação como a observação.

Seguindo a autora, trata-se de uma técnica com flexibilidade efetiva, pois “proporciona ao pesquisador compreender os processos de construção da realidade vivenciada por determinados grupos sociais, assim como compreender práticas cotidianas, atitudes e comportamentos prevaletentes no trabalho com alguns indivíduos” (GATTI, 2005, p. 05).

A técnica de grupos focais permite “a um grupo previamente delimitado interagir em torno de temas, questões, imagens, músicas ou canções, sem necessariamente responder a pergunta, (ou a uma série delas) de um interlocutor, incisivo e invasivo” (PINHO, 2016, p. 18).

Destacamos esses dois aspectos com característica do trabalho desenvolvido no CERG, no qual os estudantes se ‘revestem de informalidade’, em oposição a uma abordagem inquisitorial, ao exemplo de entrevistas individuais. A finalidade da técnica de grupo focal, utilizada pelas pesquisas do projeto BN, tem função de estabelecer relação dialógica e proximidade com nossos interlocutores, além de ser um instrumento que nos possibilita avaliar e revelar contradições e oposições de um sujeito em relação ao outro, ou a determinada abordagem no contexto da pesquisa.

A metodologia utilizada pela pesquisa versa sobre o uso da etnografia e da perspectiva da antropologia crítica, buscando remontar um cenário de interpretação a partir da descrição etnográfica, da crítica relativista das abordagens antropológicas, e da pluralidade narrativa, como nos aponta Pinho ao apontar a relevância do texto etnográfico. Vejamos:

Em associação tanto com a voga pósmoderna, e sua desconfiança das meta-narrativas e sua ênfase no “significante”, quanto com a emergência de novas posições críticas contra-hegemônicas, no interior do espaço político de representação ocidental, a antropologia pós-moderna ou crítica, enfatiza o papel constitutivo das relações de poder na prática antropológica e principalmente na produção do texto etnográfico, registro intersubjetivo (ou histórico?) de uma prática desigual e assimétrica de poder, definindo o marco da antropologia contra os quadros gerais do colonialismo europeu (e americano), (PINHO, 2016, p. 12).

Demarcando um estilo descritivo e conceitual, sinalizamos para relevância da produção de modelos metodológicos que versem pela legitimidade das novas formas de construção do saber, ancoradas na relação dialógica entre pesquisador e interlocutores na busca pela descolonização do conhecimento, que promova emancipação e a criticidade dos sujeitos.

A abordagem etnográfica

O interesse em pesquisar os jovens homens negros estudantes do Colégio Estadual Rômulo Galvão, situada na zona rural da cidade de São Félix, se deu enquanto ainda pesquisávamos na escola da sede do município, após ouvir diversos relatos sobre aumento da violência na localidade, marcado pela presença da criminalidade e da vigilância constante da polícia, bem como, os recorrentes homicídios noticiados pela mídia local¹⁷.

Seguindo as considerações sobre violência a pesquisa tomou como referência o Mapa da Violência: Os jovens do Brasil. Os

17 - Um homem foi preso na tarde de terça-feira (22/05) após trocar tiros com a Polícia Civil. O confronto aconteceu na localidade de Outeiro Redondo – Zona Rural de São Félix, no Recôncavo Baiano. A ação foi realizada em conjunto pelas Delegacias de Polícia de Cachoeira e São Félix. Com o acusado a Polícia apreendeu 365 pedras de Crack, revólver cal. 44 com munições deflagradas e munição intacta, máscara, uma porção de maconha, um aparelho de rádio transmissor, cachimbos de crack, munições de calibre 38 e munições de cal. 32”. <https://www.diariodanoticia.com/2018/05/sao-felix-homem-atira-contra-policiais.html>.

resultados do estudo apontam que a juventude está correlacionada a violência, sempre do ponto de vista da relação com drogas, delinquência, armas, torcidas organizadas ou com espetáculos musicais nas periferias das grandes metrópoles, sem buscar refletir a juventude como vítima de múltiplas violências produzidas pela modernidade (WAISELFISZ, 1998).

Esses dados em diálogo com os números do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018¹⁸, detalham que as ocorrências de mortes por intervenções policiais tem 76,2% das vítimas de pessoas negras, somados aos números que apontam a Bahia como estado do país com o maior número de mortes violentas de jovens entre 15 e 29 anos onde 40,2% são de pessoas negras em relação a não negros com 16,0%.

A análise desse conjunto de dados, cruzada com o perfil racial da maioria dos jovens que compunham o cenário da pesquisa, sinalizaram para potencialidade desse contexto como campo composto por diversas narrativas e eventos que serviriam para interpretação dos projetos de vida de jovens homens negros, e de suas percepções sobre raça e racismo, tendo em vista que as suas experiências estavam, de certa forma, correlacionadas com o contexto social da localidade.

O campo

No primeiro dia de visita a escola lá estava eu parado no ponto onde esperava o transporte ao lado do mercado municipal de São Félix, no horário de pico das 12h20 da manhã. O transporte que utilizei nesse período sequenciado de visitas a escola foi o mesmo que levava os professores, alguns alunos e pessoas da comunidade, até a localidade do Outeiro Redondo zona rural de São Félix onde fica localizada a escola. Foi ali que iniciei minhas primeiras observações.

18 - O Anuário Brasileiro de Segurança Pública é atualmente uma fonte imprescindível de dados sobre a segurança pública no país. Concebido com o objetivo de suprir a falta de conhecimento consolidado, sistematizada e confiável no campo, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública compila e analisa dados de registros policiais sobre criminalidade, informações sobre o sistema prisional e gastos com segurança pública, entre outros recortes introduzidos a cada edição. <http://www.forumseguranca.org.br/atividades/anuario/>.

Um transporte modesto, sem qualidade para locomoção de muitas pessoas, pois a priori deveria cumprir a função de transportar somente os professores, mas acabava por servir também aos estudantes e moradores da comunidade numa junção desconfortável. No caminho, passávamos a ponte que ficava sob o Rio Capivari, chamado pelos moradores como Cachoeirinha; alguns estudantes ficavam em pontos estratégicos das suas comunidades outros na porta de casa, e sempre entravam no transporte, bem tranquilos com livros na mãos, alguns com mochilas, outros com fone de ouvido, na sua maioria usando bermudas e o fardamento da escola. Passávamos por cinco comunidades, na seguinte ordem: Santo Antônio, Esconso, Jaqueira Dura, Três Vendas, Tabuleiros, até a chegada ao Outeiro Redondo. Dentre essas, algumas eram comunidades remanescentes de quilombos, um forte traço identitário daquela localidade.

Enquanto estive no campo, observei e pude vivenciar o desconforto das acomodações e algumas vezes a falta de qualidade da estrada, somados ao calor e a poeira, ao longo do caminho, sem esquecer das dificuldades nos tempos de chuva.

Na chegada ao Outeiro, logo à frente, pode-se avistar a capela que fica na parte central da comunidade e, ao redor, aproximadamente umas vinte casas, o posto de saúde defronte para igreja, bem próximo de uma quitanda, na lateral a escola, de estrutura muito simples com apenas um compartimento que alocava aulas do Ensino Fundamental da Escola Municipal Duque de Caxias e servia também ao Estado para as aulas do Ensino Médio.

A secretaria da escola funcionava na antiga delegacia da comunidade que fica ao lado da igreja. A paisagem remete bastante a um arraial, tendo a igreja como ponto central. No espaço entre as salas de aula e a secretaria, fica a praça com uma quadra que serve como único espaço de sociabilidade entre os estudantes e principalmente entre os rapazes com o jogo de futebol, o baba¹⁹ que rolava durante todo intervalo.

19 - Baba - Jogo de futebol. O termo é utilizado entre homens na região do Recôncavo da Bahia, se assemelha ao termo pelada usados em outras regiões Brasileiras.

É preciso ressaltar que estamos numa região situada no Recôncavo da Bahia, na zona rural da cidade de São Félix, herdeira de um passado escravocrata, estando próximo a comunidades remanescentes de quilombos, dentre elas as comunidades do Santo Antônio e Terreno do Governo, entre outras que cercam o entorno da localidade do Outeiro Redondo, o que nos informa que estamos em um território negro estruturado a partir de desigualdades territoriais e raciais.

A abordagem sobre desigualdade territorial racilizada se constrói baseada na precariedade das condições para o acesso à educação de jovens negros, apontando-nos para um cenário onde a condição de sujeitas e sujeitos negros se definem, a partir do que Bandeira (1991) classifica como condição de invisibilidade social, que atua sobre a população negra situada em territórios rurais. Segundo a autora, essas desigualdades, que perpassam pela estrutura de territórios negros, são resultado das posições subalternas construídas pelo passado escravocrata, para condição do sujeito negro, subalternizando sua posição social e política, como salienta Gusmão (1991) ao tratar da questão política das 'terras de preto'.

O negro no rural é então, pequeno produtor de bens de subsistência, ao mesmo tempo, que a força de trabalho à disposição do capital, mas é também um negro. A trajetória deste segmento envolve assim, a presença contingente do sistema, tanto quanto envolve a transformação de sua realidade histórica no tempo. A realidade dos "povoados negros" revela uma trajetória resultante das condições de inserção no sistema: produtivo como escravo, depois como trabalhador na roça familiar e mais recentemente, num padrão associado a este, trabalhador assalariado para o capital. É nesta conjunção que define-se a posição que ocupam na estrutura social (GUSMÃO, 1991, p.27).

Estabelecendo um diálogo com as autoras, é possível compreender que a precariedade que atinge territórios negros tem ligação com a condição racial. Neste sentido, utilizo as definições de Vargas (2010, p. 34), ao tratar do conceito 'subjugação racial' para definir os efeitos da condição estrutural que submete a população negra,

atrelada a questões relacionadas ao “desemprego desproporcional, encarceramento em massa, ou morte prematura por doenças preveníveis, dentre outros fatos vastamente compartilhados entre negros, com a base de onde a diáspora existe, luta e perece”.

Após descrever o cenário atravessado por desigualdades que acomodam as experiências de vida de jovens negros, descrevo algumas narrativas produzidas por um grupo de rapazes em uma das atividades desenvolvidas pela pesquisa. Em uma das rodas de conversa com a temática sobre racismo e juventude desenvolvida como metodologia, em conjunto com observação no contexto escolar, foi possível correlacionar os eventos de violência já ocorridos na localidade como base para indagação dos jovens rapazes acerca dos sentidos e significados por eles atribuídos a partir das suas experiências enquanto jovens homens negros na zona rural.

Os dados levantados possibilitaram validar o corpo hipotético da pesquisa, que procurou investigar projetos de vidas construídos a partir das experiências de sujeitos inseridos num contexto cuja presença da violência é constante, produzindo nas subjetividades, significados específicos, que se fundamentavam na sua condição racial e na representação de seus corpos, sendo perceptível nas suas vozes ao emitirem seus pontos de vista. Vejamos:

“Nós sempre vamos ser abordados, pelo fato de ser preto pobre, ver a gente assim, mas se for um cara branco não” (Jean)²⁰.

“Eles encontram a gente ai na estrada, se a gente estiver sem documento, eles vão logo batendo, outro dia um me perguntou o que eu estava fazendo aqui, (risos) eu respondi: estou na escola e de manhã você faz o que? Você trabalha?” (Rafael).

“Eu respondi a ele que trabalhava” (Rafael).

“Eles pensam que nos todos aqui é tudo malandro, que a gente não trabalha, outro dia um me perguntou aqui na frente da escola, você traba-

20 - Os nomes atribuídos aos sujeitos sociais pesquisados e trabalhos aqui, são tão somente pseudônimos, valendo dos preceitos éticos da pesquisa científica.

Iha? tá fazendo o que aqui? isso revolta o cara véi! Você trabalha na roça e vem uma desgraça lhe perguntar se você trabalha" (Amarildo).

"Mas olha, professor, porque é a gente pobre, assim preto, só porque a gente tava correndo, que nada eles param a gente direto, não tem hora, joga tudo no chão e se você reclamar apanha", outro dia um me deu um brocão porque eu falei que não era bandido e trabalhava, os brancão barrãozinho passa tudo em alta velocidade levantando poeira e eles num diz nada! (Gesticulou com as mãos)" (Jean).

É notório que os rapazes conseguem articular que recai na representação de seus corpos uma objetificação que os tornam corpos potenciais para efetivação de uma abordagem policial diferenciada, focada numa política de coerção específica, uma confirmação empírica e nativa de que a posição racial do homem negro possibilita experiências similares a partir da condição racial.

A questão aqui foi validar a hipótese de que o avanço da violência e a presença da polícia na localidade perpassa por todos que estão inseridos naquele contexto, mas que elegem corpos negros como alvos potenciais para abordagens e vigilância. A análise das questões de precariedade no acesso à educação de jovens negros, somando-as aos relatos sobre o crescimento da violência na comunidade, apontam para persistência de fenômenos sociais que subalternizam a experiência de sujeitos negros, incidindo sobre suas existências e projetos de vida.

Estranhamento como desafio etnográfico

A antropologia em sua formação teve como base os estudos de culturas centradas na análise do outro exótico, onde nem sempre a alteridade atuou como elemento para construção da análise. Por sua vez, a etnografia crítica possibilita para experiência do etnógrafo um contato subsidiado entre o olhar do observador e do observado, procurando produzir uma análise dialógica sobre a cultura ou sobre o grupo social investigado.

Todavia, isso não quer dizer que não se estabeleça uma relação de estranhamento entre pesquisador e nativo a partir da experiência com a cultura do “outro”. Até hoje, esse é um dos desafios da etnografia, mesmo em contextos contemporâneos, onde os sujeitos possuem relações de proximidade com realidades que se inter cruzam através da cultura, onde estranhar é parte do processo inicial da trajetória do pesquisador.

Segundo o que nos salienta Velho (2004), essa dimensão construída com o trabalho de campo nos informa que a inserção do pesquisador em contato direto com os sujeitos procura estabelecer uma relação que produza, entre ambos, condições para o desenvolvimento da interlocução e da extração de dados que remontem a realidade, de modo que suas vozes sejam centrais para interpretação do etnógrafo.

Essas vozes produzem, numa escala interpretativa, a densidade da observação participante, ao mesmo tempo que nos informa, de modo eficaz, sobre a interpretação dos sujeitos, a partir da presença daquele ou daquela que os observa e investiga, num contexto em que gênero e raça são marcadores que compõem essa interpretação bifocal.

Naquele contexto marcado pela presença do tráfico de trocas com recorrentes homicídios e batidas policiais a inserção de um pesquisador homem, negro e anônimo produzia “riscos” ambivalentes estabelecidos pelo olhar dos sujeitos que observavam e questionavam minha presença, como numa via de mão dupla, uma que me relacionava com um policial à paisana e outra que me correlacionava como dos membros do tráfico que se estabelecia na localidade, ambas as questões me apresentaram desafios frente ao fazer etnográfico enquanto pesquisador negro apontando para representação racial como marcador de subalternidade estruturante, que transpõe os diversos contextos sociais, sendo análogo a condição subjetiva do sujeito mas objetivamente correlacionado com sua aparição.

Do ponto de vista teórico e do labor antropológico essa experiência atesta o grau de relevância da etnografia para ciência, na pro-

dução de interpretações onde a antropologia consegue em junção com seus componentes de ação desempenhar uma tradução das complexidades que atravessam os diversos contextos e formações sociais.

Depois de um mês de pesquisa, com investidas semanais no campo, consegui estabelecer o contato com um dos funcionários polivalentes que atuam no funcionamento da escola, o Carlos, que colaborou como meu interlocutor, pela sua facilidade de diálogo entre os rapazes. Carlos é um homem de meia idade negro, é assim que ele se autodeclara, morador da comunidade, pai de uma filha e católico. Sua relação com os rapazes na escola assemelha-se com o cuidado de um conselheiro ou alguém com quem eles podem contar, exercendo a função de homem mais velho que, pela experiência, os aconselha. Talvez por estar mais próximo aos rapazes, Carlos tem um olhar afinado sobre a realidade da vida de cada um, ele conhece as famílias, sabe das funções que desempenham no trabalho do esforço para plantar o inhame, para comprar a moto, como ele mesmo relatou nos diálogos ou nas críticas feitas àqueles que eram considerados por ele como “banda voou²¹”, e que vinham para escola somente para fugir do trabalho na roça.

Em um dos nossos diálogos, minutos antes do intervalo, ainda na secretaria, quando ele arrumava a merenda para distribuir para os alunos, pergunto sobre como os alunos tem percebido minha presença no campo. Ele me responde: “*Olha os meninos estão curiosos, volta e meia me perguntam o que tanto você escreve? E o que tanto você os observa? Se você é investigador? (Risos)*”. E prossegue me explicando o porquê dessa curiosidade de alguns deles, “*eles andam meio assustados quaisquer pessoas novas que veem por aqui, acham que é suspeito, tem que ter muito cuidado com o que fala com eles, pois alguns ficam observando*” (sussurrando).

21 - Banda voou - É um termo de expressão regional, utilizado para descrever aqueles sujeitos ou sujeitas que apresentam característica que destoam das expectativas das regras sociais, sendo considerados quase como desviantes, descomprometidos, o termo é bastante utilizado no território do Recôncavo da Bahia.

Com certo receio, ele relata sobre suas experiências com os eventos ocorridos no Outeiro, pois ele não vê com naturalidade a ação de agentes da polícia, atuando em um espaço que pertence a escola e prossegue: *“temos que separar o joio do trigo, aqui tem gente que é envolvido, e por isso, temos que tomar cuidado para eles não dizerem que estamos vendendo a vida deles, mas tem muito menino trabalhador, honesto que não se envolve. Por isso eu lhe disse, para você ter cuidado no que fala, pois eles (falando bem baixo) ficam olhando pra sua boca pra ver se você tá falando alguma coisa, já tivemos problemas aqui com isso. Mas isso não justifica a polícia querer abordar todo mundo”*.

Como já era sabido, a presença de alguém de fora na comunidade poderia causar desconfianças e interpretações. No diálogo com Carlos, fica evidente que o estranhamento inicial que ocorreu com minha inserção no campo tem relação com eventos de violência ocorridos naquela localidade. Na minha interpretação, esse estranhamento não ocorre somente por uma via única, ele atua na forma como interpretam seus corpos, gêneros, sexualidades, raça e os diversos aspectos que classificam ou representam ação de determinado sujeito.

O que constatei, enquanto estive no campo, é que existe um controle que institui as normas na comunidade no que diz respeito as regras para convivência. Essas normas são reproduzidas pela maioria das pessoas que trabalham, estudam ou moram na localidade, e parecem dizer respeito ao silêncio como forma de assegurar uma convivência cordial. A exemplo do que Mbembe (2016) discute ao falar sobre soberania, compreendemos que essas ações de controle que se interpõem a verticalidade proposta pelo Estado atuam como formas de soberania horizontal, ocupando e dominando territórios, enquanto poder paralelo exercido pela facções, antes somente percebido nos grandes centros urbanos, mas hoje interiorizado, manifestando-se em contextos diversos.

Considerações finais

Como considerações produzidas pela pesquisa, destaco a produção da categoria jovens homens negros rurais, que produz uma crítica fundamentada aos estudos que mapeiam as categorias de produções acadêmicas sobre juventudes rurais no Brasil, revelando uma lacuna enorme de perspectivas que reconheçam raça como uma categoria abrangente e o racismo como um fenômeno que se manifesta de modo estrutural, para além de descrições de aspectos étnicos, sinalizando um apagamento da agência da população jovem rural negra como protagonistas, sendo invisibilizados pela condição racial.

A crítica ao argumento de invisibilidade de jovens rurais levantada pelo mapa dos estudos de juventudes rurais²², sem um detalhamento racial aprofundado, parte dessa análise feita por essa pesquisa, defendendo que as invisibilidades das juventudes rurais se adensam quando os sujeitos são posicionados pela raça e pelos contextos territoriais e regionais que estão inseridos, tendo em vista que os contextos sociais não são lugares intocáveis onde os impactos da transformação social não possam exercer seus efeitos.

A segunda questão considerada na pesquisa é a possibilidade de reflexão acerca do papel da escola na trajetória individual de jovens homens negros na zona rural, apontando para o ambiente escolar como espaço de sociabilidade, mas também de produção de identidades, que carregam consigo desejos e percepções de mundo diferenciadas, tornando a escola esse ponto de partida.

22 - No texto Estudos sobre a juventude rural no Brasil são apresentados os resultados da análise das publicações selecionadas para este trabalho, oferecendo ao público um quadro desse campo de investigação, por meio do mapeamento das pesquisas sobre o tema no Brasil. Inovando ao trazer uma abordagem quantitativa dos trabalhos referenciados via Internet (principal fonte do estudo), o texto permite observar, no período estudado, a evolução dessas obras por tipos de publicação e instituições nas quais foram produzidas, além do recorte estadual dessa produção e das principais linhas temáticas e abordagens teóricas. Por fim, numa análise apurada dessa produção, o autor aponta consensos e principais limitações dos estudos realizados nesse período. Weisheimer (2005, p4) file:///C:/Users/julio/OneDrive/Documents/Juventudes%20rurais%20-mapa%20de%20estudos%20recentes.pdf

Ao mesmo tempo que nos sinaliza para a precariedade desses equipamentos de produção do saber como forma de impedir que esses sujeitos se emancipem numa ação que atua coletivamente na formação e na individualidade, a pesquisa aponta que há muito mais resistência e persistência nos sujeitos sociais do Colégio Estadual Rômulo Galvão do que possibilidades efetivas de emancipação subsidiadas pelo poder do Estado.

O terceiro fator apontado pela pesquisa e que julgamos relevante do ponto de vista do objetivo geral, versa sobre a problematização das possibilidades efetivas de construção de projetos de vida para juventude negra, ao ponto que propomos uma substituição do termo projeto por projeções, valorizando a cognição do sujeito e sua reflexividade, tendo em vista os desafios impostos por uma sociedade que posiciona pessoas negras na linha da subalternidade, de forma a estruturar campos diversos de desigualdades sociais.

A finalidade da conduta de uma parte dos jovens homens negros investigados pela pesquisa é de se fazer representar a partir de uma ótica que não fosse produzida pela expectativa racializada. Essa proposição está ancorada no período de observação entre os jovens rapazes na escola a partir da percepção de insegurança nas suas narrativas quando indagados sobre seus projetos de vida. Contudo, não desconsideramos as subjetividades e a agência de cada sujeito, como forma de emancipação social.

A presente investigação aponta para emergência de um campo de estudos sobre a categoria jovens negros no contexto rural ou do campo Recôncavo da Bahia, por encontrar na posicionalidade desses sujeitos situados em territórios negros marcadores de desigualdades, estruturados por elementos étnicos, territoriais e culturais, que atravessam suas experiências de modo coletivo e individual e que nos servem como modelo analítico para os estudos relacionados ao projeto de exclusão negra na América Latina, sendo a colonialidade e a modernidade as bases para os desdobramentos de fenômenos estruturais como antinegitude

Por fim, do ponto de vista da presente pesquisa e do projeto de pesquisa “Brincadeira de Negão”, temos contribuído em conjunto com os estudos críticos sobre raça e gênero a partir de uma interpretação sobre a posição de sujeitos neste território racializado, ao mesmo tempo em que apontamos para persistência das desigualdades estruturadas pela colonialidade.

A teoria antropológica e etnografia tem nos revelado que a agência dos sujeitos é uma potente via de interpretação dos sentidos atribuídos a raça, racismo e as suas identidades, pois, ao buscarmos pensar alternativamente em termos de processos de subjetificação, “constituímos como a agency intersubjetiva em ambientes estruturados” (PINHO, 2014, p. 2), formas alternativas para indagação dos sujeitos, tornando seus pontos de vista parte do texto etnográfico, onde os resultados obtidos pelas pesquisas sejam reflexos desses processos de subjetivação como o objetivo e práxis da investigação, produzidas pelos sujeitos em diálogo com suas experiências de vida.

Nos interessa, desse modo, o diálogo a partir dos dramas sociais vivenciados por homens negros, utilizando a sistematização elaborada acerca das abordagens que têm direcionado os estudos sobre as masculinidades negras, posicionando nosso trabalho neste campo investigativo e assumindo essa intersecção entre raça e gênero como expoente que compõem os estudos das masculinidades negras. Estes estudos, posicionados por uma relação entre os estudos críticos sobre raça e antropologia, nos permitem compreender a “crise do sujeito masculino” como uma face da sociedade brasileira, composta por contradições, negações e subalternidades.

Referências

ARAÚJO, Júlio César. **Um Negão Desses!? Racialização e sexualização nas performances de masculinidades de jovens homens negros no contexto da escola pública Rômulo Galvão – São Felix – BA**, 2016. Trabalho de Conclusão do Curso (Bachare-

lado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da Violência. 2018.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432. Rio de Janeiro, junho de 2018. Acessado em: 20 de setembro de 2019.

ARAÚJO, Júlio César. **Masculinidades Racializadas e as “Existências Infernais” de Jovens Homens Negros no Recôncavo da Bahia.** Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as. In: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/issue/view/35>. Acesso em: julho de 2020.

GATI, Bernadete Angelina. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.** Brasília: Líber livro, 2005.

GIUGLIANI, Beatriz. **O Abandono dos Jovens homens negros no ensino médio: um estudo interdisciplinar na escola pública no Município de São Félix (Bahia).** Tese de Doutorado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Doutora em Estudos Étnicos e Africanos, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/40885900/O_ABANDONO_DOS_JOVENS_HOMENS_NEGROS_NO_ENSINO_MEDIO_Tese_de_Doutorado20191109_127399_tjxv15. Acesso em jun. de 2020.

MARCUS, George. **Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial.** *Rev. de Antropologia*, v. 34. Pp.197-221, 1991.

MARTINS, Suely Aparecida. Juventude e Juventude do Campo: algumas considerações. **Rev. Faz Ciência**, v.9, n.9 Jan./jul. 2007, pp.237-256.

MBEMBE, Achille. NECROPOLÍTICA. Arte & Ensaios. **Revista do pp gav/eba/ufrrj**, n. 32, dezembro 2016. Disponível em: <https://www.>

procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 32 n° 94 junho / 2017.

PINHO, Osmundo. **Etnografia e Emancipação**: Desafios Antropológicos na Escola Pública. Disponível em: http://www.academia.edu/26063846/Etnografia_e_Emancipa%C3%A7%C3%A3o_Desafios_Antropol%C3%B3gicos_na_Escola_P%C3%ABlica. Acesso em 07 de Jan. de 2019.

PINHO, Osmundo. VARGAS, João H. Costa. **Antinegitude**: o impossível sujeito negro na formação social brasileira. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

PINHO, Osmundo. **“Brincadeira de Negão”**: Subjetividade e Identidade entre Jovens Homens Negros na Bahia (Brasil). *Academia. Edu*, 2014. In: https://www.academia.edu/6327662/_Brincadeira_de_Negao_Subjetividade_e_Identidade_entre_Jovens_Homens_Negros_na_Bahia_Brazil_. Acesso em, 2020.

_____. Etnografias do brau: corpo, masculinidade e raça na reafirmação em Salvador. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n.1, pp. 127-145, 2005.

_____. Qual é a identidade do homem negro? **Democracia viva**. n 22. Jun./jul. 2004

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y Clasificación social**. In: Castro-Games, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (eds). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. FAUSTINO, Deivison Mendes Faustino. **Negro tema, Negro vida, Negro drama: estudos sobre masculinidades negras na diáspora**. *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, n. 10, ago. 2017.

SCHPUN, Mônica Raisa (org.). **Masculinidades**. In: MACHADO, Lia Zanotta. **Masculinidades e Violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo Editorial: Santa Cruz do Sul, Edunise, 2004.

TORRES. N. M. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto**. In: Castro-Games, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (eds). **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

VARGAS, João Costa. **Por uma Mudança de Paradigma: Antinegritude e Antagonismo Estrutural**. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.48, n. 2, p.83-105, jul./dez., 2017.

_____. **A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma Geografia Supranacional da morte e suas alternativas**. Rev. da ABPN, v.1, n.2, jul.-out. de 2010, p.31-65.

_____. **Desidentificação: A lógica de exclusão antinegra do Brasil**. In: Osmundo Pinho e João Vargas (org). **Antinegritude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira**. Cruz das Almas. Editora UFRB. 2016, p 13 – 30.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

_____. **Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas**. Jorge Zarrar Editor. 3º ed. Rio de Janeiro, 1994.

WASELFISZ, Jacobo. **Mapa da Violência contra os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. 136p.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapas de estudos recentes**. Brasília: MDA, 2005.

De olho no boy: aplicativos de relacionamento no Recôncavo Baiano²³

Marco Antonio Vieira de Oliveira Paranhos
Maria Salete de Souza Nery

O presente capítulo reconstrói os percursos teóricos e metodológicos realizados através de uma pesquisa socioantropológica, desenvolvida entre 2017-2019, a respeito do consumo social e simbólico dos aplicativos de relacionamento no contexto do Recôncavo Baiano, por meio de três plataformas geossociais voltadas ao público-consumidor homossexual masculino, sendo estes: o *Grindr*²⁴, o *Hornet*²⁵ e o *Scruff*²⁶. Em seus aspectos centrais, a abordagem desenvolvida neste trabalho consiste em delinear as articulações entre as recentes bibliografias acerca dos estudos sobre as mídias digitais móveis com a respectiva geografia local: seus usuários, as agências e práticas afetivas estabelecidas através dessas tecnologias e as ordenações sociais pelas quais as relações de consumo e afeto tornam-se estruturadas.

A princípio, a investigação emerge através de uma tríade de discussões sumariamente teóricas: a primeira delas, configura-se na análise do processo de construção indentitária dos usuários dos aplicativos: como eles se apresentam no meio on-line e os demais processos de identificação associados; a segunda discussão, em correlação com a primeira, estabelece a promoção do debate identitário a partir da ótica dos estudos do consumo, ao compreender a posição

23 - O capítulo é parte da dissertação de mestrado intitulada *De olho no boy: identidades, consumo e afetividade em aplicativos de relacionamento*, que pode ser acessada em versão completa em: <https://www1.ufrb.edu.br/pgcienciassociais/dissertacoes-de-mestrado/category/23-2019>. A referida pesquisa obteve financiamento, em bolsa, da Capes.

24 - <http://www.grindr.com>. (Acesso em 18 de maio de 2020).

25 - <http://www.hornet.com>. (Acesso em: 18 de maio de 2020).

26 - <http://www.scruff.com> . (Acesso em 18 de maio de 2020).

desses indivíduos enquanto consumidores dos respectivos serviços, ao passo que exercem a função dos próprios produtos a serem comercializados no interior desse mercado afetivo (BAUMAN, 2008, p. 13). A apreensão desse consumo ocorre, sobretudo, através das imagens veiculadas e compartilhadas, dos discursos estabelecidos e das diferentes interações desenvolvidas nestes espaços on-line; e, por fim, o último aspecto teórico, gira em torno da constituição de um campo afetivo em específico para os usuários geolocalizados no Recôncavo Baiano, composto pelas diferentes relações de amizade, buscas por parceiros amorosos e interações sexuais realizadas por meio destas mídias digitais.

A pesquisa procurou desenvolver um estudo empírico a partir da particularidade do contexto regional do Recôncavo Baiano, em um caráter contrastivo em relação às demais pesquisas nacionais acerca da homosociabilidade em aplicativos de relacionamento, em sua maioria circunscrita à Região Sudeste. Assim, trouxe aspectos socioculturais específicos dos contextos interioranos do Estado da Bahia, a exemplo da realidade de um ambiente social extremamente racializado, das construções típicas de masculinidade no âmbito regional e da singularidade da vivência homoafetiva para os homens que se encontram nesse território.

Metodologicamente, a análise se configura em uma articulação entre os diferentes componentes teóricos e instrumentais das Ciências Sociais contemporâneas, sendo estes a *Etnografia Virtual* (HINE, 2004), que dominou, epistemologicamente, as pesquisas realizadas em ambientes conectados à rede nas últimas décadas, em associação com as emergentes elaborações teóricas e metodológicas da *Sociologia Digital* (MISKOLCI, 2016; NASCIMENTO, 2016; LUPTON, 2015). Paralelo ao debate sobre as novas tecnologias digitais e os seus referentes usos, somam-se a abordagem praxeológica de Pierre Bourdieu (2007), em especial a partir da sua formulação sociológica acerca dos campos sociais simbólicos, amarrada aos principais conceitos instituídos por essa teoria social: *habitus*, estruturas e práticas. Por fim, o estudo ainda abarca as análises baumanianas

sobre o consumo (BAUMAN, 2008) e o debate sobre afetividade, mídias digitais e homossociabilidade presentes na *Sociologia do Desejo* de Richard Miskolci (2017).

O intuito desse empenho epistemológico, a partir da fusão entre as presentes teorias e metodologias, configura-se na elaboração de um aparato científico capaz de apreender a complexidade sociológica da natureza em que essas mídias digitais, e as respectivas relações realizadas pelos usuários do Recôncavo, se encontram inseridas. Além disso, o desenvolvimento dessas ferramentas analíticas, tão necessárias para a compreensão do universo dos aplicativos de relacionamento (funcionalidade, dados e interações) também respalda a validação empírica, e suas referentes efetuações práticas, de pesquisas sociais diversas em campos etnográficos similares ligados à internet.

Dessa forma, na qualidade da problemática que sustenta os pilares dessa investigação, os questionamentos levantados, ainda na formulação do projeto de pesquisa, marcaram a busca pela compreensão de como são orientadas tais relações de consumo e afeto, realizadas pelos usuários dos três aplicativos de relacionamento citados, por meio das múltiplas interações geolocalizadas no território do Recôncavo Baiano. A noção de geolocalização (ou georreferenciamento) adotada nessa pesquisa compreende as propriedades tecnológicas de localização físico-espacial dos atuais dispositivos digitais móveis, sob o foco de identificar a posição geográfica dos usuários, lugares e demais tecnologias conectadas, dadas em metros ou quilômetros, a pautar a interação social em um lugar compartilhado, ao fomentar relações no âmbito socioespacial.

Para responder aos pressupostos alçados pela problemática desse estudo, a pesquisa procurou, dessa forma, traçar um olhar sociológico sobre as diferentes práticas afetivas realizadas no interior desse campo em particular, associado às respectivas trajetórias sociais dos agentes pesquisados, dentro e fora da estrutura on-line. Além disso, também se tornou necessária a dissecação analítica das estruturas dos aplicativos de relacionamento, por meio da caracte-

rização dos diversos capitais disponíveis e das posições ocupadas pelos usuários na hierarquia de poder existente.

O primeiro recorte dado em relação à seleção dos usuários a serem entrevistados partiu da realidade local do território baiano estudado, em que a maioria dos usuários totais geolocalizados no Recôncavo era composta pelos mais jovens, sendo estes enquadrados no estudo a partir da categoria sociológica Geração Z. Essa classificação geracional delimita que são os seus membros todos aqueles nascidos após a década de 1990; contudo, a pesquisa teve, em adição, outros sub-recortes geracionais: o primeiro consistia na delimitação temporal dos jovens “Z”, compreendendo-os desde a década de 1990 até 2018 (quando a pesquisa de campo foi concluída); além disso, a inserção nessa investigação ateu-se, apenas, em relação aos jovens homens da Geração Z com idade superior a 18 anos (idade mínima legal estabelecida em todos os aplicativos selecionados, apesar da existência de usuários menores de idade nesses espaços). No final, o estudo teve o recorte de geração estabelecido entre aqueles com idade superior aos 18 e inferior a 28 anos (PARANHOS, 2019).

Estabelecidos os principais recortes, o objetivo principal da análise compreendia a hermenêutica constitutiva desse campo social simbólico, estruturado a partir das relações de afeto e consumo desenvolvidas pelos usuários do Recôncavo nos aplicativos de relacionamento, voltados para o público-consumidor homossexual masculino. Para a melhor compreensão desse eixo principal, foi necessário o cumprimento de outros objetivos, mais específicos e auxiliares, como a pesquisa sobre o consumo nacional, regional e local das tecnologias digitais e móveis, tais como *smartphones*, aplicativos e internet, inseridos naquilo entendido enquanto parte dos estudos sobre cibercultura e consumo. Outro ponto de análise foi a identificação dos indivíduos enquanto consumidores, assentada nas leituras de seus componentes identitários, responsáveis pela categorização dos mesmos nos aplicativos, bem como também orientadores de seus gostos e das interações desenvolvidas nesse meio *on-line* (PARANHOS, 2019, p. 17).

Em continuação, foi realizada uma análise da afetividade contemporânea no meio online, através de uma perspectiva sociocultural e histórica, de como as diversas formas de relações afetivas, mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação foram se moldando até os seus estágios atuais, com um cuidado especial em relação à trajetória dos homens gays e, em particular, em relação àqueles que se encontravam dispostos no Recôncavo Baiano; e, por fim, as demais discussões que giravam em torno do desejo homo-orientado nos aplicativos de relacionamento em questão (popularmente conhecidos como *apps gays*), como a negociação da visibilidade, a multiplicidade das práticas afetivas e as performances discretas e sigilosas nessas plataformas, elaboradas através da construção de um “armário” no meio on-line; além das diversas construções de masculinidade nesses espaços, da homofobia atrelada ao racismo e ao sexismo, e as questões relacionadas às ISTs (infecções sexualmente transmissíveis), em associação com a constante higienização dos corpos dos homens gays na web.

Todo o trabalho esteve, também, marcado pelo levantamento de algumas hipóteses. A primeira delas fazia referência às especificidades do Recôncavo Baiano, em construir determinadas formas de masculinidades, sobretudo racializadas, através das clássicas figuras do “macho nordestino” e do “homem baiano”, abordado em diversas obras da literatura nacional, assim como a imagem da “bicha afeminada”, recorrente na bibliografia dos estudos de gênero e sexualidade. Ao analisar essa estrutura de contraposições, o intuito passa a ser a compreensão das relações entre poder, gênero e sexualidade, ao estabelecer certas ambivalências entre os diferentes perfis: dominante x dominado/supervalorizado x desvalorizado.

Em relação a essa primeira hipótese, a segunda contingência sustentava a importância do fator racial enquanto um marcador fundamental na realidade social do território do Recôncavo Baiano, tanto na construção dessas masculinidades baianas, quanto nas próprias relações desenvolvidas por meio dos aplicativos, ao caracterizar os estereótipos citados, mas também ao definir quais são as posições

distintivas ocupadas por brancos e negros no interior da estrutura desse campo afetivo. E, por fim, a última hipótese classificava a estruturação desse campo simbólico de consumo e afeto em torno de três linhas constitutivas de relacionamento, em um intrínseco estágio de intersecção: amorosos, amistosos e sexuais.

Caracterização do campo

Nessas primeiras décadas do século XXI, presenciamos uma verdadeira revolução sociotécnica ocorrer sob os nossos olhos, culminando no desenvolvimento e popularização das tecnologias digitais móveis. Os impactos atingiram, diretamente, nossa vida cotidiana e alteraram, principalmente, as formas como buscamos e produzimos informação e conhecimento. Tanto os instrumentos tecnológicos, quanto a própria internet, tornaram-se, em acréscimo, elementos vitais para o estabelecimento das relações sociais no contemporâneo, inclusive no que respeita as relações afetivas (PARANHOS, 2019, p. 25).

Os aplicativos de relacionamento tratados nessa investigação são entendidos enquanto tecnologias geossociais para *smartphones* e demais dispositivos móveis, desenvolvidos para conectar diferentes usuários com base em seus dados disponíveis em rede, em conjunto com a localização física refinada, acionada durante o seu consumo. Esses serviços on-line funcionam na qualidade de plataformas digitais para a promoção dos diferentes aspectos da sociabilidade contemporânea, elaborados para promover múltiplas conexões entre os indivíduos geolocalizados em um mesmo território – entre diferentes bairros de uma grande cidade ou entre cidades vizinhas em uma mesma região –, sendo estes, na sua maior parte, desconhecidos, ao compartilhar dos mesmos interesses, nesse sentido aqui, a busca por relacionamentos afetivos de forma geral²⁷.

27 - A noção de afetividade adotada nessa pesquisa compreende as suas formas amistosas, amorosas e sexuais, sem necessariamente segmentá-las (PARANHOS, 2019).

Esses aplicativos demandam uma estrutura técnica e afetiva específica, para atender as diferentes necessidades do público-alvo em questão. Similares entre si, os três aplicativos estudados nessa investigação - Grindr, Hornet e Scruff - dispõem de diferentes perfis de usuários agrupados em uma lista organizada de miniaturas de suas fotografias, dos mais próximos até os mais distantes, em um mesmo território, a partir dos dados digitais promovidos pelo georreferenciamento dessas plataformas. Os usuários, em sua maioria homens, escolhem aqueles com quem pretendem conversar, ao clicarem em uma dessas miniaturas e, assim, terem acesso à caixa de conversação privativa (*chat*). As interações giram em torno de uma série de negociações homoafetivas, que compreendem desde meras conversas mediadas digitalmente até a promoção de encontros posteriores face a face, sobretudo para fins amorosos e/ou sexuais.

As relações sociais ocorridas nesses espaços fazem parte de um conjunto heterogêneo de processos de sociabilidade, nos quais os indivíduos se agregam de forma espontânea e por afinidades, procurando por aquilo que gostam ou têm interesse. De acordo com Miskolci (2014, p. 273), os aplicativos de busca por parceiros para dispositivos móveis surgiram em uma nova época de ocupação e circulação urbana, ligada à reorganização econômica, do trabalho, do lazer e do espaço social, ao promover novos formatos de relacionamentos afetivos, sob constantes transformações no presente contexto.

Essas plataformas digitais alteraram completamente o panorama do uso das tecnologias modernas, como também o próprio desenvolvimento da vida afetiva contemporânea. Ao serem consumidas, as mídias digitais passaram a se agregar à realidade cultural e geográfica específica na qual elas são acionadas. Além disso, o uso de tecnologias digitais tais quais os aplicativos de relacionamento, em uma região em particular como o Recôncavo, tendem, também, a promover as devidas atualizações e reestruturações da estrutura afetiva para aqueles indivíduos que comungam de seu consumo.

Para a compreensão dos aspectos regionais, entendemos o território do Recôncavo Baiano, a *crescente-fértil* da Bahia (PE-DRÃO, 1998, p. 219), enquanto a região circunscrita em torno da Baía de Todos-os-Santos, sendo marcada, principalmente, pela sua ampla diversidade socioeconômica, com marcante vocação para o turismo e famoso pela sua efervescência cultural, por meio das celebrações dos diversos festejos populares, muitos deles ligados à forte herança de matriz africana presente na região.

Por ser uma região de população majoritariamente negra e influenciada historicamente pela cultura afro-brasileira, a imagem que se sobrepõe do Recôncavo é de um cenário particular na construção sociocultural no interior da própria caracterização da cultura baiana. Com essa visão remanescente do período colonial, período em que o Recôncavo emerge enquanto um importante palco socioeconômico e político no Estado, que permanece até os dias atuais, torna-se, então, objetiva a figura do território enquanto um modelo peculiar de sociedade, que mescla o passado da Bahia Colonial com as novidades do presente cosmopolita, principalmente no que se refere aos desdobramentos da cibercultura.

De acordo com o *Perfil Sintético sobre os Territórios de Identidade da Bahia*, apresentado pelo Governo do Estado, em 2015, o território do Recôncavo Baiano é composto por vinte municípios, de pequeno e médio porte, sendo estes: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.

São cidades que possuem dinâmicas internas próximas à realidade dos demais contextos interioranos do país, no qual os aspectos urbanos e rurais se encontram em relações de convergência. O Recôncavo, por sua vez, encontra-se marcado, sobretudo, pelas relações familistas, de parentesco e vizinhança, em virtude das suas cidades deterem de pequenos contingentes populacionais, a exemplo

de Cachoeira com aproximadamente 30 mil habitantes, e São Félix, sua vizinha-irmã, em torno de 15 mil. Em contrapartida, o Recôncavo também apresenta cidades com o número de habitantes superior a 50 mil habitantes, como é o caso de São Francisco do Conde, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, em que, apesar do crescimento urbano e de suas respectivas transformações espaciais, ainda permanecem certos aspectos de uma tipologia de “cidade do interior” sobre as construções sociais locais, em específico, no que se refere às configurações afetivas.

Em conjunto a esse cenário, há a manutenção dos aspectos heteronormativos e conservadores, típicos de contextos interioranos, que impõem restrições às livres expressões identitárias e afetivas, em especial aqui para os homens gays e bissexuais da região. Em uma tentativa de fugir das violências e interdições morais presentes nos espaços sociais públicos, a população LGBTQI+ tende a buscar o ambiente on-line enquanto uma realidade prática de sociabilidade. Os aplicativos de relacionamento, dessa forma, passam a funcionar enquanto novos espaços de sociabilidade entre os pares, ao construir amplas redes de contato e amizade, além de possibilitar a busca por parceiros amorosos e sexuais, e novas formas de expressar as identidades de gênero e sexualidade, assim como diferentes meios para obter prazer e manifestar seus desejos. A internet, assim, permite uma nova vida social em rede, de forma relativamente segura, para essas pessoas, que temiam as retaliações sociais da sociedade heteronormativa (MISKOLCI, 2017, p. 230-232).

Digressões etnográficas

A princípio, durante o primeiro semestre de 2017, uma observação não-participante (*lurking*) foi realizada nos três aplicativos - Grindr, Hornet e Scruff - na qual as suas estruturas foram analisadas e descritas: os modos como operavam, as semelhanças e as diferenças que existiam entre eles, bem como as características gerais e

específicas dos tipos de perfis que neles se apresentavam, a partir da geolocalização dos mesmos no território do Recôncavo Baiano, em comparação com outros territórios na Bahia, como as regiões metropolitanas de Salvador e Feira de Santana.

Nesta primeira etapa, os perfis foram analisados em relação às imagens que utilizavam enquanto “fotos do perfil”, as categorias identitárias elencadas em seus perfis, como raça, gênero e sexualidade, a partir das configurações de cada aplicativo, e também em relação aos conteúdos disponibilizados em suas caixas textuais. Todo o material, textual e imagético, foi armazenado, tanto em *screenshots*²⁸, quanto em anotações em diários de campo, servindo inclusive como base para o segundo processo metodológico.

A segunda fase de imersão de campo foi dividida em dois procedimentos combinados: inicialmente, por outro processo de observação, desta vez, enquanto participante, na segunda metade de 2017, em que os pesquisadores passaram a se inserir na qualidade de usuários ativos em cada um dos aplicativos selecionados. Já o segundo procedimento caracterizou-se pela realização das entrevistas durante a primeira metade de 2018 (período de janeiro até agosto).

A utilização de perfis dos pesquisadores possibilitou o contato com alguns dos usuários do Recôncavo e, por meio dessa via on-line, as entrevistas foram realizadas. O diálogo era estabelecido em torno da apresentação da pesquisa (aspectos gerais e objetivos), ao questionar os mesmos em relação à disponibilidade em dar seguimento à mesma. A partir de um roteiro semiestruturado, foram realizadas 20 entrevistas on-line com os usuários do Recôncavo, no interior dos respectivos aplicativos de relacionamento Grindr (10), Scruff (05) e Hornet (05), sendo este grupo formado, na sua maioria, por homens gays. Na amostragem, contudo, foram incluídas, também, os perfis de três homens bissexuais e as suas respectivas opiniões sobre o universo dos aplicativos, no intuito de contrastar com as diferentes

28 - Um *screenshot* consiste em uma imagem dos dados exibidos na tela de um smartphone ou outro dispositivo móvel, enquanto uma captura de tela, ou também conhecido como *print*.

formas de masculinidade presentes na composição dessas estruturas simbólicas.

Após a efetuação das entrevistas semiestruturadas, a pesquisa pôde obter o perfil de alguns dos usuários presentes na região e os seus diferentes estilos de consumo e práticas afetivas. No quadro abaixo (Quadro 01), há a ilustração desses perfis através de nomes fictícios, empregados no intuito de proteger as identidades dos colaboradores, sendo estes classificados por meio dos aplicativos utilizados, da cidade de domicílio no Recôncavo, além da faixa etária, raça, orientação e preferência sexual:

Quadro 01: Perfil dos usuários entrevistados.

NOME	APLICATIVO	CIDADE	IDADE	RAÇA	ORIENTAÇÃO	POSIÇÃO
Alan	Grindr	Muritiba	22 anos	Negro	Homossexual	Versátil
Antonio	Grindr	Cruz das Almas	22 anos	Negro	Homossexual	Versátil-Ativo
Caio	Grindr	Santo Amaro	21 anos	Negro	Homossexual	Passivo
Iago	Scruff	Cachoeira	19 anos	Negro	Homossexual	Versátil
Jean	Scruff	São Felipe	26 anos	Branco	Bissexual	Versátil
João	Hornet	Cruz das Almas	21 anos	Negro	Homossexual	Passivo
Junior	Grindr	Santo Amaro	19 anos	Negro	Homossexual	Versátil
Leonardo	Hornet	Cruz das Almas	19 anos	Negro	Homossexual	Versátil
Marcelo	Grindr	Sapeaçu	22 anos	Negro	Homossexual	Passivo
Matheus	Scruff	Cruz das Almas	23 anos	Negro	Homossexual	Versátil
Micael	Scruff	Cruz das Alma	26 anos	Branco	Homossexual	Passivo
Pedro	Hornet	Cachoeira	22 anos	Negro	Homossexual	Versátil
Rafael	Hornet	Santo Amaro	18 anos	Negro	Homossexual	Passivo
Ricardo	Grindr	Cruz das Almas	21 anos	Negro	Homossexual	Versátil
Rômulo	Hornet	Cruz das Almas	19 anos	Negro	Bissexual	Versátil
Silas	Scruff	Cruz das Almas	18 anos	Negro	Homossexual	Passivo
Tomaz	Grindr	Cruz das Almas	26 anos	Negro	Homossexual	Passivo
Vinicius	Grindr	Sapeaçu	23 anos	Negro	Homossexual	Ativo
William	Grindr	Muritiba	20 anos	Negro	Homossexual	Versátil

Fonte: Elaboração própria.

Fundamentos teórico-conceituais

No primeiro capítulo da redação final sobre a pesquisa, sob o título *Principais Categorias de Análise*, uma abordagem sócio-histórica é realizada a partir do desenvolvimento estrutural da cibercultura e das tecnologias de comunicação e informação como computadores, *smartphones* e internet. A noção de cibercultura compreende um conjunto de técnicas - materiais e intelectuais - de práticas, atitudes, modos de pensamento e valores que se desenvolveram em conjunto com a internet e demais tecnologias associadas (LÉVY, 1999, p. 17). Não apenas como um projeto meramente técnico, a cibercultura pode ser entendida como a própria “cultura da contemporaneidade”, marcada principalmente pela convergência de construções sociais, com as diversas formas culturais globais e as novas tecnologias digitais de informação e comunicação.

O consumo de *smartphones* e seus aplicativos vem aumentando gradativamente nos últimos anos. Essas novas tecnologias se inscreveram na nossa vida cotidiana, ao se encontrar presentes em grande parte das nossas atividades sociais, sejam elas de trabalho, lazer ou referentes à vida afetiva. Atualmente, torna-se fato que o Brasil é um dos maiores consumidores em tecnologia no mundo, em especial das tecnologias móveis digitais. De acordo com os dados apresentados pela *30ª Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas*, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV – SP) em 2019, são cerca de 235 milhões de *smartphones* em uso no país, consolidando, assim, a média nacional de mais de um aparelho por habitante.

O estabelecimento de uma “era dos aplicativos”, em especial dos *apps gays*, dirige-se a uma reinvenção dos usos sociais da internet. Com a popularização dessas plataformas, a partir do advento dos *smartphones*, a navegação na internet passa a acontecer de forma otimizada, mais ágil e precisa. Além disso, os aplicativos de relacionamento introduzem os seus usuários em uma nova realidade relacional, que agencia os fatores da geolocalização com os elemen-

tos de uma nova organização sociocultural, política e econômica, ao trazer novos aspectos do campo afetivo, assim como as reestruturações das agências, práticas e relações afetivas por meio do consumo dessas tecnologias.

A análise do socioafetivo mediado pelos aplicativos de relacionamento nesse trabalho compreende, em especial, a base dos dados nacionais sobre o consumo das novas tecnologias digitais, por meio de diversos relatórios institucionais e diferentes pesquisas de mercado, que pautavam a qualidade dos serviços, as marcas mais consumidas, os diferentes perfis dos consumidores, os estilos de consumo adotados, entre outros aspectos mercadológicos. Com base na obtenção de tais dados, e seus respectivos estudos, percebe-se o relativo aumento na aquisição de *smartphones* e demais dispositivos móveis, associado à rápida adoção por aplicativos gratuitos disponibilizados nas respectivas lojas virtuais, sobretudo no que se refere aos aplicativos de relacionamento.

Ao trazer o debate identitário no segundo capítulo da dissertação, uma revisão teórica foi estabelecida em relação aos conceitos de identidade e diferença, ao articular, de forma didática, as representações e identificações dos usuários nos aplicativos de relacionamento, no qual os indivíduos são identificados, sobretudo, através de suas identidades de gênero, sexualidades e performances sexuais, sendo que a maior ênfase nessa investigação foi estabelecida em relação aos homossexuais masculinos e às expressões da homoafetividade e da sociabilidade homossexual. Em conjunto, um tratamento foi dado em relação aos discursos, apresentações, imagens e interações desenvolvidas por meio desses diferentes aspectos identitários.

Na caracterização de novos espaços de sociabilidade on-line, os aplicativos de relacionamento funcionam na qualidade de campos possíveis para interação social simbólica, ao reforçar as construções estabelecidas em torno dos ideais de comunidade, consumo, estilo de vida e pertencimento identitário, compostos, particularmente, por aqueles que compartilham das mesmas orientações sexuais e iden-

tidades de gênero. Além disso, destaca-se a análise sobre os fatores raciais de identificação, as buscas racializadas, a problematização do “gosto” e as relações marcadas pela materialização da raça no contexto social do Recôncavo Baiano transposto para a realidade dos *apps gays*; a influência dos aspectos regionais e culturais nas construções identitárias e no sistema de buscas por diferentes localizações em um território em comum; a seleção dos parceiros por faixa etária, a caracterização da Geração Z e o enquadramento dos usuários nessa categoria sociológica; e as apresentações dos diferentes tipos de corpos e como eles se apresentavam nos aplicativos.

No terceiro capítulo do trabalho, um esboço da teoria dos campos sociais simbólicos com base nas diferentes configurações afetivas foi traçado por meio dos referenciais teórico-metodológicos de Pierre Bourdieu. A partir do estudo realizado sobre os aplicativos de relacionamento, partimos da tese de que os usuários se encontram inseridos nesse sistema simbólico, em que suas ações e trajetórias dependem de um conjunto de elementos como os capitais afetivos que possuem, as disposições presentes em seus *habitus*, as relações de poder desenvolvidas, etc. Dessa forma, o eixo central do estudo empírico buscava, assim, compreender como estava estruturado o campo afetivo para esses homens, geolocalizados no Recôncavo Baiano, sendo que tais dados analíticos só foram obtidos após a realização de uma análise sobre o consumo dos aplicativos de relacionamento específicos para o público-consumidor homossexual masculino - *Grindr*, *Hornet* e *Scruff* - fundamentado em torno de duas formas paralelas de relação: as relações de consumo e as relações de afeto - amizade, amor e sexo.

No quarto e último capítulo, desenhamos a caracterização do desejo homoerótico, em suas construções sociais, os problemas enfrentados historicamente e os perigos existentes ao vivenciá-los de forma livre e saudável, com uma maior ênfase nas especificidades da região e nas experiências dos homens gays no Recôncavo Baiano. Uma dessas construções caracteriza-se pelos debates sobre a

formação dos “armários” no ciberespaço, ou seja, em suas versões on-line, através das performances discretas e sigilosas no interior dessas plataformas. Além disso, o capítulo final também reuniu os demais aspectos presentes na constituição desse campo afetivo e no consumo dos *apps gays* no Recôncavo: homofobia, heterossexismo, racismo, as diversas violências de gênero que ocorrem nessa região, ao acometer, principalmente, os homens afeminados; as noções sobre saúde sexual da população LGBTQI+ e como as ISTs, em particular através do HIV/AIDS, são vistas através dos aplicativos de relacionamento, ambientes estes tidos como estigmatizadores e higienizantes.

Resultados obtidos

Em relação aos resultados obtidos pela pesquisa, constata-se a eminência da busca e promoção do sexo rápido e imediato entre os homens *gays* na região, enquanto uma sobreposição do sexual em relação aos demais aspectos afetivos, o que corrobora com as pesquisas similares sobre mídias digitais e homosociabilidade em outras regiões, como as realizadas por Miskolci, compiladas em seu livro *Desejos digitais* (2017). A “cultura da pegação” torna-se, também, presente na realidade do Recôncavo, enquanto uma nova forma sociocultural, praticada principalmente entre os mais jovens – e sendo um traço comportamental contemporâneo presente também entre os heterossexuais –, ao fomentar o uso das mídias digitais para os fins de busca por parceiros sexuais, sob o intuito de obter relações casuais/descompromissadas e sob um baixo nível de exposição pública, marcadas, na sua maior parte, entre desconhecidos geograficamente próximos.

Observou-se que as plataformas são capazes de agenciar uma extensa variedade de interações socioafetivas, para além das suas formas sexuais, principalmente no que refere ao estabelecimento de certas multiplicidades nos formatos de relacionamento afetivo, atra-

vés das posteriores relações face a face (ou também conhecidas como “no off-line”). Após o contato inicial ser travado através do uso da internet, ou até ao manter a relação somente em vias on-line, busca-se por relacionamentos abertos e fechados, relações grupais e poliamorosas, *ménage à trois*, *brotheragem*, *gouinage*, *cibersexo*, grupos de sexo e práticas sexuais específicas, prostituição on-line (masculina e feminina), compra e venda digital de drogas ilícitas, dentre outros.

Outro aspecto identificado é que os aplicativos de relacionamento para o público homossexual masculino (*apps gays*) também funcionam para a busca por inclusão social, em virtude da falta de espaços próprios para a sociabilidade homoafetiva na região do Recôncavo Baiano, ao transformar esses ambientes on-line em novos (e talvez únicos) espaços de sociabilidade possíveis entre os pares locais. Associado a esse cenário, firma-se também a livre expressão de suas identidades, desejos e prazeres, em um território que predomina os valores familistas, conservadores e heterossexuais, típicos de contextos interioranos. Dessa forma, aplicativos de relacionamento como *Grindr*, *Hornet* e *Scruff* passam a promover a construção de novas redes de amizade e contato, extremamente úteis para a realidade do Recôncavo, onde a população LGBTQI+ se encontra disposta entre as cidades próximas do mesmo território, em contato com as demais regiões baianas, a exemplo da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e a de Feira de Santana (RMFS).

Contudo, enquanto uma cultura emergente nos aplicativos, os perfis passam a ser construídos sob as lógicas normativas de gênero, sexualidade, raça e corpo, ao disseminar discursos e práticas contaminadas pelo machismo, racismo, efeminofobia, gordofobia, homofobia, transfobia, entre outros. As políticas visuais e discursivas utilizadas nesses espaços são de exclusão desses usuários (negros, afeminados, gordos, entre outros), ao passo em que há a supervalorização constante daqueles que se enquadram no padrão estabelecido de “macho”, ligado, sobretudo, à heteronormatividade e à masculinidade hegemônica.

Considerações finais

Ao concluir essa pesquisa, identificamos que o interesse dos homens geolocalizados no território do Recôncavo Baiano se dá a partir de três linhas constitutivas: a primeira se orienta a partir do gosto racializado, visto que toda busca passa pelo processo de orientação a partir dos diferentes marcadores sociorraciais estabelecidos, em um sistema de inclusão e exclusão pautado na branquitude, apesar do próprio território ser composto por maioria negra. Tal inferência diz muito mais em relação à própria estrutura cosmopolita dos aplicativos de relacionamento ou pelas construções midiáticas acerca da homossexualidade em particular, do que as próprias manifestações socioafetivas dessa população que habita o Recôncavo Baiano.

A segunda linha refere-se ao intenso fluxo dos homens mais jovens na região, enquadrados nesse estudo a partir da categoria sociológica Geração Z. Essa análise refere-se à presença de diferentes universidades na região, alocando jovens universitários entre nativos e estrangeiros (de outras cidades da Bahia e até de outros estados), ao organizar uma gama de diferentes formas de masculinidade nesse território (entre brancas, negras, hegemônicas, subalternizadas, afeminadas, entre outras), movimentando, assim, o próprio funcionamento dos aplicativos na região. Em conjunto, o aumento no fluxo de usuários dos aplicativos de relacionamento geolocalizados no Recôncavo Baiano também ocorre nas temporadas de “movimentação” interna, em correlação com os períodos de festas populares na Bahia, como o carnaval no começo do ano e os festejos de São João em junho. A dinâmica traz tanto os usuários estrangeiros, que se encontram nessa região durante aquele período, quando também motiva a reintrodução dos antigos perfis da região, no intuito de desfrutar dessa nova paisagem afetiva em contraposição com a constante saturação dos perfis fixos no território.

A terceira e última linha diz respeito à dinâmica de diferentes corpos e comportamentos dos usuários, por meio da reafirmação dos padrões estabelecidos de masculinidade hegemônica, ao pas-

so em que há uma rejeição das formas tidas como subalternizadas, em especial nesse estudo a partir dos homens negros e afeminados, coexistindo, ao mesmo tempo, ao lado de outras agências e apresentações de masculinidade, sexualidade, comportamento afetivo, raça, classe e cultura, nesse território.

Em conformidade com os elementos teóricos e empíricos, foi possível constatar a materialidade das respectivas linhas no território analisado: tanto por meio da busca racializada, pela reafirmação dos padrões masculinos de apresentação, ação e comportamento, e pela busca por aqueles jovens que se encontram geograficamente mais próximos, distribuídos na mesma região; quanto na constituição de um campo afetivo próprio, ligando o território físico ao ciberespaço, promovido pela agência dos aplicativos de relacionamento, ao movimentar as diferentes construções identitárias e afetivas presentes na região.

O Recôncavo Baiano, apresentado para os usuários dos aplicativos de relacionamento, emerge como uma grande comunidade, um campo de interações simbólicas, ao promover um novo espaço de sociabilidade para esses homens, até então impossibilitado pelo conservadorismo vigente. O Recôncavo Baiano ilustrado por meio dos aplicativos instaura uma nova economia afetiva para os homens gays e bissexuais da região, ao estruturar um novo e complexo campo social de afeto e consumo.

De olho no boy, dessa forma, busca promover uma síntese de pesquisas nas Ciências Sociais nas áreas da cibercultura, consumo e afetividade, atreladas aos estudos raciais, de gênero e sexualidade, em um estudo pioneiro no território do Recôncavo Baiano, e assim se justifica a importância de tal investigação para a compreensão dessas novas relações que estão reestruturando as formas como esses indivíduos estão expressando suas identidades e as suas vidas afetivas nessa região.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **30ª Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas**. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/pesti2019fgvciappt_2019.pdf>. Acesso em 18 de maio de 2020.

HINE, Christine. **Etnografia Virtual**. Barcelona: UOC, 2004.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUPTON, Deborah. **Digital sociology**. Nova York: Routledge, 2015.

MISKOLCI, Richard. **Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line**. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2017.

_____. San Francisco e a nova economia do desejo. **Lua Nova**, n. 91, p. 269-295, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ln/n91/n91a10.pdf>>. Acesso em 18 de maio de 2020.

_____. **Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade**. *Revista Contemporânea*, v. 6, n. 02, p. 275-297, 2016. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/525>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. **A sociologia digital: um desafio para o século XXI**. *Revista Sociologias*, ano 18, n. 41, p. 216-241, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222016000100216&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 10 de maio de 2020.

PARANHOS, Marco Antonio Vieira de Oliveira. **De olho no boy:** identidades, consumo e afetividade em aplicativos de relacionamento. 2019. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento) - Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia:** sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 219-239.

SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR). **Perfil Sintético dos Territórios de Identidade da Bahia:** Recôncavo. Governo da Bahia. 2015. Disponível em <http://www.portalsdr.ba.gov.br/intranetsdr/model_territorio/Arquivos_pdf/Perfil_Recôncavo.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2020.

Juventude quilombola: racismo, escolarização e trabalho²⁹

*Azamor Coelho Guedes
Ana Paula Comin de Carvalho*

O presente capítulo é uma versão condensada e adaptada da dissertação de mestrado intitulada: “O racismo e seu enfrentamento na escola e no trabalho: processos de escolarização e profissionalização de jovens quilombolas da Chapada Diamantina-BA”, defendida junto ao PPGCS/UFRB no ano de 2018, sob a orientação da professora Ana Paula Comin de Carvalho. O principal objetivo da pesquisa foi o de compreender como jovens quilombolas experenciam o acesso e permanência no ensino médio e quais perspectivas laborais se apresentam a eles.

Esta pesquisa nasceu a partir do projeto de extensão Semente Crioula, iniciado em 2012, que visa compreender e atuar sobre os impedimentos que impedem o acesso e a permanência de jovens quilombolas no Campus Seabra do Instituto Federal da Bahia (IFBA). Antes do projeto, praticamente inexistiam estudantes quilombolas naquele Campus. Para entender melhor o universo dos jovens de onze comunidades de Seabra, surgiram diversos trabalhos acadêmicos e duas dissertações de mestrado sobre o tema (PORTELA, 2017 e GUEDES, 2018).

Na nossa dissertação, investigamos as experiências de escolarização e profissionalização de jovens quilombolas da Chapada Diamantina com idades entre quinze e trinta anos³⁰, a partir da aná-

29 - Capítulo que condensa nossa dissertação “O racismo e seu enfrentamento na escola e no trabalho: processos de escolarização e profissionalização de jovens quilombolas da chapada diamantina-ba” (2018), disponível em https://www.ufrb.edu.br/pgcienciassociais/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2018/Azamor_Coelho_Guedes.pdf.

30 - Referente às idades dos jovens quando a pesquisa de mestrado foi finalizada em 2018.

lise pormenorizada da trajetória de cinco jovens. Embora o nosso interesse inicial se desse pelos processos de escolarização, fomos obrigados, desde logo, a entender que a divisão entre estudar e trabalhar apenas faz sentido dentro de uma determinada experiência de classe e raça. Jovens quilombolas têm muitas escolas, além do oficial, pois muitos aprendizados profissionalizantes se iniciam antes do ingresso formal no mercado de trabalho e disputam o tempo e a energia que o jovem emprega nos estudos. Por isso, utilizamos referenciais teóricos que permitem entender o *continuum* que se dá entre o trabalho e a escola na vida destes jovens, tais como o conceito de carreira de Howard Becker (2005), o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (2013); e o de inspiração de Clifford Geertz (2009), que nos permitem dar atenção aos sentidos atribuídos à vida social enunciados pelos próprios sujeitos da pesquisa. Também não seria possível falar da trajetória de jovens negros quilombolas sem discutir o papel marcante e cruel que o racismo tem em suas histórias, ao silenciar as memórias coletivas de sua comunidade e ao fechar as portas da ascensão social e êxito educacional. Assim, o debate antirracista em autores como Franz Fanon (2008) nos ajudou a compreender a primazia da experiência da raça na vida social dos negros e a entender como todos os impedimentos que restringem o acesso e a permanência de jovens quilombolas na escola dizem respeito, direta ou indiretamente, à experiência do racismo. Por fim, autoras como Sueli Carneiro (2003) nos impelem a enxergar a especificidade da opressão de gênero enfrentadas por mulheres negras.

Para coletar os dados de nossa pesquisa, utilizamos a observação de campo, que foi possível a partir de minha experiência, seja como integrante de um projeto de extensão, iniciado em 2012 e ainda vigente, que visita frequentemente residências, escolas e centros comunitários frequentados pelos jovens quilombolas, seja como professor do IFBA, Campus Seabra, onde jovens quilombolas lutam para ser aprovados e para permanecer como estudantes. Também levantamos dados sobre matrículas, evasões e retenções obtidos no co-

nole acadêmico do IFBA³¹. Por fim, realizamos entrevistas semi-estruturadas com cinco jovens quilombolas entre 15 e 30 anos (Odirlei Cupertino, 30 anos, Comunidade do Baixão Velho; Valdenice Rosa da Silva, 27 anos, Comunidade do Agreste; Brenda Guanais Santos Bernardes, 20 anos, comunidade da Barriguda; Marleide Rosa da Silva, 24 anos, comunidade do Agreste; Evanaldo Lúcio Santos Souza, 18 anos, comunidade de Baixão Velho) e uma liderança quilombola (Lauro Roberto Ferreira Oliveira, 39 anos, comunidade de Vazante)³². Após familiarizarmos o leitor com os aspectos gerais de nosso estudo, vamos tratar das seguintes dimensões que afetam os jovens quilombolas: racismo explícito, racismo institucional e sobre como o gênero afeta as experiências de racismo. Abaixo vamos nos deter sobre as expressões explícitas de racismo experienciadas pelos nossos interlocutores de pesquisa.

O racismo explícito

Qualquer investigação sobre jovens quilombolas inevitavelmente se entrelaça com a investigação sobre o racismo – tema que transversaliza todas as demais investigações envolvendo populações afro-brasileiras e cujo enfrentamento está presente no próprio conceito de quilombo, cuja definição por nós adotada é:

Um conjunto organizado de sujeitos que afirmam uma territorialidade afetiva, simbólica e geográfica, a partir de uma autoatribuição racial e que defendem formas de vida marcadas pela resistência ao racismo e pelas raízes na ancestralidade afro-brasileira (GUEDES, 2018, p.42).³³

31 - Na pesquisa de mestrado utilizamos também outros dados quantitativos oriundos de questionários e formulários que aplicamos nas comunidades (GUEDES, 2018).

32 - Os interlocutores da pesquisa autorizaram o uso de seus nomes.

33 - Este conceito foi construído a partir do diálogo com os trabalhos de: de Carvalho (2016); de Almeida (2012); do Nascimento (1982); dos Santos (2016); Gusmão (1994); Leite (2016); Mombelli (2016); Ratts (2007).

A vivência do racismo e as estratégias para resistir a eles se expressam na própria história das comunidades quilombolas da Chapada Diamantina. Em Seabra, cidade onde realizamos a nossa pesquisa, existem onze comunidades quilombolas, cuja população varia entre 13 e 162 famílias, que tem em comum o enfrentamento do racismo. Segundo o quilombola Lauro Roberto, vereador e liderança de grande protagonismo nas lutas antirracistas da Chapada Diamantina:

Portanto, as comunidades brancas, as duas únicas comunidades brancas nesse eixo de comunidades quilombolas são as comunidades que têm escola da educação infantil até a 8ª série. E aí a gente pode até acreditar que isso é por acaso, mas nós sabemos... (Lauro Roberto, 39 anos, Vazante).

O racismo se expressa na oferta de serviços públicos, em que as duas únicas comunidades brancas encravadas em uma região com diversas comunidades quilombolas são justamente aquelas em que foram construídas as escolas de educação infantil. Assim, os quilombolas são aqueles que devem se deslocar para frequentar as escolas das comunidades não quilombolas, mesmo sendo grupos mais populosos do que as comunidades que sediam os equipamentos educacionais. Segundo Portela, que também avalia a concentração das escolas nas comunidades não quilombolas em Seabra:

O espaço para o quilombola é reflexo das recusas históricas, evidentes se avaliarmos que o Alagadiço, escola citada por Lauro, é uma comunidade branca e menos populosa que o Agreste, comunidade quilombola que fica ao lado, entretanto a escolha do poder público é pela instalação da escola na comunidade branca, o que implica no deslocamento da comunidade negra (PORTELA, 2017, p.56).

Para as comunidades quilombolas, o racismo é também uma questão de tempo e espaço: evidencia-se nos longos trajetos que separam os seus moradores das escolas e outros serviços públicos. As distâncias são agravadas pelas estradas esburacadas e oferta irregular do transporte. As idas às escolas, cansativas, exigem uma

disponibilidade de tempo muito maior por parte de quem tem que se deslocar do que daquele que mora ao lado da escola. Desta maneira, a geografia do racismo, ratificada pelo Estado, vai demarcando que mesmo dentro da zona rural de Seabra existe centro e periferia, com as comunidades que centralizam escolas _ as não-quilombolas Baixãozinho e Alagadiço _ orbitadas pelas comunidades negras do Agreste, Angico, Morro Redondo, Capão das Gamelas, Serra do Queimadão, Lagoa do Baixão, Olhos d'água do Basílio e Baixão Velho.

Mas o racismo não é apenas questão de geografia, se expressa também nas relações cotidianas. Não foram poucos os relatos de violência verbal nua e crua vivenciados pelos jovens quilombolas nas escolas de Seabra:

[...] A gente pode até, podemos até acreditar, é isso é por acaso, mas nós sabemos que não é por acaso, sabemos que está entranhado nessas práticas o racismo ora de forma velada e em muitos casos de forma explícita como a gente sabe que tem acontecido(Lauro Roberto, 39 anos, Vazante).

As experiências de racismo que coletamos em nosso campo são comumente explícitas, o que contraria as antigas teorias de nossa democracia racial fundadas na idealização da colonização portuguesa, considerada mais propícia a uma troca afetiva entre brancos e negros, em contraposição à apartação racial existente nos Estados Unidos. No Brasil, segundo essas visões, a convivência afetiva promoveria zonas de confraternização entre as raças:

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações- as do branco com as mulheres de cor-de —superiores| com —inferiores| e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância que de outro modo se teria con-

servado enorme entre a casa grande e a senzala (FREYRE, 2003, p.33).

Para Gilberto Freyre, os abusos raciais não impediriam o acolhimento e a integração afetiva dos negros no seio das famílias brancas. Não encontramos ressonâncias das palavras de Freyre em nosso campo. Nos episódios em que os jovens quilombolas relatam suas experiências nas escolas da sede de Seabra são reiterados os episódios de exclusão, apartação e invisibilidade. O território escolar de Seabra é estéril de afetividade e acolhimento. Um deserto onde raramente floresce relações de amizade e reconhecimento entre os quilombolas e não quilombolas e onde viceja a hostilidade e a indiferença para os estudantes chegados das comunidades rurais negras:

[...] houve um período que os alunos das comunidades quilombolas que vinham no turno matutino, lá das comunidades quilombolas pra estudar em Seabra, já que nas comunidades também nunca teve ensino médio [...] e em Seabra sofriam todo tipo de racismo, todo tipo de discriminação aí de forma clara, de forma evidente, a ponto de ter que sofrer algumas intervenções de pessoas dos movimentos sociais, é... com palestras com informação para tentar diminuir o impacto do racismo declarado em relação aos jovens que viam daquelas regiões. Você conhece pessoas [...] que passaram por situações de constrangimento em virtude de ser de comunidade quilombola de ser negro aqui em Seabra (Lauro Roberto, Vazante, 39 anos).

As situações de constrangimento para a primeira turma quilombola que ingressou no ensino médio na sede de Seabra, entre 2007 e 2008, por serem tão evidentes e claras, foram pautadas pelos movimentos sociais da região e geraram intervenções dos movimentos sociais de Seabra. Geraram também memórias dolorosas e a experiência de não ser aceito e de ser estranhado pelos próprios colegas, como nos conta Valdenice:

É... na verdade o problema de aceitação mais, num era nem por conta de que a gente não se aceitava e sim pelo fato das pessoas nos verem como estranhos, não aceitar a gente ocupar

aquele espaço. Foi muito difícil, tanto é que no primeiro ano, no segundo ano de 2007 e 2008, a gente não conseguia fazer amizade com ninguém com medo. Nós éramos tachados de preto, urubus e aquelas musiquinhas que até hoje fica na cabeça... — fedor, chega pra lá, seu suvaco tá fedendo. O suor tá de matar, eito, vai aprender a passar desodorante pro suvaco não feder. Era essa coisa que eles cantavam toda a vez que viam a gente sentados no pátio. Isso deixava a gente muito constrangido, e deixava a gente toda a hora se cheirando, pra ver se não tava fedendo. Então isso foi um processo muito louco, muito difícil (Valdenice, 29 anos, Agreste).

Valdenice descreve a dificuldade de ser aceita como igual entre os estudantes da sede de Seabra. Ela inicia sua fala questionando a ideia recorrente no senso comum de que o problema residiria na autoaceitação dos próprios quilombolas. Ela acredita que as agressões e não aceitação dos colegas impediam os alunos quilombolas de se sentirem pertencentes àquele espaço. Evidentemente, as experiências de rejeição e violência tornaram os quilombolas, justificadamente, esquivos e desconfiados em relação às interações sociais nos espaços onde o racismo ocorre, já que as experiências de racismo criam gatilhos emocionais que bloqueiam a confiança e a espontaneidade necessárias para a criação de novos vínculos. A referência ao constrangimento, que aparece tanto na fala de Lauro quanto na de Valdenice, designa esta ausência de espontaneidade causada pelos estigmas e rótulos acionados em um espaço racista.

Franz Fanon, enquanto psiquiatra que estudou o fenômeno do racismo, o define como uma “interiorização da inferioridade” (2008, p.28), a partir do qual as “estruturas econômicas e sociais” negrófobas incorporam-se ao plano psicológico (p.28). Devido ao racismo, o negro teria dificuldades psicossociais de afirmar sua identidade étnica. Portanto, assumir-se enquanto negro, diz Fanon, pressupõe “súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais” (p.28) internalizadas.

A afirmação da identidade racial e comunitária dos jovens quilombolas em ambientes de rejeição e violência tende a ser em si

mesma um ato de enfrentamento do racismo. Portanto, afirmar-se diante dos colegas não quilombolas é desafiador e doloroso. Pressupõe a difícil tomada de consciência de uma realidade social opressora (FANON, 2008). Por isso, a tendência sempre encontrada entre os quilombolas da escola é refugiar-se no espaço seguro dos seus pares também quilombolas. A rejeição gera a apartação dos grupos. O tecido social no espaço escolar se rompe, com não quilombolas não aceitando quilombolas e quilombolas andando apenas entre si para se protegerem:

Tem hora que, na maioria das vezes, os quilombolas fica mais juntos. Por opção dos alunos e por opção de escola. Porque é o seguinte: se o aluno tem opção... qual é a opção dos alunos? Querem ficar da onde ele já vem. Vamos supor: se tem cinco aluno aqui, se eu vim pra esse colégio, não quer se separar. Ele tem medo dessa repressão. Ele tem medo... tipo assim, eu vou me separar, se eu ir pra outra sala eu vou ficar mais fraco pra me defender, então eu tenho que tá junto da minha turma (Odirlei, 30 anos, Baixão Velho).

As escolas municipais de Seabra se tornam, portanto, espaço segregado. Não existem nelas os espaços de celebração anunciados por Freyre; ao contrário, quilombolas de um lado, não quilombolas de outro. A busca natural dos quilombolas por aceitação e conforto os leva a requisitarem a presença constante dos seus, suas zonas de segurança. As salas de aula e ambientes de convívio ganham contornos claramente racializados, como relata Marleide, se referindo a uma experiência mais recente, a do curso preparatório para o IFBA que ocorreu na sede de Seabra em 2011:

Mas enfim... a gente conseguiu fazer o curso durante... sofrendo essas humilhação, sentava aquela turma do Agreste, toda assim, do Baixão Velho, quem veio fazer o curso sentava todo em L, fazia um L assim na sala, no fundão, no fundo e na lateral, ninguém mais sentava no meio, ninguém mais sentava na frente, não porque a gente queria, mas porque a gente não conseguia (Marleide, 24 anos, Agreste).

O espaço de sala de aula configurava-se em L, com a ocupação espacial demarcada pela segregação racial que aparta os jovens quilombolas dos espaços de privilégio da sala de aula (o meio e a frente), empurrando-os para o fundo e lateral, apinhados no único conforto possível, na companhia de outros quilombolas. Ainda hoje, como professor do IFBA, ainda verifico esta organização em L nas turmas e exclusão espacial dos quilombolas nos corredores e espaços de convivência do Campus Seabra. Esta percepção é confirmada por Evanaldo, hoje aluno do IFBA:

É, não tinha esse costume todo, aí tinha vezes que eu me sentia quase ameaçado, eu já cheguei até querer desistir já logo na enturmação, com os dois meses de enturmação. Inclusive, eu estava conversando com meu amigo sobre isso, nós queria desistir, porque tava já com muita pressão logo no começo. Aí quando foi que começou as aulas mesmo, aí nós sentia essa pressão a mais (Evanaldo, 18 anos, Baixão Velho).

Na fala de Evanaldo, fica nítido que as dificuldades de “enturmação” provocam o desejo de desistir. A evasão apresenta-se como uma saída à “pressão” causada pela rejeição no espaço escolar. Se o racismo dos demais estudantes constrange, o ambiente institucional também não favorece a permanência nos estudos dos jovens quilombolas. As estruturas negrófobas a que se refere Fanon (2002) permeiam também o Estado e suas instituições que teriam por função constitucional combatê-las. É o que veremos a seguir.

O racismo institucional

O racismo das normas do Estado e suas instituições e da prática cotidiana de agentes públicos, o racismo institucional³⁴, foi identi-

34 - Para uma análise conceitual do racismo institucional e sua relação com a temática quilombola, ver Ana Paula Carvalho, (2019), para quem “No nível institucional, o racismo induz, mantém e condiciona a organização e ação de instituições e políticas estatais e privadas, produzindo uma hierarquia racial.” (2019). Para aprofundar o entendimento das relações entre o racismo institucional e o racismo estrutural ver também Silvio de Almeida (2019).

ficado em nossa pesquisa em diversas formas: 1) na inexistência de escolas de ensino fundamental II em comunidades quilombolas; 2) nas dificuldades de transporte e acesso às comunidades; 3) nas exigências de R.G. e C.P.F para as inscrições e matrículas necessárias para o acesso escolar e as dificuldades específicas que os quilombolas encontram na retirada destes documentos; e 4) na dificuldade para os quilombolas em acessar as cotas sociais.

A partir do ensino fundamental II, como indica a liderança Lauro, os jovens das comunidades quilombolas devem sempre se deslocar para outras comunidades para estudar. Embora a oferta do transporte escolar seja atribuição da Prefeitura Municipal de Seabra, a distância de algumas comunidades para as duas escolas polo são de até 25 quilômetros em estradas com péssimas condições, marcadas por buracos, lamas, areia e pedras, especialmente após as chuvas, quando algumas comunidades ficam totalmente inacessíveis a espera de reparos nas rodagens feitas pelas máquinas da prefeitura. Muitos estudantes ainda precisam se deslocar longos trechos a pé, caronas ou em veículos de seus familiares até os pontos de ônibus que ficam nos centros das comunidades.

O transporte para a sede de Seabra é ainda pior. Além das estradas de chão, os estudantes precisam enfrentar uma distância adicional de no mínimo vinte e cinco quilômetros de rodovias estaduais e federais até Seabra (a distância varia de comunidade para comunidade). Além disso, até pouco tempo atrás, a Prefeitura de Seabra não oferecia transporte para o dia da prova do IFBA ou UNEB e os alunos dependiam de caronas ou outras estratégias para realizarem os exames.

Para os alunos que conseguem ser aprovados no IFBA, as dificuldades de transporte continuam. Em caso de dificuldades fiscais ou operacionais na oferta do transporte escolar, as linhas para as comunidades quilombolas estão entre as primeiras a serem interrompidas. Os alunos que cursavam a modalidade subsequente do ensino médio nos relataram outra situação grave ligada ao transporte em 2018. Suas aulas iam das 13:20h às 17:50h, mas todos eram embarcados em um único transporte escolar a partir das 10 horas e desembarca-

dos até às 21 horas. Neste caso, certos estudantes passavam até onze horas por dia fora de casa e deveriam se responsabilizar pelos gastos para alimentar-se durante o período.

Outra dificuldade que jovens quilombolas encontram para prosseguir seus estudos em instituições como o IFBA é a ausência de RG e CPF, exigidas para a realização da prova e acesso a inúmeros outros serviços públicos. A burocracia opera com o pressuposto errôneo de que todos os jovens têm este documento.

Em nossa dissertação, constatamos que muitos representantes do Estado atuam segregando os jovens quilombolas, ao compreenderem uma pessoa branca e urbana como um típico usuário do serviço público. Fanon defende que o racismo opera, justamente, nessa associação do branco ao universal (2002). O agente do Estado, quando não entende que os usuários de políticas públicas enfrentam dificuldades específicas, torna-se promotor da segregação institucional. Ao tomar como óbvia a universalidade da posse dos documentos de identificação, o agente Estatal negligencia a realidade das comunidades quilombolas, caracterizadas pela predominante informalidade de suas relações trabalhistas, comerciais, bem como no trato com o Estado. Em nossa dissertação, discutimos como diversos serviços públicos são acessados através de contatos informais com vereadores, prefeitos e demais “benfeitores” e não através do acesso institucional aos órgãos e entes do Estado. A “ajuda”, ao contrário da política pública, não exige documentação, o que gera a reprodução da informalidade.

Além disso, os custos para se retirar os documentos são elevados, já que, em 2017 quando levantamos os valores, a forma mais usual de conseguir o RG era ir a Irecê, a 160 km de Seabra. Estimamos que o custo médio para se retirar o RG de um menor de idade, que depende da presença dos pais, é de cerca de 426 reais, inviável para a maioria das famílias. Este valor inclui o transporte local até a sede (R\$ 15 reais para cada deslocamento por pessoa) e intermunicipal até Irecê (R\$ 27,00 para cada deslocamento por pessoa), levando-se em consideração os custos de duas pessoas (o menor de

idade e seu responsável, o que multiplica todos os valores de deslocamento por dois), em pelo menos duas viagens de ida e volta (uma para solicitar o documento e outra para resgatá-lo, o que também multiplica os valores por dois); o pagamento pelas fotos (R\$ 7,00); o café da manhã (R\$ 10 reais por pessoa por deslocamento); o almoço (R\$ 10 reais por pessoa por deslocamento) . O CPF, que pode ser retirado em Seabra, ficaria um pouco mais barato, cerca de 167 reais.³⁵

Para se inscrever e para realizar prova do PROSEL (processo seletivo do IFBA), os estudantes precisam destes documentos. Entre 2013 e 2019, quando a equipe do projeto Semente Crioula acompanhou e apoiou a realização da prova pelos estudantes, muitos foram os casos dos que não tinham documentos para apresentar no dia da prova. Por isso, o projeto disponibilizou, com recursos do IFBA, uma van para que os estudantes sem documentação pudessem ir à Irecê para solicitação e retirada de documentos.

Outro fator restritivo para o acesso de quilombolas ao IFBA, também relacionados com o racismo institucional, é a dificuldade que encontram em acessar as cotas sociais. Ao contrário das cotas raciais que exigiam apenas autoidentificação (e que necessitarão a partir de 2020 também de heteroidentificação realizada por banca averiguadora), as cotas sociais requerem também comprovação documental, muitas vezes inacessível para a maioria dos jovens quilombolas. Documentos exigidos pelo IFBA para comprovar renda, tais como declaração de imposto de renda de pessoa física, pessoa jurídica, notas fiscais de venda e mesmo extratos bancários, são de difícil obtenção e esbarram na informalidade econômica que marca o cotidiano dos quilombos como detalhamos em nossa dissertação (GUEDES, 2018, p.84).

A dificuldade que quilombolas têm de comprovar a sua própria pobreza reduz suas chances no processo seletivo do IFBA. No ano 2016, apesar de nosso apoio e orientação para o levantamento dos

35 - Para maior detalhamento da memória de cálculo ver GUEDES, 2018, pp. 80-82.

documentos necessários para realizar a prova, 11 inscrições nas cotas sociais foram indeferidas pela comissão central do IFBA.

Em nossos trabalhos, temos sugerido a necessidade da oferta de cotas específicas para as comunidades quilombolas no IFBA como solução a estas dificuldades. A ausência de uma política que reconheça as especificidades das comunidades quilombolas no processo de inscrição do IFBA é um caso de racismo institucional, definido pelo Estatuto da Igualdade Racial do Estado da Bahia em seu inciso V, que declara que a omissão do Estado que impede a oferta de um serviço qualificado à pessoas em função de sua cor ou origem racial é caso de racismo institucional³⁶. Ana Carla Portela que, juntamente comigo coordenou o projeto Semente Crioula, relata em sua dissertação um episódio vivenciado por ela que expressa como preconceitos e estereótipos institucionais impedem que agentes públicos possam se atentar para a realidade específica das comunidades tradicionais em suas práxis cotidianas:

A interiorização de uma instituição com forte marca urbana, até por sua histórica relação com o capital industrial, não implica só em instalar-se no interior, mas em estabelecer o diálogo entre a institucionalidade e uma outra realidade. Em 2011, ao contactar a Pró-reitoria de Ensino do IFBA, na tentativa de encaminhar uma alternativa para este entrave, já evidente no primeiro PROSEL realizado em Seabra, lembro-me da coordenação da seleção nos questionar com incredulidade: *Mas como é que não se tem identidade?* A resposta, após o esforço para convencer uma institucionalidade irreduzível acerca de aspectos que só se entende na ponta da política, que só se compreende de fato ao pisar e respeitar o chão: *Não tendo, simplesmente não tendo* (PORTELA, 2017, pg. 57).

36 - O capítulo V define racismo institucional como: "ações ou omissões sistêmicas caracterizados por normas, práticas, critérios e padrões formais e não formais de diagnóstico e atendimento, de natureza organizacional e institucional, pública e privada, resultantes de preconceito ou estereótipos, que resulta em discriminação e ausência de efetividade em prover e ofertar atividades e serviços qualificados às pessoas em função da sua raça, cor, ascendência, cultura, religião, origem racial ou étnica" (BAHIA, 2014, p.86, grifos nossos).

Os desafios que afetam a escolarização de jovens quilombolas, sejam provenientes do racismo de colegas, seja através do racismo cristalizado nas práticas do Estado, não afetam homens e mulheres da mesma maneira. A nossa análise ficaria incompleta sem entender como a variável gênero afeta o processo e é sobre ela que nos debruçaremos a seguir.

Relações de gênero

Através dos formulários do controle acadêmico do IFBA, temos acesso aos dados de entrada, evasão, retenção e permanência sem retenção de meninos e meninas do ensino médio do IFBA. Até 2017, tivemos a entrada no ensino médio integrado de vinte e três estudantes quilombolas do gênero feminino e somente 6 estudantes do gênero masculino. Até este mesmo ano, seis destas estudantes evadiram e apenas uma foi retida em alguma das séries do ensino médio, assim dezesseis meninas permanecem na instituição sem nenhuma retenção. Já entre os meninos, apenas seis entraram na instituição no período, com uma evasão e duas retenções. Apenas três estudantes meninos quilombolas permanecem sem retenção, um número mais de cinco vezes menor que os das meninas. Os números de outra modalidade, a do subsequente ao médio, apresentam dados semelhantes. Em 2017, dezessete estudantes do gênero feminino tentaram a prova, em contraste com dez meninos. Destes, dez meninas foram aprovadas, enquanto apenas cinco meninos o foram.

As diferenças numéricas em relação à entrada e permanência sem retenção por gênero apresentam números que indicam o incontestável sucesso relativo das estudantes do gênero feminino sobre aqueles do gênero masculino entre os jovens quilombolas. A fim de elucidar e compreender este número, é necessário interpretá-los em triangulação com os dados qualitativos obtidos em nossa observação participante, entrevistas semi-estruturadas e à luz da literatura sobre o tema.

O primeiro desafio para compreender os dados acima é evitar o risco de afirmar qualquer tipo de privilégio feminino. O sucesso escolar das meninas não resulta de qualquer exceção ou, muito menos, inversão do patriarcado, já que como afirma Sueli Carneiro (2005), as mulheres negras, ao contrário das mulheres brancas, sempre foram posicionadas nas menos prestigiadas posições da pirâmide laboral brasileira³⁷.

O nosso trabalho evidencia que, ao contrário de expressar privilégio, o relativo sucesso do processo de escolarização das meninas frente aos meninos quilombolas indica uma resistência à subalternização ainda maior do trabalho feminino diante do trabalho masculino:

E eu acho assim que um dos problemas que mais decepciona a gente como mulher, mulher negra, é você tá no lugar seu na sua cidade, as pessoas sabem de onde você é, sabem da trajetória todo que a maioria aqui de Seabra sabe por tudo que a gente passou, *mas eles nunca que olha pra você de uma forma diferente, é sempre com aquele mesmo olhar que você tem que trabalhar como doméstica, ninguém te procura pra você trabalhar em outro ambiente. É só sim, quando encontra você na rua pergunta: "tô precisando de uma menina pra domest... pra trabalhar com serviços gerais", não desmerecendo porque qualquer serviço digno é essencial.* Mas assim, porque não trazer outra perspectiva? Muitas vezes as pessoas são donas de supermercado, são donos de lojas, são donos de outro comércio, mas só procura a gente pra trabalhar como domésticas. Então, eu acho assim, tem muito aquela questão do preconceito vedado, aquela coisa escondida que não quer desmerecer, mas também não ajuda. Então, acho que Seabra tá faltando um pouco de um olhar diferente, ou um olhar igual, não sei. E é isso... eu acho assim que quando a gente

37 - Além de Sueli Carneiro, em Guedes (2018), realizamos a discussão teórica sobre a interseccionalidade entre raça e gênero através do diálogo com Hooks (1990) e Wellon (2008). Para uma discussão sobre raça e gênero através de interpretação psicanalítica ver o trabalho de Lélia Gonzales (1980); já para uma síntese da crítica dos limites do feminismo universalista liberal e socialista ver Luiza Bairos (1995); sugerimos também a leitura de Kimberlé Crenshaw (2002), que desenvolve o conceito de interseccionalidade.

é mulher, é mãe, a gente tá sempre procurando coisas melhores, porque a gente não quer que os filhos da gente passe pelo que a gente passou (Valdenice, 27 anos, Agreste, grifo nosso).

Valdenice chama atenção para o olhar que aprisiona a mulher quilombola a condição de empregada doméstica e não inclui outras profissões, mesmo aquelas de baixa qualificação, em supermercados e lojas. Ela reconhece ainda a necessidade de buscar alternativas para que os filhos não tenham que experimentar o mesmo fardo. A inferiorização laboral da mulher promove a urgência em buscar meios - inclusive os estudos - para buscar uma vida melhor.

Nilson Weisheimer (2009) nos chama a atenção para outro fator que pode explicar maior apreço das mulheres pelo processo de escolarização, que é a desvalorização do trabalho dentro da própria casa e na agricultura familiar. Segundo ele, a divisão sexual do trabalho fundamenta a fronteira entre trabalho, aquele exercido pelos homens, e a ajuda, desempenhada pelas mulheres. Portanto, a rotina, que muitas vezes inclui atividades tais como os cuidados com filhos e idosos da casa, o preparo do alimento, a faxina e atividades agrícolas não são valorizadas e nem recebem o *status* de trabalho. Em nosso campo, encontramos a confirmação desta realidade, com diversas mulheres que desempenham uma série de tarefas domésticas e agrárias se descrevendo como pessoas “que não trabalham”.

Também encontramos a demarcação de espaços de socialização diferenciados para meninas e meninos. Nos momentos de interação e recreação entre as aulas do curso preparatório para o IFBA promovido pelo projeto Semente Crioula, pudemos observar a rígida separação que ocorria entre os “grupinhos” de meninas e meninos. Os meninos inclusive preferiam a companhia de homens adultos, como os motoristas de transporte escolar, às meninas da mesma idade.

Em uma situação significativa da observação participante, pudemos apreender uma expressão êmica bastante elucidativa da socialização diferenciada por gênero: a de “*homem da casa*”, utilizada

em referência a um adolescente de quinze anos que já queria conduzir sua própria vida. A expressão denotava, no sentido utilizado pelos nossos interlocutores, a ocupação de um papel de autoridade e de provedor da família. A autointerpretação dos meninos dentro da ótica do homem da casa nos permite compreender como eles consideram valoroso o ganhar “o próprio dinheiro”, seja para “comprar suas próprias coisas”, seja para “colocar dinheiro dentro de casa”.

O papel de provedor não deve ser entendido simplesmente como um papel social limitado à uma ética da responsabilidade com a família. A interpretação da situação do “homem da casa” permite uma flexibilidade que sanciona, ao mesmo tempo, o *ethos* austero do homem que sustenta a casa, como também o *ethos* hedonista do homem que pode gastar o dinheiro que ganha em festas e símbolos de ostentação. O “homem da casa” é um dispositivo acionado em contextos sociais distintos, mas, inevitavelmente afirmando a autoridade masculina sobre a casa e o dinheiro. O papel social esperado da mulher, ao contrário, está destituído de autoridade e é enxergado como o de mera “ajuda”.

Em função da condição de solidão da mulher negra, resultado do preterimento sistemático das mulheres negras do mercado matrimonial descrita por Claudete Souza (2008), muitas mulheres negras se tornam mães solteiras e se responsabilizam pelos cuidados com a casa e a família. Mulheres que já foram criadas por outras mães solteiras ou de pais distantes, aprendem desde logo a performar o papel da cuidadora, aquela que incorpora a subjetividade exigida nos cuidados com a família.

A socialização da mulher quilombola dentro de processos de gendramento próprios é ilustrada por uma situação significativa que vivenciamos na comunidade do Morro Redondo. Ao conversarmos com uma mãe, sobre a necessidade de motivar a filha a participar mais e tirar suas dúvidas em classe, ela respondeu afirmando que a adolescente deveria estar atenta para não “ficar *fechada* demais”, mas deveria ter cuidado para também não ficar muito “*aberta*”. No contexto empregado pela mãe, a abertura significa um comportamen-

to indiscreto e afetado, provavelmente relacionados a estereótipos, inclusive sexuais, negativos. Já o comportamento fechado estaria mais próximo ao recato próprio à vida doméstica e, portanto, pouco compatível com a sociabilidade pública que exige assertividade e publicidade, reservada ao “homem da casa”.

Em resposta a um contexto em que as mulheres quilombolas são condenadas socialmente às tarefas domésticas pelos rótulos e estereótipos dominantes, as comunidades respondem com uma socialização precoce dentro da carreira dos serviços domésticos que, por sua vez, ajuda a retroalimentar o processo. As mulheres desde jovens são direcionadas em seus aprendizados cognitivos e afetivos a performarem um *habitus* condizente com as ações de cuidado da casa e dos demais. Na vida adulta, quando a quilombola consegue o emprego de empregada doméstica, ela carrega todo o repertório cognitivo, atitudinal e afetivo que assimilou a partir das tarefas domésticas e subjetividade de cuidadora que desempenharam em suas casas desde cedo. Já aos meninos, um processo de socialização distinto se oferece: o das profissões relacionadas à construção civil, frequentemente, exercida após migração para São Paulo. O fascínio por ir a São Paulo, ganhar dinheiro e acessar símbolos de consumo é um dos motivos para compreender a maior evasão dos estudos de jovens quilombolas. Segundo a bolsista Juciane, também quilombola, em seu relatório do Projeto Semente Crioula e citado por Ana Carla Portela:

Uma das coisas (sic) que mais me chamou a atenção foi o quanto à sala era quase que predominantemente composta por alunas, eu acreditava que isso só acontecia na minha comunidade, desde crianças as meninas são mais incentivadas a estudar que os meninos na maioria das vezes o que eles querem e tem o incentivo é de ir para São Paulo trabalhar para sustentar a família ou comprar um automóvel (Relatório final Edital 01/2016 da bolsista Juciane), (2017, p.92).

O relato de Juciane retrata o carro como símbolo do sucesso profissional do jovem quilombola da construção civil. Em outros relatos,

contudo, o símbolo dominante do consumo obtido através da ida de jovens quilombolas para São Paulo é o da moto, como demonstra Portela:

A escassez de oportunidades de trabalho, o desejo de uma vida distante da roça, somaram-se aos anseios contemporâneos de uma juventude para a qual a moto é a metáfora de outra vida, menos rural e mais próxima dos símbolos de uma juventude também negra da periferia de São Paulo (PORTELA, 2018, p.60).

O investimento na carreira na construção civil inicia-se cedo e, como na carreira dos serviços domésticos, o seu aprendizado começa antes do emprego formal que somente ocorrerá na vida adulta. Observamos em nosso campo que o adolescente quilombola ainda no ensino fundamental começa a se envolver com o mundo da construção civil. Em 2016, conversei com um adolescente, então estudante do IFBA de 16 anos, que me contou como passou suas férias construindo o banheiro de sua avó. Durante a conversa, descreveu as construções de sua comunidade - o Morro Redondo - demonstrando conhecimento do léxico da construção civil, detalhando aspectos como “estruturas” e “fundações” das casas, incomum para um adolescente de sua idade. Apesar destes conhecimentos incomuns, Sidnei era um dos estudantes que não se adequavam ao perfil bem-sucedido dentro do IFBA. Seus saberes eram considerados inadequados pelo saber oficial.

Segundo Sueli Carneiro (2005), os saberes das comunidades quilombolas e indígenas são exterminados por diversos mecanismos de violência simbólica a que ela denomina epistemicídio. A escola, em sua inadequação curricular e epistemicídio, deslegitima os conhecimentos das comunidades quilombolas quando não os tratam dentro de seu currículo, ignorando os saberes da carreira da construção civil, da agricultura familiar, do trabalho doméstico e do samba de roda como legítimos. Quando tais carreiras e suas bagagens cognitivas são desconsideradas e inferiorizadas diante de outros saberes, a escola acaba por inferiorizar estudantes quilombolas gerando evasões e retenções.

Considerações finais

Neste capítulo, buscamos analisar como os jovens quilombolas experienciam e percebem o acesso e permanência no ensino médio e quais perspectivas laborais se apresentam para eles, a partir de um estudo caso. Foram realizadas a sistematização e interpretação de dados quantitativos do IFBA Seabra, entrevistas semiestruturadas com cinco jovens e uma liderança e observação participante nas comunidades e no IFBA.

Analisamos como o racismo opera sob diversas formas, impedindo o acesso de jovens quilombolas a níveis mais altos de escolarização e ao acesso a carreiras de maior prestígio social, tais como: violência racista explícita, inexistência de escolas de ensino fundamental II em comunidades quilombolas; rejeição e isolamento de jovens quilombolas nas escolas de Seabra; dificuldades de transporte; dificuldades para a retirada de RG e CPF; epistemicídio e ausência de adequação curricular.

Discutimos também que o recorte de gênero nos permite entender como o racismo afeta meninos e meninas quilombolas de formas diferenciadas; analisamos como o sucesso relativo das meninas é uma resposta ao desprestígio das carreiras do serviço doméstico e como o acesso mais fácil à renda e consumo por parte das carreiras da construção civil é fator que incentiva a evasão escolar masculina; investigamos ainda como as diferentes carreiras acessadas por homens e mulheres estão relacionadas a diferentes formas de produção da subjetividade masculina e feminina, acionando papéis sociais, afetos e conhecimentos diferentes.

Diante do exposto, é imperativo o fortalecimento de políticas públicas de ação afirmativa e redistributivas para combater as inúmeras fontes de desigualdade no acesso a recursos educacionais e às carreiras de maior prestígio social, aliadas a ações de reconhecimento da distintividade e riqueza cultural destas comunidades.

Este trabalho deixa certamente muitas lacunas que podem ser tratadas por trabalhos futuros. Um exemplo é a necessidade de co-

nhecer o ponto de vista dos jovens quilombolas da Chapada Diamantina que vivem em São Paulo e seguem carreiras tipicamente urbanas, já que neste trabalho priorizamos aqueles que optaram por seguir na região de atuação do IFBA e que talvez por isso tenham uma visão diferente sobre a vida na cidade grande e nos quilombos.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BAHIA. **Lei nº 13.182, de 06 de junho de 2014. Estatuto da Igualdade Racial e de Combate a Intolerância Religiosa.** Disponível em http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2014/05/bahia-aprova-estatuto-da-igualdade-racial-e-de-combate-a-intolerancia-religiosa-do-estado. Acesso: 20.08.2018

BAIRROS, Luiza. **Novos feminismos revisitados.** Disponível em https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Nossos_Feminismos_Revisitados_Luiza_Bairros.pdf. Acesso: 01.07.2020.

BECKER, H. S. Outsiders. **Estudos de sociologia do desvio.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos CEBRAP**, n. 96, p. 105–115, jul. 2013.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CARVALHO, Ana Paula de. Reflexões sobre experiências de racismo institucional e ambiental de comunidades remanescentes de quilombos do Recôncavo da Bahia. In: **Cadernos do Lepaaraq**, v. XVI, n.31., p. 67-78, Jan-Jun. 2019.

CARVALHO, Ana Paula de Comin. **O espaço da diferença no Brasil: etnografia de políticas públicas de reconhecimento territorial e cultural negro no sul do país.** Dissertação (Mestrado) , Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso: 01.07.2020.

DO NASCIMENTO, A. **O negro revoltado.** Rio de Janeiro: G.R.D. 1982.

DOS SANTOS. C. A.P. Comunidades negras sul-matogrossenses, dos primórdios à contemporaneidade. **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988 /** organização de Osvaldo Martins de Oliveira. – Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** [s.l.] SciELO-EDUFBA, 2008.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2003.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4130749/mod_resource/content/1/Gonzalez.Lelia%281983-original%29.Racismo%20e%20sexismo%20na%20cultura%20brasileira_1983.pdf. Acesso: 01.07.2020.

GUEDES, A. C. **O racismo e seu enfrentamento na escola e no trabalho**: Processos de escolarização e profissionalização de jovens quilombolas da Chapada Diamantina-BA. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira: 2018.

GUSMÃO, N. M. M. Da Antropologia e do Direito: Impasses da Questão Negra No Campo. **Palmares em revista**, Brasília, v. 1, n.1, p. 55-62, 1994.

LEITE, I. Diásporas africanas e direitos territoriais: as várias dimensões do quilombo no Brasil. **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988** / organização de Osvaldo Martins de Oliveira. – Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016

MOMBELLI, R. Quilombos em Santa Catarina e dez anos do Decreto no 4.887/2003. **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988** / organização de Osvaldo Martins de Oliveira. – Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016

PORTELA, A. C. **Tabuleiro identitário**: O quase do racismo à brasileira e sua encruzilhada quilombola no IFBA do território de identidade da Chapada Diamantina. Dissertação (mestrado). Universidade do Estado da Bahia. Salvador: 2017.

RATTS, A. Eu sou atlântica. **Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. Sao Paulo: Imprensa Oficial do Estado de Sao Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2009.

A presença do caboclo nos estudos afro-brasileiros: antropologia e performance³⁸

Fábio Alex Ferreira da Silva
Wilson Rogério Penteado Júnior

O caboclo é um índio! Essa afirmação expressa pelos adeptos do candomblé, mas também pela própria entidade em sua apresentação, revela mais do que um valor semântico da expressão. Embora o termo denote outros significados, relativos à miscigenação do índio primordial com o branco colonizador³⁹ no processo de formação da sociedade brasileira, é na afirmação de uma entidade espiritual com identidade indígena que a categoria vai se expressar. Como bem observa Rocha (2017):

*Caboclo e índio são termos equivalentes no sentido de que ambos são essencialmente rótulos de identificação que podem ou não ser usados para a auto identificação. Embora uma identidade índia correntemente tenha significação política, até recentemente o termo (que se origina, como se sabe, de um erro histórico) foi apenas uma categoria genérica de identificação utilizada pelos brancos e não tinha relação com as identidades dos povos indígenas aos quais se referia. A analogia entre os conceitos de *índio* e *caboclo* é útil, pois a validade do termo *índio* há muito se esta-*

38 - Este capítulo é proveniente de pesquisa que resultou em dissertação de mestrado, intitulada “*Eu vou ali e volto já, daqui a pouco tô no mesmo lugar*”: performances e agências sócio rituais no culto aos caboclos em Santo Amaro”, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, cuja versão completa pode ser acessada em <https://www.ufrb.edu.br/pgcienciassociais/dissertacoes-de-mestrado/category/22-2018>.

39 - Em um exercício de imaginação etnográfica, podemos supor que mesmo as outras entidades englobadas pela categoria mediúnica “caboclo”, como os boiadeiros e capangueiros, chamados “caboclos de couro”, são também expressão da miscigenação do elemento indígena. No processo de interiorização da colonização através da criação de gado, eram eles a força de trabalho empregada como vaqueiros.

beleceu e assim ajuda a compreender como um rótulo de identificação, semelhante ao de caboclo, ganhou significado concreto e foi aceito por quem o recebeu (LIMA, 1999, p.12, grifos originais, *apud* ROCHA, 2017).

Partindo-se do suposto de que a presença do caboclo é elemento importante para o entendimento da cultura religiosa afro-brasileira é que o presente texto se desenvolve. Consequentemente, o objetivo aqui cultivado se resume em problematizar a categoria de espírito *caboclo*, inserida que está no contexto do candomblé e, mais especificamente, trazer apontamentos epistemológicos para compreendê-la a partir do campo disciplinar antropológico. Neste tocante, tomamos como base empírica de nossas reflexões o contexto que envolve os candomblés de Santo Amaro, recôncavo da Bahia. Para tanto, procede-se, em um primeiro momento, a um exercício de revisão bibliográfica sobre como a categoria caboclo foi referida nos estudos pioneiros sobre as religiões afro-brasileiras para, em um segundo momento no texto, serem tecidas considerações a partir de pressupostos dos estudos da performance, apostando em sua conveniência teórico metodológica.

O caboclo nos estudos sobre o candomblé

Apesar de “o caboclo (...ser) muito antigo e muito frequente nos terreiros das religiões afro-brasileiras” (FERRETI, 1993, p.63), a reflexão que se apresenta aos estudos das religiões de matrizes africanas no Brasil – incluídas todas na grande e polimorfa categoria denominada candomblé –, é o fato destas religiões serem associadas prioritariamente ao culto aos Orixás, Nkissis e Voduns⁴⁰, entidades trazidas para as Américas no processo de escravização e diáspora de diversos povos africanos. Assim, conforme veremos, a presença do caboclo no olhar dos primeiros pesquisadores – Raimundo Nina

40 - *Orixás, Inquices (nkisis) e voduns* são variações que designam as entidades do candomblé, sendo o primeiro utilizado nos candomblés de nação Nagô e Ketu, o segundo nos candomblé de nação Congo e Angola e o terceiro nos de nação Jeje.

Rodrigues (1862 – 1906), Arthur Ramos (1903-1949), Edison Carneiro (1912-1972), dentre outros – (e muitos depois destes), foi tratada como exógena aos rituais entendidos como tradicionais.

A construção da tradição daquilo que podemos denominar “pureza nagô” tem sua longa história no campo dos estudos sobre a cultura afro-brasileira, cujos desdobramentos são múltiplos e não adentraremos no âmago da questão, posto que o objetivo central neste trabalho é outro. Em síntese, podemos entender que o processo de construção da tradição no contexto do candomblé “(...) trata-se sempre de uma valorização mais ou menos consciente (...) de uma ideia de África e de autenticidade cultural, em delimitação a outras tradições religiosas” (HOFBAUER, 2012, p.104). Certamente, tal processo não se limitou apenas ao empenho de estudiosos sobre o tema, mas também de praticantes do candomblé. Como bem observa Andreas Hofbauer (2012), “(...) na busca de dissociar o simbolismo ritualístico do candomblé de qualquer influência católica” (2012, p.104),

Combate-se, sobretudo, aquela concepção que associa e mescla divindades africanas com santos católicos. Argumenta-se, não raramente [...] que o sincretismo era uma estratégia de sobrevivência válida enquanto vigorava o sistema de escravidão, [...] e que] não se justifica mais na contemporaneidade. [Neste sentido ,,] os processos históricos [teriam contribuído ...] para distorcer o caráter verdadeiro da religião africana e entende-se que é necessário restaurar a pureza original para devolver ao culto dos orixás a dignidade que perdeu parcialmente durante a escravidão [...]. Tais convicções motivam diversos sacerdotes não apenas a retirar dos terreiros as imagens de santos. [...] Algumas casas promovem “toques de despedida”, em que os caboclos, até então cultuados, são “expulsos”, uma vez que se entende que os caboclos, enquanto espíritos ancestrais indígenas constituem um elemento estranho à “verdadeira tradição africana” [...] (HOFBAUER, 2012, p.104).

Tais observações, no entanto, longe estão de prenunciar o desaparecimento da presença das entidades caboclas nos cultos de candomblé. Ao invés disso, insinuam a complexidade da questão,

posto que mesmo diante dos posicionamentos descritos acima, os caboclos e os cultos a eles destinados se encontram em pleno vigor, conforme demonstram etnografias recentes como aquela realizada por Fábio Alex Ferreira da Silva (2018). Conforme bem observa Hofbauer (2012), se por um lado há um movimento de reafricanização do culto de candomblé protagonizado por algumas casas, há, por outro, “aqueles que não abandonam sua relação ritualística com o caboclo” (p.104), podendo “haver resistências, geralmente dissimuladas” (p. 105).

Boa parte da produção bibliográfica sobre o tema das religiões afro-brasileiras tratou-o a partir do binarismo candomblés “puros” e “impuros”, mas o objetivo aqui também não será rever a construção dessa dicotomia, pois o tema já foi amplamente debatido (cf. DANTAS, 1988 e SERRA, 1995). Pretende-se, no entanto, reconhecer algumas consequências teóricas destas concepções para a formação do campo de estudos.

A expressão “candomblé de caboclo” já constava no livro *Os Africanos no Brasil*⁴¹, do médico maranhense que fez carreira na Bahia, Raimundo Nina Rodrigues ([1932] 2010). Neste livro, a expressão aparece (com variações) na transcrição de duas notícias de jornais da época, a primeira do *Correio da Tarde*, de 18 de novembro de 1902, onde o termo aparece como “candomblé da cabocla” (p. 270) e a outra do *Diário de Notícias*, de 09 de maio de 1905, sobre um “candomblé, denominado de caboclo, de um tal Bernardino [...]” (p. 270). Em ambos os casos, tratam-se de reclamações sobre os candomblés, conclamando as autoridades a tomarem providências. Tais registros na imprensa da época possibilitam argumentar que desde o final do século XIX e início do século XX, pelo menos, o termo já era difundido e designava uma prática ritual, que para os estudiosos de então e para alguns líderes religiosos se caracterizava por uma deturpação dos ritos tradicionais, em oposição aos ritos nagôs⁴².

41 - Publicado postumamente em 1932, mas escrito entre 1890 e 1905.

42 - A esse respeito ver *A cidade das mulheres*, de Ruth Landes (2002).

Inaugurando uma época de estudos sistemáticos sobre as religiões de matrizes africanas no Brasil, os textos de Nina Rodrigues, a exemplo do mencionado *Os Africanos no Brasil*, imprimem sua importância a guisa de registro e documentação “num contexto em que não se pensava que essa religiosidade fosse sequer passível de ser observada seriamente, muito menos pela ciência” (SILVA, 2002, p.87).

Nesse sentido, pela primeira vez, é realizada, no Brasil, uma pesquisa de campo no âmbito dos cultos de origem africana, que levou em consideração a convivência cotidiana e a frequência às festas e aos rituais realizados pelos fiéis. Nina Rodrigues frequentava os terreiros, conhecia seus participantes na condição privilegiada de médico, a quem muitas intimidades [eram ...] reveladas, tendo acesso ao próprio corpo dos observados, que iam também a seu consultório, tendo angariado confiabilidade suficiente para adentrar os espaços mais restritos dos terreiros da época (SILVA, 2002, p.88).

Os trabalhos de Nina Rodrigues, no entanto, devem ser lidos criticamente, contextualizando o seu pensamento em sua época, pois se orientavam por uma concepção racista⁴³ e eugenista sobre a contribuição da “raça negra” na formação da sociedade brasileira e incluía em seus métodos de pesquisa a hipnose seguida da introdução de agulhas em seus “informantes”, homens negros e mulheres negras, para descobrir aspectos inconscientes sobre o transe e a possessão de entidades.

Para o que aqui nos interessa, basta demarcar que entre as consequências de suas formulações teóricas nos estudos das reli-

43 - Como aponta Vanda Fortuna Serafim: “Ao trabalhar com as manifestações de tradição afro-brasileira, Nina Rodrigues acredita[va] que a sinceridade dos ‘negros fetichistas’ é garantida pela manifestação anormal, a incontestável alienação passageira, que por ignorância atribuem à intervenção sobrenatural do fetiche. Para o autor, os oráculos fetichistas e as possessões de santo são estados de sonambulismo com desdobramento ou substituição de personalidade. Como o iniciado conhece as características do santo, adere à sua personalidade. Ele [... cria] que a natureza de tais fenômenos liga[va]-se ao estado mental da raça negra, que chega[va] a considerar seus sonhos como visões, sem diferir o real do imaginário. A ‘raça’ negra seria tendencialmente forte à histeria” (2008, p.186).

giões afro-brasileiras, estava a perspectiva de que entre as diversas etnias africanas que compunham a sociedade baiana, algumas eram mais “desenvolvidas” do que outras, o que instituiu a perspectiva do *nagocentrismo*⁴⁴, relegando os cultos de outras nações às margens dos estudos afro brasileiros. Suas pesquisas, assim como as de seus seguidores - vinculados à *Escola bahiana*⁴⁵ -, buscaram compreender as “sobrevivências africanas” em abordagens evolucionistas.

Arthur Ramos (1903–1949), em *O negro brasileiro* ([1932]1940), seguindo os passos de seu mestre (Nina Rodrigues), transcreveu um trecho do *Diário da Bahia* de 1929⁴⁶, sobre médiuns possuídos por “espírito de caboclo endiabrado” (p.140). O autor compreendia o culto ao caboclo enquanto modalidade de sincretismo religioso e considerava sua aparição relativamente recente. Ao elaborar um capítulo sobre as “práticas bantu”, no qual também pesquisa sobre as macumbas cariocas⁴⁷, propõe uma diferenciação importante no léxico da etnografia afro-brasileira entre os termos “macumba” e “candomblé de caboclo”. Embora o autor afirme a novidade desses cultos, a presença do caboclo enquanto entidade espiritual nas religiões afro-brasileiras já se encontrava difundida.

44 - Neologismo que evoca a centralidade dos cultos de modelo Jêje-Nagô nos estudos das religiões afro-brasileiras.

45 - Por Escola Bahiana, entende-se o conjunto de adeptos que deram sequência aos estudos de Nina Rodrigues, sendo o principal expoente desta continuidade o seu discípulo Arthur Ramos. Para uma discussão minuciosa a esse respeito, ver *As ilusões da liberdade*, de Mariza Corrêa (2001).

46 - O noticiário “Diário da Bahia” (Bahia, 10-1-1929)”, trazia os seguintes dizeres: “*Nas baixas esferas do fetichismo – A Bahia, apesar de seu grau de cultura geral, é uma cidade cheia de ‘macumbas e candomblés’ – O baixo espiritismo vae fazendo cada dia maior numero de victimas. Nenhuma cidade do Brasil possui tantos costumes reprovaveis como a Bahia*” (RAMOS, 1940, p. 139-140). Constatando o intervalo de tempo compreendido entre as produções de Nina Rodrigues e de Arthur Ramos, pode-se inferir que a imprensa da época por mais de 20 anos dedicava-se ao combate às práticas religiosas dos negros, entendendo-as como cabalmente reprováveis.

47 - “Macumba” é simultaneamente um termo genérico de referência às religiões afro-brasileiras; uma designação para as práticas de origem bantu; sinônimo de feitiço ou de “despacho” e, acima de tudo, um termo de acusação (cf. CARDOSO, 2007).

Manuel Querino (1851-1923), destacado intelectual baiano, a quem também se deve o pioneirismo nos estudos afro-brasileiros, publicou um artigo com a designação “Candomblé de Caboclo” ([1919] 1955), onde o termo foi tratado mais cuidadosamente. O autor realizou algumas observações interessantes, embora imprecisas, sem chegar a formular uma teoria aprofundada sobre a origem do candomblé de caboclo. Mas, na sua descrição etnográfica está muito evidente a concepção de que se trata de uma “fusão dos elementos supersticiosos do europeu, do africano e do selvagem” (p.115):

Os nossos indígenas, na simplicidade da sua existência errante, admitiam grande número de superstições, que eram seus feitiços: uma aranha dissecada, fragmentos de sapo, produtos minerais trazidos ao pescoço, como amuletos, ou pendurados à entrada da taba, para desfazer ou destruir a surpresa do inimigo. A catequese dos missionários proporcionou-lhes orientação diferente, baseada nos fastos do Catolicismo. – de fato, o silvícola aceitou com grau manifesto a nova doutrina, principalmente pelo efeito ou sedução da música. Da convivência íntima com o africano, nas aldeias, ou nos engenhos, originou-se, por assim dizer, a celebração de um novo rito intermediário, incutindo-lhes no espírito ideias novas. Da fusão dos elementos supersticiosos do europeu, do africano e do selvícola originou-se o feiticismo conhecido pelo nome de “Candomblé de Caboclo”, bastante arraigado entre as classes inferiores desta capital (QUERINO, 1955, p.115).

Embora os trabalhos de Manuel Querino não tenham logrado prestígio no meio acadêmico, certamente ele foi um dos pioneiros nos estudos das religiões afro-brasileiras. Como bem observa Leal (2016),

Seus escritos inauguram, junto com Nina Rodrigues, estudos e registros sobre o africano como constitutivo de uma identidade em construção e ao mesmo tempo negada pela “ciência” iluminista, aprisionada no seio das elites brancas e letradas. [... No entanto] O diálogo temático que estabeleceu com a obra de Nina Rodrigues esteve intrinse-

camente relacionado a posições teóricas opostas (LEAL, 2016, p.149-150).⁴⁸

De modo geral, podemos inferir que o termo *candomblé-de-caboclo* passou a designar uma série de terreiros que não pertenciam ao modelo conhecido como Jeje-Nagô, o que de certo modo gerou uma incompreensão refletida nas pesquisas, sobre as características distintas de cada nação de candomblé, uma vez que “nem tudo o que não é Jeje-Nagô é caboclo”. Ainda assim, no final do séc. XIX o termo já era bastante difundido e se considerarmos que o próprio termo “candomblé”, em substituição à expressão “calundu”, surge como novidade nesse mesmo século, em 1826⁴⁹, podemos afirmar que em pouco tempo os caboclos já constituíam uma característica expressiva nesses cultos religiosos.

A “origem” do caboclo nos candomblés, de uma forma geral, foi interpretada na bibliografia sobre o assunto como resultado de um sincretismo afro-católico-ameríndio (QUERINO, [1919]1955; RAMOS, [1932]1940), mas também como uma variante do candomblé de origem Bantu⁵⁰ permeado por práticas religiosas indígenas (CARNEIRO, [1937]1991; LODY, 1977).

48 - Ao analisar a influência da identidade étnica do referido pesquisador no processo de inserção nos meios acadêmicos, Silva (2006) aponta o processo de desqualificação dos seus trabalhos: “[...] jornalista e político baiano, foi o primeiro etnógrafo negro que escreveu sobre os costumes africanos na Bahia. Os trabalhos de Querino, ainda que não fossem tão sistemáticos como os de Nina Rodrigues, procuravam valorizar a contribuição cultural dos negros na formação da sociedade nacional desconsiderando as teorias raciais que inferiorizavam esse segmento. [...] raramente lhe foi atribuído, nos meios acadêmicos algum prestígio ou reconhecimento do seu pioneirismo nos estudos das religiões afro-brasileiras” (SILVA, 2006,p.77). Para uma discussão ainda mais pormenorizada a respeito da vida e obra de Manuel Querino, ver o, já citado acima, artigo de Maria das Graças de Andrade Leal (2016), “Manuel Querino: narrativa e identidade de um intelectual afro-baiano no pós-abolição”.

49 - Reis (1988, p.60) cita Pierre Verger como primeiro observador desta novidade.

50 - O termo Bantu refere-se ao conjunto de povos que ocupavam o antigo Reino do Congo no início das atividades escravistas no séc. XVI. Uma região cultural linguística, que embora diversificada, constituía-se como uma zona centro-africana de interação cultural, que se estendia pelos dois lados da fronteira Congo-Angola cf. Mukuna, 2000. A sua utilização designando nação de candomblé refere-se à identificação meta-étnica das origens das práticas rituais e linguísticas do culto.

Edison Carneiro (1912-1972) foi um dos primeiros pesquisadores a preocupar-se com a influência Bantu na religiosidade afro-brasileira. Nesse sentido, observou o culto aos caboclos com interesse. O pesquisador forneceu uma descrição dos rituais, apontando ainda para diferenças entre o candomblé dito "tradicional" e o candomblé "de caboclo". Fazendo menção às observações daquele autor, Veronique Boyer (1999) apresenta elementos importantes na sua caracterização dos candomblés:

No candomblé de caboclo, além da introdução desses novos personagens ao lado dos orixás, o tempo da iniciação foi drasticamente reduzido, os tambores são batidos com a palma da mão, os filhos-de-santo são possuídos por vários "encantados" e não se recolhem para mudar de roupa quando incorporados. À diferença do candomblé "tradicional", a representação dos personagens invisíveis aceitaria comportamentos associados à natureza humana, pois os encantados falam, bebem, fumam e apresentam-se ao público com a ajuda de um canto. Aliás, o transe, segundo o autor, não se restringe aos iniciados, atingindo qualquer pessoa da assistência (BOYER, 1999, p.32).

Apesar disso, a visão de Edison Carneiro ainda privilegiava os terreiros de nação Nagô como fonte de observação do que considerava o candomblé tradicional, com elementos remanescentes da África em oposição aos candomblés mais misturados, chamados de "candomblés de caboclo". Neste caso, atribuía-se aos candomblés de origem Bantu uma maior permeabilidade de outras cosmologias. Sua formulação diacrítica apontava uma perspectiva na qual a presença do caboclo seria uma deturpação dos rituais africanos que cada vez mais atingiria os terreiros mais antigos. Apesar de limitadas pelo conhecimento pouco profundo sobre a cosmologia centro-africana, essas visões legaram uma concepção que, de certo modo, ainda orienta os debates: de que o culto aos caboclos tem origem nas nações de candomblé Bantu.

Santos (1995) estabelece um marco para análise do papel do caboclo no candomblé. Embora existam trabalhos etnográficos de-

dicados exclusivamente ao caboclo, anteriores à sua publicação⁵¹, sua pesquisa é considerada uma dissertação inaugural⁵² sobre os caboclos nos candomblés da Bahia e contribuiu para a fixação de uma expressão nativa enquanto categoria de definição do caboclo, reconhecido como o “Dono da terra”. Na época da pesquisa, ainda encontrou algumas dificuldades para desenvolver o tema em função da busca por legitimidade na tradição estabelecida entre os terreiros, nesse sentido:

[...] descartou a possibilidade de observar os terreiros tidos como mais tradicionais, não por eles não terem alguma forma de culto a essa entidade [...] mas por já saber que esses terreiros dificilmente falariam sobre o assunto, visto que colocariam em risco o prestígio que desfrutam justamente por se apresentarem como praticantes de uma tradição “pura”, sem sincretismos com divindades não africanas, tais como o caboclo (SILVA, 2006, p.37).

O autor aponta para o candomblé de caboclo como uma vertente do candomblé de origem Bantu e que estaria relacionado diretamente à prática destes povos de cultuar os ancestrais e antigos donos da terra. Na explicação para a origem do culto ao caboclo, afirma que não se trata de um sincretismo afro-ameríndio, mas que “os elementos indígenas presentes no culto ao Caboclo são uma representação simbólica do que seria a cultura indígena para os terreiros” (1995:19) e acaba concluindo que uma vez que não há uma real fusão de culturas indígenas e africanas, a entidade é cultuada em um modelo ritual africano, ou seja, o caboclo, apesar da expressão cultural de imagens indígenas “percebidas através das vestimentas, nos assentamentos,

51 - Por exemplo: “Samba de Caboclo” de Lody (1977), publicado pela FUNARTE na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, e o artigo de Ribeiro (1983), intitulado “Religiosidade do índio brasileiro no candomblé da Bahia: influências africana e europeia”.

52 - Ainda em 1993, Mundicarmo Ferreti havia publicado sua tese de doutorado intitulada “*Desceu na guma: o caboclo do Tambor de Mina no processo de mudança de um terreiro de São Luís, a Casa Fanti-Ashanti*”. No entanto, referindo-se a um campo etnográfico diferente, o Tambor de Mina maranhense.

misticismos de algumas entidades cultuadas e textos de cantigas” (CHADA, 2006, p.43), é mais africano do que brasileiro.

Andréa Mendes (2014) demonstra como algumas características dos candomblés bantu, como o culto aos ancestrais da terra, nos permitem rastrear práticas religiosas centro-africanas e perceber que suas influências podem ter sido muito mais efetiva do que se supõe até o momento. Apontando para as diversas contribuições das nações Congo e Angola no processo de consolidação dos rituais religiosos dos candomblés, valorizando as características importantes dos rituais de origem Bantu, que conferem riqueza ritual ao processo de reterritorialização⁵³ das religiões de matrizes africanas nas Américas, a autora afirma que:

[...] estudos africanistas recentes nos possibilitam traçar outros argumentos para analisar a presença africana nas Américas, e estabelecer bases para a discussão sobre um possível diálogo entre centro-africanos e africanos ocidentais na formação do Candomblé, incluindo aí o culto a caboclo, que pode ter raízes distantes em uma memória de longa duração baseada nas práticas religiosas dos povos bantu (MENDES, 2014, p.132).

Nessa lógica, o culto aos caboclos pode ser analisado como uma modalidade ritual cuja incorporação de outros elementos ao panteão se dá em um processo de paradoxo da cosmologia: a necessidade de se cultuar os donos da terra, que, sendo ligados aos territórios originais, não puderam ser transferidos para o Brasil, possibilitando a absorção de outras entidades relacionadas, no caso, os índios brasileiros. O caboclo é, então, tido e cultuado como o *donos da terra* e as religiões de matriz africana no Brasil, com a sua consciência territorial, são tributárias dos caboclos.

Reconhecendo o caboclo, enquanto entidade espiritual, como o índio no candomblé, parece oportuno destacar a relação estabelecida

53 - O conceito de “reterritorialização” é um empréstimo das formulações de Deleuze e Guattari, utilizado por Márcio Goldman (2015) para analisar a experiência da diáspora forçada de povos africanos para o Brasil e o processo criativo de reconstrução de suas bases religiosas e sociais em terras americanas.

entre motrizes culturais que dão sentido a um determinado conjunto de práticas e que pode ser denominada como “relação afroindígena”:

[...] não se trata de pensar o que poderíamos chamar, em sentido forte, a *relação afroindígena* nem de um ponto de vista genético (no sentido amplo do termo), nem a partir de um modelo tipológico. Não se trata de gênese porque não se trata de determinar o que seria afro, o que seria indígena e o que seria resultado de sua mistura — ou, eventualmente, o que não seria nem uma coisa nem outra. E isso seja em um sentido propriamente biológico ou genealógico, seja em sentidos cultural, social etc. Não se trata de um problema de identidade. [...]. Trata-se, na verdade, de identificar e contrastar não aspectos históricos, sociais, ou culturais em si, mas princípios e funcionamentos que podem ser denominados ameríndios e afro-americanos em função das condições objetivas de seu encontro. Pois o que se deve comparar não são traços, aspectos ou agrupamentos culturais, mas os princípios a eles imanentes (GOLDMAN, 2014, p.216).

Neste sentido, portanto, um exercício antropológico interessante para compreender a presença do caboclo nas práticas religiosas seja analisá-la no “aqui e agora”, ou seja, a partir dos modos como sua *performance* expressa uma concepção ampla de culto. Em outra ocasião (SILVA, 2018), conduzimos uma pesquisa sobre a presença dos caboclos na vida cotidiana e ritual de pessoas tendo como *locus* de investigação o município de Santo Amaro, no recôncavo da Bahia, onde foi possível constatar que uma ampla rede de sociabilidades e de trocas se estabeleceu entre africanos, negros brasileiros e indígenas, circulando inúmeras práticas de resistência religiosas e políticas⁵⁴.

54 - Como exemplo: a Revolta dos búzios (1789), a Independência na Bahia (1823), o Levante dos Malês (1835) e a Sabinada (1937). cf. Reis (2003). Além disso os quilombos de modo geral também são um exemplo desta relação, ou “confluência”, como propõe Nego Bispo (2015).

Performance, memória e historicidade

Tomemos, pois, este caso para nossas reflexões a seguir, que buscam oferecer apontamentos epistemológicos demonstrando a conveniência dos estudos de performance para uma compreensão sobre a presença dos caboclos e o contexto sociocultural no qual se insere.

Sob uma determinada perspectiva histórica, poderíamos afirmar a presença dos caboclos como uma influência da presença indígena no passado na região. No entanto, esta afirmação pode denotar equivocadamente que o processo de constituição do culto seria apenas uma síntese de elementos religiosos e sociais, configurando uma modalidade de caráter sincrético. Notadamente, o que pretendemos ressaltar vai além disso: apostamos na conveniência de se lançar um olhar antropológico sobre o estabelecimento de materiais *afros* e *indígenas*, na configuração do repertório acionado no culto aos caboclos, mas também na composição de um imaginário social de Santo Amaro, pensados através do conceito de “relação afroindígena”, uma proposta de compreensão das articulações de agenciamentos que:

[...] combinaram, por um lado, dimensões de diferentes pensamentos de origem africana com aspectos dos imaginários religiosos cristãos e do pensamento ameríndio e, por outro, formas de organização social tornadas inviáveis pela escravização com todas aquelas que puderam ser utilizadas, dando origem a novas formas cognitivas, perceptivas, afetivas e organizacionais (GOLDMAN, 2015, p.643).

Em um primeiro olhar, podemos afirmar que, em Santo Amaro, o caboclo é cultuado em todos os terreiros da localidade, sejam de nação *Angola*, *Ketu* ou *Jeje*, e é claro, é muito cultuado na Umbanda, outra modalidade de religião afro-brasileira⁵⁵. Além disso, ele está no samba, na capoeira e no maculelê. Personagem histórico, o caboclo teve importante participação nas batalhas pela independência travadas em 1823 em solo santo amarense. Assim, embora a entidade

55 - Sobre o processo de constituição da Umbanda como campo religioso ver Silva (1994) e também Ortiz (1999).

não especifique sua ação histórica, acontecimentos históricos serviram para ampliar a sua concepção heroica (LODY, 1977).

O caboclo arquétipo da valentia e coragem sobrevive na memória popular, fixando os valores da nacionalidade e da defesa do patrimônio nativo [...] da imagem do caboclo como aquele que veio para defender, lutar e vencer. A ideia de herói é importante para o mito conseguir sua penetração e real assimilação por parte daqueles que creem e cultuam as divindades da terra (*ibidem*, p.6).

Quando atentamos aos modos de agenciamento da presença indígena no recôncavo, a partir de índices da memória e atuação corporal, expressos em diversos conhecimentos (SILVA, 2018), constatamos a vitalidade de uma cultura, ainda que generalizante, no sentido em que é atribuída a um “indígena” primordial não especificado, configurando o que podemos chamar de um *repertório* (TAYLOR, 2006). Dito de outro modo, o que subjaze interessante é a investigação da composição de práticas, (in)formadas por vivências nas esferas religiosas e seculares que, ao estabelecer alianças, compreendem o caboclo como uma entidade fundamental para o candomblé e para a vida das pessoas.

A partir da concepção de Diana Taylor (2006), compreendemos o termo *repertório* como um sistema de transmissão de conhecimento que se refere a encenações de memória corporal, performances, gestos, oralidade, movimentos, danças, músicas, cantos – conhecimentos pensados como efêmeros e não reprodutíveis, mas que podem ser concebidos como profundamente históricos:

Então, se nós pensarmos sobre o passado não apenas como cronológico e como algo que já foi, mas como algo vertical, uma forma diferente de armazenamento do que ainda está aqui, então performance é profundamente histórica. É iterativa, funções qualitativas recorrentes através das repetições, mas também quebrando com elas⁵⁶ (2006, p.83 – tradução nossa).

56 - Do original - “So if we think about the past not only as chronological and as what is gone, but as also vertical, as a different form of storage of what's already here, then performance is deeply historical. Its iterative, recurrent quality functions through repeats, yet breaks out of them” (TAYLOR, 2006, p.83).

Nesse sentido, uma investigação sobre a composição deste repertório – uma modalidade de historicidade que localiza no presente os materiais necessários à compreensão de formas sociais de conhecimento transmitidas no tempo, bem como os modos pelos quais elas são ativadas na prática –, se mostra viável para análise e compreensão do papel do caboclo, no caso desta nossa discussão, em Santo Amaro - BA. Em outras palavras, trata-se de acessar uma cultura indígena do recôncavo, que nos permite pensar sobre o que acontece no seu encontro com princípios *afro* e que relacionam pessoas, deuses, lugares, etc.

Na formulação do modelo proto-estético chamado “drama social” (ruptura, crise e intensificação da crise, ação reparadora, desfecho), Turner (2005) evoca as fontes do poder liminar para caracterizar a performance, como algo em que “predomina o modo subjuntivo da cultura, o modo do “talvez”, do “pode ser”, do “*como se*”, hipótese, fantasia [...]” (p.183). Como na performance, o modo subjuntivo “como se” equivale ao “é”, sem distinção dos planos de realidade: o caboclo é o índio do recôncavo!

O encontro entre africanos e indígenas é o ponto de inflexão que marca a inserção dos caboclos nos candomblés. Sem afirmar o culto enquanto expressão de uma “cultura de contato”, essas são as “motrizes culturais” (LIGIÉRO, 2011) que constituem as características dessas entidades na relação de mediação entre agências de elementos, pessoas, plantas e espíritos afro e indígenas. Em algumas narrativas provenientes de adeptos do candomblé de Santo Amaro, por exemplo, foram os caboclos, seus espíritos, que ensinaram aos orixás a ecologia das florestas sul-americanas, suas folhas, possibilitando a sua utilização nos rituais (SILVA, 2018).

Esse encontro, portanto, pode ser pensado como um evento - que relata um acontecimento e narra como uma realidade passou a existir. Uma *experiência* vivida e contada pelo próprio povo de terreiro para ele mesmo. Neste sentido, quando juntamos passado e presente, novos significados são atribuídos às práticas culturais que formam o ritual. Na perspectiva de Turner (2005):

[...] é estruturalmente irrelevante se o passado é “real” ou “mítico”, “moral” ou “amoral”. A questão é se diretrizes significativas emergem do encontro existencial na subjetividade, daquilo que deriva de estruturas ou unidades prévias numa relação vital com a nova experiência. Isso é uma questão de significado [...] (TURNER, 2005, p.179).

Desta citação, depreendem-se afinidades epistemológicas interessantes. Enquanto Turner inspira suas análises no modelo de drama social, com ênfase no momento *liminar*, na medida em que Geertz (2008), realizando uma antropologia dos gestos, um olhar dirigido aos detalhes, encontra na cultura as histórias que pessoas contam sobre si para elas mesmas, suas abordagens aproximam-se. Ambos focam os momentos reflexivos da sociedade e a sua capacidade de funcionar como “comentário metassocial” e “se interessam pelas dimensões extraordinárias do cotidiano e pelo modo como as pessoas significam seus mundos” (DAWSEY, 2009, p.350).

Turner (1982:13 *apud* DAWSEY, 2006, p.352) descreve cinco “momentos” que constituem a estrutura processual de cada experiência vivida, aos quais parece oportuno acrescentar uma leitura criativa do processo de formação do culto aos caboclos:

- 1) Algo acontece ao nível da percepção colocando esquemas de interpretação em risco – *a presença dos caboclos nos candomblés!*
- 2) Imagens de experiências do passado são evocadas e delineadas – *as imagens dos primeiros habitantes do território, os índios primordiais, que ajudaram os africanos na sua adaptação e resistência ao novo ambiente ecológico, surgem com força e potência.*
- 3) Emoções associadas aos eventos do passado são revividas – *na sua apresentação, os caboclos se revelam como entidades portadoras de valentia, independência e conhecimento das matas.*
- 4) O passado articula-se ao presente numa “relação musical”, tornando possível a descoberta e construção de significado – *a formação de um repertório ritual composto de elementos característicos de uma cultura indígena ancestral, e neste caso, a analogia musical se torna relevante tanto em função da utilização da música como elemento de invocação e manifestação das entidades,*

bem como pelo reconhecimento de uma textualidade musical, expressa nas letras das cantigas, cujos elementos permitem a compreensão dos caboclos a partir de improvisações e transformações.

- 5) A experiência se completa através de uma forma de “expressão”, uma “performance” – *O culto aos caboclos reestabelece e atualiza a relação afroindígena no aqui e agora.*

Performance – termo que deriva do francês antigo *parfournir*, “completar” ou “realizar inteiramente” – refere-se, justamente, ao momento da expressão, ou seja, a performance completaria uma experiência. No entanto, Rey (1998) esboça ainda outra etimologia da palavra performance em que aparecem novos sentidos:

Performance é derivada de *to perform*, “tornar real, realizar”, resultante do inglês medieval e do antigo francês *parformer* (v. 1200), derivado de *former* com um valor próximo de *parfaire*, por meio do anglo-normando *par-* ou *perfourmer* (anglo-latim *performare*). O verbo francês seria, a seu turno, a transformação de um antigo *parfournir*, composto de *par* e *fournir* (latim medieval *perfunire*) (REY, 1998: 2661 *apud* BIÃO, 2011, p.350)

Os sentidos de *formar*, *fazer* e *fornecer*, contidos na citação acima, precedidos de um prefixo que sugere a preposição *por*, podem nos levar a compreender, como uma origem etimológica da palavra performance, a ideia de *pela forma de*, *por fazer* ou, ainda, *por fornecer*, exprimir, expressar, confirmando sua vasta gama de sentidos em todos os campos do comportamento humano (BIÃO, 2011, p.350-351, grifos do autor).

Assim, entendemos que a *performance*, mais do que completar, abre um espaço ao *dever* de uma experiência, um material em movimento, que “se transforma em outra coisa diferente do que era e que, de algum modo, conserva uma memória do que se foi” (MELLO, 2003, p.102 *apud* GOLDMAN, 2014, p.214), cujas tentativas de captar sob lentes etnográficas podem ser teoricamente fecundas.

Ao ativar ideias, cenários, gestos, gostos e condutas, o caboclo define sua identidade e transmite conhecimento social e memória

através de *comportamentos restaurados*⁵⁷ (SCHECHNER, 1985). Estes consistem em um complexo de *gestos e modos de ser* operados na relação entre pessoas-espíritos e que podem ser sobre algo que nos ajude a entender o passado através de “um repertório de conhecimento incorporado, uma aprendizagem no e através do corpo, [...] como um meio de criar, preservar e transmitir conhecimento; o que constitui a performance” (idem, 2013,p.28).

Então, os caboclos que baixam nos terreiros de candomblé não são apenas símbolos que representam a experiência do contato entre afros e indígenas; eles agenciam este contato, que há “500 anos” não deixa de estabelecer-se e atualizam as forças motrizes que movimentam e redefinem as suas características nos rituais do candomblé.

Nesse sentido, ao refletir sobre o encontro de elementos *afros e indígenas*, devemos nos preocupar menos com a origem da inserção dos caboclos nos candomblés, e mais em investigar como os conteúdos de suas ações são significados na prática, pois em processos históricos específicos, a tradição é tomada como estímulo para a inovação e antigas significações são atribuídas a elementos novos (PARÉS, 2006). Por isso, não basta somente compreender o que significam os elementos, mas também como são significados na prática.

Assim, considerando os elementos que compõem o repertório no culto ao caboclo, se mostra sugestivo refletir sobre como, ao restaurar os comportamentos, a comunidade religiosa do candomblé (humanos e não humanos) elabora modos de relacionamento com uma cultura indígena viva na ação dos espíritos caboclos, mobilizando idiosincrasias na formulação de uma caracterização específica, apreendidas na relação afroindígena e guardadas na memória dos terreiros e na memória dos espíritos (ambos agentes de uma memória coletiva) e reativada através da performance ritual.

57 - Em inglês “restored behaviour”. Optamos pela tradução *restaurado*, no entanto, alguns autores, como Diana Taylor (2013, 2013b), utilizam a tradução *reiterado*. Concordamos que ambos os sentidos estão presentes no conceito: tanto o de algo repetido constantemente (reiterado) quanto de algo que é renovado através da ação (restaurado).

Embora o culto aos caboclos suscite aspectos propriamente performáticos, expressos no ritual em danças, cantigas, toques, gestualidades, etc., há que se conceber a *performance* como uma lente metodológica, uma perspectiva epistemológica específica, sublinhando a possibilidade de analisar eventos *enquanto/como* performance (TAYLOR, 2013).

Assim, justapondo os conceitos de encorporação e incorporação, novos sentidos podem ser explorados na compreensão da seleção dos materiais utilizados na restauração dos comportamentos dos caboclos considerando o fenômeno da possessão.

Como na performance, no transe e na incorporação, o “eu” é formado por múltiplos “eus”, são também múltiplas as agências na formulação das características, visíveis ou não, esperadas culturalmente, especificadas e que contribuem significativamente para identificar as entidades. Estas, “podem criar múltiplas versões de si mesmas, então torna-se menos importante localizar a versão original do que analisar suas sequências” (BLANES & ESPIRITO-SANTO, 2014). Os caboclos se manifestam e se tornam sujeitos no mundo através de experiências corporais relevantes nas biografias individuais dos seus rodantes realocando a agência nas formas de relacionamentos com o mundo. Não são apenas símbolos a espera de significação, mas sujeitos que engendram ações, efeitos e afetos.

Pessoas, ancestrais e deuses participam simultaneamente “tendo sido”, “sendo” e “vindo a ser” [...] as tiras de comportamento são reencenadas muitas vezes, transmitidas através de gerações com pequenas variações acidentais (SCHECHNER, 1985, p.36, tradução nossa).⁵⁸

De maneira mais ampla, é possível compreender as relações estabelecidas com bases em experiências de vida que circulam e dinamizam conhecimentos de motrizes africanas e indígenas na formulação de um pensamento sócio religioso característico. As “práti-

58 - *People, ancestors and gods participated in simultaneously having been, being, and becoming. This strips of behavior were replayed many times. [...] transmitted across many generations with few accidental variations.*

cas incorporadas⁵⁹” (TAYLOR, 2006) tornam o passado válido como recurso político no presente ativando simultaneamente múltiplos processos. Elas podem ser sobre algo que nos ajude a entender o passado, reativando idéias e cenários e representando-os no presente. Desse modo, os mecanismos físicos de encenação podem manter vivas infraestruturas organizacionais, no caso, uma dinâmica própria da relação afroindígena que constitui-se em uma prática, um saber fazer, uma episteme.

O sentido temporal no qual os materiais são selecionados e utilizados não é apenas “do passado para o presente”, mas opera de maneira reflexiva. Mais do que “reencenar” um passado ao mobilizar materiais significativos através de comportamentos restaurados, as performances também criam este passado. Elas permitem a possibilidade de “ser algo que não foi”, atuam hoje “como se” ontem fosse assim e nesse sentido reciclam a experiência humana.

As performances têm também a capacidade de “mudar o passado”, recria-lo, ou pelo menos de conferir-lhe novos significados ou expressões ao representá-los no presente, e talvez nisso resida às margens para transformações dos rituais em termos considerados sempre pela oposição tradição *versus* mudanças. Os rituais são variações, no entanto, como propõe Goldman (2014), não se trata de encarar as variações nem como variedades irreduzíveis umas às outras, nem como emanações de um universal qualquer conectando entidades homogêneas: as conexões se dão entre heterogêneos enquanto heterogêneos.

Considerações finais

Pelo exposto, conclui-se que a partir dos elementos que formam o repertório do culto aos caboclos, mobilizados por agências de humanos e não-humanos, recriam-se manifestações de sociabilidade

59 - *Embodied practices*

des apreendidas no encontro afroindígena e ressignificadas através da performance ritual. As agências destas entidades e os seus efeitos práticos na vida sociorreligiosa se diversificam. Se a incorporação é uma das maneiras do caboclo aparecer, há ainda um conjunto de práticas encorporadas mobilizadas para torná-lo conhecido. Podemos pensar a vida social das entidades no processo de interação com a vida social humana. Os rituais são elaborados nesta relação: por um lado certas disposições orientam os meios de realização das atividades religiosas em um contexto específico, por outro, as proposições das entidades conferem vitalidade ao conjunto de práticas realizadas com o objetivo de ativar sua manifestação. Assim, os caboclos podem ser compreendidos, em uma determinada perspectiva, como entidades espirituais sociais.

Referências

- BIÃO, Armindo Jorge de Carvalho. "A Presença do Corpo em Cena nos Estudos da Performance e na Etnocenologia". **Revista brasileira de estudos da presença**. v.1, n.2, 2011.
- BISPO, Antônio. Colonização, **Quilombos**: Modos e significações. Brasília, UNB, 2015.
- BLANES, Ruy & ESPÍRITO SANTO, Diana (eds). **The social life of spirits**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2014.
- BOYER, Véronique. "**O pajé e o caboclo**: de homem a entidade". *Mana*. vol.5 n.1, 1999.
- CARDOSO, Vânia Z. "**Narrar o mundo**: estórias do 'povo da rua' e a narração do imprevisível". *Mana*, 13(2): 317-345, 2007
- CARNEIRO, Edison. **Religiões Negras**: notas de etnografia religiosa; Negros Bantos: notas de etnografia religiosa e de folclore. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

CHADA, Sonia. **A Música dos Caboclos nos candomblés baianos**. Salvador: Fundação Gregório de Mattos: Edufba, 2006.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

DANTAS, Beatriz Góis. **Vovó nagô e papai branco**: usos e abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DAWSEY, John C. **Turner, Benjamin e Antropologia da Performance**: o lugar olhado (e ouvido) das coisas. *Campos* (UFPR), v. 7, 2006.

_____. Por uma antropologia benjaminiana: repensando paradigmas do teatro dramático. **Mana**. vol.15 n.2, 2009.

FERRETI, Mundicarmo. **Desceu na Guma**: o caboclo do Tambor de Mina em um terreiro de São Luís – a Casa Fanti-Ashanti. São Luís: EDUFMA, 1993.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLDMAN, Marcio. A relação afroindígena. **Cadernos de Campo**, n. 23, 2014.

_____. 'Quinhentos anos de contato': por uma teoria etnográfica da (contra)mestiçagem. *Mana*. 21 (3), 2015.

HOFBAUER, Andreas. Pureza nagô, (re)africanização, dessincretização. **Vivência: Revista de Antropologia**. n.40, 2012.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. Manuel Querino: narrativa e identidade de um intelectual afro-baiano no pós-abolição. **Projeto História**. n. 57, 2016.

LIGIÉRO, Zeca. O conceito de 'motrizes culturais' aplicado às praticas performativas de origens africanas na diáspora americana. **Revista Pós Ciências Sociais**. v. 8 n. 16, 2011.

LODY, Raul Giovanni. Samba de Caboclo. **Cadernos de Folclore 17**. Rio de Janeiro: FUNARTE e Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.

MACHADO, Ana Rita Araújo. **Bembé do Mercado**: memória sobre o 13 de maio. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos. Universidade Federal da Bahia, 2009.

MENDES, Andrea. "Candomblé Angola e o culto a caboclo: de como João da Pedra Preta se tornou o Rei Nagô". **Revista Periferia**. v. 6, n. 2, 2014.

MUKUNA, Kazadi Wa. **Contribuição bantu na música popular brasileira**: perspectivas etnomusicológicas. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**: umbanda e sociedade brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do Candomblé**: história e ritual da nação jeje na Bahia. 2ed revista. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2006.

QUERINO, Manuel Raimundo. **A raça africana**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. 2ª. ed.

REIS, João José. "Magia Jeje na Bahia: a invasão do calundu no Pasto de Cachoeira, 1785". **Revista Brasileira de História**. v.8, n .16, 1988.

_____. **Rebelião escrava no Brasil:** a história do Levante dos Malês em 1835 (edição revista e ampliada), São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REY, Alain (Org.). *Dictionnaire Historique de la Langue Française*. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1998.

RIBEIRO, Carmem. Religiosidade do índio brasileiro no candomblé da Bahia: influências africana e europeia. **Afro-Ásia**. Salvador. N.14. 1983.

ROCHA, Cinthia Creatini da. Mistura, alteridade e identidade: reflexões sobre o campo relacional entre os Tupinambá de Olivença. ANPOCS, ST 01 - **Antropologias Afroindígenas:** Contradiscursos e Contramestiçagens, 2017.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O dono da terra:** o caboclo nos candomblés da Bahia. Salvador: Sarah Letras, 1995.

SCHECHNER, Richard. *Between theater and anthropology*. Philadelphia: The University of Philadelphia Press. 1985.

SERAFIM, Vanda Fortuna. Possessão, deuses e hierofanias nas obras de Nina Rodrigues. **Revista Brasileira de História das Religiões** – Ano I, no. 2, 2008.

SERRA, Ordep. **Águas do rei**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Fábio Alex Ferreira da. **Eu vou ali e volto já, daqui a pouco tô no mesmo lugar:** performances e agências sociorrituais no culto aos caboclos em Santo Amaro-BA. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2018.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda:** caminhos da devoção brasileira. São Paulo: Ática, 1994.

_____. Construção e legitimação de um campo do saber acadêmico (1900-1960). **Revista USP**. n.55, 2002.

_____. **O antropólogo e sua magia**: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões Afro-brasileiras. 1 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

TAYLOR, Diana. *Performance and/as History*. The Drama Review 50:1, 2006

_____. Traduzindo Performance [prefácio]. In: Dawsey, John; Muller, Regina; Monteiro, Mariana (orgs). **Antropologia e performance**: ensaios Napedra. São Paulo: Terceiro nome, 2013.

_____. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Belo horizonte: Editora UFMG. Tradução de Eliana Lourenço de Lima Reis, 2013b.

TURNER, Victor. Dewey, Dilthey e Drama: um ensaio em Antropologia da Experiência (primeira parte). **Cadernos de Campo**, n. 13. Tradução Herbert Rodrigues, 2005.

O modelo de implementação do Programa Criança Feliz⁶⁰

*Mailson Santos Pereira
Nilson Weisheimer*

A elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a primeira infância, por meio do desenvolvimento de programas de apoio às famílias, com foco no exercício da parentalidade e no desenvolvimento infantil, têm sido observadas em vários países da América Latina a partir dos anos 1980. Destaca-se o Programa *Educa a Tu Hijo*, em Cuba, em 1983. Já no século presente encontramos *Chile Crece Contigo*, no Chile, em 2007; *Uruguay Crece Contigo*, no Uruguai, em 2012; *Cuna Más*, no Peru, em 2012; e *Programa Criança Feliz*, no Brasil, em 2016. Ainda no contexto brasileiro, alguns governos estaduais desenvolveram programas para o exercício da parentalidade para a primeira infância: o Primeira Infância Melhor, no Rio Grande do Sul, em 2003; o Programa Mãe Coruja Pernambucana, em Pernambuco, em 2007; o Programa Primeira Infância Acreana, no Acre, em 2016; e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil, no Ceará, em 2017, por exemplo.

O Marco Legal da Primeira Infância no Brasil, Lei n. 13.257/2016, - que define princípios e diretrizes para o desenvolvimento “[...] de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano [...]” (BRASIL, 2016a), - é documento legal recente, sendo instituído a nível federal no ano de 2016. Foi com base nessa legislação que o Governo Federal lançou em ou-

60 - Esse capítulo apresenta os resultados parciais da Dissertação de Mestrado intitulada “Modelo de implementação federal do Programa Criança Feliz: uma análise crítica dos seus instrumentos normativos” (PEREIRA, 2019), desenvolvida no PPG-CS/UFRB, com Bolsa FAPESB, disponível em <https://www.ufrb.edu.br/pgciencias-sociais/dissertacoes-de-mestrado/category/23-2019?download=81:mailson-santos-pereira>.

tubro de 2016 o Programa Criança Feliz - PCF, através do Decreto n. 8.869/2016. O público-alvo desse programa se encontra na faixa etária do zero aos seis anos de idade em consonância com a lei acima, que estabelece este período como a primeira infância. O processo de implementação do PCF foi o nosso objeto de estudo.

Os programas voltados para a primeira infância com foco na parentalidade e baseados em evidências científicas afirmam que as experiências vivenciadas pelo bebê, durante a gravidez, e pela criança, nos primeiros anos de vida, são determinantes para um desenvolvimento saudável e duradouro. Esses programas partem da compreensão de que o investimento na primeira infância pode impactar na diminuição da pobreza e são vistos como iniciativas economicamente rentáveis, no sentido do capital humano que geram, sendo estimulados e apoiados por diversos organismos internacionais, a exemplo do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Por outro lado, esse tipo de política se configura como ações que produzem o controle dos sujeitos e de suas famílias, objetivando e normalizando essas questões no campo dos direitos. Nesse sentido, afirma-se que o paradigma da primeira infância vem garantindo o governamento dos corpos, através das verdades científicas da neurociência, dando sustentáculo para a elaboração de programas de parentalidade baseados em evidências científicas como o Programa Criança Feliz.

Este estudo considera as políticas públicas como as ações do Estado que procuram dar respostas políticas para problemas sociais. Podem ser compreendidas como “[...] ações coletivas que participam da criação de determinada ordem social e política, da direção da sociedade, da regulação de suas tensões, da integração dos grupos e da resolução dos conflitos” (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012a, p. 31-32). As políticas públicas como campo de conhecimento “busca, [...] ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo dessas ações” (SOUZA, 2006).

O crescimento dos estudos tem resultado em modelos voltados à compreensão das diferentes fases das políticas, seus atores, decisões e resultados. O modelo do ciclo da política pública, aqui

adotado, enfatiza o processo de etapas sequenciais de identificação do problema; formação de agenda; formulação da política; implementação; e avaliação, nos quais interagem atores governamentais e não governamentais. Por sua vez, a análise da implementação se desenvolveu valendo-se de uma tipologia formada por dois modelos: o modelo *top-down* (de cima para baixo) e o modelo *bottom-up* (de baixo para cima); (KINGDON, 2003; SOUZA, 2006).

Com base nesse modelo do ciclo da política pública, o objetivo desse capítulo foi analisar o modelo de implementação do Programa Criança Feliz pelo Governo Federal do Brasil. De modo específico buscamos interpretar as normativas de regulamentação do Programa; e identificar as tensões e disputas de poder presentes em sua operacionalização no âmbito federal entre os órgãos envolvidos na sua regulamentação. A hipótese foi que esses documentos, como instrumentos de políticas públicas de regulamentação e normatização da implementação do Programa Criança Feliz, revelariam um modelo de implementação do tipo *top-down*.

Realizamos uma pesquisa qualitativa de tipo documental, que propiciou esse estudo analítico descritivo. O *corpus* da análise foi composto por peças normativas e envolveu decretos, resoluções, instrução normativa e portarias, que dão base às ações orientadoras do PCF. Procedeu-se uma análise de conteúdo considerando essas legislações como instrumentos de implementação de políticas públicas. Isso permitiu evidenciar tensões e disputas de poder presentes nessas legislações, entre os órgãos envolvidos na regulamentação do PCF, o que possibilitou identificar o modelo de implementação adotado pelo Governo Federal. A análise do marco legal e normativas do processo de implementação do PCF compreendeu o período de 2016 a 2018 sendo realizada uma abordagem cronológica/temporal dos documentos publicados.

Ao longo do estudo foram identificadas vinte e sete normativas, - entre decretos, resoluções, instrução normativa e portarias, - emitidas tanto pela Presidência da República, pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, pela Secretaria Nacional de Assis-

tência Social - SNAS, pela Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano - SNPDH, pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e pela Comissão Intergestores Tripartite - CIT, publicadas no período em análise, disponíveis em sítios eletrônicos do MDS. Apresentamos neste capítulo as sistematizações realizadas através dessa abordagem, que permitiu evidenciar como os instrumentos normativos utilizados para regulamentar a implementação do PCF revelam um modelo de implementação de política pública.

Segue abaixo um resumo das concepções que embasam os estudos da implementação de políticas públicas nos modelos *top-down* e *bottom-up* e subsidiam a análise desenvolvida neste capítulo. Em seguida, traz-se os dados descritivos e analíticos do processo de implementação do Programa Criança Feliz, permitindo a identificação modelo o adotado pelo Governo Federal.

Teorias da implementação

No estudo da implementação de políticas públicas a utilização dos modelos de análise do tipo *top-down* e *bottom-up* são predominantes entre os pesquisadores. Conforme Lima e D'Ascenci (2013, p. 102) o primeiro deles “[...] toma como foco de análise o processo de formulação da política pública, e as variáveis destacadas são referentes às normas que a estruturam. A segunda [...] enfatiza elementos dos contextos de ação nos quais a política será implementada”.

Nas práticas tradicionais de condução de políticas públicas, “a implementação é entendida, fundamentalmente, como um jogo de uma só rodada onde a ação governamental, expressa em programas ou projetos de intervenção, é implementada de cima para baixo (*top-down*)” (SILVA; MELO, 2000, p. 05). Dentro dessa lógica, o foco centra-se no processo de formulação e desenho da política pública, entendendo que os atores envolvidos na formulação são os únicos decisores da ação governamental, sendo aqueles que implementam, apenas operadores das decisões já tomadas. Segundo Lotta e colaboradores (2018, p. 784) a perspectiva *top-down* “[...] considera que a política pública é formula-

da no topo da hierarquia das agências públicas, legitimada pelo grupo político que as comanda e, então, traduzida em instruções aos níveis hierárquicos abaixo, até atingir o público beneficiário”.

Na visão *top-down*, a “[...] hipótese é a de que é possível separar claramente a elaboração da implementação de uma política, e que os implementadores são de fato os agentes daqueles que decidem” (NAJBERG; BARBOSA, 2006, p. 40). Nesse sentido,

No modelo *top-down*, de cima para baixo, a ênfase é na perspectiva dos burocratas de alto nível hierárquico, supondo uma linha de comando sem questionamento por parte dos níveis burocráticos situados nos níveis mais baixos da administração e com reduzido grau de discricionariedade (NOGUEIRA; FAGUNDES, 2015, p. 03).

O modelo *top-down* focaliza a gestão organizacional, principalmente a autoridade das estruturas governamentais e os mecanismos de controle sobre os servidores, que são entendidos como essenciais para a efetividade da gestão. Por isso os estudos da implementação eram deixados mais para o campo da administração pública e não ganhando tanto desenvolvimento entre os cientistas sociais. Conforme a literatura é possível verificar que “a atuação do setor público aqui [no modelo *top-down* de implementação] é vista nos termos de um processo puramente administrativo e não como um conjunto de contradições, posturas e valores” (CLINE, 2000 *apud* GONTIJO, 2012, p. 89).

Observa-se que “[...] o controle do processo de implementação por parte do topo da hierarquia é valorizado como forma de manter as políticas públicas o mais próximo possível de suas concepções iniciais” (LOTTA, *et al.*, 2018, p. 785). Ou seja, “limitar, regular e controlar a discricionariedade dos implementadores são questões centrais. Regras claras, compreensíveis e específicas visam a permitir a difusão do plano e minimizar a discricionariedade, considerada uma distorção da autoridade governamental” (LIMA; D’ASCENCI, 2013, p. 103).

Em alternativa a esse modelo, a perspectiva, “[...] *bottom-up* está mais preocupada com a cooperação entre os atores que implementam a política formulada” (CLINE, 2000 *apud* GONTIJO, 2012, p. 89). Ana-

lisa o grau de discricionariedade da burocracia que atua na ponta da prestação do serviço público sobre o desenho final da política ofertada. Nesse modelo “a ideia central é a impossibilidade da existência de um controle perfeito no processo de elaboração da política, incluindo aqui, o momento da implementação” (NOGUEIRA; FAGUNDES, 2015, p. 04). Além da falta de controle, toda e qualquer implementação de política pública é permeada de tensões, conflitos e jogos de poder. Nesse modelo isso não se configura como um problema.

Nessa orientação os conflitos de interesse são percebidos como parte constituinte da dinâmica da gestão pública. Assim, trabalhar com o potencial desses conflitos, de forma a transformá-los em relações de parceria entre gestores, agências e setores, não é um problema em si mesmo, tratando-se, na verdade, de uma das características do processo de gestão (CLINE, 2000 *apud* GONTIJO, 2012, p. 89).

Segundo Najberg e Barbosa (2006, p. 41) “[...] a abordagem *bottom-up* facilita a perspectiva da formulação, da implementação e da avaliação de políticas públicas como fases interdependentes [...]”. A partir desse olhar, o modelo do ciclo de política pública, que era visto como linear, se complexifica, levando a compreender que qualquer política pública está a todo momento sendo reelaborada e redefinida, com a interferência de diferentes atores em diversas arenas possíveis. Na perspectiva *bottom-up* a implementação “é entendida como resultante da interação entre diferentes níveis de sistemas governamentais e não governamentais, dinamizada por atores políticos com interesses e expectativas distintas, além de arenas discursivas e formas de lutas políticas também diversas” (NOGUEIRA; FAGUNDES, 2015, p. 04).

Os estudos sobre as burocracias envolvidas na implementação de uma política pública são cruciais para a perspectiva *bottom-up*, principalmente, das burocracias de nível de rua, porque “nessa abordagem a burocracia responsável pela implementação é variável explicativa” (LIMA; D’ASCENCI, 2013, p. 104) da política pública. Para tanto, “ela parte dos atores - públicos e privados - envolvidos na implementação dos programas e examina os seus objetivos pessoais e institucionais,

suas estratégias e sua rede de contatos” (NAJBERG; BARBOSA, 2006, p. 41). Na próxima seção desenvolvemos a análise documental do PCF para caracterizar o seu modelo de implementação.

A implementação do PCF

A análise documental em abordagem cronológica buscou verificar o encadeamento temporal das ações e posicionamentos dos órgãos a respeito da implementação do Programa Criança Feliz – PCF. O Quadro 1 apresenta a disposição dos instrumentos normativos de políticas públicas do Programa Criança Feliz e sua operacionalização no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, - o Programa Primeira Infância no SUAS, - em sua sequência temporal de publicação, sendo possível identificar oito peças normativas publicadas no ano de 2016; nove publicações em 2017; e dez legislações no ano de 2018.

Quadro 1: Normativas sobre o PCF - ano / documento.

Ano	Documento
2016	Decreto n. 8.869/2016 Resolução CIT n. 04/2016 Resolução CIT n. 05/2016 Resolução CNAS n. 19/2016 Resolução CNAS n. 20/2016 Portaria MDS n. 295/2016 Portaria MDS n. 323/2016 Portaria MDS n. 359/2016
2017	Decreto de 7 de março de 2017 Resolução CIT n. 05/2017 Instrução Operacional MDS/SNAS n. 01/2017 Resolução CNAS n. 07/2017 Portaria MDS/SNAS n. 141/2017 Portaria MDS n. 422/2017 Portaria MDS n. 488/2017 Portaria MDS n. 498/2017 Portaria MDS/SNPDH n. 03/2017

2018	Resolução CIT n. 02/2018 Portaria MDS/SNPDH n. 05/2018 Portaria MDS n. 956/2018 Portaria MDS n. 958/2018 Portaria Interministerial n. 1/2018 Portaria MDS 1.375/2018 Resolução CNAS n. 08/2018 Resolução CIT n. 06/2018 Portaria MDS/SNPDH n. 17/2018 Portaria MDS n. 2.496/2018
------	---

Fonte: Elaboração própria.

O primeiro documento refere-se ao Decreto Presidencial n. 8.869/2016, publicado em 05 de outubro de 2016, que institui o Programa Criança Feliz, estabelece sua finalidade, público-alvo, seus objetivos, componentes e Ministério responsável pela sua coordenação (BRASIL, 2016b). Esse decreto ao alocar o referido Programa sob a responsabilidade do MDS e vincular a figura da Primeira Dama Marcela Temer no papel de sua embaixadora, inicialmente não foi bem recebido por profissionais, pesquisadores, militantes e defensores do Sistema Único de Assistência Social. A crítica era que um programa com essa vinculação rompia com a lógica de garantia dos direitos socioassistenciais estabelecidos através da política de assistência social; resgatava a perspectiva do “primeiro-damismo”⁶¹; fragilizava os serviços socioassistenciais tipificados e ofertados no âmbito do SUAS; e se configurava como uma ação de controle das famílias empobrecidas, em situação de vulnerabilidade social. Para Capilheira (2018, p. 112) “o Programa Criança Feliz, ao apontar as maneiras corretas ou adequadas de estimular as crianças, está desconsiderando a história das famílias, trazendo a ideia de que as famílias pobres não têm competência para educar seus filhos”.

61 - Chama-se de “primeiro-damismo” no campo da política de assistência social como práticas políticas, políticas desenvolvidas na perspectiva do assistencialista, baseada na benemerência e não na efetividade da garantia de direitos, alicerçado pela lógica da gestão do Estado como um espaço extensivo das relações familiares, típico do patrimonialismo.

Na especificidade do PCF, Sposati (2017) destacou que o Programa remetia a uma lógica higienista do final do século XIX e bastante implementada durante o século XX no Brasil, através da LBA, a partir de uma perspectiva assistencialista. Nas palavras desta autora, no PCF “permanece a ênfase disciplinar em que as mães, não mais em grupos de convivência, agora são abordadas individualmente, em sua moradia, por visitantes que ali desenvolvem ativíssima busca de expressões do amor materno” (SPOSATI, 2017, p. 528). Sendo assim, “[...] com as atuais mudanças políticas que o Brasil vem sofrendo corremos o perigo de ter um retrocesso, de retornar a política de repressão e higienista” (DEMARZO; LIMA; TEBET, 2018, p. 91). Corroborando essas perspectivas, Silveira (2017) chamava atenção para um aprofundamento do neoliberalismo e o impacto disso dentro da lógica de disputa entre ações de governo e políticas de Estado. Nas palavras da autora,

É no contexto de contrarreformas neoliberais que o Programa Criança Feliz ganha centralidade, podendo se sobrepor, como programa de governo, ao próprio sistema estatal, embora os programas na assistência social sejam complementares a serviços e benefícios. Essa sobreposição se revela na hegemonização de uma concepção tecnicista de gestão pública, centrada nos resultados e na lógica da extrema focalização, num conjunto de avanços de medidas neoliberais (SILVEIRA, 2017, p. 488).

Nesse cenário, diversas entidades e espaços colegiados nacionais, regionais e locais vinculados à política de assistência social emitiram notas com posicionamentos contrários e pareceres negativos ao PCF. Assim, “[...] o que poderia ser interpretado como política positiva à infância, demanda um olhar acurado e atento” (DEMARZO; LIMA; TEBET, 2018, p. 95), pois revela como a criação desse Programa explicita o espaço de tensões quanto ao projeto de garantia de direitos que vinha se efetivando no Brasil com o SUAS em contraposição à prática assistencialista que era retomada pelo PCF. Esses posicionamentos contrários ao PCF chegaram às instâncias de

pactuação e deliberação da política nacional de assistência social, especificamente à CIT da política de assistência social⁶² e ao CNAS.

As instâncias de pactuação e deliberação da política de assistência social conseguiram chegar a um acordo e emitir normativas referentes ao que poderia ser a responsabilidade da política de assistência social quanto à primeira infância, como uma entrega setorial desta política ao Programa Criança Feliz. A CIT publicou então a Resolução CIT n. 04/2016, em 21 de outubro de 2016, pactuando as ações do Programa Criança Feliz no SUAS (CIT, 2016a) e a Resolução CIT n. 05/2016, de 21 de outubro de 2016, que definia os critérios de partilha para o financiamento federal das ações do PCF no SUAS para os anos de 2016 e 2017 (CIT, 2016b). Essas resoluções iniciais da CIT apresentaram os objetivos do Programa em sua especificidade para a política de assistência social, os princípios, o público-alvo, as principais ações e delimitação da vinculação dos profissionais de nível médio e superior que atuem no Programa. Adequavam-nos ao escopo da política de assistência social e das normativas do CNAS, assim como referenciando o planejamento e as visitas domiciliares aos Centros de Referências de Assistência Social. Estabeleceram também as competências de cada ente federado e as especificidades dos critérios de partilha federal para os estados e Distrito Federal e para os municípios, em sua especificidade do ano 2016 e quanto ao prazo limite para a adesão em 2017.

Já o Conselho Nacional de Assistência Social propôs que a entrega da política de assistência social, sob a responsabilidade da SNAS, se tratasse de um programa específico publicando a Resolução CNAS n. 19/2016, de 24 de novembro de 2016, que institui o Programa Primeira Infância no SUAS (CNAS, 2016a) e a Resolução CNAS n. 20/2016, de 24 de novembro de 2016, que aprova os critérios de partilha para o financiamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS para os exercícios de 2016 e 2017 (CNAS, 2016b).

62 - A Comissão Intergestores Tripartite da política de assistência social é formada pela Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, pelo Fórum Nacional de Secretários/as de Estado da Assistência Social - FONSEAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

Se, através da normatização por parte da CIT, os gestores indicavam a necessidade de apenas “pactuar ações do PCF no SUAS”, a normativa do CNAS rompe em parte com essa lógica e se propõe a “instituir” um programa novo: o Programa Primeira Infância no SUAS, mesmo que este tenha também como base o Marco Legal da Primeira Infância e o Decreto Presidencial n. 8.869/2016.

Conforme apontado por Silveira (2017, p. 491) “os projetos políticos na esfera pública do Estado também incidem na arquitetura institucional e na formulação da política de assistência social”. No caso em questão, a busca de implementação do PCF, que encontrou rejeições e enfrentamentos no escopo da militância da política de assistência social, também, encontrou formas operacionais de sua implementação através da política de assistência social, por meio do Programa Primeira Infância no SUAS. Isso acabou reconfigurando a própria política de assistência, fazendo reaparecer, no âmbito federal, um comando externo à SNAS de um programa que pertence ao SUAS.

Ainda em 2016, o MDS publicou três portarias. Uma dispondo do financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, implementadas por meio do Programa Primeira Infância no SUAS: Portaria MDS n. 295/2016, de 08 de dezembro de 2016 (MDS, 2016a). Outra apresentando uma alteração da Portaria MDS n. 295/2016 através da Portaria MDS n. 359/2016, de 28 de dezembro de 2016, que regula as formas e as regras do repasse dos recursos (MDS, 2016b). A terceira foi a Portaria MDS n. 323/2016, de 13 de dezembro de 2016, que designa os membros titulares e suplentes do Comitê Gestor do Programa Criança Feliz, previsto no Decreto n. 8.869/2016 (MDS, 2016c). Na Portaria MDS n. 295/2016, se reconhece a responsabilidade da SNAS pelo Programa Primeira Infância no SUAS. No que tange ao Comitê Gestor do PCF, a responsabilidade pela coordenação deste foi designada ao MDS, como estabelecia o Decreto Presidencial n. 8.869/2016.

Em 2017 uma das primeiras normativas publicadas foi o Decreto sem numeração, de 07 de março de 2017, que instituía, no âmbito

do MDS, o Comitê Intersetorial de Políticas para a Primeira Infância, com a tarefa de assegurar a articulação de ações destinadas à proteção e à promoção dos direitos da criança em primeira infância (BRASIL, 2017). Em maio de 2017 a CIT publicou uma resolução acerca dos critérios de partilha para a expansão do financiamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS no exercício do 2017 – Resolução CIT n. 05/2017, de 03 de maio de 2017 (CIT, 2017); ao passo que o CNAS, em 22 de maio de 2017 publicou a Resolução CNAS n. 07/2017, que aprovava os mesmos critérios de partilha para a expansão do financiamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS no exercício do 2017 (CNAS, 2017a). O objetivo dessas resoluções foi permitir a abertura de um novo período de adesão ao Programa por parte do MDS, retirando o critério exigido aos municípios de terem “média municipal do Índice de Desenvolvimento do CRAS maior ou igual a três”, presente na Resolução CIT n. 05/2016 e na Resolução CNAS n. 20/2016. Entendeu-se que esse critério restringia o número inicial de municípios elegíveis ao Programa. No primeiro período, 2.457 cidades haviam feito a adesão ao Programa. Com a expansão, “[...] cerca de 1,3 mil municípios que não conseguiram aderir ao programa no prazo estipulado ou que não eram elegíveis na época” (ASCOM/MDS, 2017) passaram a estar aptos ao Programa Primeira Infância no SUAS.

Ainda em maio de 2017 a SNAS também publicou a Instrução Operacional MDS/SNAS n. 01/2017, de 05 de maio de 2017, a qual continha as orientações para utilização dos recursos advindos do financiamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS (SNAS, 2017a). Por se tratar de recursos alocados no Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS repassados aos estados e municípios pelo instrumento de política pública de transferências de recursos fundo a fundo, a normatização do uso desses recursos por parte da SNAS preservava a centralidade da política de assistência social na condução das ações e orientações acerca do Programa Primeira Infância no SUAS. Dentro da perspectiva da responsabilidade pelo Programa ser ainda alocada à SNAS, em agosto de 2017 foi publica-

da a Portaria MDS/SNAS n. 141/2017, de 04 de agosto de 2017, que estabeleceu o novo período de adesão ao Programa Primeira Infância no SUAS, de 03 de julho a 18 de agosto de 2017 (SNAS, 2017b). Essa foi a última normatização do Programa publicada pela SNAS no período analisado. As demais ficaram a cargo do próprio Ministério ou da SNPDI, como se verifica abaixo.

Em 26 de outubro de 2017, o MDS publicou a Portaria MDS n. 442/2017, posteriormente alterada pela Portaria MDS n. 498/2017, de 29 de novembro de 2017, dispendo sobre o financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, revogando a Portaria MDS n. 295/2016 (MDS, 2017a, 2017b). Essas portarias do MDS de 2017, além de regulamentar as formas e as regras do repasse dos recursos, estabeleceram a metodologia de cálculo e financiamento das ações do Programa Criança Feliz, indicando elementos da meta física e da composição das equipes, assim como as etapas do programa (implantação, implementação, execução - fase I, execução - fase II e execução - fase III) e o aumento do valor por indivíduo do público-alvo acompanhado, de R\$ 50,00 para R\$ 65,00, sendo esse valor válido para os repasses a partir de julho de 2017.

A Portaria do MDS n. 442/2017 figura como um marco nesse processo. Inicialmente, porque a referência ao Programa Primeira Infância no SUAS aparece apenas uma vez, quando se refere ao registro das visitas no Prontuário Eletrônico do SUAS. No entanto, a expressão Programa Criança Feliz, ou seu correlato, PCF, é referenciada 25 (vinte e cinco vezes) incluindo as três menções no anexo I da Portaria, em uma demarcada normatização do que já vinha sendo operacionalizado no âmbito das práticas, no sentido do Programa Primeira Infância no SUAS ser apenas uma roupagem para a operacionalização do PCF. As expressões mais explícitas dessa questão são possíveis de encontrar no parágrafo primeiro do capítulo primeiro dessa portaria, quando aparece a expressão “o Termo de Aceite ao PCF” (MDS, 2017a), quando na verdade tratava-se do Termo de Aceite ao Programa Primeira Infância no SUAS; e no artigo terceiro

onde consta que “os recursos do financiamento federal das ações do PCF aos Municípios e Distrito Federal serão repassados diretamente do FNAS aos fundos de assistência social dos Municípios e do Distrito Federal [...]” (MDS, 2017a), sendo que os recursos transferidos pelo instrumento de política pública de repasse fundo a fundo da política de assistência social se referem ao Programa Primeira Infância no SUAS. Em consonância com isso, nessa portaria não há nenhuma menção à SNAS. Por outro lado, a referência à SNPDPH aparece recorrentemente ao longo do texto, precisamente, dez vezes, seja relacionando que as equipes dos municípios precisam ser capacitadas por metodologia definida pela SNPDPH; como também, que esta secretaria é a responsável por realizar o pagamento do Programa, pelas questões de normatizar alteração das metas pactuadas e receber as solicitações de desistência do Programa.

Na Portaria MDS 488/2017, de 1º de dezembro de 2017, o MDS designa nova composição do Comitê Gestor do PCF, revogando a Portaria MDS 323/3016 (MDS, 2017c). Para a representação do MDS foram designados titular e suplente não pertencentes à pasta da assistência social, sendo excluída a SNAS do processo de acompanhamento do Programa. A responsabilidade do PCF passa a ficar a cargo da SNPDPH. Em 22 de março de 2018, o MDS publicou ainda o Regimento Interno do Comitê Gestor do PCF através da Portaria MDS n. 958/2018 (MDS, 2018a). Como sinalizado acima, dá centralidade à SNPDPH na condução dos processos, pois no parágrafo segundo, do seu artigo primeiro estabelece que “A Secretaria-Executiva do Comitê Gestor será exercida pela Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, [...], que prestará o apoio administrativo e disponibilizará os meios necessários à execução de suas atividades” (MDS, 2018a).

Por fim, a última normativa encontrada, do ano de 2017, sela a primazia da SNPDPH frente ao Programa. No dia 12 de dezembro de 2017 foi publicada a Portaria MDS/SNPDPH n. 03/2017 dispendo sobre o novo período de adesão ao PCF – Primeira Infância, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SNPDPH, 2017), que posterior-

mente foi alterada pela Portaria MDS/SNPDH n. 05/2018, de 19 de março de 2018, sendo definidos oito novos ciclos de adesão até o final de junho de 2018 (SNPDH, 2018a). Como é possível verificar, até a responsabilidade de definir os períodos de adesão agora já não estavam mais sob a responsabilidade da SNAS e sim da SNPDI. Ao mesmo tempo, essa é a primeira portaria na qual os dois programas aparecem como que sinônimos, indicando assim que o PCF verdadeiramente se restringe apenas às ações desenvolvidas no âmbito da política de assistência social e o Programa Primeira Infância no SUAS foi utilizado como uma roupagem para a operacionalização do primeiro.

Devido às questões do financiamento dos estados, que tinham recebido parcela única quanto a 2016 e 2017 e não havendo previsão normativa de repasse para o exercício de 2018, foram publicadas a Resolução CIT n. 02/2018, em 07 de fevereiro de 2018, alterando a Resolução CIT n. 05/2016 (CIT, 2018a); e a Resolução CNAS 08/2018, de 12 de abril de 2018, alterando a Resolução CNAS n. 20/2016, indicando que os estados seriam financiados no ano de 2018 mediante a execução de 80% do valor do financiamento federal repassado nos exercícios de 2016 e 2017 (CNAS, 2018). Por outro lado, considerando o novo ciclo de adesões e com o objetivo de estimular o aceite dos municípios que ainda não haviam manifestado interesse pelo Programa, o MDS publicou a Portaria n. 1.375/2018, em 04 de abril de 2018, alterando a Portaria 442/2017 acerca do financiamento federal das ações do PCF no âmbito do SUAS, modificando o valor mensal por indivíduo do público-alvo acompanhado, de R\$ 65,00 para R\$ 75,00 (MDS, 2018b).

Além dos documentos já citados acima, no primeiro semestre de 2018 foram publicadas a Portaria MDS n. 956/2018, de 22 de março de 2018, que dispunha acerca do Programa Criança Feliz no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2018c); e a Portaria Interministerial n. 01/2018, de 04 de abril de 2018, que estabelecia diretrizes, objetivos e competências para a promoção da intersetorialidade, no âmbito do Programa Criança Feliz (MDS, 2018d). Esses dois documentos merecem um maior detalhamento, pois um

traz a regulamentação do Programa na estrutura do Ministério consolidando a primazia da SNPDPH na responsabilidade de coordenar as ações do PCF. O outro versa sobre os elementos da intersetorialidade e as responsabilidades dos demais ministérios quanto ao PCF, já que, desde a sua criação, esse se afirma ser uma ação intersetorial.

A Portaria MDS n. 956/2018 retoma as questões já explicitadas nos diversos documentos anteriores, identificando o público beneficiário, os objetivos e os componentes do Programa, em consonância ao Decreto n. 8.869/2016, que institui o PCF. Define as categorias multiplicadores, supervisores e visitadores, além de demarcar a competência da SNPDPH pela coordenação do Programa, fazendo referência a essa estrutura administrativa dezessete vezes ao longo da normativa, sem nenhuma referência à SNAS. Como é possível verificar no artigo sétimo da Portaria: “o Programa Criança Feliz será coordenado pela Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano deste Ministério do Desenvolvimento Social” (MDS, 2018c). No texto da portaria aparece ainda a centralidade das visitas domiciliares como um dos componentes do Programa, essas vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social, porém, com a responsabilidade da SNPDPH pela metodologia, conteúdo da visitação e pela capacitação dos supervisores estaduais. É explícita a demarcação textual na normativa:

Art. 10. As visitas domiciliares a indivíduos identificados como público do Programa dar-se-ão a partir de ação planejada e sistemática, com metodologia específica definida pela Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano para atenção e apoio à família, ao fortalecimento de vínculos e ao estímulo ao desenvolvimento infantil, observada as especificidades do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (MDS, 2018c).

Com essa portaria o MDS deixa nítida a forma de pensar a implementação do Programa, qual seja, de cima para baixo, em uma perspectiva de implementação *top-down*. Isso porque nesse modelo “[...] a ênfase é na perspectiva dos burocratas de alto nível hierárquico, supondo uma linha de comando sem questionamento por parte dos níveis burocráticos situados nos níveis mais baixos da ad-

ministração e com reduzido grau de discricionariedade” (NOGUEIRA; FAGUNDES, 2015, p. 03). Nesse sentido, no âmbito do MDS, o Programa Criança Feliz pertence à SNPDPH, mesmo que sua operacionalização se dê através da política de assistência social por meio da mera roupagem do Programa Primeira Infância no SUAS.

Validando a análise aqui apresentada, Borges (2013, p. 137) afirma que uma das características “[...] das políticas sociais no período recente diz respeito à reafirmação da autoridade do governo central sobre as diretrizes e objetivos de política”. O texto normativo desta portaria busca assegurar que o desenho elaborado no plano federal seja implementado nas realidades municipais, principalmente, por tentar fazer com que a capacitação e educação permanente dos agentes que irão operacionalizar o Programa tenha um caráter homogêneo e padronizado:

Art. 16. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que aderirem ao Programa, zelarão pelo cumprimento das etapas de capacitação e educação permanente, a fim de garantir homogeneidade e padrão nacional às capacitações do Programa Criança Feliz, observadas a carga horária, a metodologia e os conteúdos definidos pela Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano (MDS, 2018c).

Por meio da regulamentação do Programa através de portarias emitidas pelo MDS as tensões internas provenientes da SNAS, da CIT e principalmente, do CNAS, assim como as tensões externas da militância da política de assistência social por meio das entidades representativas das/os trabalhadoras/es do SUAS e dos espaços mais amplos de participação social foram sendo dribladas pela gestão federal e a estrutura administrativa da SNPDPH foi servindo como esse espaço institucional do MDS que parece “blindar” o Programa Criança Feliz.

A Portaria Interministerial n. 01/2018, ao se propor estabelecer diretrizes, objetivos e competências para a promoção da inter-setorialidade referente às ações do PCF atendeu a demanda pelo lançamento do Programa, tendo em vista que em sua criação o PCF

se propõe a ser um programa de caráter intersetorial, mas que, até o momento de publicação dessa portaria, só possuía normatizações estabelecidas no campo da política de assistência social. Ao explicitar as ações do PCF a serem desenvolvidas pelas políticas de assistência social, saúde, cultura, direitos humanos e direitos das crianças e dos adolescentes a Portaria 01/2018 definiu competências específicas do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério da Saúde, do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação e do Ministério dos Direitos Humanos, dentro das ações já desenvolvidas por cada pasta e de como elas poderiam priorizar as crianças de 0 a 6 anos de idade, como também, estabelecendo competências que seriam comuns entre os diversos ministérios.

Em julho de 2018, o MDS propôs expandir a execução do PCF nos municípios e o público-alvo atendido ao incluir “no público do Programa Primeira Infância no SUAS as famílias com gestantes e crianças na primeira infância, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e no Benefício de Prestação Continuada – BPC” (CIT, 2018b).

Dessa forma, foi publicada a Resolução CIT n. 06/2018, de 18 de julho de 2018, que pactuava os critérios de financiamento do Programa Primeira Infância no SUAS para os municípios e Distrito Federal, levando em conta a inclusão desse público acima descrito (CIT, 2018b). Contudo, quando essa pauta foi apresentada e discutida no Conselho Nacional de Assistência Social, na reunião plenária de agosto de 2018, a sociedade civil se manifestou contrária à ampliação do perfil do público-alvo do Programa, não se regulamentando nenhuma resolução acerca dessa questão no escopo temporal da presente pesquisa, configurando uma derrota do Governo em uma pauta que já havia sido articulada entre os gestores da política de assistência social.

Como não foi possível regulamentar a alteração do perfil do público-alvo do Programa e por já se encontrar regulamentado, por meio das Portarias MDS n. 442/2017 e MDS n. 956/2018, a possibilidade da SNPDIH expandir as metas pactuadas pelos municípios, em 22

de agosto de 2018 foi publicada a Portaria MDS/SNPDH n. 17/2018, dispondo sobre o aumento das metas de atendimento do Programa Criança Feliz – Primeira Infância no SUAS em municípios que já haviam realizado o aceite ao Programa (SNPDH, 2018b). Esta portaria possibilitava o aumento de metas do Programa, em até 100% (cem por cento) para os municípios que tinham alcançado 90% (noventa por cento) de execução da meta inicialmente pactuada.

A última normativa encontrada na coleta de dados foi a Portaria MDS n. 2.496/2018, de 17 de setembro de 2018, que dispõe sobre o financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, revogando a Portaria MDS n. 442/2017 (MDS, 2018e). A presente portaria objetivava “[...] estabelecer metodologia de cálculo e de financiamento para as ações do Programa Criança Feliz [...]” (MDS, 2018e) e modificou as fases do Programa, que passaram a ser apenas de implantação, execução - fase I e execução - fase II. Como é possível verificar, da mesma forma que as normativas anteriores do MDS, a Portaria MDS n. 2.496/2018 coloca a centralidade na responsabilidade das ações do Programa à SNPDIH. Por outro lado, diferente da Portaria MDS n. 442/2017 que quase não fazia menção ao Programa Primeira Infância no SUAS, a Portaria MDS n. 2496/2018 faz referência duas vezes ao Programa Primeira Infância no SUAS, seja na sua ementa, quanto no seu parágrafo primeiro. Contudo, como já mencionamos, tal utilização nominativa figura como sinônimo de Programa Criança Feliz, sendo apenas a roupagem instrumental/legal para a operacionalização do PCF.

Como demonstramos, ao longo de 2017 e 2018, a responsabilidade pelas ações do Programa Primeira Infância no SUAS foi migrando da SNAS para ficar sob a responsabilidade da SNPDIH, sendo, inclusive, normatizada no âmbito do MDS essa responsabilidade através das Portarias MDS n. 442/2017, n. 956/2018 e n. 2.496/2018. Isso se deu apesar dos demais instrumentos de políticas públicas utilizados para a implementação do PCF estarem sob a responsabilidade da política nacional de assistência social, alocados na SNAS (Resoluções da CIT e do CNAS) e no FNAS (transferência de recursos fundo a fundo).

O investimento financeiro no PCF, quanto ao financiamento dos estados e municípios, juntamente com as diversas outras ações desenvolvidas nesse período, como os seminários sobre a primeira infância, a contratação de diversas consultorias, entre outras, revela a priorização dessa política em detrimento de outras políticas públicas já desenvolvidas e consolidadas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social. Segundo a Confederação Nacional de Municípios:

As reduções em vários setores da Assistência Social contrastam com as ações do governo federal, uma vez que o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) instituiu o Programa Primeira Infância no Suas, mesmo vivendo um momento de cortes no orçamento (CNM, 2017, p. 15).

No decorrer de 2016 a 2018, essas alterações foram dando centralidade à responsabilidade da SNPDPH quanto à coordenação das ações em torno do Programa, retomando um cenário de duplo comando da política de assistência social. Estes achados mostram um deslocamento operado no campo da produção da política referente a quem possui legitimidade sobre o Programa. O desenho do PCF, elaborado por processo de migração de escala do Primeira Infância Melhor para a plataforma nacional, assim como a forma pela qual a pauta da primeira infância veio se estruturando no Brasil, não encontravam elementos de sustentação central no *locus* da política de assistência social.

Ao ser criado no âmbito do MDS e buscar ser operacionalizado pela estrutura organizacional da política de assistência social, o PCF provoca uma modificação no escopo do SUAS. A normatização da responsabilidade da SNAS e a posterior “deslegitimação” dessa Secretaria quanto à coordenação do Programa Primeira Infância no SUAS, vulgo, PCF, com a conseqüente disputa por recursos com o SUAS, desestabiliza um dos tripés da seguridade social estabelecida na Constituição Federal de 1988. Considera-se que a criação da nova institucionalidade administrativa - a SNPDPH - e a migração de responsabilidade das ações do Programa para essa estrutura têm a ver com as tensões sofridas pelo PCF ao longo desse período.

Assim podemos compreender que o MDS, com suas alterações no Programa, a migração da responsabilidade da SNAS para a SNPDPH, intensificou o modelo de implementação *top-down*, reforçando a capacidade institucional dos agentes implementadores (burocratas de alto escalão). Assim buscou neutralizar as resistências de setores vinculados à assistência social, que rechaçou o PCF durante a XI Conferência Nacional de Assistência Social, em 2017.

A centralização da normatização do Programa nas mãos do MDS e da SNPDPH indica o modelo de implementação desse Programa adotado pela gestão do Governo Federal, dentro de uma lógica de cima para baixo. Sua ênfase foi a instituição de normas que conduziam à centralização das decisões da construção do seu desenho, ficando os estados e municípios responsáveis por aplicar modelo nacional sem que fossem chamados a construir suas orientações. Sobre isso Lascoumes e Le Galès (2012b, p. 32) lembram que “[...] quanto mais a ação pública se define por seus instrumentos, mais as questões da instrumentação correm o risco de realçar conflitos entre diferentes atores, interesses e organizações”. Essas contradições e disputas de poder entre os diversos órgãos responsáveis pela implementação do Programa se fazem presentes nitidamente no instrumento de políticas públicas, legislações e normas do PCF, revelando como o pano de fundo um modelo de implementação do tipo *top-down*.

Uma implementação *top-down*

A análise dos documentos que normatizam a implementação do Programa Criança Feliz, em sua descrição cronológica permitiu tornar visível as tensões e disputas de poder em torno da implementação do PCF ao longo do tempo. Ela, também revelou a centralidade da estrutura do MDS na publicação de normas legais que foram regulamentando a primazia da responsabilidade da SNPDPH na coordenação das ações quanto ao PCF, desvendando assim o modelo de

implementação adotado pelo Governo Federal. Esse percurso levou a confirmar a hipótese aventada no início da pesquisa, de que as tensões de poder existentes nessa plataforma de ação do Estado indicariam a adoção de um modelo de implementação *top-down*.

As evidências mostraram as modificações no PCF. Constatamos alterações nos critérios de adesão dos municípios; no valor *per capita* para os municípios; no quantitativo do público-alvo/metas municipais; nas fases do Programa; e no repasse para os estados. As alterações revelam a estratégia adotada pelo Governo Federal para implementar o PCF buscando combinar centralização das decisões no âmbito federal com o estímulo a uma maior adesão por parte de estados e municípios, principalmente, no que tange à esfera de financiamento.

Demonstramos que na implementação do PCF foi produzido um conjunto de tensões que foram respondidas intensificando-se, por meio das normas estudadas, a implementação de cima para baixo. A primazia de publicação de diversas portarias regulamentadoras da ação do PCF por parte do MDS e a criação de uma nova estrutura administrativa, a SNPDPH, permitiu certa “blindagem” dos conflitos que emergiram em torno do Programa.

Concluimos que para implementar o PCF o Governo Federal precisou alterar o arranjo institucional até então existente no âmbito da política de assistência social no Brasil. Foi necessário instituir uma nova plataforma, a saber, do Programa Primeira Infância no SUAS, com seus instrumentos de políticas públicas (repasso fundo a fundo e normatização), e gerida através do arranjo complexo (CIT, CNAS, SNAS, SNPDPH, MDS). Foram criados a SNPDPH, o Comitê Gestor do Programa e o Comitê Intersetorial da Primeira Infância. Isso gerou ao cabo uma nova configuração de arranjo institucional. Com efeito, o Programa Criança Feliz fragilizou a política de assistência social e os serviços socioassistenciais precedentes, criando campos de tensões e de disputas entre as perspectivas diferenciadas de execução das políticas sociais. Essas novas institucionalidades das políticas públi-

cas, que passaram a ser formadas nos últimos anos, precisam ser melhor estudadas em novas pesquisas.

Para além dos objetivos inicialmente postos, os resultados do estudo revelam um processo de desconstrução dos espaços de controle social e de participação da gestão das políticas públicas voltadas à proteção social a partir do caso do PCF. Isso evidencia uma prática que nega e busca alterar os marcos da Constituição Federal de 1988. Essa tendência que identificamos até 2018 se intensificou após a conclusão do estudo. Desde então presenciamos o desmonte da gestão democrática das políticas públicas. Compete aos cientistas sociais buscar investigar a formação das novas agendas de políticas públicas no contexto atual de grave crise econômica, retirada de direitos sociais e ataques à democracia no Brasil.

Referências

BORGES, André. Eleições Presidenciais, Federalismo e Política Social. In: HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlo Aurélio Pimenta de (orgs.). **Federalismo e políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, p. 121-149.

CAPILHEIRA, Carolina Dias. **O Programa Criança Feliz e o governo da infância contemporânea**. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018.

DEMARZO, Marisa Dulcini; LIMA, Danyelen; TEBET, Gabriela Guarneri de Campos. Um golpe contra a infância: direitos das crianças e cidadania em risco no Brasil contemporâneo. **Ensino e Tecnologia em Revista**, v. 02, n. 01, p. 84-108, jan. - jun. 2018.

KINGDON, J. **Agendas, alternatives, and public policies**. 3 ed. Nova York, Harper Collins, 2003.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da ação pública**. Maceió: EDUFAL, 2012a.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 09, n. 18, p. 19-44, jul. - dez. 2012b.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013.

LOTTA, Gabriela Spanghero *et al.* Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v. 69, n. 04, p. 779-816, out. - dez. 2018.

NAJBERG, Estela; BARBOSA, Nelson Barbosa. Abordagens sobre o processo de implementação de políticas públicas. **Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, Natal, v. 03, n. 02, jul. - dez. 2006, p. 31-45.

NOGUEIRA, V.M. R.; FAGUNDES, H. S. Implementação de políticas públicas: uma questão em debate. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 1., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2015, p. 01-09.

PEREIRA, Mailson Santos Pereira. **Modelo de implementação federal do Programa Criança Feliz**: uma análise crítica dos seus instrumentos normativos. 2019, 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto de. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil**: características e determinantes da avaliação de programa e projetos. Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - Unicamp, 2000.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Assistência Social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 130, p. 487-506, set.-dez. 2017.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n.16, p. 20-45, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. Transitoriedade da felicidade da criança brasileira. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 130, p. 526-546, dez. 2017.

Referências documentais

ASCOM/MDS. Gestores aprovam reabertura da adesão de municípios ao Programa Criança Feliz. **Primeira Infância**, Brasília, 03 maio de 2017. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/maio/gestores-aprovam-reabertura-da-adesao-de-municipios-ao-programa-crianca-feliz>>. Acesso em: 01 ago 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.257**, de 8 de março de 2016. Marco Legal da Primeira Infância, 2016a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

_____. **Decreto n. 8.869**, de 5 de outubro de 2016. Programa Criança Feliz, 2016b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8869.htm>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

_____. **Decreto**, de 7 de março de 2017. Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14452.htm>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

CIT. **Resolução CIT n. 04**, de 21 de outubro de 2016. Brasília, 2016a.

_____. **Resolução CIT n. 05**, de 21 de outubro de 2016. Brasília, 2016b.

_____. **Resolução CIT n. 05**, de 03 de maio de 2017. Brasília, 2017.

- _____. **Resolução CIT n. 02**, de 07 de fevereiro de 2018. Brasília, 2018a.
- _____. **Resolução CIT n. 06**, de 18 de junho de 2018. Brasília, 2018b.
- CNAS. **Resolução CNAS n. 19**, de 24 de novembro de 2016. Brasília, 2016a.
- _____. **Resolução CNAS n. 20**, de 24 de novembro de 2016. Brasília, 2016b.
- _____. **Resolução CNAS n. 07**, 22 de maio de 2017. Brasília, 2017.
- _____. **Resolução CNAS n. 08**, de 12 de abril de 2018. Brasília, 2018.
- CNM. **O processo de implementação e execução do Programa Criança Feliz**. Brasília, 2017a (assistência social – estudos técnicos).
- MDS. **Portaria MDS n. 295**, de 08 de dezembro de 2016. Brasília, 2016a.
- _____. **Portaria MDS n. 359**, de 28 de dezembro de 2016. Brasília, 2016b.
- _____. **Portaria MDS n. 323**, de 13 de dezembro de 2016. Brasília, 2016c.
- _____. **Portaria MDS n. 422**, de 26 de outubro de 2017. Brasília, 2017a.
- _____. **Portaria MDS n. 498**, de 29 de novembro de 2017. Brasília, 2017b.
- _____. **Portaria MDS n. 488**, de 01 de dezembro de 2017. Brasília, 2017c.
- _____. **Portaria MDS n. 958**, de 22 de março de 2018. Brasília, 2018a.
- _____. **Portaria MDS n. 1.375**, de 04 de abril de 2018. Brasília, 2018b.
- _____. **Portaria MDS n. 956**, de 22 de março de 2018. Brasília, 2018c.
- _____. **Portaria Interministerial n. 01**, de 04 de abril de 2018. Promoção da intersetorialidade, no âmbito do Programa Criança Feliz, 2018d.
- _____. **Portaria MDS n. 2.496**, de 17 de setembro de 2018. Brasília, 2018e.

SNAS. Instrução Operacional SNAS n. 01, de 05 de maio de 2017. Brasília, 2017a.

_____. **Portaria SNAS n. 141**, de 04 de agosto de 2017. Brasília, 2017b.

SNPDH. Portaria SNPDH n. 03, de 12 de dezembro de 2017. Brasília, 2017.

_____. **Portaria SNPDH n. 05**, de 19 de março de 2018. Brasília, 2018a.

_____. **Portaria SNPDH n. 17**, de 22 de agosto de 2018. Brasília, 2018b.

Medidas socioeducativas em meio aberto em Cachoeira-BA⁶³

*Camila Borges dos Santos
Diogo Valença de Azevedo Costa*

O presente trabalho focaliza a atuação de profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CRE-AS), localizado na cidade de Cachoeira-BA, no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. O objetivo era perceber criticamente a efetividade da aplicação dessas medidas, dado que o agente social responsável por sua aplicação pode interferir de maneira positiva ou negativa nas situações de vida dos adolescentes nessas condições específicas. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2015 e 2016, dialogando-se cotidianamente e em profundidade com as três profissionais responsáveis pela aplicação das medidas socioeducativas, no caso uma assistente social, uma psicóloga e uma advogada.

Crianças e adolescentes são pessoas que se encontram em condições peculiares de desenvolvimento, necessitando de atenção primordial e proteção integral conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Porém, essa maneira de pensar só foi estabelecida em 1990 com a criação do ECA. Anterior a este ano, era destinado ao público infanto-juvenil leis punitivas que visavam o controle e a disciplina dos corpos dos chamados “menores desvalidos” ou “delinquentes”. O senso comum conservador privilegia essa espécie de pedagogia punitiva, enquanto os instrumentos legais hoje vigentes enfatizam a defesa dos direitos desse público específico, as crianças e adolescentes. Por isso, uma das preocupações constan-

63 - O capítulo é parte da dissertação de mestrado intitulada “Uma análise qualitativa sobre as medidas socioeducativas em meio aberto, a experiência de Cachoeira – Bahia”, que pode ser acessada em versão completa em file:///C:/Users/Home/Downloads/Dissertao_CAMILA_BORGES_IMPRESSO.pdf. A dissertação contou com bolsa de financiamento de pesquisa da FAPESB.

tes da pesquisa foi questionar em que medida esse senso comum, também presente na visão de mundo dos profissionais envolvidos na implementação das medidas socioeducativas, entra em tensão com suas respectivas formações profissionais, supondo-se que tais formações lhes teriam capacitado a enxergar o mundo social sob o prisma dos direitos humanos.

Ao realizar este estudo, compreendemos que o paradigma da punição se construiu como formas históricas de exercer uma ditadura sobre os pobres como analisam Wacquant (2001; 2011), Foucault (2005; 2006; 2008), Garland (2008), dentre outros teóricos da sociologia do crime. A Justiça Juvenil, a partir das legislações vigentes, se distancia desse paradigma quando preconiza que as medidas socioeducativas tenham princípios educativos, devendo ser aplicadas de acordo com o contexto social e os perfis dos adolescentes. Será que na efetivação das medidas socioeducativas os caminhos legais estariam sendo garantidos? Esse interesse social nos levou a formular uma pergunta em termos sociológicos, inspirada na perspectiva etnometodológica: no contexto particular de atuação profissional dessas agentes sociais envolvidas na implementação das medidas socioeducativas, a ordem social criada a partir de suas auto-representações da realidade tenderia a reproduzir o senso comum popular e punitivista ou o *ethos* profissional e democrático de garantia dos direitos?

Supondo que a mera coleta de informações e dados quantitativos mais gerais – com conceitos definidos *a priori* para depois serem encaixados nos achados empíricos – não seria capaz de dar conta criticamente dessa realidade, é que optamos por realizar uma pesquisa de campo em profundidade desenvolvida em três direções: 1. A inserção no campo por meio do desenvolvimento de uma relação de confiança entre a pesquisadora e as três profissionais atuantes no CREAS de Cachoeira-BA, um processo longo e demorado vivenciado durante pouco mais de um ano, de 2015 a 2016; 2. Simultaneamente aos esforços de inserção no campo foram construídas estratégias de “observação participante”, pois dada a formação original da pesquisadora em Serviço Social essa condição lhe capacitou para

debater os procedimentos técnico-operativos de implementação das medidas socioeducativas com os sujeitos da própria pesquisa, em especial com a assistente social do CREAS; 3. Por fim, a realização de entrevistas semiestruturadas e em profundidade, cujos roteiros foram sendo elaborados a partir das próprias categorias de compreensão do mundo elaboradas pelas três profissionais em suas falas e atuação prática nos contextos particulares da implementação das medidas socioeducativas.

Do ponto de vista metodológico, utilizamo-nos da etnometodologia por entender que suas orientações teóricas nos permitiam apreender criticamente como os grupos sociais, em especial os grupos profissionais, constroem e reconstróem suas visões de mundo e significados compartilhados ao produzirem e reproduzirem suas práticas sociais em contextos particulares e específicos, dando muitas vezes como assentadas e evidentes suas representações e explicações da realidade. Tal perspectiva era relevante, pois um dos objetivos da nossa pesquisa foi questionar se as profissionais envolvidas na aplicação das medidas socioeducativas desenvolviam ou não uma consciência crítica de suas próprias condições de trabalho e das situações de vida dos adolescentes assistidos, superando ou conservando o senso comum punitivista que, como membros da sociedade brasileira, em alguma medida compartilham.

Por outro lado, compreendemos também que, por se desenvolver dentro de uma perspectiva microinteracionista, a etnometodologia dificilmente nos teria ajudado a dar conta dos contextos históricos e estruturais mais abrangentes. Nesse sentido, recorreremos à frutífera aproximação elaborada pelo cientista político argentino José Nun (1989) entre as reflexões *gramscianas* sobre o senso comum político, de um lado, e as interpretações fenomenológicas de Schutz, as investigações etnometodológicas de Garfinkel e a filosofia da linguagem de Wittgenstein, de outro. Dado que os marcos legais das crianças e adolescentes como o ECA podem ser encarados como uma tentativa política de construir um novo senso comum em torno da questão, em contraposição ao pensamento conservador punitivis-

ta, procuramos perceber em que medida esse novo senso comum, democrático e humanitário, teve condições de se incrustar ou não nas práticas profissionais analisadas no contexto específico investigado. Por abordar no plano mais geral das lutas ideológicas as disputas antagônicas entre sentidos-comuns constituídos por sujeitos sociais diversos, a perspectiva *gramsciana* nos forneceu os elementos para uma análise política mais ampla da história dos dispositivos legais, relativos às crianças e adolescentes, como propostas de construções de novos consensos na sociedade brasileira.

Em termos conceituais, evitamos seguir os caminhos costumeiramente traçados por uma sociologia mais convencional, que parte de teorias pré-estabelecidas para propor suas categorias de análise e, com isso, passa a torturar a realidade social para fazê-la caber num leito de Procusto conceitual muitas vezes imaginário. Nesse sentido, procuramos nos servir das recomendações metodológicas de Howard Becker (2007), a de construir os conceitos partindo das próprias representações dos sujeitos sociais investigados, evitando que a teoria fosse um mero pretexto para “fornecer todas as molduras conceituais em que o mundo tinha de se encaixar” (BECKER, 2007, p. 20). A oposição entre o senso comum punitivista, conservador, de grande disseminação na sociedade brasileira, e o senso comum humanitário e democrático surgiu no próprio processo da pesquisa, constituindo os dois horizontes principais na análise das falas e atuações práticas das profissionais atuantes no CREAS da cidade de Cachoeira-BA.

As duas primeiras partes do trabalho se dedicam a uma reconstrução histórica mais abrangente do *ethos* legal em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, interpretado aqui como um processo social que emerge a partir das reivindicações e lutas de setores progressistas da sociedade civil. Estes últimos se posicionam historicamente contra as concepções punitivistas, as quais podem ser associadas às tentativas das classes dominantes de promover o controle político das camadas pobres, subalternas, e das classes trabalhadoras. O objetivo desse esforço de construção foi caracteri-

zar esse senso comum democrático, o qual faz parte dos horizontes de formação profissional das agentes sociais atuantes no CREAS. Por fim, a terceira parte do trabalho apresenta algumas das falas das profissionais envolvidas na investigação, de modo a analisar as tensões por elas mesmas vivenciadas entre o senso comum punitivista, conservador e, na sua essência, violento e o senso comum democrático e humanitário. Não se tratava, porém, de julgar as profissionais que, em condições muito precárias de trabalho, lutam cotidianamente para garantir os direitos das crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, mas de refletir criticamente sobre os dilemas – a partir do microcosmo das interações sociais no CREAS de uma cidade majoritariamente negra situada no Recôncavo da Bahia – da construção de uma sociedade democrática e garantidora de direitos no Brasil.

A (des)proteção histórica no Brasil

Os sociólogos e filósofos políticos (WACQUANT, 2001, 2011; GARLAND, 2008; FOUCAULT, 2005, 2006, 2008) que mais influenciaram os trabalhos no campo da criminologia crítica percebem as instituições prisionais como formas sociais de controle político de grupos considerados indesejáveis pelos setores dominantes da sociedade. Em geral os pobres, os negros, os imigrantes etc., na tentativa de disciplinar seus corpos e adequá-los às exigências de ultraexploração capitalista do neoliberalismo contemporâneo. Essa é uma realidade mundial e, no Brasil, ela se expressa de forma mais dramática, devido à reatualização do colonialismo e à violência segregacionista do racismo. Disso resulta um senso comum punitivista, disseminado no conjunto da sociedade brasileira e, por isso, compartilhado entre os estratos mais abastados, mas também presente entre as camadas populares.

Esse mesmo senso comum conservador e punitivista irá atuar na construção das primeiras legislações e instituições destinadas a controlar os “menores”, filhas e filhos das camadas subalternas, po-

bres e trabalhadoras da sociedade brasileira. Historicamente, essas instituições se assemelham a quase réplicas do modelo prisional. A violência corretiva seria a tônica do tratamento dispensado ao chamado “menor” infrator, desconsiderando-se totalmente sua condição como pessoa portadora de direitos. Nesse sentido, caberia realizar um breve histórico dessas instituições, a fim de reconstruir as raízes do senso comum punitivista ainda hoje presente na sociedade brasileira.

As primeiras instituições que surgiram para abrigar crianças pobres foram as Rodas dos Expostos, muitas famílias que não podiam criar seus filhos os abandonavam à própria sorte nas ruas ou nas igrejas. Nesse processo surgiu a Roda dos Expostos principalmente nas Santas Casas de Misericórdia,

As primeiras instituições de proteção à infância desvalida só surgiram no século XVIII e, até a independência, limitaram-se a apenas três cidades: Salvador, Rio de Janeiro e Recife. Foram elas as *Rodas de Expostos* e os *Recolhimentos para Meninas Pobres*.

O primeiro sistema, o das Rodas dos Expostos destinava-se à proteção dos bebês abandonados. Até os três anos, período da vida a que chamavam de “criação”, eram cuidados, em sua quase totalidade, em casas de amas-de-leite mercenárias. Em seguida, e até os sete anos (período dito de “educação”), essas crianças voltavam para a Casa dos Expostos, que buscava formas de colocá-las em casas de famílias ou meios para criá-las (MARCÍLIO, 1998, p. 144).

A (des) proteção de crianças e adolescentes foi desenvolvida no contexto de escravidão do povo negro, marcada por intensas desigualdades sociais e raciais. No período de transição do século XIX para o século XX foram criadas as primeiras legislações referentes a crianças e adolescentes. Devido à industrialização dos centros urbanos, o Estado começou a adotar medidas para as crianças e adolescentes que viviam abandonadas nas ruas, na tentativa de discipliná-los de acordo com as exigências da modernidade, desaparecendo aos poucos o sistema assistencialista das rodas de expostos.

A justiça de menores no Brasil foi fundamentada no debate internacional do final do século XIX sobre as estratégias de contenção da criminalidade infantil, tendo a América Latina como uma espécie de laboratório das ideias que circulavam na Europa e na América do Norte. Concebida com um escopo de abrangência bastante amplo, seu alvo era a infância pobre que não era contida por uma família considerada habilitada a educar seus filhos, de acordo com os padrões de moralidade vigentes. Os filhos dos pobres que se encaixavam nessa definição, sendo, portanto passíveis de intervenção judiciária, passaram a ser identificados como *menores* (RIZZINI, 2006, s/p.).

Com a necessidade de conter a criminalidade infantil, legislações específicas foram criadas, afirmam Rizzini e Rizzini (2004, p. 31):

Desde o início do século XX, as autoridades públicas questionavam a falta de método científico no atendimento ao *menor* no país. Com a instauração da justiça de menores, foi incorporado na assistência o espírito científico da época, transcrito na prática jurídica pelo minucioso inquérito médico-psicológico e social do *menor*.

Dessa forma foi estabelecido em 12 de outubro de 1927 o Código de Menores - Mello Matos. Segundo Batista (2013, p. 68) “é criado primeiro o Juizado de Menores e depois o Código de Menores, tendo como figura central o Juiz Mello Mattos”. O código de menores de 1927 estabelecia a imputabilidade penal até os 18 anos de idade, ou seja, até essa idade não se poderia dar tratamento igual ao adulto. Batista (2013), ao fazer uma análise sobre a criminalização da juventude pobre no Rio de Janeiro, trouxe para reflexão como na prática eram feitos os processos:

No primeiro processo julgado pelo Juiz Mello Matos, em janeiro de 1924, temos o que será a tônica do trabalho do juizado: analisar jovens negros e pobres acusados de crimes contra o patrimônio. M.D., 17 anos, pardo-claro, natural da Bahia, foi preso em flagrante, capítulos 330 e 13 do Código Penal. “Como não existe estabelecimento próprio para menores delinquentes, permaneça o réu na Seção Especial da Casa de Detenção em que se acha”. O

Relatório do Comissário indica que M.D. tem três entradas na Casa de Detenção. Na pergunta “Com que gente costuma ajuntar-se?”, podemos saber que M.D. tem camaradagem com meretrizes. Com relação ao seu “caráter e moralidade”, vemos que é mentiroso e dado ao roubo”; “acostumado a viver com meretrizes, aplicado à impudência”. Essas e outras informações levam o Comissário à conclusão: “Péssimo conceito sou forçado a fazer do menor, pois tem procedido muito irregularmente, maus são os seus costumes”. O exame médico caracteriza-o como “pardo claro, bem constituído fisicamente, sem defeito. Seu humor é irritável, tem mau modo, mau gênio e é dissimulado. Nega hábito de pederastia e onanismo”. Nunca frequentou a escola, não tem nenhum documento ou registro que identifique ao menos sua idade, ou seja não tem identidade (BATISTA, 2013, p.70).

Nesse sentido, percebemos que é assustador o caráter moralista e disciplinador do processo, o sistema analisava o comportamento e a conduta do jovem, fazendo dele um delinquente. É o próprio sistema o produtor da delinquência. O código de menor Mello Mattos é a primeira lei específica para punir os jovens pobres. A lei reafirma e intensifica a desigualdade social, pois o intuito era disciplinar as crianças e adolescentes que não se enquadravam nos padrões sociais por meio da correção para atender as necessidades do capitalismo. Ou seja, elas precisavam estar aptas para o trabalho.

A escola de reforma é uma invenção deste período, possivelmente inspirada nas novas tendências da justiça de *menores* dos países ocidentais. Fundamentadas pelas idéias de recuperação do chamado *menor delinqüente*, tais instituições passam a integrar as políticas de segurança e assistência dos Estados nacionais (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 30).

No governo de Getúlio Vargas no ano de 1941 foi criado o Sistema de Atendimento ao Menor (SAM). Segundo Rizzini e Rizzini (2004, p. 34), “[...] o SAM acaba por se transformar em uma instituição para prisão de menores *transviados* e em uma *escola do crime*. A passagem pelo SAM tornava o rapaz temido e indelevelmente mar-

cado”. Segundo Batista (2013, p. 71), “Sob orientação correccional repressiva, o sistema baseava-se em reformatórios, casas de correção, em patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos”.

Em 1964, no período da ditadura militar, surgiram a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) e as Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor (FEBEMs). A esse respeito, afirmam Rizzini e Rizzini (2004, p. 35-36):

As propostas que surgem para a instauração de um novo órgão nacional centram-se na autonomia financeira e administrativa da instituição e na rejeição aos depósitos de menores. [...] A Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) teve suas diretrizes fixadas pelo governo Castelo Branco (lei n. 4.513, de 1/12/1964. A tônica era a da valorização da vida familiar e da “integração do menor na comunidade”.

No campo teórico a Política Nacional do Bem Estar do Menor tinha a finalidade de reeducação do menor. A família era culpada pela situação “desviante” das crianças e adolescentes. É importante destacar que essa Política foi desenvolvida no período da ditadura burguesa no Brasil, momento de censura. A mídia e muitos veículos de informação apenas disseminavam informações positivas do governo e de suas ações. Dessa forma a FUNABEM era visualizada como uma ação eficiente na reeducação dos filhos das camadas populares.

O conjunto de ações e leis para controlar a situação de crianças e adolescentes subsidiou a construção da Doutrina da Situação Irregular e o surgimento do novo Código de Menores de 1979. O Art. 2º estabelecia em situação irregular o menor:

I – privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II – Vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III – Em perigo moral devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons

costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV – privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V: com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI – autor de infração penal.

O Código de Menores de 1979 abordava a criança e o adolescente como ser em situação irregular e não mais como um “delinquente”. O pano de fundo de construção de todas as medidas criadas tinha caráter reformador, coercitivo e punitivo. As próprias famílias, as crianças e adolescentes eram culpadas pela situação de pobreza em que viviam. Os “menores” que não estavam aptos para o trabalho estavam em situação irregular e precisavam ser reformados.

O novo código “menorista” trata da situação irregular como um estado de “patologia social ampla”. [...] O Código de menores fortalece a figura do juiz e não faz menção a nenhum direito da criança. Nos processos relativos a adolescentes infratores não existe a figura da defesa do acusado. O jovem em “situação irregular” é processado e entra no circuito penal sem que apareça a figura de advogado. Um dos eixos do processo menorista é o não reconhecimento do menor como pessoa, mas como alguém a ser *tutelado* (BATISTA, 2013, p. 79).

Nas décadas de 1970 e 1980 havia movimentos populares que contrastavam e eram resistentes ao Estado vigente e à forma de governar o país. Dessa forma surgiram vários movimentos internacionais e nacionais que defendiam os direitos dos cidadãos, incluindo na pauta os direitos de crianças e adolescentes.

Um dos principais movimentos que surgiu no Brasil foi o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), que “nasce como organização não governamental com sede em Brasília, tentando articular nacionalmente a causa da infância e da adolescência marginalizadas, bem como agrupar crianças e adolescentes na luta por melhores condições de vida” (FALEIROS, 1995). Segundo Souza (2013, p. 2), esse movimento social dos meninos e meninas de rua se afirmou politicamente e “[...] se destacou ao propor um atendimento às crianças e adolescentes de forma diferenciada, no

sentido de promover o empoderamento dos jovens moradores de rua [...]”. Assim o MNMMR, somado a outras ações tanto nacionais e internacionais, contribuíram para que em 1988 fosse promulgada a nova Constituição Brasileira elevando o lugar do menor em situação irregular para sujeito de direitos. Em seguida em 1990 foi estabelecido o Estatuto da Criança e Adolescente Lei nº 8.069. Esse histórico das questões legais do Estado brasileiro, em relação às normativas de proteção das crianças e adolescentes, teve o intuito de contrastar a base social do senso comum punitivo em nossa sociedade e como elas estiveram presentes na produção das leis. Por outro lado, as lutas democráticas pela cidadania na década de 1980 conduziram a novas e mais avançadas compreensões sobre os direitos das crianças e adolescentes, salvaguardadas na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O contraponto e as tensões entre tais novos dispositivos legais e o senso comum punitivista, conservador, de raízes escravistas, da sociedade brasileira nos ajudam a interpretar eventuais inconsistências e contradições nas falas e ações dos agentes sociais responsáveis pela aplicação das medidas socioeducativas.

A justiça juvenil no Brasil

A estruturação de um senso comum alternativo e progressista, materializado em novas leis voltadas para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, se construiu lentamente num processo de embate com concepções conservadoras. Essa não é, contudo, uma batalha vencida e, inclusive, entre os agentes sociais garantidores do direito encontramos lealdades diversas entre o senso comum político conservador e senso comum progressista, democrático e humanitário. Nesse sentido, cabe reconstruir um pouco dessa trajetória legal a fim de entender as raízes do embate entre as camadas históricas de sentido conservadoras e progressistas que iremos encontrar na análise das profissionais do CREAS de Cachoeira-BA.

As crianças e adolescentes estão atualmente vinculados a uma legislação especial, cuja sanção não será igual à dos adultos, mas consiste em um modelo socioeducativo, com a justificativa de que aqueles sujeitos estão na fase de desenvolvimento físico e psicológico. Por isso a necessidade de uma legislação diferenciada para o público infanto-juvenil. O Art. 228 da Constituição Federal⁶⁴ determinou que os “menores” de dezoito anos são penalmente inimputáveis e sujeitos à legislação específica, o Estatuto da Criança e do Adolescente. O que muitas vezes é confundido com impunidade e no senso comum conservador surgem especulações de que não há sanções para este público específico. A ideia de punição é uma tônica muito forte do discurso midiático, em especial nos programas policiais sensacionalistas e críticos dos “direitos humanos”, mas nasce da tradição mandonista brasileira e se imiscui nas práticas cotidianas de diversas camadas sociais. As leis produzidas, por um ou outro viés ideológico, são sedimentações dos sentidos comuns coletivos, ou seja, formas de ser e pensar socialmente mais ou menos consolidadas. No entanto, os embates entre tais sentidos comuns são capazes de refletir aspectos da própria estrutura social e de suas divisões políticas. De modo que não se trata de uma reconstrução de ideias legislativas, mas de como os grupos e classes sociais se articularam no plano cultural das lutas jurídicas.

Aos e às adolescentes que for comprovada a prática de ato infracional serão aplicadas medidas socioeducativas. Estas fazem parte do sistema de responsabilização jurídico especial, sendo diferenciada da justiça criminal aplicada aos adultos. Desse modo, a justiça juvenil é regulada por uma jurisdição especializada como a Vara da Infância e Juventude, que vai analisar o ato cometido e as condições psicossociais do(a) adolescente em cumprir a medida socioeducativa. Nesse sentido, compreendemos que a Justiça Juvenil evoluiu

64 - Art. 228: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/constituicaoafederal1988.pdf>, acessado em 10 de junho de 2017. Note-se que permanece a designação de “menores”.

mais que a justiça de adultos, pois prevalece para os adolescentes o caráter pedagógico das medidas socioeducativas, enquanto para os adultos permanecem o isolamento e a punição.

É a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei Federal nº 8.069, de 1990 – que a criança e o adolescente passam a ser considerados sujeitos de direitos. As leis anteriores a esse estatuto concebiam este público, primeiro como um delinquente e em seguida como uma pessoa tutelada pelo Estado. Essas legislações tinham caráter punitivo e reformador, as crianças e adolescentes eram culpadas pela situação social em que viviam, não havendo quaisquer garantias de direitos. O ECA avançou justamente na concepção de que este público deve ser reconhecido como portadores de direitos humanos, políticos, civis e sociais.

É importante compreender que a concepção de crianças e adolescentes, como sujeitos de direitos, surgiu por conta de vários debates de ideias, de lutas e interesses sociais. Assim, os direitos humanos são construídos socialmente a partir das necessidades e interesses de classes. Como afirma Ruiz (2013, p. 78), “[...] direitos são construção histórica, produtos da vida em sociedade, da luta existente entre classes e/ou segmentos sociais pela conquista de seus interesses. É resultado de processos concretos de disputa”. É preciso levar em conta que os direitos humanos não podem ser considerados apenas em seus aspectos formais, legais e abstratos. A análise sociológica pede que esses direitos sejam investigados em suas circunstâncias concretas como construções sociais.

O ECA, diferenciando-se da doutrina da situação irregular determinada pelo Código de Menores de 1979, estabeleceu a Doutrina da Proteção Integral. Em seu primeiro artigo afirma que “esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. Dessa forma, a Doutrina da Proteção Integral eleva crianças e adolescentes à condição de sujeitos de direitos, responsabilizando a família, a sociedade e o Estado pela garantia dos seus direitos fundamentais, reconhecendo-os como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

O ECA confere em seu art. 2º que “considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 2010, p. 11).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em consonância com tal doutrina, tem por fundamento o seguinte tripé: liberdade, respeito, dignidade. Não se pode mais tratar a infância e a juventude com descaso; não se pode mais coisificá-las como meros objetos passíveis de tutela normativa; não se pode mais diferenciar a quem se deve proteger. Todas as crianças e adolescentes, indistintamente, estão na condição de sujeitos de direitos e são merecedores de uma proteção especial aos seus direitos, sem negligência, crueldade, opressão, discriminação e sem desrespeito (LIMA; VERO-NESE, 2012, p. 148).

Nesse sentido, o ECA representa um grande avanço na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, rompendo, ao menos no plano legal, com a tradição da criminalização e punição, pois apresenta uma série de medidas: políticas públicas para todas as crianças e adolescentes, medidas protetivas para crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade e risco social, bem como medidas socioeducativas para adolescentes em situação de ato infracional.

No que tange à prática de ato infracional, o ECA afirma em seu Art. 103º: “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Ou seja, o ato infracional é comparado a crime, no entanto quando o adolescente é autor de um ato infracional ele responde às medidas socioeducativas previstas no ECA, enquanto o adulto quando comete um crime será punido de acordo ao Código Penal. Dessa forma o ECA prevê medidas socioeducativas que são aplicadas de acordo com o grau de gravidade do ato cometido pelo adolescente, a saber:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:
I – advertência; II – obrigação de reparar o dano;

III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional; VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (BRASIL, 2010, p. 71-72).

Essas medidas devem seguir tais princípios:

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. § 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado. § 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições (ibidem p. 72).

Quando se trata de crianças o ECA recomenda a aplicação de medidas protetivas previstas no Art. 101º, a saber:

I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II – orientação, apoio e acompanhamento temporários; III – matrícula de frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII – abrigo em entidade; VIII – colocação em família substituta. Parágrafo único. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (BRASIL, 1990).

Diferenciando-se da forma antiga de tratamento a crianças e adolescentes, essas medidas visam privilegiar o caráter educativo da sanção, são abolidos punições e castigos severos. Isso quer dizer que as medidas socioeducativas têm caráter pedagógico, buscam educar o adolescente objetivando o convívio em comunidade por meio da responsabilidade social para que meninos e meninas em conflito com a lei tenham noção de cidadania, direitos e deveres.

Para efetivação das medidas socioeducativas foi criado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Lei Federal n. 12.594, de 2012, com o apoio do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), (LIMA; VERONESE, 2012, p. 145). O SINASE é uma lei que visa padronizar o atendimento socioeducativo e orientar as instituições responsáveis nas esferas nacional, estadual e municipal para garantir efetivamente os direitos de crianças e adolescentes. Assim, “o SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa” (BRASIL, 2006, p. 22).

Conforme a lei do SINASE, os Estados ficaram responsáveis pela oferta do atendimento socioeducativo de semiliberdade e de privação de liberdade. Já os municípios são responsáveis pela execução das medidas socioeducativas em meio aberto, as quais se referem à Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Segundo Lima e Veronese (2012, p. 155), o SINASE “[...] dá preferência às medidas executadas em meio aberto”, porque as medidas de semiliberdade e de internação são aplicadas somente em caráter excepcional, quando há práticas de crimes hediondos. Cumpre mencionar, contudo, que esse sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes funciona precariamente, pois os profissionais contratados em geral não são concursados, mas cargos políticos de confiança submetidos ao poder local, muitas vezes imbuído do senso comum conservador, como no caso das prefeituras municipais.

As medidas socioeducativas apresentadas acima são determinadas por um juiz da Vara da Infância e Juventude, cuja tarefa consiste em analisar qual a medida mais eficaz para responsabilizar o adolescente e inseri-lo no sistema de garantia de direitos. É importante ressaltar que a aplicação de medidas socioeducativas se faz por meio de sanções judiciais, ou seja, possuem natureza jurídica, pois o adolescente sofre um processo judicial, mas não podem ser confundidas com penas, pois tais sanções não estão submetidas ao código penal.

Caso haja o descumprimento da medida, a Justiça pode determinar outra medida mais grave. As medidas de advertência e obrigação à reparação ao dano podem ser acompanhadas ou não de medidas protetivas. Ou seja, os adolescentes submetidos a esses dois tipos de sanções podem somente cumprir a medida determinada pelo juiz, ou também ser inserido em algum programa municipal.

As medidas socioeducativas em meio aberto, a Prestação de Serviço à Comunidade e a Liberdade Assistida são executadas pelo município. O SINASE orienta que se dê prioridade às medidas em meio aberto, já que estas não retiram o adolescente do seu lugar de origem e não o afastam dos seus vínculos familiares e comunitários, bem como possibilitam reduzir o número de adolescentes em restrição de liberdade. No entanto, a Justiça também deve avaliar a capacidade de adesão do adolescente à medida em meio aberto, as circunstâncias do ato infracional cometido, bem como se o município tem um sistema de garantia de direitos em que possa se inserir o adolescente.

O objetivo desta parte do trabalho foi fazer uma descrição sucinta das instituições responsáveis pela aplicação das medidas socioeducativas, a fim de explicitar seus modos de funcionamento e suas necessárias articulações. Cumpre dizer, porém, que tais órgãos e instituições são constituídas por indivíduos, agentes sociais inseridos num dado contexto e reproduzem, possivelmente, os preconceitos de sua própria sociedade. Nesse sentido, em nossa pesquisa procuramos perceber em que medida os valores de defesa da cidadania e garantia dos direitos das crianças e adolescentes estavam presentes ou não em suas falas, entrando em tensão com os preconceitos históricos da sociedade brasileira acima indicados.

Análise das medidas socioeducativas

O CREAS é uma unidade pública estatal que oferta serviços socioassistenciais a famílias e indivíduos em situação de violências consideradas de média complexidade. O CREAS faz parte da Proteção

Social Especial do SUAS, definido pela Política Nacional de Assistência Social. É no CREAS que é ofertado o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto. Esse centro de referência tem uma coordenação e uma equipe técnica

No município de Cachoeira foi implementado o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo (PMASE). É este plano que faz com que as medidas socioeducativas sejam colocadas em prática. O plano abarca questões e etapas fundamentais como a necessidade de diagnósticos sobre a situação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e, também, define objetivos e metas, estabelece um cronograma de aplicação e monitoramento das medidas socioeducativas. De acordo com a psicóloga entrevistada,

Participamos da elaboração do PMASE. Foi um trabalho bem árduo porque foi a primeira vez que uma equipe iniciou esse tipo de trabalho, então foram alguns dias de busca de leitura dos processos para coletar dados referentes a essas demandas de infratores na cidade de Cachoeira.

Segundo o PMASE, 15 adolescentes estavam cumprindo medida de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), 9 cumpriam Liberdade Assistida (LA), havia 22 casos de internamento, 37 processos inconclusos, 8 arquivamentos e 22 casos de remissão. Esses dados são referentes ao período de 2010 a 2014, e a oferta do serviço de proteção a adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto no CREAS só começou a funcionar a partir de 2015. Nessa perspectiva, foi questionado à Assistente Social⁶⁵ profissional, com quem fizemos o primeiro contato no início da pesquisa, da seguinte forma: em quais instituições esses adolescentes que cumpriram PSC e LA eram acompanhados se ainda não existia o serviço ofertado pelo CREAS? A Assistente Social respondeu nos termos a seguir:

Esse foi um x da questão, antes do CREAS, e depois dele por um determinado tempo, o juizado encaminhava os adolescentes para PSC e LA, para Ordem Paroquial da Igreja Católica ou pra

65 - Essa Assistente Social estava trabalhando no CREAS quando comecei a frequentar a instituição, depois ela foi substituída por outra Assistente Social, que é a profissional entrevistada na pesquisa.

Secretaria de Obras. Durante o estudo dos processos nós identificamos quatro adolescentes que estavam em PSC na secretaria de obras e não tinham sido encaminhados para o CREAS, o judiciário não sabia para onde encaminhá-los. Mas mesmo depois da gente ter procurado a Vara da Infância ainda sim os adolescentes não foram encaminhados pra gente... Daí vem uma visão deturpada de que o adolescente deve estar submetido a trabalhos braçais como forma de punição pelo ato infracional, então o judiciário chega a fechar os olhos pra isso. Um dos adolescentes em PSC que estava na secretaria de obras eu já o acompanhava, mas só soube da medida por ele mesmo, não por comunicação oficial do judiciário, daí ele me relatou que estava varrendo rua, fazendo o trabalho de gari. Eu fiz um relatório fundamentado sobre a importância de levar em consideração o caráter pedagógico da medida e fundamentei no ECA e até hoje não recebi uma resposta. Eles fingem que não vêm, que não sabem, entendem o adolescente como merecedor de uma medida a este ponto. Chegou ao ponto do Promotor me dizer que era para eu disponibilizar minhas energias para outras coisas porque eu estava gastando muita energia com esses adolescentes.

Nesse sentido, conforme relatado pela profissional, os adolescentes eram encaminhados para as instituições para prestarem serviços braçais como forma de punição por conta do ato infracional cometido. O que revela que os operadores do sistema de justiça ainda estavam atuando sob a normativa ultrapassada do código de menor e não a partir dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente e do SINASE. Em termos etnometodológicos, o sentido comum do operador do direito (o promotor, no caso), presente em sua atuação prática no referido contexto, concorre para manter uma dada ordem moral da sociedade brasileira, enraizada numa concepção punitiva e de castigo, no microcosmo das aplicações das medidas socioeducativas no referido município. Embora muito dificilmente a formação jurídica endosse o descumprimento das medidas socioeducativas, não são as regras ideais de uma profissão que definem a atuação dos indivíduos em contextos específicos.

A assistente social relatou que adolescentes em cumprimento de PSC podem ser encaminhados para as secretarias de educação, de esporte e secretaria de obras. Porém, a secretaria de obras não aparece como uma instituição componente do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo (SMAS). Quando questionada se nesta secretaria os adolescentes não estariam fazendo trabalhos braçais, a interlocutora informou que as ações na secretaria são administrativas e o adolescente é acompanhado por um profissional deste setor, que antes de receber o adolescente elas fazem um diálogo para que os trabalhadores das instituições entendam o caráter educativo da medida. No entanto, os adolescentes, segundo ela, não se sentem atraídos pela atividade que devem desempenhar nas instituições e por isso acabam não frequentando o serviço da medida. Questionamos sobre a articulação com unidades não governamentais que desenvolvem atividades artísticas no município, porém a entrevistada respondeu o seguinte:

Não aceitam, essas entidades não aceitam. É por isso que eu te disse que tem essa questão de locais de jovens que interessariam até mais, então que jovem vai querer ir para uma secretaria de turismo ou de obras? Trabalhar e não ser remunerado, quem quer? Eu não quero! Então assim, esses locais atraentes que eu acho que seria mais [...] eu acho que daria mais andamento.

A questão colocada nos faz entender que existe um grande preconceito e estigma sobre os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, pois entidades não governamentais que trabalham com arte, cultura e dança, com o público juvenil em geral, se recusam a aceitar outros jovens que necessitam de apoio e não de exclusão. O desenvolvimento da medida socioeducativa deve ser de acordo com o perfil do adolescente e ajudá-lo na construção do projeto de vida. Atividades em secretarias se tornam as únicas alternativas de cumprimento da medida, porém podem não ser as alternativas que realmente estimulem outras perspectivas de vida para os adolescentes. Situando-se nos contextos cotidianos de aplicação das medidas socioeducativas, percebemos tensões e contradições na

superposição de duas ordens morais, a profissional e a do senso comum punitivo, entre indivíduos situados em diferentes posições institucionais ou no interior de um mesmo indivíduo. Em outros termos, a ordem social que se constitui nos contextos específicos de atuação dos sujeitos, como uma ordem moral em termos etnometodológicos (GARFINKEL, 2006) no plano da vida cotidiana, está relacionada ao contexto histórico mais amplo da sociedade brasileira. Aqui podemos pensar em termos de análises políticas mais amplas do senso comum e consenso disseminados pelas classes dominantes e seus intelectuais orgânicos no conjunto do tecido social, atuando inclusive na visão de mundo dos grupos subalternos (GRAMSCI, 1975). Os sentidos produzidos pelo discurso dominante penetram nos sentidos construídos em contextos microinteracionistas.

As três profissionais entrevistadas compreendem que os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em sua maioria são oriundos das camadas populares, são negros, moradores das periferias e em lugares com índice alto de violência. A assistente social mencionou que se irritava quando ouvia falas de que a prisão é o caminho para esses adolescentes, “quando alguém comenta ‘ah tem que ser preso, não sei o que’ eu vou lá e falo ‘ah não! não é assim’, ‘ah porque assistente social defende bandido não sei o quê’”. Para as três profissionais os adolescentes:

São oriundos da favela, pobres e negros, pelo menos dois que eu fui na casa moram em boca. Um deles tem um conflito de que o pai foi embora e não assumiu, eu sinto que ele tem esse problema na vida, que não tem esse reconhecimento do pai. O outro a mãe, ele foi criado pela irmã, não tem uma boa relação com a mãe. Esse último de agora que veio, na primeira vez ele veio com o pai, mas mora com a mãe, aí a mãe acompanhou na segunda vinda, aí a mãe já falou que o pai não dava nada. Se a gente for fazer um contexto da história deles, a gente percebe que tem sim conflitos principalmente familiares. (Assistente Social)

São jovens de baixa renda que moram em comunidades não tão periféricas, são próximas ao centro, mas há alto índice de violência. Eles têm

uma necessidade do ter, de ter um celular, um tênis de marca, uma roupa de marca, e acaba que essa compulsão pelo ter e a baixa renda da família sendo um fator provocar dessa escolha, mas facilmente de dinheiro. (Psicóloga)

Negros de baixa renda e de zonas de risco. Onde tem boca de fumo, traficantes, os crimes deles estão relacionados a roubo, tráfico e homicídios. Estamos acompanhando um que cometeu homicídio, ele é maior do que eu, ele cometeu o crime uma semana antes de fazer 18 anos, ele ficou internado 56 dias, demorou um pouco porque eram 45, veio pra cá super revoltado, assume o que fez, não nega, mas disse que não vai fazer a medida. Alguns adolescentes têm conflitos familiares, moram em local de risco, é difícil sair do crime. Os familiares parecem que não têm mais controle sobre eles. É como se fosse “perdi a guerra”. São sujeitos que fizeram uma escolha errada. Sempre tem opção, conheço pessoas que foram pobres, vieram de zona de risco e se tornaram boas pessoas. Esses adolescentes fizeram escolhas erradas, não são somente as questões sociais não, tem a questão do caráter dele. Então, quem comete crime, é criminoso. Tem que ser punido. Não seria justo para a família da vítima, se nada acontecesse com o criminoso. Deve ser feito o trabalho preventivo, se o trabalho preventivo não funcionar deve haver a punição, repressão. A punição ainda faz sentido pra mim (Advogada).

Ao analisar o discurso dessas profissionais, interpretamos que todas elas em algum momento defendem que os adolescentes devem ser punidos pelo ato cometido. Porém, há diferenças no tipo de punição que cada uma defende. A assistente social e a psicóloga acreditam na medida socioeducativa como uma forma de dar oportunidade ao adolescente que cometeu um ato infracional, entretanto para elas deveria haver uma cobrança maior sobre os deveres desses adolescentes, para que a medida seja concretizada. Já a advogada em seus discursos demonstrou que acredita na punição como uma forma possível de impedir que os adolescentes cometam atos infracionais, por isso defende que as medidas socioeducativas sejam reavaliadas, pois as considera brandas demais com os adolescentes.

Sobre as leis destinadas às crianças e aos adolescentes no Brasil, as entrevistadas expuseram as suas visões quanto ao antigo Código de Menor Mello Mattos e à legislação atual, o Estatuto da Criança e do Adolescente. A Assistente Social mencionou “Tinha a questão da FEBEM, eu não sou muito a favor não!” se posicionando contrária ao *modus operandi* do Código de Menor. Continua

[...] então essa questão da FEBEM esses lugares que tratava as crianças e adolescentes desse jeito pra mim sinceramente, cê vê que apanhar não tem jeito ne! Cê vê que menino dentro de casa quando apanha faz pior depois, então pra mim não é uma forma de educar, educar mesmo [...].

Nesse sentido, a assistente social quando se refere aos castigos e às medidas repressivas, repudia a punição como forma de educação, ela acredita que quanto mais punir, mais há revolta por parte dos adolescentes. E coloca a educação como uma alternativa à punição, assim ela fala “[...] eu penso que tem que investir mesmo em nossa educação que é muito fragilizada [...]”. Sobre o ECA ela expressou que a lei é muito garantista, propondo que o estatuto tenha mais imposição de regras sobre os adolescentes. Destacou: “Porque ele dá o direito da criança e do adolescente, mas tem alguns deveres que também precisava ser cobrado, heim!”.

Quanto ao discurso de que o ECA é muito garantista e que deveria impor mais regras, pensamos que é uma maneira de olhar a lei pelo viés punitivo. Pois, a lei já estabelece um conjunto de medidas para os adolescentes, a problemática surge quando o que o ECA propõe não acontece na prática. A psicóloga informou não ter conhecimento sobre a antiga legislação e o que sabe é que era muito punitivo. Sobre o ECA, ela compreende da seguinte forma:

[...] O ECA traz uma proposta de trabalhar com o adolescente uma questão pedagógica, socioeducação, não é com a intenção punitiva, corretiva, porém muitas pessoas ainda pensam dessa forma [...].

Nessa perspectiva, a psicóloga tem uma visão de que o ECA é uma lei que visa ações pedagógicas para garantia dos direitos de crianças e adolescentes e não tem intenção punitiva alguma.

A advogada em seu discurso compreende que o ECA é uma legislação importante, pois garante em lei os direitos do público infanto-juvenil. “O ECA é uma revolução, as crianças e adolescentes têm direitos e devem ser respeitados. As crianças que nascem hoje serão os adultos daqui a 18 anos”. Nesse sentido, ela repudia o Código de Menor, pois “havia uma punição exacerbada, era muito rígido não era adequado, só via os deveres dos adolescentes”. No entanto, apesar de entender o ECA como garantidor de direitos, ela acredita que as medidas socioeducativas estabelecidas pela lei são muito brandas com os adolescentes, “deveriam ter medidas de maior controle mais duras, ele é uma legislação muito bonita no papel”.

Sobre os adolescentes em conflito com a lei, tem a lei do SINASE, o adolescente tem seus desejos, suas vontades. Por exemplo, a gente convida o adolescente para vir aqui no CREAS, mas se ele não quiser vir não vem, quem é que vai obrigar? O SINASE não dá uma proposta tipo: se ele não quiser aparecer pode acionar o Ministério Público para entrar com um pedido de busca e apreensão para que o adolescente venha obrigatoriamente acompanhado do conselho tutelar e da polícia militar. Nesse sentido é enxugar gelo [...].

A advogada tem a visão de que o ECA e especificamente as medidas socioeducativas são uma maneira de “enxugar gelo”, pois segundo ela a realidade é muito diferente do que a legislação estabelece. Ela pontuou em seu discurso as dificuldades encontradas para colocar a lei em prática, coloca como questão crucial a vontade dos sujeitos. Nesse sentido, ela acredita que a legislação não tem como mudar o sujeito quando este almeja outras coisas para sua vida, e ela enquanto profissional se torna incapaz de fazer algo, quando, por exemplo, o adolescente se nega a participar do atendimento socioeducativo.

As interpretações das profissionais sobre as medidas socioeducativas revelam que elas as consideram brandas e frágeis para os adolescentes em situação de ato infracional. Apesar do reconhecimento da importância do caráter pedagógico das medidas socioeducativas, as três profissionais ainda acreditam no paradigma da

punição, mas de outra forma. Condenam medidas autoritárias repressivas, como torturas, castigos físicos, trabalhos forçados. No entanto acreditam que deveria haver medidas de maior controle da vida desses adolescentes, por isso pensam que as medidas de restrição de liberdade tenham mais êxito.

Em termos de uma análise etnometodológica, a qual se debruça sobretudo sobre os sentidos produzidos nas práticas sociais em situações contextuais, questionando justamente aquilo que se toma como evidente, inquestionável, em termos dos procedimentos costumeiros de se alcançar certos resultados ou elaborar certas ideias⁶⁶, não estivemos interessados em saber das profissionais como elas encaravam objetivamente as condições de vida dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. A assistente social, a psicóloga e a advogada percebiam as situações de vulnerabilidade de que são vítimas os adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto. Ao contrário do que poderíamos caracterizar como o senso comum médio da sociedade brasileira, as profissionais com que dialogamos não culpabilizam as vítimas de situações de vulnerabilidade pela própria situação em que elas se encontram, embora pareçam reforçar alguns estereótipos que relacionam de modo espúrio pobreza e criminalidade.

Não é, contudo, nesse plano objetivo que a análise etnometodológica se coloca, não naquilo que *está sendo dito* explicitamente, mas no modo *como se diz*. As palavras produzem sentidos diferentes de acordo com distintas situações contextuais. Ao lado do significado objetivo e aparente das falas, os sentidos não ditos, não expressa-

66 - Muitos dos estudos de Harold Garfinkel (2006) estão dedicados a analisar categorias profissionais e, por isso, se debruça sobre os métodos que tais categorias utilizam para garantir que sejam verdades suas conclusões ou maneiras de proceder. Ao questionar o caráter supostamente evidente ou autoevidente de tais procedimentos ou regras profissionais, Garfinkel tenta justamente mostrar como tais verdades são frutos muitas vezes de uma ordem social específica, cujas regras e linguagens possuem um caráter contextual. É também de seu interesse o estudo do pensamento de senso-comum, fornecendo as bases de uma sociologia do conhecimento da vida cotidiana. Seus trabalhos influenciaram muitas pesquisas posteriores no campo da sociologia da ciência.

dos, só podem ser descobertos no desenrolar mesmo da interação social entre os sujeitos envolvidos no diálogo da investigação. Ao desenvolver seus estudos sobre as bases rotineiras da vida cotidiana, Garfinkel pediu a seus estudantes que registrassem conversas do dia a dia em duas colunas, numa delas à esquerda as falas dos sujeitos e na outra, à direita, o entendimento das falas em que os agentes sociais envolvidos nas conversas supuseram (GARFINKEL, 2006, p. 47-90). No caso das entrevistas no CREAS da cidade de Cachoeira-BA, a investigadora responsável pela coleta das informações na interação dialógica registrou em seu diário de campo esses entendimentos e, na medida do possível, os entendimentos recíprocos entre ela e as demais participantes da pesquisa, ao tirar dúvidas sobre aspectos pouco inteligíveis de suas falas. Esse mesmo procedimento interpretativo foi seguido na análise das falas transcritas. Um exemplo ajudará a ilustrar tais caminhos metodológicos: no caso da fala da advogada, ao dizer “sempre tem opção, conheço pessoas que foram pobres, vieram de zona de risco e se tornaram boas pessoas”, em se referindo genericamente a adolescentes em situação de ato infracional e de vulnerabilidade social, supõe ao mesmo tempo que o problema seria então do “caráter” da pessoa. O significado implícito, se tomarmos o contexto cultural brasileiro, seria o da estigmatização do pobre como uma propensão que quase lhe seria inata. O não-dito e o significado contextual do discurso é o que, na verdade, mais interessa à interpretação etnometodológica.

Considerações finais

Percebemos que a prática profissional das três agentes sociais, pertencentes à equipe profissional de aplicação das medidas socioeducativas, se desenvolve num universo específico de conflito de duas ordens morais, a do senso comum punitivo e a da garantia de direitos como estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente. Uma análise estrutural-funcionalista mais ampla, ou mesmo a partir de

uma perspectiva crítica de classes sociais, não seria capaz de apreender esse microuniverso de relações sociais, percebendo as indecisões dos agentes sociais e seus dilemas mais característicos, tais como possibilitados pelas perspectivas microinternacionistas, aqui no caso a etnometodologia. Por outro lado, essa última deixa de lado questões estruturais e históricas mais profundas, que se vinculam aos contextos sociais mais específicos da interação social. Assim, a perspectiva etnometodológica de interpretação foi desenvolvida após uma reconstrução histórica feita nas primeiras sessões do capítulo.

A conclusão a que chegamos é que, apesar dos avanços estabelecidos pelo ECA e do caráter pedagógico das medidas socioeducativas, essas medidas não terão efetividade enquanto as duas ordens morais, a punitiva e a pedagógica, coexistirem nas práticas cotidianas dos sujeitos responsáveis em aplicar as medidas socioeducativas. A forma como tais agentes exercem sua prática profissional reproduz em grande medida o senso comum punitivista da sociedade brasileira, concorrendo para manter a ordem social de desigualdades sociais, de classe e de raça, como características estruturais da nossa formação nacional. Isso não é culpa das agentes sociais em questão, mas da estrutura de reprodução das relações sociais, nos seus aspectos macro e micro, por isso a nossa análise se desenvolveu nos dois planos. Por fim, outro fator não analisado no presente trabalho, que contribui para a não efetividade das medidas socioeducativas, são as precariedades de recursos materiais destinadas à sua aplicação, um indicativo da pouca importância da questão envolvendo as crianças e adolescentes para os poderes públicos.

Referências

BATISTA, Vera M. **Difíceis Ganhos Fáceis**: Drogas e juventude pobre no rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BRASIL. **Lei n° 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Câmara dos Deputados, Brasília, 7° ed, 2010.

_____. Presidência da República. **Lei Federal n. 12.594/12**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 04 de novembro de 2016.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE/**Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. Brasília-DF: CONANDA, 2006, 100 p.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

CACHOEIRA. **Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo**. Outubro. 2014.

CAPPI, Riccardo. **A maioria penal nos debates parlamentares: motivos do controle e figuras do perigo**. Belo Horizonte (MG): Letramento: Casa do Direito, 2017.

COULON, Alain. **Etnometodologia**. 6. ed. Petrópolis, RJ. Vozes Ltda, 1995.

_____, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil**. Curitiba: Multi-deia, 2009.

FALEIROS, Vicente de P. Infância e Processo Político no Brasil (1995). In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1995

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2005.

_____, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GARFINKEL, Harold. **Estudios en etnometodología**. Barcelona: Anthropos, 2006.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Turim: Einaudi, 1975.

LIMA, Fernanda da Silva; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os Direitos da criança e do adolescente**: a necessária efetivação dos direitos fundamentais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012, 243p.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História social da criança abandonada**. São Paulo. Hucitec, 1998.

NUN, José. **La rebelión del coro**: estudios sobre la racionalidad política y el sentido común. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.

RIZZINI, I. (Coord.). **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____, Irene. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em idéias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. In: **Anais I congresso Internacional de Pedagogia Social**, 1, 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092006000100019&s-cript=sci_arttext. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

_____, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio do Janeiro: Ed. PUC - Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. Direitos Humanos: argumentos para o debate no Serviço Social. In: BRITES, Cristina M^a; FORTI, Valeria (Org). **Direitos Humanos e serviço social**: polêmicas, debates e embates. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

VOLPI, Mário. **O Adolescente e o ato infracional**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

WACQUANT, Lïc. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

_____. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 3 Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

Aspectos do desenvolvimento local em Santo Antônio de Jesus-BA⁶⁷

*Alessandra Oliveira de Carvalho
Maurício Ferreira Silva*

Este capítulo tem como objetivo analisar aspectos do desenvolvimento local do município de Santo Antônio de Jesus. Situado na região do Recôncavo da Bahia, a cidade possui forte influência local, sobretudo no que diz respeito ao setor de serviços.

Com mais de cem mil habitantes, a cidade se destaca nos segmentos de comércio e serviços, principalmente nos setores de vestuário, material de construção, móveis e eletrodomésticos. Desde 1994, com a instalação de um Polo Industrial, o município vem assistindo a instalação de algumas indústrias, o que trouxe mudanças em sua rotina de tradição comercial. Dentro deste aspecto, o município tem se sobressaído na produção de móveis estofados, devido a grande quantidade de fábricas em funcionamento.

O trabalho em questão está baseado em pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGCS/UFRB), que teve como principal objetivo a investigação em torno da precarização do trabalho nas indústrias moveleiras de Santo Antônio de Jesus. Estão expostos aqui aspectos do desenvolvimento regional da cidade em três perspectivas. A primeira trata dos ciclos econômicos presentes no período histórico, a segunda aborda o processo de industrialização no município e a terceira apresenta dados relativos ao impacto proporcionado pela industrialização em duas dimensões: a oferta de postos de trabalho e a precarização nas relações do trabalho assalariado.

67 - Esse capítulo apresenta os resultados parciais da Dissertação de Mestrado intitulada "Trabalho e precarização nas indústrias do setor estofadista no município de Santo Antônio de Jesus -BA" de autoria de Alessandra Oliveira de Carvalho Silva (PEREIRA, 2016), sob a orientação acadêmica de Maurício Ferreira da Silva, no PPGCS/UFRB. file:///C:/Users/maria/Downloads/Dissertao_Alessandra_Carvalho_TEXTO_PARA_DEFESA1_compressed%20(1).pdf

Os ciclos de desenvolvimento

O município de Santo Antônio de Jesus está situado entre o litoral e o sertão, faz parte da região do Recôncavo da Bahia e limita-se com os municípios de Aratuípe, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Laje, Muniz Ferreira, Nazaré, São Felipe, São Miguel das Matas e Varzedo. É uma das mais importantes cidades do Recôncavo devido ao destaque do comércio local bastante variado, que atrai consumidores de todas as cidades circunvizinhas.

Também conhecida como “Cidade das Palmeiras”, devido às suas palmeiras seculares, possui uma população de 101.512 habitantes segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)⁶⁸ de 2019. Possui uma extensão territorial de 261.740 km², densidade demográfica de 348,14 hab/km², IDHM de 0,700, PIB de R\$ 1.767.591 e PIB *per capita* de R\$ 20.268,73. A composição setorial do PIB está distribuída da seguinte maneira: 5,62% para agropecuária, 21,30% para indústria e 73,08% para o setor de comércio, o que reforça a ideia de que a economia local gira em torno da atividade comercial e de serviços. Ainda segundo o IBGE, em 2017 o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas era de 23,0% em relação à população total. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 38,9% da população nessas condições, o que colocava o município na posição 406 de 417 dentre as cidades do estado e 2883 de 5570 dentre as cidades do país.

Em termos econômicos, o município de Santo Antônio de Jesus ainda vive basicamente do comércio local, que vem se consolidando como um grande polo comercial, para onde se dirige um significativo número de consumidores atraídos pela grande oferta de produtos, dos quais se destacam aqueles do ramo de confecção, móveis e eletrodomésticos. Assim, na sede do município, há atualmente um shopping center, o único da região, além de várias galerias, lojas e a tradicional

68 - <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/santo-antonio-de-jesus.html>. Consultado em 29/06/2020.

feira-livre, que comercializa produtos alimentícios cultivados na zona rural da região, além de roupas e utensílios domésticos vendidos por ambulantes que muitas vezes são oriundos de municípios vizinhos.

A integração do município com a região pode ser considerada muito forte, visto seu dinamismo econômico – maior centro comercial e de serviços regional –, com uma população de 90.949 habitantes, sendo 87,2% dela urbana, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O PIB de Santo Antônio de Jesus alcançou em 2009 R\$ 835,16 milhões, o que o coloca como o 22º maior do estado (SEI/IBGE-2009). As principais atividades econômicas do município estão centradas na área de comércio e serviços, seguida pela indústria de transformação, construção civil e agropecuária (SEI, 2017, 16).

Precedendo a fase do processo de industrialização, os ciclos econômicos atravessados pelo município são sintetizados, segundo Valadão (2005), a três: o do minério do manganês, o ciclo do fumo e o ciclo dos fogos de artifício.

O chamado ciclo do minério de manganês ocorreu entre 1918 e 1960. Mesmo tendo sido descoberto em 1892, a comercialização do minério da região para mercados internacionais teve início estrutural a partir de 1918, com a formação da Cia. Minas da Bahia. A empresa foi vendida em 1958 para a canadense *Pump Metal Corporation*, que impulsionou grandes contratos de fornecimento a siderurgias canadenses e americanas. O crescimento vertiginoso multiplicou a produção, culminando em uma explosão que destruiu as galerias das minas da região. O prejuízo oriundo do desastre inviabilizou a reabertura das minas, encerrando esta atividade econômica (VALADÃO, 2005).

O ciclo do fumo, que durou entre 1940 e 1970, caracterizou-se pelo plantio, cultivo e exportação de fumo para a Europa, sobretudo para a Espanha, Portugal, França, Alemanha e Inglaterra. Atividade econômica de forte impacto no Recôncavo, proporcionou a nucleação de empresas internacionais, que instalaram seus armazéns e contribuíram, assim, para mudar o cenário do desenvolvimento local. Houve, conforme Valadão (2005), o emprego de mais de 4.000

trabalhadores, na maioria mulheres e crianças e o envolvimento de centenas de homens de negócios que compravam dos produtores e revendiam o fumo para os exportadores. Apesar do arrefecimento em torno do consumo do produto e a conseqüente diminuição da produção, ainda sobrevivem núcleos desta atividade na região.

Por fim, desenvolveu-se em princípios da década de 1970, a indústria clandestina de fogos de artifício. A mão de obra ociosa, resultante da crise do fumo, serviu de base para impulsionar outro segmento produtivo, desta feita sob o risco da atividade informal com produto de enorme risco. A produção de fogos de artifício se desenvolveu em ambientes alternativos sem as devidas segurança e fiscalização, seja no âmbito da produção em si ou mesmo das relações trabalhistas. O manuseio da pólvora resulta em capítulos como bombas, foguetes, vulcões, espadas, entre outros (VALADÃO, 2005). Como consequência, alguns incidentes ocorreram no processo produtivo, sendo o mais significativo o de 1998, considerado o maior do segmento no país, que vitimou 64 pessoas, sendo 62 mulheres e duas crianças.⁶⁹ Os acontecimentos motivaram a organização formal do segmento, contudo, as atividades informais não cessaram totalmente.

A transformação na dinâmica produtiva a partir da década de 1990 suscitou modificação na distribuição demográfica do município. O fortalecimento das atividades comerciais e industriais a partir, sobretudo, da criação do Polo Industrial, como veremos, incentivou a migração de pessoas para a área urbana. De acordo com Costa (2010), a zona rural era mais povoada até o início dos anos oitenta, quando existiam na região várias propriedades agrícolas de cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, mandioca, fumo, laranja, amendoim, café, feijão, milho, entre outros. Segundo o autor, essas pequenas propriedades foram sendo vendidas e cedendo espaço para a criação de gado bovino; com isso restaram apenas algumas poucas pessoas no campo, sobrevivendo da agricultura de subsistência.

69 - JORNAL O GLOBO Acusados de 64 mortes em explosão de fábrica de fogos há 12 anos vão a júri em Salvador. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/acusados-por-64-mortes-em-explosao-de-fabrica-de-fogos-ha-12-anos-va-juri-em-salvador-2937250>. Acesso em: outubro de 2019.

A fase industrial

A estrutura capitalista de produção tem suas bases fundadas a partir das transformações agrárias na Inglaterra, sobretudo a partir do século XVIII. Como mostra Michel Beaud (1991), a crise do sistema feudal fez emergir os chamados cercamentos, que forçou a expropriação das terras de uso de camponeses para o estabelecimento de latifúndios particulares. A visão coletivista se transforma em lógica privada, dinamizando o processo de acumulação que, associado às mudanças tecnológicas em torno dos mecanismos de produção, fertiliza o caminho da transformação econômica social. Dessa maneira, “é nessa decomposição da ordem feudal que vai se enraizar a formação do capitalismo mercantil. Nesse sentido, é em vários séculos que se estende a ‘longa marcha’ para o capitalismo” (BEAUD, 1991, p. 18,19).

Esse período foi marcado por forte divisão social do trabalho agrícola, intensa produção de tecidos e impactos do capital sobre o campo e sua população. Esse panorama foi responsável pelo desaparecimento do campesinato, fazendo surgir uma grande quantidade de pessoas sem propriedade e meios de sobrevivência. Desprovidos de condições de subsistência essa camada popular transforma-se rapidamente em mão-de-obra disponível aos novos processos privados de produção. Contudo, a passagem para a condição de proletários, além das questões concernentes ao processo de trabalho, força a migração destes novos trabalhadores para o entorno das novas indústrias, com o objetivo de propiciar o cumprimento da jornada de trabalho diária.

A população fica tão centralizada como capital; nada mais natural porque, na indústria, o homem, o trabalhador, não é considerado senão como uma fração do capital à qual o industrial entrega um juro – que se chama salário – como compensação ao que o trabalhador lhe proporciona. O grande estabelecimento industrial exige numerosos operários trabalhando juntos num mesmo edifício; eles têm que habitar juntos: para uma fábrica média já se constituem uma vila. [...] Mas, apesar de tudo, a tendência centralizadora mantém-se

extremamente forte e cada nova indústria criada no campo traz em si o germe de uma cidade industrial (ENGELS, 1985, 32-33).

A força de trabalho proletária, que consiste nas capacidades físicas e mentais do indivíduo para produzir, é a mercadoria ideal para que o dono do dinheiro consiga retirar valor de consumo dos produtos. Mediado por um contrato, o dono da força de trabalho vende seu trabalho para o dono do capital por tempo determinado, estabelecendo, por conseguinte, uma relação social. Desta relação emerge o processo de trabalho que será responsável pela produção da mercadoria que o capitalista usará no mercado como bem de troca.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna *actu* [em ato] aquilo que antes ele era apenas *potentia* [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. Assim, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado. A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada (MARX, 2013, 188).

A industrialização no Brasil

A industrialização do Brasil representa um marco na história econômica nacional em função da importância que adquire para o desenvolvimento do país. Apesar dos interesses agrários não permitirem que se adotasse uma política ostensivamente protecionista, com tarifas suficientemente elevadas para o desenvolvimento de uma indústria autônoma, ao longo de todo o século XIX e mesmo por boa parte do século XX, a industrialização do Brasil expande-se (HEES, 2011).

O que nem sempre é devidamente levado em conta, salienta Hees (2011), é que a industrialização brasileira, como caminho para o desenvolvimento nacional, foi condicionada pelo momento histórico em que ela teve lugar, tratando-se de uma etapa do capitalismo em que são necessários grandes investimentos iniciais e tecnologia não disponível internamente para implantar a indústria de bens de capital. Nesse contexto, a presença do Estado, enquanto agente do processo de industrialização foi indispensável.

Nesse sentido, a “revolução” de 1930 e a consequente ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República constituem etapas decisivas. É possível aferir, como faz Hees (2011), que a industrialização brasileira começou a tomar corpo somente após 1930, quando a crise mundial de 1929 impossibilitou o país de continuar operando no tradicional modelo primário exportador. Nessa fase, iniciou-se a substituição, por produção interna, de alguns produtos anteriormente importados, notadamente os bens de consumo não duráveis. Como consequência, a industrialização se acentuou especialmente após a Segunda Guerra Mundial, na medida em que passou a abranger as faixas de produção de bens de consumo duráveis, intermediários e de capital. Nessa fase de aceleração, a estrutura da indústria brasileira modificou-se bastante, pois além da mudança estrutural referida, a industrialização apresentou uma série de características específicas, dentre estas a concentração da produção em determinadas regiões e a maior participação do Estado no processo de desenvolvimento industrial.

No que tange à concentração regional, a indústria de transformação estabeleceu-se no Sudeste, sobretudo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Em linhas gerais esta concentração pode ser explicada pela proximidade com os maiores mercados consumidores, da infraestrutura de comércio, transporte e serviços urbanos oriundos da comercialização do café, além do fato de que uma parcela dos capitais aplicados na indústria provinha dos antigos cafeicultores.

Já em relação aos aspectos da ação estatal, ressalta-se o maior empenho intervencionista no desenvolvimento industrial através das políticas econômicas e da transformação estrutural de fo-

mento, como se verificou pela criação de órgãos federais e regionais de planejamento, do Banco Central do Brasil e dos incentivos fiscais à capitalização e exportação de manufaturados, cumprindo assim uma das proposições do estado capitalista: o incentivo ao desenvolvimento da iniciativa privada.

O fato de que a principal função do Estado seja a de proteger a existência e a estabilidade de determinada forma de sociedade não significa que não execute também outras funções de importância econômica. Pelo contrário, o Estado tem sido um fator de grande relevância ao funcionamento da economia dentro da moldura do sistema de relações de propriedade que garante [...] o poderio estatal é invocado para resolver problemas suscitados pelo desenvolvimento econômico de uma determinada forma de sociedade, no caso o capitalismo (SWEETZ, 1973, p. 274-278).

A dinâmica do processo industrial se relaciona, no contexto capitalista, com o desenvolvimento da propriedade privada dos meios de produção e a conseqüente lógica que alimenta as desigualdades de classes. Os incentivos proporcionados pela intervenção estatal visam propiciar retorno econômico à localidade, que se manifestam, sobretudo, pela geração de postos de trabalho. A própria essência do sistema capitalista demonstra a necessidade de que a contrapartida seja o trabalho remunerado, o que garante o consumo, pelos próprios trabalhadores, dos produtos oriundos, destas indústrias.

É possível aferir que o processo de desenvolvimento industrial em Santo Antônio de Jesus foi impulsionado através justamente de incentivos estatais, que se evidencia como veremos a seguir, a partir da criação do Polo Industrial. Isto proporciona, junto com a ampliação de indústrias privadas, as conseqüências das relações de trabalho que lhe são inerentes.

A industrialização local

A instalação do Distrito Industrial pode ser considerada como marco central no processo de industrialização do município de Santo

Antônio de Jesus. Como aponta Borges e Souza (2012), houve um grande crescimento das políticas localistas no território brasileiro a partir de 1988 em função da promulgação da Carta Constitucional, que propiciou descentralização administrativa, política e financeira. Agregam-se à reestruturação legislativa as novas práticas do capitalismo que reordenam e recriam os espaços produtores em função da demanda global. Com isso, nota-se a disseminação do localismo, antes concentrado, sobretudo, nos países mais ricos ou nas regiões mais dinamizadas economicamente.

Dentro desse contexto emanam ações de incentivos e isenções fiscais e a propagação de distritos industriais no território brasileiro, proporcionando o surgimento do Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus (BA). A Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC), visando a promoção do desenvolvimento industrial, fez a articulação da implantação do Distrito Industrial, priorizando tanto novas empresas quanto as que já estavam instaladas no município. A área do Distrito Industrial foi adquirida no final da década de 1980, por meio de desapropriações feitas pelo governo municipal, que escolheu aquele espaço por ser relativamente afastado do centro urbano. Contando com certo atraso em função dos trâmites burocráticos que envolviam os entes municipais e estaduais, a instalação completa só foi possível em 1994.

O distrito possui uma área de aproximadamente 198.370,28 m² e tem a função inicial de ampliar a participação da indústria na economia municipal e regional fomentando a participação do setor secundário na geração de empregos e na arrecadação tributária. Os dados apresentados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) demonstram a importância que a iniciativa adquiriu para o desenvolvimento local e podem ser aqui analisados em duas variáveis: a da geração dos postos de trabalho e as características da produção.

O distrito conta atualmente com um total de 15 empresas, sendo 13 em funcionamento, uma em implantação e uma com carta de opção. Os ramos

de atividade predominantes são os de produtos alimentares, vestuário, calçados e artefactos de tecidos. Destaca-se que o distrito industrial, com 11,80 ha, não mais dispõe de lotes para a implantação de empresas, na medida em que toda a sua área está ocupada (SEI, 2017, p. 17).

A implantação de um distrito industrial pode ser compreendida como uma forma de propor a um determinado local a inserção de novas oportunidades para seu melhor dinamismo e inclusão num sistema mais amplo de produção, geração de renda e desenvolvimento, por meio da criação de novos postos de trabalho para a população local. Em consonância, possibilita ao poder público um aumento na sua arrecadação tributária. O quadro abaixo apresenta a geração e distribuição dos postos de trabalho advindos do Distrito Industrial.

Quadro 01: Distribuição de postos de trabalho no Distrito Industrial de SAJ.

POSTOS DE TRABALHO	DISTRIBUIÇÃO
1.097	Local: 83% Região: 15% Outros Estados: 2%

Fonte: SEI, 2017 (adaptado pelos autores)

Os dados de 2017 demonstram que o Polo Industrial de Santo Antônio de Jesus é responsável direto pela geração de 1.097 empregos diretos distribuídos entre as 13 empresas pesquisadas. Desse total, 83% é ocupado por pessoas do próprio município e outros 15% de pessoas da Região do Recôncavo da Bahia. Ou seja, a quase totalidade das ofertas de emprego foi ocupada por trabalhadores da região, o que demonstra o impacto da implantação do polo para o desenvolvimento local.

Outro assunto abordado na pesquisa e que tem influência importante na economia do município/região refere-se à origem da mão de obra. Entre as empresas pesquisadas, a força de trabalho local é responsável por 83% do universo de trabalhadores, enquanto outros 15% têm origem em outras regiões do estado (Recôncavo, Vale do

Jiquiriçá, Costa do Dendê). Apenas 1,8% dos empregos são destinados à mão de obra originária de outros estados (SP, PR e MG), que certamente ocupa cargos que requerem maior especialização e grau de instrução (SEI, 2017, p. 19).

Quadro 02: Distribuição do destino da produção do Distrito Industrial de SAJ.

DESTINO DA PRODUÇÃO	
Local	79%
Região	14%
Outros Estados	7%

Fonte: SEI, 2017 (adaptado pelos autores)

A produção oriunda do polo industrial abastece, sobretudo, o mercado regional, demonstrando a importância da iniciativa ao consumo de produtos industrializados da comunidade. Ao todo, 93% da produção é direcionada à localidade, o que não inviabiliza iniciativas de ampliação. Como exemplifica Borges e Souza (2012), o Café Palmeiras atende a todo o Recôncavo Baiano, a Estofados Elegance tem consumidores na Bahia e Sergipe e a Colchões Reconflex distribui sua produção para boa parte do Nordeste e Sudeste do Brasil. O Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus (BA) oportunizou para o município novas perspectivas de dinamização, crescimento econômico e transformações na forma de apropriação do espaço. Como se pode notar, o setor industrial mostra-se plural e, se bem dimensionado, poderá ampliar ainda mais suas fronteiras comerciais, trazendo dividendos para o município e a região. A questão a ser observada, no entanto, diz respeito ao impacto dessas ações de desenvolvimento na realidade dos trabalhadores locais.

DI de Santo Antônio de Jesus possui estreito vínculo com a economia regional, para onde são destinados 86% de sua produção. Cerca de 46% dos insumos utilizados no processo de produção das várias empresas instaladas no distrito também advêm da região, o que potencializa desdobramentos econômicos e assegura uma razoável integração a montante da cadeia produtiva, mesmo que em escala reduzida e fragmentada – sem as

características que os aglomerados (clusters) proporcionariam em termos de ganhos de competitividade (SEI, 2017, p. 19).

A precarização do trabalho

O cenário de desenvolvimento industrial em Santo Antônio de Jesus possibilitou a oportunidade de analisar e compreender a organização social das relações de trabalho na localidade. Neste âmbito, cabe ressaltar que o município tem se destacado na produção de móveis estofados, devido a grande quantidade de fábricas em funcionamento. O setor estofadista, que inclui a fabricação de colchões, tem representado uma grande parcela das empresas em atividade, dentro e fora dos limites do Polo Industrial.

Em conexão com as transformações dos meios produtivos a partir do final do século XX, também este segmento sofreu forte impacto do processo de globalização da economia. Como os panoramas econômicos não são estáticos, o capitalismo continua se moldando para adaptar-se às mudanças, que neste caso se manifestam, sobretudo, através da desregulamentação dos direitos trabalhistas, aumento da informalidade e forte apelo à consolidação de uma forma de Estado privatista de ramificação neoliberal. Todas essas reestruturações vêm acompanhadas, como afirma Nogueira (2004) de aumento da precarização do trabalho.

Em se tratando de globalização, um dos seus aspectos centrais diz respeito ao que Standing (2013) chama de “mercadorização”, que envolve o entendimento de tudo como uma mercadoria, que como tal pode ser comprada e vendida, por estar à mercê da ação do mercado e sem capacidade de resistir. Por este princípio, tal “mercadorização” está em todas as instâncias da vida, seja no trabalho, na educação, na proteção social ou na política.

Os ataques às instituições coletivas como empresas, sindicatos e comunidades profissionais, à educação, à família e à proteção social, despedaçaram os esquemas de emprego, fragmentaram

a classe trabalhadora e fortaleceram a terceirização do trabalho (STANDING, 2013). Portanto, fazer parte do precariado diz respeito a não apenas ter insegurança de vínculo empregatício, ocupar empregos de duração limitada e com o mínimo de proteção trabalhista, mas também de estar numa posição que não oferece uma identidade profissional confiável. Eis, portanto, a realidade de um sistema que promove a competitividade, a meritocracia e a flexibilidade. Essa flexibilização do trabalho tem sido a principal causa direta do crescimento da precarização do trabalho em todo o mundo.

A realidade da precarização do trabalho pode ser constatada em nossa pesquisa. A cidade de Santo Antônio de Jesus possuía, em 2016, nove fábricas do segmento (estofados e colchões) em atividade, comportando 601 trabalhadores. Como instrumentos de coleta de dados foram aplicados formulários ao grupo de operários e dirigentes das fábricas, através de entrevistas semiestruturadas, preenchidas com as respostas e verbalizações espontâneas. Como forma de explorar mais amplamente a abordagem, foram feitos questionamentos sobre aspectos diversos do ambiente, rotina e sentidos do trabalho. Os formulários foram elaborados a partir de um conjunto de indicadores de precarização social do trabalho, com aspectos quantitativos e qualitativos, contemplando a realidade brasileira e com base no Programa de Trabalho Decente da Organização Interna do Trabalho (2008).

A população do campo de pesquisa foi composta por 601 (seiscentos e um) trabalhadores (as), que representavam o quadro de funcionários das 9 (nove) indústrias existentes na cidade no ano de 2016. A amostragem aleatória acidental resultou em sessenta questionários, atingindo 10% do total de trabalhadores (as).

A abordagem para aplicação da pesquisa foi realizada fora do local de trabalho para maior privacidade dos entrevistados e com vistas a estimular a espontaneidade dos relatos. Desse modo, algumas questões se colocaram como muito relevantes após a execução da atividade de campo, levando à constatação de que a precarização do trabalho se evidencia através de alguns elementos presentes na

rotina fabril. O quadro a seguir apresenta os principais aspectos levantados na pesquisa.

Quadro 03: Principais resultados da pesquisa.

FATOR	IMPACTO
Dificuldade de adaptação	80%
Desvio de função	52%
Salário dor produção	92%
Sentimento de instabilidade	60%
Pressão por produtividade	92%
Ausência de identidade profissional	93%
Ausência de identidade de classe	100%
Pertencimento - Perspectivas	75%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma das questões pertinentes à precarização no ambiente de trabalho condiz com a pressão por produtividade que trabalhadores são expostos. Os resultados obtidos demonstram que 80% dos (as) entrevistados (as) afirmaram ter tido dificuldades em adaptar-se ao ritmo de trabalho exigido nas fábricas. Trata-se de quantidade muito expressiva, o que nos informa sobre a disciplina rígida e a constante exigência de eficiência produtiva a qual são submetidos os funcionários.

No âmbito do desvio de função, 52% já exerceram atividades diferentes por conta de falta de outro profissional para exercer aquela função. Esse fator denota a flexibilidade presente na estrutura produtiva das fábricas da cidade, levando o trabalhador à obrigação de conhecer todas as atividades do processo produtivo, para com isso suprir as demandas que lhe são impostas.

A produtividade constitui outro dado relevante em torno da pressão exercida contra o os trabalhadores nos ambientes de trabalho. O índice expressivo de 92% de respostas indicou receber salário com base na produção, mostrando que a vinculação do ganho está no exercício eficiente e quantitativo do tempo de trabalho, ou seja,

retorno salarial pela quantidade de produtos finalizados no tempo de trabalho. Por conta de questões como essa, existe certamente um clima de instabilidade nas fábricas, dado que é corroborado pelos 60% que indicam o receio de perda do emprego. No mesmo sentido, 65% relataram já ter sofrido ameaças de perder o emprego. A condição de pressão para maior e melhor produção com a finalidade de manutenção dos empregos é apontada por 92% das pessoas, ou seja, a quase totalidade dos trabalhadores indica viver um clima cotidiano de insegurança em torno da manutenção de seus cargos.

Sobre a identidade profissional e de classe a pesquisa demonstra que 93% dos entrevistados confirmam não identificar espírito coletivo no local de trabalho; os que confirmam não haver a construção de relações de confiança entre os trabalhadores/as foram 87%, enquanto 75% sentem-se frustrados em relação ao trabalho. No tocante à identificação de classe, 100% dos entrevistados relataram não ter sentimento de representação enquanto classe, pois não há atividade sindical, ou seja, eles até têm a contribuição sindical descontada do salário, mas não se sentem representados em nenhum aspecto pelo sindicato dos trabalhadores da indústria. Esses dados são imperiosos na interpretação de que está em curso uma desestruturação da classe trabalhadora como tradicionalmente se organizou. Esta ausência de pertencimento certamente contribui para o fortalecimento do sistema capitalista.

Por fim, a pesquisa apontou que 82% indicam ter a sensação de que o fruto do seu trabalho é para proveito de outros e não dele próprio. Outros 75% não acreditam que seu trabalho possa lhe oferecer a oportunidade de ascensão econômica, ou seja, não veem nos esforços diários a condição para a própria transformação da condição social em que vivem.

Considerações finais

Na realidade, o Polo Industrial da cidade já existe há mais de 20 anos, está localizado na BA-026 e ocupa aproximadamente 200 mil

metros quadrados. Nele estão atualmente instaladas 16 indústrias nos diversos segmentos como, por exemplo, fabricação de vidros, estofados, colchões, pneus, alimentos, embalagens e outros. Este espaço fabril será ampliado, com uma estimativa de investimentos de R\$ 15 milhões e a criação de 3 mil empregos diretos. O espaço reservado para instalação do novo Polo Industrial ocupa uma área de 445 mil metros quadrados, vai abrigar cerca de 40 empresas e localiza-se no Km 24 da BA-046. Esse cenário de desenvolvimento industrial faz surgir então a oportunidade de analisar e compreender a organização social das relações de trabalho no contexto mencionado.

O Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus (BA) oportunizou para o município novas perspectivas de dinamização, crescimento econômico e transformações na estrutura física da localidade. Como se pode notar, o setor industrial santo-antoniense mostra-se plural e, se bem dimensionado, poderá ampliar ainda mais suas fronteiras comerciais, trazendo dividendos para o município e para a região (empregos, impostos etc.), contribuindo ainda mais para o desenvolvimento local.

É importante salientar que esse polo industrial abastece atualmente um mercado consumidor local-regional, chegando a outros estados do Nordeste e Sudeste brasileiro. A implantação de um distrito industrial pode ser compreendida como uma forma de propor a um determinado local a inserção de novas oportunidades para seu melhor dinamismo e, também, incluí-lo num sistema maior de produção, geração de renda e desenvolvimento, por meio da criação de novos postos de trabalho para a população local, além de possibilitar ao poder público um aumento na sua arrecadação tributária.

Contudo, por estar inserido em uma lógica capitalista de produção as relações de trabalho ali inseridas não estão alheias aos problemas enfrentados pelas relações de trabalho contemporâneas. Nesse sentido, a flexibilização proporcionada pela aceleração da lucratividade fortalece a precarização do cotidiano da classe trabalhadora. Tentamos mostrar, a partir de pesquisa realizada com trabalhadores de um dos segmentos produtivos locais, que a precarização é uma realidade,

logo, ao passo que a localidade se desenvolve, também contribui para a piora das relações de vida oriundas da precarização do trabalho.

O trabalho precário piora a qualidade de vida. A incerteza em relação ao futuro pode afetar as decisões nas mais diversas esferas, levando à falta de engajamento social. Vimos que no caso específico dos entrevistados em nossa pesquisa houve forte citação à insegurança quanto à manutenção e seus empregos e a consequente pressão de aumento da produção. Isso gera concorrência no local de trabalho, fazendo com que o trabalhador viva sob constante perspectiva de perda do emprego, sem meios de sustentação material.

Essa insegurança aumenta as tensões sociais. Como aponta Standing (2013), a precariedade pode contribuir, por exemplo, para atitudes negativas em relação a imigrantes, visto que, na maioria dos casos, em função da condição mais vulnerável, dispõem-se a trabalhar por salários menores e piores condições de trabalho. Insegurança e expectativa de desemprego podem contribuir para o crime e a deterioração da vida política.

Referências

BEAUD, Michel. **História do Capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. 3ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

BORGES, Celso L. J.; SOUZA, Hamilton R. Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus (BA): uma análise de sua importância para a economia local. **Revista Bahia Análise e Dados**, Salvador: SEI, v. 22, n.2, abril/maio 2012.

COSTA, Alex Andrade. Civilizar e moralizar: Santo Antônio de Jesus, 1890 a 1920. In: Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira, Alex Andrade Costa (org.). **Uma cidade, várias histórias**: Santo Antônio de Jesus (séculos XIX e XX). Santo Antônio de Jesus: União, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 2ª Edição. São Paulo: Global, 1985.

HEES, Felipe. A industrialização brasileira em perspectiva histórica (1808-1956). **Em Tempo de Histórias** - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, nº. 18, Brasília, jan/jul. 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2017**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: setembro de 2019.

MARX, Karl. **O Capital (Vol.1)**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Análise da situação Econômica dos Distritos Industriais**. Salvador: agosto de 2017.

STANDING, Guy. **O Precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

VALADÃO, Hélio. **Santo Antonio de Jesus, sua gente e suas origens**. Santo Antônio de Jesus: Academia de Letras do Recôncavo, 2005.

Lançando as redes contra a espoliação em Acupe

*Lilian Souza De Jesus
Antonio Eduardo Alves de Oliveira*

Como parte da história do Recôncavo Baiano, Acupe constrói sua história no tecer das redes, na costura e reparos delas, nas amarras dos arames das grosseiras, no agachar das mulheres e homens no mangue, na força bruta dispensada na pesca em alto mar, nas expressões e manifestações religiosas aos domingos. Sobretudo, destaca-se a luta que se faz em defesa do território da pesca e para o fortalecimento de uma identidade forjada no território do trabalho e no reconhecimento étnico/racial.

É neste território que nos despertamos para o cenário não tão novo, onde se apresenta um contraditório e complexo conflito entre a comunidade e o setor empresarial - ligado principalmente ao turismo - e o Estado, que, por sua vez, legitima os interesses de valorização capitalista que atuam na contramão dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, conquistados com lutas.

Portanto, propõe-se aqui uma análise sobre o processo de espoliação capitalista do território pesqueiro de Acupe – Santo Amaro/BA, com vistas a subsidiar o debate para o enfrentamento do processo espoliativo do território pesqueiro de Acupe.

Posto o imperativo do capitalismo contemporâneo, – que não só acumula economicamente, como expressa de forma virulenta a “opressão via capital”, e se acumula via espoliação e por vezes pela “coerção consentida” – defendemos a tese de que, frente ao modelo do capitalismo contemporâneo e o seu avanço no território pesqueiro do recôncavo baiano, a espoliação do território pesqueiro de Acupe ocasionará a destruição das bases materiais do trabalho da pesca artesanal, com impactos diretos na identidade, cultura e modo de vida da comunidade acupense.

A pesquisa foi realizada entre os anos de 2016 à 2018, entretanto, a inserção no campo se deu em 2015 a partir das pesquisas realizadas como participante do NATOSS⁷⁰. No percurso metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, análise documental e análise de conteúdo. Na pesquisa de campo, empregou-se a entrevista semiestruturada voltada para a narrativa e a observação participante. Para a entrevista semiestruturada foram escolhidas pescadoras/es, marisqueiras, lideranças e outros moradores que não exerciam nenhuma destas atividades. Os escolhidos foram convidados a narrarem suas histórias e sua relação com o território estudado e as transformações e conflitos em cena.

O lócus da pesquisa

O município de Santo Amaro está situado no sul do recôncavo baiano, entre as coordenadas geográficas 12°32'49' S, 38°42'43' W, a uma altitude média de 42 m acima do nível do mar e caracteriza-se pelo clima subúmido a seco. Faz divisa com os municípios de Conceição do Jacuípe, Amélia Rodrigues, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde, Saubara, Cachoeira, Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos e Feira de Santana. Com uma área total de 492,9 km₂, Santo Amaro fica distante 75 Km de Salvador, capital do Estado da Bahia.

De acordo com Censo Demográfico 2010, Santo Amaro possuía 57.800 habitantes, e densidade demográfica de 117,26 hab/km₂. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o ano de 2016, o referido município contava com uma população de 61.836 habitantes, apresentando um acréscimo de 7,0% em comparação ao ano de 2010.

Conforme a atual divisão territorial, datada de 1993, o município de Santo Amaro é constituído por três distritos, sendo eles: Santo Amaro (sede), Oliveira dos Campinhos e Acupe, este último, re-

70 - Grupo de Estudos e Pesquisas, Natureza, Trabalho, Ontologia Social e Serviço Social, coordenado pela Prof^a Dr^a Rosenária Ferraz de Souza.

orte geográfico desta pesquisa. O distrito de Acupe⁷¹ (12°39'39' S, 38°44'34' W), de acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, possuía 7.451 mil habitantes. A principal atividade econômica é a pesca artesanal e a mariscagem (siri, ostra, caranguejo entre outros), existindo ainda alguns pescadores que desenvolvem as atividades da agricultura e do extrativismo vegetal como forma de complementar a renda familiar.

As peculiaridades do Distrito de Acupe são forjadas na interação entre trabalho e identidade, identidade esta materializada no trabalho da pesca e da mariscagem, nas manifestações culturais, na religiosidade, ou seja, na reprodução das relações sociais. A comunidade acupense mantém na oralidade, na memória e nos espaços geográficos o recorte da história do Brasil, com particularidade da história da sobrevivência negra. É uma comunidade forjada no seio dos espaços de engenhos do período colonial, sendo os principais deles: Engenho Murundu, Engenho São Gonçalo e Engenho Acupe. A história de Acupe versa sobre luta do trabalho na maré, na pesca, na religião e na cultura.

No território da pesca em Acupe situam-se ilhas, ilhotas, coroas e enseadas que compõem um território diversificado de ecossistemas, onde a comunidade obtém meios para a sua subsistência. “*Nós de Acupe temos cinco Ilhas, são duas maiores e duas menores, a Ilha Pequena, Ilha Grande, Coroa Branca, Ilha do Chegado*”⁷², e o *Iguarapir*”⁷³ (JESUS, 2015). O processo de expropriação no território de Acupe ocorre em duas principais ilhas, a Ilha do Chegado e a Ilha de Coroa Branca. Frente ao *boom* dos empreendimentos turísticos

71 - O território pesqueiro de Acupe localiza-se na Baía de Todos os Santos, e “tomando como ponto referencial a vila de Acupe (porto), estende-se ao Norte até o subdistrito de São Brás, dando a volta em toda a Ilha de Cajaíba, chegando a leste próximo ao município de São Francisco do Conde.” Segue ainda “ao lado da Ilha das Fontes, iniciando certo recuo a sudoeste, em direção ao município de Saubara, onde se estende até o distrito de Bom Jesus dos Pobres”, (RIOS, 2012, p.170).

72 - A Ilha do Chegado corresponde ao Ilhote do Nordeste e ao Ilhote do passarinho, ligados pelo lombo o que a constitui Ilha do Chegado. O lombo é a passagem que aparece com a maré seca entre uma ilha e outra.

73 - Depoimento de um pescador da comunidade em Acupe, em pesquisa de Campo.

em territórios da pesca (terra-água) no recôncavo baiano, a Ilha da Coroa Branca está sendo expropriada por empresários para fins de construção de resorts.

O manguezal, destacado bioma neste território, tem sido destruído com o uso de motosserras pelos trabalhadores desses empreendimentos, no entorno desta ilha construiu-se uma muralha de grandes dimensões. Esse processo de expropriação promove a expansão do sistema capitalista nestas comunidades. Essa expansão destrói todo um modo de vida e de reprodução das relações sociais nestas comunidades, que tem tradicionalmente um modo de subsistência diretamente ligado a natureza (JESUS; 2015), modo de vida este materializado na atividade da pesca e da mariscagem, executada pelas mulheres marisqueiras e pescadoras. Ao caminharmos na comunidade, todas as famílias que conhecemos tinham mulheres que vivem ou viveram do trabalho realizado na maré e no manguezal.

O território em Acupe entrelaça-se no fazer do trabalho da pesca e da mariscagem, no lazer, nas manifestações culturais. A perda desse território significa entre outros aspectos a perda de partes da história e da manutenção da memória construída no calor da terra e no sangue dos primeiros moradores e moradoras que formaram o Acupe. Neste sentido, resistir à espoliação do território é lutar pela sobrevivência como afirmado pela comunidade.

A espoliação do Território – terra e água – de Acupe vem sendo efetivada através de várias iniciativas de desapropriação do território da pesca, encontradas na rota das ilhas, ilhotas, coroas e enseadas que compõem todo um território rico em diversos biomas. Neste ambiente rico em biodiversidade, a comunidade de Acupe retira suas bases materiais para a sobrevivência e bases imateriais para a reprodução da sua cultura, religiosidade e lazer. Conforme depoimento de um pescador da comunidade em Acupe: "Nós de Acupe temos cinco Ilhas, são duas maiores e duas menores, a Ilha Pequena, Ilha Grande, Coroa Branca, Ilha do Chegado, e o Iguarapirá".

O processo de espoliação ocorreu a partir dos movimentos empresariais de privatização da Ilha da Cajaíba antes, no ano de 2009, data em que se registra a suspensão do licenciamento para a construção do resort na Ilha da Cajaíba (São Francisco do Conde). Desde então, o interesse do turismo privado voltou-se para o território de Acupe, em específico nas ilhas acima mencionadas.

A partir da análise dos processos jurídicos que ainda estão tramitando no Ministério Público Federal, nota-se que os primeiros movimentos imbricados pela comunidade contra a espoliação do território datam de 2010. Entretanto, em escuta na comunidade durante o trabalho de campo (entre 2013 à fevereiro de 2018), observamos que a articulação através de várias mobilizações contra tal processo deu-se antes desta data.

Uma das principais ilhas de Acupe é a Ilha da Coroa Branca. Esta encontra-se num acirrado movimento de disputa entre interesses do setor privado e a comunidade de pescadores e pescadoras de Acupe que sempre utilizaram a ilha para a pesca, mariscagem, dentre outras atividades.

A espoliação inicial do território foi legitimada por meio do Registro de Inscrição de Ocupação, (RIP), nº 3883010004-53, uma conquista inicial dos interesses do capital pelos empresários envolvidos na usurpação do território. De acordo a comunidade, nunca fora realizada audiência pública com o objetivo de discutir o que seria construído no território da Ilha da Coroa Branca, bem como os possíveis impactos ambientais resultantes desses empreendimentos.

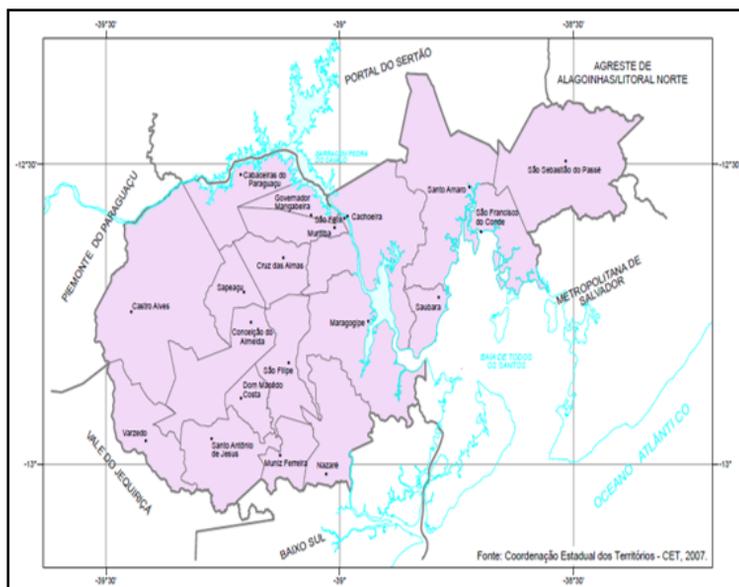
Até 2016, não se havia realizado nenhum Estudo de Impacto Ambiental (EIA), apesar de as obras de construção desses empreendimentos para fins turísticos terem sido iniciadas em 2010. Entretanto, ainda naquele mesmo ano, moveu-se uma Ação Civil⁷⁴ Pública⁷⁵ ajuizada pelo Ministério Público Federal, tendo também como

74 - Todos os documentos e informações a seguir mencionados foram consultados no site: <<http://www.transparencia.mpf.mp.br/atuacao-funcional/consulta-judicial-e-extrajudicial>>. Acesso em 05 de fev. 2015 às 22h29min.

75 - O documento Processual analisado que refere-se à Ação Civil Pública, é um dos Autos dos processos, N° 21683-68.2013.4.01.3300, Réplica/Impugnação à Contestação do Réu, autuado em 26 de junho de 2013, pela Procuradoria da República na Bahia/Ministério Público Federal.

Se observarmos no mapa, os territórios de Acupe, Cachoeira, São Félix e São Roque do Paraguaçu estão estritamente inter-relacionados pelas águas da Baía de Todos os Santos, assim como ao território do Recôncavo da Bahia. A pesca, a mariscagem e os modos de vida se entrelaçam na relação que estas comunidades construíram através do tempo com a terra e a água.

Mapa – 02. Território de Identidade do Recôncavo Baiano



Fonte: SEI/Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia/Diretoria de Informações Geoambientais/2018.

Neste viés, o território do Recôncavo Baiano enquanto território de identidade se amplia para além dos aspectos geográficos, sendo possível tecer a partir dos estudos históricos, dos documentos e oralidade destas comunidades, um território de identidade comum. Entretanto, há também uma evidente pluralidade de comunidades com características peculiares entre si, peculiaridades estas que forjam novas e diferentes identidades, mesmo no território com características que se aproximam e assemelham-se, tais como o trabalho

da pesca e mariscagem realizadas em comunidades formadas por homens negros e mulheres negras. Este território também é marcado por conflitos agrários que violam quem se opõe ao processo em avanço da espoliação de terras de comunidades quilombolas.

Denominado unicamente como recôncavo até início do século XX, como sinalizado por Brandão (2004), “O Recôncavo histórico e cultural [...] está contido, na face litorânea da Zona da Mata, entre os rios Sauípe e Jequiçá, formando uma faixa em semicírculo de cerca de 50 a 70 km de largura, em torno da Baía de Todos os Santos” (BRANDÃO, 2004, p. 02).

Compreendemos que o Recôncavo não se constitui unicamente através dos limites geográficos, mas como território grafado pela cultura, religiosidade e aspectos econômicos particulares, marcado pelos períodos colonial e pós-colonial. Apresentam-se, portanto, neste território, o novo e o velho, a ruptura e a perpetuação no modo de vida e resistência ao sistema do capitalismo contemporâneo. Sistema este que se metamorfoseia em cotidiano, “naturalizando-se” nas relações sociais, em que o processo capitalista de compra e venda e exploração, quando não da força de trabalho (pois ainda é direcionada pelos pescadores e marisqueiras a partir da necessidade de subsistência e das condições climáticas), da exploração do produto final, através da compra por valores inferiores do que se é produzido da pesca.

A resistência se faz na manutenção da configuração do trabalho da pesca artesanal em Acupe, o que é perceptível na própria forma como a organização de pescadores e pescadoras se estabelecem. Nas visitas de campo observamos, no espaço de encontro (principalmente encontro dos pescadores), logo na saída de um dos portos da pesca, os pescadores realizando a manutenção das suas redes, de maneira artesanal, mesmo estas sendo provenientes da produção industrializada. É notório como eles refazem e adaptam materiais comercializados e industrializados, ao reconstruírem artesanalmente os instrumentos para a pesca artesanal.

O novo e o velho podem ser compreendidos no próprio tempo de trabalho. A pesca artesanal em Acupe se mantém enquanto “tem-

po de trabalho” regulado pela ação da própria natureza e orientação dos astros como a lua e suas fases. Estar no mar para pescar ainda é escolha dos pescadores, mesmo usando instrumentos de tecnologia como as informações emitidas pela marinha (produzidas por leitura de satélites), que chegam aos rádios da comunidade diariamente.

Segundo Ramalho, o tempo de trabalho se relaciona com a própria liberdade que os pescadores acreditam possuir, em que a percepção de sua relação com o tempo natural do ambiente aquático leva-os a não serem reféns de horários rigorosos de trabalho como funcionários de empresas. Os horários do trabalho no mar, na maré, são determinados pela precisão das leituras que fazem acerca dos ritmos e movimentos das marés e cardumes (RAMALHO, 2006, apud RIOS, 2012, p.44).

O novo se fez na resistência ao sistema vigente que, no chão de fábricas, impossibilita o reconhecimento do trabalhador com o que se é produzido. Resistência esta materializada diariamente tanto no fazer profissional da pesca artesanal, quanto no reconhecimento deste fazer, do produto final da produção e dos fins/finalidade que levam a produção do trabalho na pesca.

As falas dos pescadores elucidam o conhecimento sobre o fazer de instrumentos profissionais e na manutenção das características da pesca artesanal. Por essa razão, é compreensível que a manutenção desta forma de pesca constitui a resistência ao sistema que se apropria dos territórios da pesca artesanal, quando não para o turismo, para o alargamento dos espaços da pesca industrial, forçando a transformação do território e ampliando os conflitos.

O conceito de espolição é tão necessário que, mesmo tendo sido desenvolvido para a análise de processos expropriatórios no contexto do capitalismo contemporâneo, é, ao tempo, imprescindível para se pensar como o negro em períodos da história fora espoliado, ora pela mão de obra escravizada, ora pelo processo pós-abolicionista e, nos dias atuais, por processos de expropriação do seu território.

Entretanto, o povo que construiu este território geográfico tem, ao longo dos anos, enfrentado a negação dos direitos, entre estes, o

direito ao próprio território. Uma cidadania negada que se perpetua na morte, na expropriação, nas espoliações, configurando um legado marcado por conflitos de ordem étnico/racial e de classe, que perduram até os dias atuais, e são visíveis nas condições de vida do negro nesta sociedade contemporânea.

Tais conflitos são legitimados pela presença estatal no caso do recôncavo baiano, num “salto” histórico que, ao longo das décadas, fora redirecionado ao interesse pela/da terra para as águas da produção da cana de açúcar ao desenvolvimento petrolífero. Neste sentido, as modificações na produção do trabalho, concomitante à reprodução das relações sociais, são gritantes. Os impactos socioambientais causados pelos altos investimentos do Estado se materializam nas comunidades tradicionais, como nos casos de São Felix, Cachoeira, Maragogipe e São Roque do Paraguaçu.

Espoliação no território

A discussão do processo de espoliação é relevante quando analisamos o significado do território -terra e água - observamos como a sobrevivência da comunidade está atrelada ao trabalho da pesca artesanal, que se refere também ao trabalho da *mariscagem*, enquanto trabalho vivo, concreto.

Este território, para essa comunidade, é fonte de cultura, uma cultura peculiar, de trabalho, trabalho este entrelaçado diretamente com a natureza (processo de trabalho concreto); um território que expressa a identidade da mulher negra enquanto mulher pescadora/marisqueira e do homem negro enquanto pescador, como podemos observar nas falas abaixo;

Por que lá **era proteção. Todos os Ilhotes ali era proteção**, lá era proteção, agente pescava, fer-
venta os mariscos ali mesmo, ali mesmo secava,
ficava ali só ia embora no fim de semana. [...] fa-
ziam como morada ali mesmo. Eles ainda querem
por querem construir (Sr. Ernestino).

O fazer do próprio tempo de trabalho, a partir do tempo da maré e da necessidade da família, também é algo peculiar em Acupe. Longe dos cartões de ponto, de padrões e fichas de frequência, o trabalhador e a trabalhadora da maré expressam sempre este fazer livre, vejamos;

Já fiz duas marés no dia, cederá e tardera. Pegava a cederá com o escuro da manhã. Chegava na maré com o clarear do dia. Trabalhava até nove, dez horas da manhã. Chegava em casa, vendia o marisco, comprava o que tinha que comer. De uma hora em diante a gente estava indo pra maré de novo. Com o próprio tempo de trabalho. Essa foi a minha vida que passei (Lindaaura).

A espoliação do território de Acupe vem sendo efetivada através de várias iniciativas de desapropriação do território da pesca. Harvey (2003) escreve sobre a acumulação por desapossamento/ espoliação, utilizando um conceito mais ampliado de expropriação, por apresentar um processo complexo de eliminação de direitos.

No caso particular de Acupe, a espoliação do território na Ilha da Coroa Branca resultou ou vem resultando no uso dos recursos naturais de modo privado, na ocupação dos territórios coletivos, na transformação das forças de trabalhos anteriormente “Livres” de horários impostos pelo/para o lucro diretamente ligado ao lucro privado, o barateamento da mão de obra dos “nativos”; e na conseqüente transformação gradual da relação homem ao trabalho concreto, vivo, para o trabalho assalariado; reificado; trabalho abstrato, nos estritos moldes da estruturação capitalista.

As áreas de uso das comunidades tradicionais pesqueiras passaram a ser vistas como espaços de interesse estratégico ao desenvolvimento do capital, fomentando o processo de mercantilização dos materiais extraídos da natureza/espaços que a preservam. A valorização desses espaços interfere diretamente na territorialidade das/ dos pescadoras/es artesanais e isso explicita o movimento contraditório do capitalismo e da luta de classes.

Harvey (2004) demonstra como a produção de uma economia do espaço surge a partir de processos de acumulação do capital, na realização das trocas de bens e serviços (incluindo a força de

trabalho), que envolve mudanças de localização, construindo uma geografia peculiar de interação humana.

Estes movimentos espaciais estão sujeitos à fricção da distância e, por conseguinte, os vestígios que deixam na terra registram invariavelmente os efeitos dessa fricção, fazendo, na maioria das vezes, com que as atividades se agreguem no espaço de forma que minimizem essas fricções. As divisões territoriais e espaciais do trabalho surgem desses processos interativos de trocas no espaço. A distinção entre cidade e campo é uma das mais evidentes modalidades iniciais.

Na produção de uma economia de espaço em território de uso comum, o uso dos recursos naturais, a ampliação e a busca de novos espaços geográficos para a pesca e a mariscagem são possíveis, sem vistas, para a acumulação de lucro ou, ainda, sem apresentarem processos de eliminação de outros que, anteriormente, já faziam uso desses territórios.

Neste processo, não se apresenta, em seu interior, o desenvolvimento geográfico desigual destas comunidades – ou ao menos este não é gerado no espaço de trabalho -, visto que os recursos naturais estão de igual modo disponibilizado a todos.

A luta pelo reconhecimento é em si mesma a defesa da identidade, que está totalmente relacionada ao território, o que evoca o sentido de territorialidade. Marques (2008) defende a ideia de território enquanto *locus* étnicos, ou seja, o espaço em que se constrói e mantém a identidade de grupos, povos e comunidades.

Little (2003) define a territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”[...] (LITTLE, 2003, p. 253). Ocupar, usar, controlar, são expressões ou *habitus* (BOURDIEU: 2005) no cotidiano, ou seja, é na territorialidade e pela territorialidade que é manifestada a construção e reconstrução contínua da identidade.

É interessante também abordarmos aqui o conceito de cosmo-geografia apresentado em Little, de acordo com quem, cosmografia são os “saberes ambientais, ideologias e identidades – coletividade criados e

historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território” (LITTLE, 2003, p. 254). Referimo-nos ao conceito de cosmografia no sentido de mediação entre dois universos, a identidade e o território; uma mediação intrínseca e necessária para pensarmos todos os conflitos em cerne nas comunidades tradicionais.

Encontramos, assim, uma conotação de resistência atrelada à identidade. É relevante ressaltar esta característica de “resistir” que vai se entrelaçando ao processo “contínuo” de formação/reconhecimento da identidade, uma vez que no caso das comunidades que se auto identificam negra/quilombola foi-se imposto um negativo legado na construção do Brasil enquanto “nação”. Negou-se a estas comunidades historicamente sua intrínseca relação com a terra, com a produção na terra. Dá-se, portanto, a luta histórica com a regularização do território dos remanescentes do quilombo, luta que fortalece o que chamaremos aqui de “Identidade de Resistência”.

Almeida (2002) aponta que o ser quilombola ou remanescente de quilombo é participar de uma relação intrínseca entre identidade e território, na construção permanente de processos sociais e políticos específicos que legitimam uma autonomia camponesa ou ainda, na tradução de Marques, pertencer à “territorialidade específica, cortada pelo vetor étnico no qual grupos sociais específicos buscam em face de sua trajetória, portanto, passado e presente uma afirmação étnica e política”(ALMEDA, 2002 *apud* MARQUES, 2008, p. 25).

As intervenções nestes territórios tradicionais vêm de vários segmentos sociais externos, sempre em ordem do desenvolvimento econômico pensado a partir da vertente neoliberal, dentro do sistema capitalista. Neste sentido, o risco eminente a que chamamos atenção apresenta-se no cerne dos territórios, no tocante às identidades.

As identidades dos povos de comunidades tradicionais tornam-se elementos essenciais para assegurar o direito à terra, assim, algumas práticas visando desarticular o auto-reconhecimento destas identidades vêm se tornando comum à construção ideológica no cerne das comunidades, enfatizando que, ao reconhecer-se remanescente de quilombo, o indivíduo poderá perder o uso privado da terra,

torna-se um obstáculo para o fortalecimento do reconhecimento e defesa do território.

Acupe, como outras comunidades do recôncavo baiano, vem sendo impactada pela construção de empreendimentos no cerne do território – terra e água –, impossibilitando a continuação da mariscagem e pesca artesanal. Alguns fenômenos são desencadeados neste processo.

A comunidade protagoniza e vivencia mobilizações na defesa do território. Como sinalizamos anteriormente, a comunidade ajuíza junto ao Ministério Público Federal uma Ação Civil Pública contra os empresários que expropriam o território – interesse totalmente privado para o uso do território que tradicionalmente é utilizado pela comunidade para o trabalho, lazer e continuidade da identidade desta, posto a relação existente.

Outro fenômeno no centro do conflito é a luta pela demarcação das terras da comunidade de Acupe pelo INCRA. Em visita de campo à comunidade, percebemos a aflição de moradores que tanto pescam – pescadores e marisqueiras – quanto negociam. Em outros momentos de conversas com os demais moradores, estes relataram a limitação em se encontrar vários tipos de mariscos após a apropriação do território da Ilha da Coroa Branca. A conclusão da comunidade é que serão anos para a natureza recuperar o que tem sido destruído.

Num processo por vezes irrevogável para algumas comunidades, a expropriação que a Comunidade Negra Tradicional de Remanescentes de Acupe tem vivenciado estabelece, no interior das comunidades, o risco eminente de desterritorialização do território. Aqui analisaremos o que vamos chamar de “desterritorialização simbólica” que é ocasionada na desterritorialização física e, para tanto, vamos utilizar o conceito de território e desterritorialização em Haesbaert. De acordo com Haesbaert (2005), o conceito de território pode ser compreendido em dupla conotação,

[...] material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territo* r(terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e

com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

Território, segundo Haesbaert, conota duas dimensões de poder, uma concreta e outra simbólica, poder concreto no sentido de “dominação” e poder simbólico no sentido de “apropriação”. Sinalizamos aqui a dimensão do simbólico no processo de desterritorialização, as comunidades tradicionais por vezes vêm consolidando o processo espoliativo, o cerceamento do acesso ao território de forma livre, a espoliação no sentido estrito; perda do território de trabalho, lazer, da construção e reconstrução das tradições, dos cultos, entre outros.

Tal desterritorialização torna-se simbólica, posto que imersa nos processos virulentos de violações de direitos das comunidades que se vêm na condição de permanecerem numa fração “permitida” dos seus territórios – o que vem acontecendo com a Comunidade da Enseada do Paraguaçu, quando numa interrupção abrupta dos seus modos de vida, são forçadas a recriarem novas formas de reprodução social, econômica, cultural, entre outras.

Retomando a questão da dimensão do poder simbólico concatenado ao território, nos referíamos a “apropriação”, e, aqui, a apropriação efetivada pelas comunidades a uma relevante questão raramente/ou quase nunca problematizada, e que não faz parte enquanto elemento caracterizado identitário para as comunidades tradicionais, a categoria trabalho.

Se pensarmos o quanto o uso do território é intrínseco a formas diversas de sobrevivência por meio do trabalho, o processo de reconhecimento e demarcação das terras estaria no âmbito do direito destas comunidades manterem sua perpetuação e formas tradicionais de atividades do trabalho.

Assim, compreendemos a espoliação do território, em específico da Coroa Branca e de tantos outros territórios no Recôncavo Baia-

no, que resultaram ou vem resultando no uso dos recursos naturais de modo privado, no contexto da ocupação dos territórios coletivos; na transformação das forças de trabalhos anteriormente “livres” de horários impostos pelo/para o lucro diretamente ligado ao lucro privado; no barateamento da mão de obra dos “nativos” e na consequente transformação gradual da relação homem/trabalho concreto, vivo, para o trabalho assalariado; reificado; trabalho abstrato, nos estritos moldes da estruturação capitalista.

O vento forte da espoliação

Para a comunidade de Acupe, em específico os trabalhadores – pescadores e marisqueiras que vivem da pesca artesanal, o processo espoliativo da natureza resultou em prejuízos materiais e imateriais, que perpassam as questões ambientais, com perspectivas futuras de não reprodução total das espécies, resultando na perda dos produtos que retroalimentam as atividades destes trabalhadores. Quando mencionam sobre o antes e depois do território da Coroa Branca as falas elucidam tais prejuízos:

Antes ali mariscava sururu, ostra, caranguejo também. Na parte da Coroa de dentro, (intervenção e fala de outro pescador). E por fora, era onde as mulheres tiravam o bebe fumo, os homens pescavam de redinha, se pescava de raça também ali, [...]então hoje ali prejudicou por que, aquela parte ali que eles muraram acabaram com o manguezal, que era realmente o lugar de criatório de camarão, de reprodução aí acabou com aquela parte toda ali (Sr. Ernestino).

Este processo de perda está intrinsicamente atrelado à logística do capitalismo contemporâneo, haja vista que se pensarmos sobre a indústria da pesca e a expansão do monopólio da produção pesqueira, agenciada por vezes com incentivos fiscais do Estado ao setor empresarial, observamos um projeto que viabiliza a perda da autonomia da produção alimentícia e capital das comunidades tradicionais, sejam estas produtoras na área da pesca, carcinicultura, agricultura familiar entre outros.

Em Acupe, quando observamos os impactos ambientais, fica impraticável desassociá-los dos impactos sociais, como pode ser observado nas falas da comunidade enfatizam os impactos ambientais, com registros de imagens, com depoimentos da própria comunidade. Ainda assim, os autores dos crimes ambientais não foram punidos efetivamente, pois encontram lacunas nas leis e permanecem na execução, dando continuidade à construção do empreendimento.

Ali na Coroa Branca prejudicou os pescadores, por que na área da pesca prejudicou. Tirando a terra pra aterrar mais a Coroa, do entorno mesmo, ali era tudo área de pescaria do pescador. Prejudicou apanhou pedra de um Ilhote pra fazer alvenaria em outro lugar (Sr. Rodrigues).

Os impactos ambientais transformam consideravelmente a geografia do lugar impondo aos pescadores e marisqueiras o deslocamento para novos espaços – estes com distâncias consideráveis que inviabilizam o percurso de algumas marisqueiras, principalmente as mais idosas. A desconstrução de todo o conhecimento do território e do lugar destes trabalhadores/as pode ser observada numa logística que, segundo Harvey (2004), é resultante da reorganização espacial efetivada a partir da expansão geográfica do capitalismo.

Ainda sobre os impactos ambientais, observamos que o processo de modificação do território se expande para aterrar o território que antes fora puro manguezal. Os construtores usam areia, pedras arrancadas de outros espaços da pesca, tendo como consequência direta a destruição de outros nichos ecológicos de diversas espécies que vivem nesses ecossistemas.

Em nenhum momento foi apresentada à comunidade um projeto ou documento que sinalizasse o tipo de empreendimento que seria construído. Os rumores de que a construção se trata de um resort para fins turísticos são inevitáveis, tendo em vista outras tentativas de construção destes mesmo empreendimentos em outras áreas da Baía de Todos os Santos

Sinalizamos, ainda, no meio de tantos impactos ambientais, uma inserção desenfreada da plantação de eucalipto, que tem cer-

cado o território rural da comunidade vizinha à Acupe, a *Comunidade Quilombola de Cambuta*. A introdução dessa monocultura de sistema de plantação inutiliza o solo que antes era utilizado pela agricultura familiar diversificada nessa comunidade.

Todos esses processos espoliativos culminam num único evento: a ampliação e reinvenção cíclica do sistema de capitalismo vigente que, na produção da riqueza, expulsa e destrói de forma orquestrada as comunidades tradicionais. Processo que se inicia nas transformações do espaço e na perda da identidade territorial e consolida-se na irreparável perda do espaço de trabalho destas comunidades.

Mas qual o sentido intrínseco entre os processos espoliativos no território de Acupe e no Recôncavo da Bahia? Se a expansão e manutenção do sistema capitalista contemporâneo está na base que fundamenta tais processos, para tal expansão existe um padrão geográfico a ser seguido? Compreender tais questões precede entender a lógica territorial e a lógica capitalista do poder.

Em Harvey, tais lógicas podem explicar a diferença ou a singularidade dos empreendimentos em construção no território de Acupe (financiamentos privados) e no território das comunidades do Recôncavo – São Roque do Paraguaçu, Cachoeira e São Félix – com incentivos do Estado. De outro modo, o Estado move-se para além do lucro em si mesmo, quando seus agentes buscam tipicamente resultados que mantenham ou aumentem o poder do próprio Estado diante de outros Estados (Harvey, 2004). Para o poder do capital, diga-se de passagem, a justificativa mais plausível são os modelos de desenvolvimento, sempre em cena nos projetos políticos de governabilidade.

As comunidades tradicionais quilombolas são espaços de produção das relações sociais já estabelecidas que, por mais que estejam inerentes aos processos do sistema capitalista contemporâneo, ainda produzem e reproduzem suas atividades para a sobrevivência sem especificamente elaborarem para o produto final do seu trabalho o processo de acumulação do capital.

Um exemplo de tal interação é percebida nos registros de pouco tempo e nos diálogos da comunidade sobre o processo para a

construção de um megaempreendimento turístico na Ilha da Cajaíba, em São Francisco do Conde, território disputado pelo capital estrangeiro, como resultante da territorialização do capital internacional no processo contínuo no Brasil de estrangeirização da terra.

Considerações finais

Este trabalho se fez e se refez por vezes em movimentos de esforço teórico e analítico, em via de contradizer e denunciar um modelo de desenvolvimento hegemônico, unilateral, destruidor da biodiversidade e vidas humanas, de caráter insustentável que vem vigorando no Brasil, em suas mais multifacetadas, ora sinuosa ora escancarada num processo predatório, como no caso das comunidades tradicionais de remanescentes de quilombo como a comunidade de Acupe, aqui estudadas.

Do ponto de vista da diversidade cultural, o que se propõe no território de Acupe é uma ampliação em todos os sentidos da consolidação nos termos finais do modelo econômico que visa homogeneizar a vida ao seu modo capitalista. O modo capitalista contemporâneo de viver e pensar. No caso de Acupe, este movimento se intensifica nas formas de desconfiguração de todo um modo de vida tradicional, posto que a expropriação do território, concomitante à deslegitimação do reconhecimento identitário para as próximas gerações – essa já autoidentificação a partir do processo contínuo de autoconsciência da comunidade –, possibilitará uma ruptura brusca em longo prazo com a diversidade cultural expressa no modo de vida desta comunidade em específico.

Em visita de campo a comunidade⁷⁷, percebemos a aflição de moradores que pescam – pescadores e marisqueiras – e os moradores que negociam. Em outros momentos de conversas com os demais moradores, estes relataram a limitação em se encontrar vários tipos de mariscos após a apropriação do território da Ilha da Coroa

77 - As idas a campo foram feitas entre os anos de 2015 à Junho de 2018.

Branca. A conclusão da comunidade é que serão anos para a natureza recuperar o que tem sido destruído.

Chamamos a atenção para o que está sendo proposto. A comunidade desde os seus primórdios vive e sobrevive da pesca artesanal, e da produção com a agricultura familiar, sendo a pesca a principal fonte de renda. Neste sentido, espoliado o território pesqueiro, o acesso ao mar tanto para os pescadores como marisqueiras será comprometido.

Questionamos como será possível, a longo prazo, a comunidade perpetuar as características de uma comunidade pesqueira e a manutenção das suas tradições que perpassam na intrínseca relação entre identidade, trabalho e território? As falas da comunidade em diversos momentos de escuta trouxeram essa questão à tona. A comunidade entende que alguns impactos ambientais em territórios da Ilha da Coroa Branca não mais serão passíveis de recuperação na sua forma anterior. Entretanto, ao longo dos anos a natureza se encarregará de recriar um novo nicho ecológico.

O risco de se efetivar por completo a degradação ambiental, a sobreposição do capital nas formas de vida do território, a destruição total das espécies é avistada pela comunidade em cada momento de conversas. A destituição gradual do território da pesca em Acupe, ou seja, dos seus espaços tradicionais de materialização do trabalho, acompanhada pela negação da identidade cultura que se forja a partir destes espaços, possibilitará a destruição de todo um modo de vida.

Referências

AZEVEDO, Ladyanne Pinheiro. **Mapeamento geoquímico de solos contaminados por metais (pb, zn, as e cu), Santo Amaro da Purificação**, Bahia. 2013.

BARRETO, Mércia Ferreira. **Segurança alimentar e nutricional e contaminação ambiental em uma comunidade de marisqueiras**

do município de Santo Amaro, Bahia. Dissertação de Mestrado/UFBA. 2015. 117p.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Academia de Letras da Bahia; UFBA, 1997. 261 p.

BRASIL. **Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), 2005.

BRASIL, Decreto N° 4.887/2003, acesso em 2017; www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

BRASIL, **Medida Provisória N° 726/2016**, acesso em 2018 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv726.htm

BRASIL. **PORTARIA N° 04 Ministério Público Federal da Bahia**. <http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/diarios-e-boletins/diario-eletronico-dmpf-e/2018/DMPF-EXTRAJUDICIAL-2018-02-09.pdf?view?searchterm=ACUPE+SANTO>.

BRASIL. **ATAS Ministério Público Federal da Bahia**. <http://www.mpf.mp.br/ba/para-o-cidadao/peças-jurídicas/atas>. acesso em, 05 de setembro de 2017.

BRITO, Cristóvão. **A Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. EDUFBA, 2008.

CUNHA, Fernanda Gonçalves da. **Atlas geoquímico da bacia do Rio Subaé: estado da Bahia** /Fernanda Gonçalves da Cunha [e] Eduardo Paim Viglio. – Salvador: CPRM, 2015.

DIEGUES. Antonio Carlos (org). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. NUPAUB; PROBIO-MMA. São Paulo, 2000.

FAIAZ, D. **Acupe Minha Terra**. Feira de Santana: Universidade Fede-

ral de Feira de Santana, 2004.

_____. **Acupe em Citações**. Santo Amaro, Bahia. 2012.

GERMANI, G. I.; MARQUES, J.; DUQUÉ, Ghislaine. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e desenganos**. 2010. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia.

HARVEY, David. **Novo imperialismo (O)**. Edições Loyola, 2004.

_____. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011. 224p.

JESUS, Lilian Souza de. **O trabalho pesqueiro e as violações de direitos na comunidade tradicional quilombola de Acupe – Santo Amaro: um modo de vida em resistência ao capital?** Cachoeira/BA, 2015.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. **Anais da 23ª Reunião Brasileira de Antropologia**. R, 2002.

OLIVEIRA, Livia Maria da Silva. As implicações da ADI 3239/2004 no direito de propriedade das comunidades quilombolas. **Portal âmbito Jurídico**, 2018.

Parecer Técnico e Licença Prévia sobre a Implantação do Estaleiro da Enseada do Paraguaçu. <https://comissaoproiguape.wordpress.com/2010/05/21/eiarima-estaleiro-enseada-do-paraguacu-tecnicos-do-ibama-recomendam-complementacao-dos-estudos-e-o-orgao-emite-a-licenca-previa/> Acesso em 12 de Abril de 2018 às 17:15hs.

PROST, C. Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira - Estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil. **Geotextos**(UFBA), v. 23, 139-169, 2007.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Estado, Pescadores e**

Desenvolvimento Nacional: da Reserva Naval à Aquícola. *Ruris* (Campinas), v. 8, p. 31-62, 2014.

RIOS, Kássia Aguiar Norberto. **Da produção do espaço a construção dos territórios pesqueiros:** pescadores artesanais e carcinicultores no Distrito de Acupe – Santo Amaro/BA. Salvador 2012.

RIOS, Kássia Aguiar Norberto; GERMANI, Guiomar Inez. **Territórios Terra e Água no Distrito de Acupe–Santo Amaro (Bahia–Brasil):** Pescadores Artesanais e Carcinicultores. Contradições na produção do espaço local. <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/35.pdf>. Acessado em 10 de abril de 2018.

Sobre os autores

Alessandra Oliveira de Carvalho

Administração pela Faculdade de Ciências Empresariais (2008), especialista em Gestão Pública e Des. Regional (FAD, 2011) e Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2016). Docente do ensino superior nas seguintes disciplinas: Teoria Geral da Administração, Elaboração e Análise de Projetos, Análise Organizacional, Gestão Social e Sociologia.

Ana Paula Comin de Carvalho

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (2008). Professora do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Professora Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB e Antropologia da UFBA.

Ângela Figueiredo

Professora e pesquisadora do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO/UFBA). Coordenadora do Grupo de pesquisa em Gênero, Raça e Subalternidade - Coletivo Angela Davis.

Antonio Eduardo Alves de Oliveira

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1995), mestrado em Ciências Sociais - UFBA (2002) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2010), com estágio doutorado em *Foundation Nationale Des Sciences Politiques* - Paris. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Azamor Coelho Guedes

Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2008). Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia

Universidade Católica de Minas Gerais -PUC MINAS (2008). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB. (2018). Professor de Filosofia do Instituto Federal da Bahia - Campus Seabra.

Bruna Aparecida Thalita Maia

Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

Camila Borges dos Santos

Possui Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Graduação em Serviço Social pela mesma instituição. Atua como Assistente Social e Coordenadora do Núcleo Ampliado de Saúde da Família na Secretaria Municipal de Saúde na Prefeitura da Cidade de Cruz das Almas

Diogo Valença de Azevedo Costa

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É Professor Associado II da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no qual atuou como coordenador entre 2017 e 2019.

Fábio Alex Ferreira da Silva

Cientista Social (2012) pela Universidade de São Paulo – USP. Mestre (2018) em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia da performance.

Júlio Cerqueira

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos,

Pós-Afro, Universidade Federal da Bahia (UFBA), bolsista Capes. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Territorialidade Patrimônio e Violência (UFRB).

Lilian Souza de Jesus

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Participa do Grupo de Estudos e Pesquisa Natureza, Trabalho, Ontologia Social e Serviço Social - NATTOS (UFRB); Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (UFRB) e participou de 2010 a 2013 do Núcleo de Pesquisa Maria Quitéria no projeto: “Orun Aiyê: um estudo propositivo em defesa da saúde da população negra no Recôncavo Baiano” (UFRB).

Marco Antonio Vieira de Oliveira Paranhos

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Membro dos grupos de pesquisa: Corpo, Socialização e Expressões Culturais (ECCOS/UFRB) e Laboratório de Humanidades Digitais (LabHD/UFBA).

Maria Inês Caetano Ferreira

Professora Associada do Centro de Artes, Humanidades e Letras e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS-UFRB – graduada em Ciências Sociais (1988) pela USP, Mestre (1998) e Doutora (2004) em Sociologia pela USP, Pós-Doutora em Sociologia (2005) pelo CEM/CEBRAP/FAPESP e Pós-Doutora em Ciências Sociais Aplicadas (2008) pelo NEPP/UNICAMP/CNPq.

Mailson Santos Pereira

Psicólogo, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB (2019). Atualmente é Secretário Geral do Sindicato dos Psicólogos da Bahia - SINPSI-BA - gestão 2018-2021; Conselheiro Titular (Tesoureiro) do XVI Plenário do Conselho

Regional de Psicologia da Bahia - gestão 2019-2022. Pesquisador do Observatório Social de Juventude – OSJ / UFRB.

Maria Salete de Souza Nery

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Memória e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB). Líder do grupo de pesquisa Corpo, Socialização e Expressões Culturais (ECCOS/UFRB) e pesquisadora do grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UnB).

Maurício Ferreira Silva

Cientista Político. Professor Associado da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia). Atua no Centro de Artes, Humanidades e Letras em cursos de graduação e nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e Serviço Social, Políticas Sociais e Territórios (POSTERR).

Nilson Weisheimer

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (2009); Professor Associado da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento - PPGCS/UFRB. Cumpriu estágio pós-doutorado no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo - USP (2015). Recebeu o Prêmio CAPES de Teses de Sociologia (2010).

Osmundo Pinho

Antropólogo, Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP (2003), Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da UFBA. Cumpriu estágio pós-doutoral no *Africa and African Diaspora Department Studies* da Universidade do Texas em Austin

(2014) e foi bolsista Richard Greenleaf na Biblioteca Latinoamericana da Universidade de Tulane em Nova Orleans (2020).

Suzana Moura Maia

Doutora em Antropologia pelo *Graduate Center, City University of New York - CUNY*. Professora de Antropologia e Estudos de Gênero da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da UFBA.

Wilson Rogério Penteado Júnior

Doutor em Antropologia Social (2010) pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Professor Associado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB. Membro do grupo de pesquisa Lattes/CNPq Corpo, Socialização e Expressões Culturais. Editor da Revista *Novos Olhares Sociais*.

Uma Universidade pública além do seu caráter universal é antes de tudo o projeto de uma sociedade que a criou e deveria através de sua produção dos conhecimentos, ciências e tecnologias, atender prioritariamente as necessidades dessa sociedade. A UFRB é uma jovem universidade ainda em pleno processo de construção e afirmação. Assim, todos seus Programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa, especificamente na área das Humanidades, estão no mesmo processo de crescimento e afirmação. Esse crescimento pode ser observado notadamente através das pesquisas e seus resultados em termos de publicações que o livro "Estudos em Identidades, Desigualdades e Desenvolvimento" apresenta sem ambiguidade. Os títulos nele desenvolvidos, assim como seus respectivos conteúdos, não deixam dúvidas sobre os compromissos que suas autoras e seus autores têm com o Estado e o Recôncavo da Bahia. Os problemas e questões candentes da sociedade, tais como a educação, as desigualdades de raças e gêneros, justiça social e direitos humanos, entre outros, constituem as preocupações que os autores e as autoras deste livro e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB a que pertencem têm com a sociedade antes de se projetar no Brasil todo e no mundo de modo geral.

(Kabengele Munanga)

ISBN: 978-65-87743-29-5



9 786587 743295



Editora UFRB